

ZULEIKA M. FORCIONI ALVIN

EMIGRAÇÃO, FAMÍLIA E LUTA: OS ITALIANOS EM SÃO PAULO

1870 - 1920

Dissertação de Mestrado em  
História Social, apresentada  
ao Departamento de História  
da Fac. Fil. Letras e Ciências  
Humanas da Universidade de São Paulo.

Orientador:

Prof. Dra. Maria Odila da Silva Dias

São Paulo - 1983

## ÍNDICE

INTRODUÇÃO .....	1
CAPÍTULO I: Da Itália ao Brasil: a trajetória do imigrante.	
1- Preliminares .....	9
2- Itália expulsora .....	14
3- O pequeno proprietário vêneto .....	23
4- Os 'braccianti' setentrionais .....	31
5- Estratégia de arregimentação .....	38
6- A evasão meridional .....	54
7- A escolha ocupacional em São Paulo: raízes históricas ..	63
Notas .....	78
CAPÍTULO II: Trabalho e Família.	
1- O cotidiano do trabalho .....	97
2- A importância da família para a sobrevivência do grupo..	107
3- A luta pelo trabalho de todos .....	130
Notas .....	147
CAPÍTULO III: A resistência do dia-a-dia.	
1- O repatriamento .....	158
2- A urbanização do grupo italiano .....	184
3- A continuidade da luta .....	196
Notas .....	232
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	254
APÊNDICES E TABELAS .....	258
BIBLIOGRAFIA .....	277

Ao Mário, sempre companheiro.  
À memória de Luiza Forcioni,  
quem primeiro me ensinou o que  
era ser imigrante.

- AGRADECIMENTOS

A realização deste trabalho só foi possível graças a verba que recebi da Ford Foundation e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (C.N.P.q), que me permitiu uma permanência de oito meses na Itália. Esse período em que me foi possível selecionar, fotocopiar, microfilmar e transladar para o Brasil farta documentação sobre a imigração italiana neste país, que hoje fazem parte do acervo do Centro de Documentação da UNICAMP e onde se encontram à disposição de outros pesquisadores.

Fica aqui meu profundo agradecimento à essas Instituições que ainda me transformaram em devedora para com os organismos com os quais trabalhei na Itália: Biblioteca Nazionale Centrale Vittorio Emanuele II, Biblioteca del Ministero degli Affari Esteri, Archivio Storico del Ministero degli Affari Esteri, Centro Studi Emigrazione - Roma, Biblioteca Universitaria Alessandrina e Archivio Centrale dello Stato, em Roma; Biblioteca Nazionale Centrale di Firenze, em Firenze; e Biblioteca de Istituto Feltrinelli em Milano.

Foi a compreensão incansável - dado o volume da pesquisa - e o apoio de todos os funcionários, bibliotecários e diretores desses organismos que me possibilitaram transladar para o Brasil, perto de 700 títulos da nossa História, em parte utilizados neste trabalho.

Lembro ainda que o apoio da Embaixada do Brasil em Roma, na pessoas do seu Secretário Cultural, Sr. Sarkis Karmirian,

foi inestimável para que o material coletado alcançasse o solo brasileiro; e por isso fica aqui o meu reconhecimento.

Tenho débitos especiais para com o Prof. Emilio Franzina, Dra. Maria Rosaria Ostumi e Dra. Serena Molfese, pelo apoio ao trabalho, bem como pelo carinho com que me acolheram, aumentando o meu encanto pela Itália.

O desenvolvimento da pesquisa e sua redação final não teriam sido possível sem o estímulo, o apoio e as sugestões que recebi de: Guilherme Manilli Favetta, Lelia Z. de Almeida, Maria Helena Capelato, Maria Ligia C. Prado, Marilisa Matos Garrett, Ottoni Guimarães, Rosely P. D. Ferreira e Solange Ramos Peirão. A cada um e à forma particular de colaboração, devo muito.

Ao Michael M. Hall agradeço as sugestões, discussões e o apoio ao projeto. Dele recebi alento e coragem para prosseguir.

Tudo teria sido em vão sem a orientação, a amizade e estímulo que recebi de Maria Odila da Silva Dias, a quem serei sempre grata.

São Paulo - 1983.

DIVISÃO REGIONAL DA ITÁLIA



- ◻ CAPITAL NACIONAL
- ⊙ CAPITAL REGIONAL
- PRINCIPAIS CIDADES EXPULSORAS
- ▨ PRINCIPAIS REGIÕES EXPULSORAS (acima de 100.000 emigrantes)

0 20 40 60 80 100KM

## INTRODUÇÃO

A história, do ponto de vista do imigrante enquanto indivíduo, divide-se em antes e após a imigração. Cabe ao historiador social a complexa tarefa de juntar esses dois momentos aparentemente desconexos, que representam realidades diferentes, muitas vezes bipartidas, segundo a ótica do seu protagonista. Caso o pesquisador trilhe apenas uma dessas sendas poderá incorrer em erros desastrosos de avaliação, ao tentar compreender a história da imigração.

Ao estudar este processo, o historiador corre um outro risco: se enfocá-lo no ângulo da economia, poderá omitir importantes facetas sociais da vida do grupo imigrante. Quem percorre o caminho inverso, por sua vez, poderá cair em abstrações desastrosas, porque não é possível desvincular a vida dos homens da maneira como se organizam para obter o sustento.

E. Hobsbawm num artigo sobre o papel da história social e do historiador, coloca com pertinência: "A história social não poderá jamais ser uma especialização como aquela econômica e outras, dado que o seu objeto não pode ser isolado. Ao menos, para fins analíticos, é possível definir como econômica algumas atividades humanas e conseqüentemente estudá-las historicamente ... Ainda que isso possa resultar artificioso ... não é irrealizável... Mas os aspectos sociais ou societários do ser humano não podem vir separados dos outros, senão a custa de cair no tautológico ou no banal. Não é possível em nenhum momento separá-los do modo pelo qual os homens se articulam para viver as

sim como do seu ambiente material. Nem é possível separá-los das idéias, sendo as relações recíprocas entre os homens expressas e formuladas numa linguagem que pressupõe determinados conceitos no momento mesmo em que se abre a boca para falar" (1).

A observação de E. Hobsbawm é particularmente importante, quando se trata de estudar a imigração italiana para o Brasil. Esse fenômeno tem sido estudado basicamente a partir do trabalho que os imigrantes desempenharam nas fazendas de café, enfatizando o fato de comporem parte do processo de substituição da força de trabalho escrava pelos assalariados. Este enfoque, quase sempre, deixa de contemplar o tipo de trabalho desempenhado, ou a maneira como essas relações de trabalho repercutiam na estrutura interna da família imigrante.

As análises do ciclo migratório italiano tendem, também, a justificar a preferência dos fazendeiros pelo trabalho familiar em relação aos assalariados individuais, como decorrente da possibilidade de unidades familiares abrandarem qualquer tendência de abandono do trabalho, garantindo maior estabilidade para a mão-de-obra nas fazendas. No entanto, inúmeros testemunhos comprovam que o fato de a família ser o núcleo produtivo básico nas fazendas cafeeiras, não impediu que homens e mulheres abandonassem o trabalho, procurando fugir das duras condições que os subjugavam.

É certo que o recurso ao trabalho familiar, garantia maior exploração de todo o grupo. No entanto, poucas indagações foram feitas quanto ao interesse dos imigrantes italianos em trabalharem dentro da estrutura, reproduzindo um valor muito caro em seu país de origem.



As dificuldades do historiador social não terminam aí, uma vez que não é possível ignorar o impacto que as novas relações sociais de trabalho vivenciadas no Brasil causavam à consciência dos imigrantes. Nessa linha, muitos historiadores têm destacado excessivamente a atividade política do imigrante italiano em São Paulo, privilegiando as manifestações consideradas clássicas do proletariado organizado, tais como: greves, atuação partidária, organizações sindicais. Seguindo por essa vertente, desprezam toda e qualquer manifestação do imigrante que fuja a esses cânones.

Alguns autores praticamente justificam esse comportamento por considerarem que o imigrante, que viveu em seu país de origem o "processo de acumulação primitiva, que leva a separação do trabalhador de seus meios de produção, resultando a sua transformação em homem livre sem outro recurso que não seja a venda da sua força de trabalho no mercado ..., teria da sociedade de adoção, uma imagem de "boa sociedade". Ou seja, "a sociedade (brasileira) recebeu o trabalhador livre sem ter feito a acumulação responsável por tal liberação ..." e a medida que "aparentemente recriava relações que estavam desaparecendo no país de origem se apresentava para o imigrante como boa sociedade de ... oferecendo-lhe de certo modo o que lhe haviam tirado no país de origem" (2).

No entanto, se acompanharmos as condições de vida que os imigrantes enfrentaram nas fazendas de café e, mesmo nos núcleos coloniais, dificilmente podemos aceitar que esses homens e mulheres tivessem do país de origem a imagem de uma "boa sociedade", mesmo porque, as relações de trabalho estabelecidas

nas fazendas paulistas estavam longe de restituir ao imigrante, mesmo que sō aparentemente, o que haviam perdido no país de origem.

Antes de focar a escassa atuação política do grupo imigrante italiano a partir de cânones clássicos de manifestações típicas do proletariado, é preciso redimensionar o que foi possível ao imigrante realizar politicamente, uma vez que a própria emigração representou um ato de resistência às duras condições de expropriação do trabalhador no país de origem.

Esses homens e mulheres possuíam uma história anterior ao ato de emigrar e aqui chegando, não era possível mudar de um momento para outro, seus hábitos e anseios. Se houve o impacto da nova sociedade sobre o imigrante, o inverso também ocorreu, pois não estamos estudando os hábitos de marionetes, mas sim de homens que tiveram um papel histórico e que atuaram sobre a nova sociedade.

A preocupação de alguns autores foi estabelecer o grau de "assimilação" do imigrante, um risco bastante elevado quando trata-se de relacionar dois momentos históricos. Neste caso, recorrem a elementos da sociedade de origem e tentam detectar sua permanência na sociedade de adoção. Ocorre, porém, que "tanto o conceito de sociedade de origem como o de sociedade de adoção apresentam-se de tal modo genéricos que elidem, de um lado, as possíveis diferenças ou semelhanças históricas entre as duas sociedades e, de outro, as diferenças internas em cada uma delas. E, neste último caso, são excluídas aquelas dimensões de comportamento que não se canalizam para os papéis sociais

existentes e que correspondem a formas de consciência que podem constituir-se na negação de um ajustamento funcional" (3). Ou seja, trabalhar com o conceito de assimilação, supõe uma harmonia de interesses inexistentes no período da imigração italiana para o Brasil em virtude dos conflitos e violências que o caracterizaram, apesar do "senso comum atribuir à História brasileira um caráter não violento, "mito carinhosamente acalentado pela classe dominante" (4).

O objetivo deste trabalho é analisar os pontos de conflito entre o grupo imigrante e a sociedade de adoção, sobretudo a luta do imigrante pela manutenção da autonomia camponesa que possuíam na Itália. Para isso, não buscamos apoio em conceitos como greves de massa, organização partidária ou sindical, que são manifestações próprias de um proletariado já organizado, categoria na qual não se inclui o maior contingente de imigrantes italianos que chegou ao Brasil. Ao optar exclusivamente por essa abordagem, o pesquisador deixa de lado uma faceta pouco explorada da herança que o imigrante trouxe: suas tradições de luta, experiências e hábitos de vida que, na verdade, não o induziram à assimilação na sociedade de adoção, mas à ação num meio completamente diferente ao de sua origem, modificando, por outro lado, contornos da sociedade que os abrigou.

A obra de E. P. Thompson foi um grande apoio para nosso trabalho e nos garantiu alguns ensinamentos básicos, ao demonstrar a grande resistência dos grupos subalternos à Revolução Industrial inglesa e, de como a ortodoxia de muitos historiadores empíricos da economia, leva-os a transformar os traba-

lhadores em simples força de trabalho, fluxo migratório ou dados aptos às suas elaborações, esquecendo que estes homens e mulheres não são categorias puramente econômicas (5).

O imigrante italiano também resistiu à sua transformação em proletário rural. O pesquisador, porém, enfrenta dificuldades para detectar essa resistência, pois o processo de expropriação do trabalhador dos meios de produção começou na Itália, enquanto a configuração dos trabalhadores em proletários, só se deu no Brasil, quando não restou outra alternativa senão vender a força de trabalho. É portanto, essencial conhecer a realidade que esses imigrantes vivenciaram na Itália, dependendo das regiões de procedência e das atividades às quais estavam ligados, bem como os valores que pautavam seus sonhos e anseios.

"Esta não é uma simples visão linear do argumento de que as experiências passadas determinam o comportamento futuro, ou seja, uma vez que as famílias italianas ... agiam de um certo modo na Itália, agiriam de modo semelhante na América, nem uma explicação estática funcional que vê a cultura e a estrutura social como meros 'reflexos' de um processo dinâmico. Não estamos examinando um dar e tomar entre novas e velhas formas sociais. Estamos sim, adotando uma perspectiva teórica que facilita o entendimento histórico do comportamento da família imigrante italiana, especialmente as experiências de trabalho dessas famílias (6). Neste quadro inserem-se as formas de resistência que ofereceram na nova sociedade.

Não estamos diante de duas metade autônomas de um mesmo ser humano, mas sim de um único homem vivendo em realidades

diferentes, mas num momento histórico preciso: de um lado, na Itália, a expansão do capitalismo após 1850 e a consequente divisão internacional do trabalho, responsável pelos grandes movimentos migratórios observados após essa data; de outro, a luta ferrenha que os grupos submetidos a essas mudanças desenvolveram contra a proletarização. Esta unicidade, ainda que percebida de forma canhestra pelos próprios protagonistas, não pode ser esquecida pelo pesquisador.

Recordamos, ainda, a importância da obra de E. P. Thompson, que insiste na impropriedade de usar a pesquisa concreta no campo da história somente para comprovar uma teoria, quando deve servir para reconstruir a própria história. O pesquisador deve primeiro examinar os fatos históricos, em sua especificidade e correlações internas; somente depois deve julgá-los na ótica do que lhe é importante.

"No próprio trabalho, o historiador deveria procurar esclarecer francamente, a presença de valores e envolvimento pessoais, quando esses aparecem, ou então tentá-los manter à distância e impedir que apareçam. Do contrário se pressupõe que o processo histórico não apresenta nenhum problema que não possa ser resolvido. Isto não é verdade. Na realidade, trata-se de considerar uma série de acontecimentos que para a análise histórica revelam uma consistência e uma problemática específicas. São assim, se pode entender alguma coisa. Isto não significa que não se pode num determinado ponto formar um juízo sobre o processo específico ... Os fatos não têm um significado por si, mas naquilo que nós lhes atribuímos" (7).

Nossa proposta de trabalho deve conter erros, mas acreditamos que uma das funções primordiais da pesquisa é estabelecer o debate, para o qual esperamos contribuir.

A periodização escolhida - 1870/1920 - não é original. É o momento de transição da mão-de-obra escrava para a mão-de-obra livre em São Paulo e, conseqüentemente - dada a importância do italiano nesse processo - o período áureo da imigração do referido grupo para o Brasil.

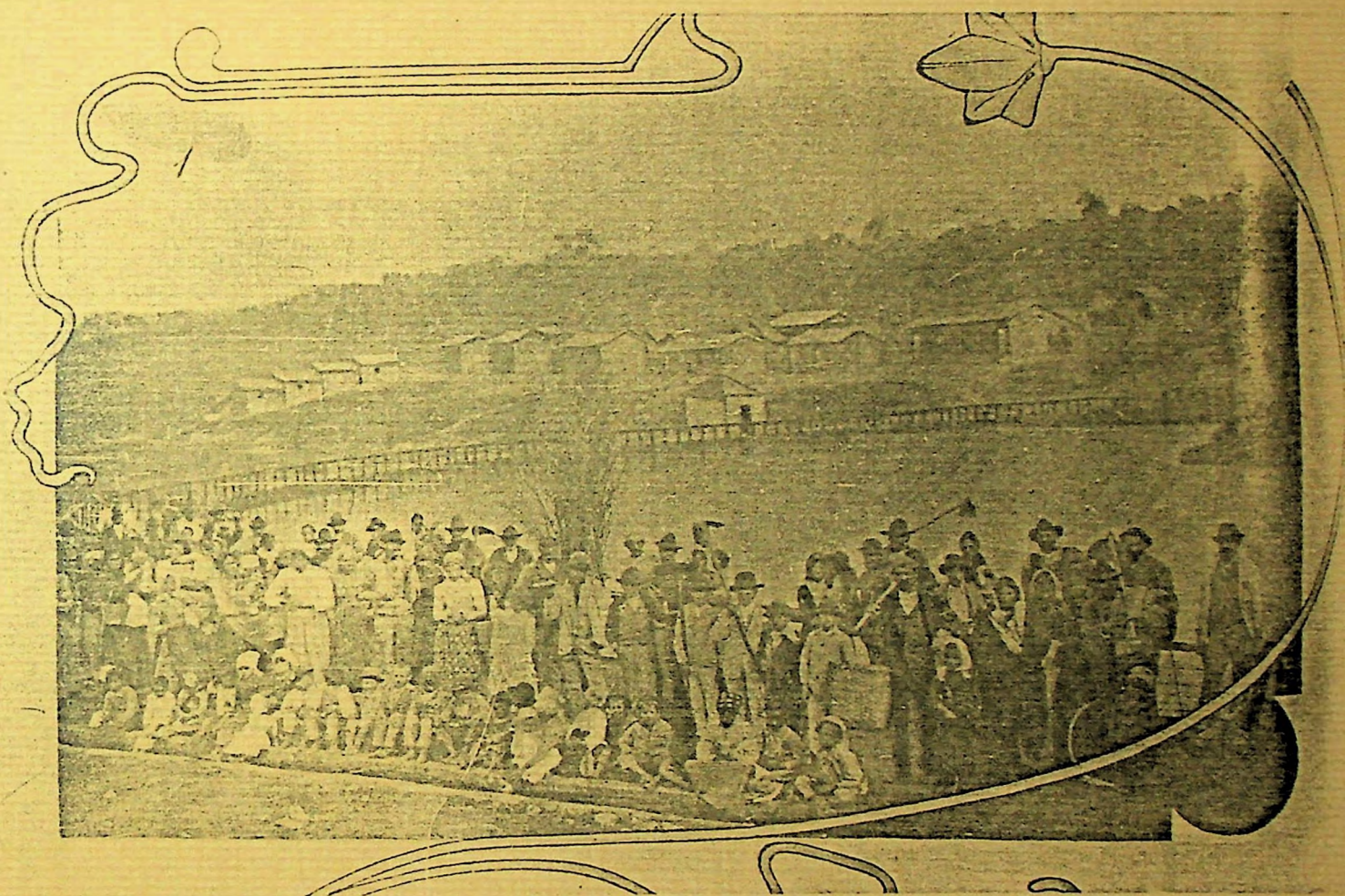
Apesar deste período ser longo e das leis brasileiras considerarem como brasileiros os filhos de imigrantes nascidos no país, não acreditamos que as tradições, hábitos e experiências de vida dos pais tenham tido pouca influência no comportamento do grupo, na sociedade paulista, mesmo porque, para a geração já nascida no Brasil, a independência econômica, só começa a se delinear após 1920.

## NOTAS INTRODUÇÃO

- 1) HOBBSBAWN, E. "Dalla storia sociale alla storia della società". In: Quaderni Storici. Ancona, (22): 56, gen/apr., 1973.
- 2) MARTINS, José de Souza. O Cativo da terra. São Paulo, Liv. Edit. Ciências Humanas, 1979, pp. 118/119.
- 3) Idem. A Imigração e a crise do Brasil Agrário. São Paulo, Liv. Pioneira Editora, 1973, p. 21.
- 4) MENDONÇA, Mary E.R. Violência Social na cidade de São Paulo (1917-1930). Dissertação de Mestrado apresentado ao Departamento de História da F.F.L.C.H. da U.S.P., São Paulo, 1981, Exemplar mimeografado.
- 5) THOMPSON, E.P. La Formacion historica de la classe obrera. Inglaterra: 1780-1832. Barcelona, Editorial Laia, 1977, p. 12.
- 6) YANS-MCLAUGHLIN, Virginia. "A Flexible tradition: South italian immigrants confront a New York experience". In: Journal of Social History. 7(4): 430, Summer, 1974.
- 7) THOMPSON, E.P. "Per un dibattito sulla storia sociale del movimento operaio". In: Movimento Operaio Socialista. Genova, I )1-2):84, gen/feb., 1978.

CAPÍTULO I

DA ITÁLIA AO BRASIL: A TRAJETÓRIA DO IMIGRANTE



Andaremo in Mèrica  
In tel bel Brasil  
E qua i nostri siori  
Lavorarà la tera col badil!!!

Canto Contadino  
Veneto



## CAPÍTULO I

### - DA ITÁLIA AO BRASIL: A TRAJETÓRIA DO IMIGRANTE

#### 1- Preliminares

"Itália bela, mostre-se gentil  
e os filhos seus não a abandonarão  
Senão, vão todos para o Brasil  
e não se lembrarão de retornar,  
Aqui mesmo ter-se-ia no que trabalhar,  
sem ser preciso emigrar para a América.

O século presente aqui nos deixa  
O mil e novecentos se aproxima,  
A fome está estampada na nossa cara.  
E para curá-la não existe remédio  
A todo momento se ouve dizer:  
eu vou lá, onde existe a colheita do café".

Trecho extraído da canção "Italia bella, mostrati gentile" encontrada em Porciano, cidadezinha da província de Arezzo, na Toscana, de enorme emigração para a América, no final do século passado e no início do atual. (1).

A escolha dessa peça para a abertura deste trabalho, não se deve apenas ao fato de ser ela uma das raras canções de emigrantes que falam especificamente do Brasil, ou melhor, da

terra onde "existe a colheita do café" - São Paulo -, mas também por ser um documento precioso para quem pretende contar a história da migração italiana para o Brasil, da perspectiva do trabalhador rural, ou as classes subalternas, como modernamente são denominadas.

A miséria que assolava o campo italiano, a decisão de abandonar a pátria, bem como a revolta cantada de forma quase que intuitiva, são informações que a canção oferece e demonstram que o ato de emigrar não implicava simplesmente em "fazer a América", como se interpreta normalmente, mas também numa forma de resistência às duras condições de vida impostas com a penetração do capitalismo no campo italiano.

De alguns anos para cá, sobretudo a partir dos trabalhos de E. J. Hobsbawm, inúmeras pesquisas têm se preocupado em dar voz a um dos pólos da sociedade: os pobres. A multiplicidade dos títulos que tratam do assunto já é suficiente para demonstrar a amplitude das abordagens possíveis e as dificuldades que as ciências do homem têm enfrentado diante da rigidez de esquemas de análise, para os quais a resistência contra a opressão do grupo dominante só seria válida quando praticada pelo proletariado organizado.

"Rebeldes Primitivos", "Bandidos", "Proletários sem Revolução", "O folclore como cultura de contestação", "Tradição, revolta e consciência de classe" (2) são alguns dos títulos que têm em comum uma determinação: a de contar a história das classes subalternas, superando séculos de história feita pelo e para o grupo dominante.

Contudo, mesmo diante de tal multiplicidade de títulos, ainda são grandes as dificuldades para se trabalhar com o tema: a falta de material escrito, a escassez de representantes dos pobres no poder, a vontade premeditada do grupo dominante em apagar os traços do que quer que possa ameaçá-los; en fim, a própria ideologia dominante, que se impõe sobre o dominado e o impede de ver claramente sua situação de explorado.

Na pretensão de dar a palavra ao imigrante italiano, partirmos da mesma premissa e queremos contar a história dos pobres do campo. Primeiro e sucintamente na Itália e em seguida em São Paulo; as dificuldades em recuperar os traços desses homens, escritos ou orais, não foram, porém menores do que as habituais.

Nosso objetivo principal é analisar o comportamento e as formas de resistência oferecidas pelo grupo imigrante italiano frente às relações sociais de trabalho vigentes nas fazendas paulistas, acompanhando a luta dos 850.000 italianos que passaram por São Paulo, na tentativa de manterem uma autonomia característica da forma de vida camponesa que lhes era peculiar. Nesse sentido, nos preocupamos em extrair do material coletado primordialmente aquilo que trazia à cena o protagonista principal - o imigrante -, através dos textos, da própria repressão que viveram ou mesmo de sonhos não realizados.

Um pesquisador, referindo-se à situação do campo italiano, mostra que: "Na segunda metade do século XVIII, a cultura das classes subalternas deixa de ser ... uma cultura prevalentemente do tipo oral ... e isso abre perspectivas inusita-

das e interessantes aos historiadores da idade contemporânea" (3). De fato, com a multiplicação das escolas, a partir do século XVIII, na Itália, abriu-se o caminho da alfabetização para alguns. Inúmeros traços dos grupos que a classe dominante chama, pejorativamente, de "vulgo", não puderam deixar de ser registrados, paradoxalmente, pela própria pena dessa classe.

No caso do imigrante, os registros consulares, eclesiásticos, jornalísticos, de viajantes, policiais etc., não puderam mais omitir a situação em que esses homens e mulheres viviam. Esses registros, na Itália, chamam atenção para a miséria que assolava o campo e para a ameaça que isso significava ao poder estabelecido, no Brasil, denunciando a expulsão das fazendas, as fugas, a quebra de contratos de trabalho. Enfim, informam sobre as tristes condições de vida do homem do campo, permitindo uma aproximação bastante clara do que representou essa diáspora moderna.

Quando pensamos na imigração pelo lado brasileiro, o primeiro impulso é situá-la do ponto de vista histórico, estabelecendo as etapas que permitiram a introdução da mão-de-obra livre no Brasil. No entanto, essa tarefa já foi cumprida por vários autores brasileiros. Vale, porém, um resumo: Inicialmente, prevaleceu o sistema de parceria (4) adotado por alguns fazendeiros, concomitante à grande produção calcada no braço escravo, como, por exemplo no Vale do Paraíba, em São Paulo; houve, a seguir, o fracasso do sistema de parceria, cujo ponto alto foi a chamada "Revolta de Ibicaba" (5); posteriormente, surgiram as primeiras tentativas de trabalho assalariado, de forma pouco

homogênea, com a produção ainda largamente apoiada no trabalho escravo; finalmente, chegamos ao triunfo dos plantadores do Oeste Paulista e ao êxito do trabalho assalariado apoiado no imigrante.

O contraponto desse esquema implica em pensar nas condições que impulsionaram a Itália ao topo da lista de fornecedores de mão-de-obra barata para o Brasil, entre meados do século XIX e início do XX.

Não repetiremos aqui este esquema, mas nossa opção não invalida as análises que seguiram esta trajetória, pelo contrário. Mas, seguir esta mesma rota implicaria em não acrescentar, ou talvez acrescentar muito pouco ao que já foi dito de forma brilhante, por exemplo nos textos de Emília Viotti da Costa (6) e Caio Prado (7).

Nestes, as implicações internas e externas da fase, que podemos considerar de transição, entre duas economias - uma apoiada no trabalho escravo e outra no trabalho assalariado -, foram expostas, sem deixar de assinalar, brilhantemente, o caráter capitalista de ambas.

Não podemos esquecer, também, que este esquema de análise é importante no sentido de demonstrar como contextos históricos diferentes se harmonizaram e puderam ser usados pelos grupos dominantes. Na Itália, a emigração se afigurava como solução para a crise de desemprego que assolou o país a partir de 1870, e em São Paulo, a imigração serviria como alternativa à desagregação da mão-de-obra escrava nas fazendas paulistas. No entanto, esta abordagem não relata o que significou, para o i-

migrante, o grande movimento migratório deste período. Ou seja, quem eram esses homens, que hábitos de vida possuíam, no que trabalhavam, onde viviam e principalmente o que queriam? São estas as perguntas que nos inquietam.

## 2- A Itália expulsora.

No caso paulista, durante cinquenta anos, entre 1870 e 1920, a imigração italiana foi primordial para o Estado. Podemos dividir esse período em três fases:

O primeiro momento - 1870/1885 - foi de articulação política do grupo do Oeste, paralelamente à desagregação da mão-de-obra escrava, dos primeiros ensaios para apoiar a produção cafeeira usando mão-de-obra livre, bem como da ausência de uma política imigratória definida. Neste período, os italianos não eram ainda os imigrantes predominantes.

Num segundo momento - 1885/1902 - temos a consolidação da nova facção econômica no poder - os fazendeiros do Oeste -, do mercado de trabalho apoiado efetivamente na mão-de-obra livre, definindo-se então uma política imigratória, calcada basicamente no imigrante italiano.

Finalmente - 1902/1920 -, período em que o poder político do novo grupo se manteve inalterado, mas no qual houve a consolidação, em todo o país, da política imigratória iniciada por São Paulo, com uma diferença, porém, definida pela queda acentuada na entrada de italianos, basicamente porque passaram a ser atraídos pelo mercado de trabalho norte-americano, e me-

nos em decorrência de restrições à vinda para o Brasil devido ao Decreto Prinetti, com o qual o governo italiano, em 1902, proibiu a emigração desenfreada de seus súditos para o nosso país.

Estas datas são importantes, mas não explicam porque, até 1886, as famílias imigrantes que entraram diferem, fundamentalmente, em sua composição, das que se dirigiram a São Paulo posteriormente; nem porque, até 1902, predominam na corrente imigratória os italianos setentrionais, com maioria de vênets e, após essa data, os italianos meridionais.

A resposta a esses itens é o primeiro objetivo que nos propomos e a pretensão decorrente é caracterizar os grupos de imigrantes que a lavoura paulista recebeu.

Até 1885, primeiro momento da imigração para o Brasil, as famílias que saíram da Itália pertenciam, em grande parte, ao universo dos meeiros, arrendatários e pequenos proprietários, independentemente de se originarem da Itália setentrional ou meridional.

Do lado expulsor, a Itália, a explicação para isso está na forma como ocorreu a penetração capitalista no campo: concentração da propriedade; altas taxas de impostos sobre a terra, que impeliram o pequeno proprietário a empréstimos e ao consequente endividamento; oferta, pela grande propriedade, de produtos a preços inferiores no mercado, eliminando a concorrência do pequeno agricultor; e, finalmente, a sua transformação em mão-de-obra para a indústria nascente.

Esse processo não se deu de maneira uniforme, mas, à

medida que se implantava, foi liberando um excedente de mão-de-obra que o próprio país não tinha condições de absorver, para o qual a sobrevivência passava pela emigração.

Do lado receptor, o Brasil, houve, neste primeiro momento, espaço para esse tipo de imigrante porque não existia uma política imigratória definida: assim, contava-se com quem estava disponível no mercado e não com a imigração desejada pelos fazendeiros do Oeste paulista - farta e barata.

Neste contexto, torna-se importante referir-se à história desse contingente humano na Itália, nas diferentes regiões de onde saíram. Primeiro, porque nos permite detectar as etapas da penetração do capitalismo no campo, na Itália, acabando por liberar mão-de-obra excedente. Segundo, porque o destino dessa mão-de-obra em São Paulo não está desvinculada dessa experiência de vida anterior.

A emigração, na Itália, não era um fenômeno do século passado. País de características naturais particulares, com regiões de montanhas e colinas difíceis de cultivar, submetidas a condições climáticas bastante ásperas, desdobradas lado-a-lado de planícies cultiváveis, cuja área, porém, era insuficiente e carente de drenagem; o equilíbrio de sua economia, que envolvia o pasto, o bosque e o cultivo de cereais, impunha a migração interna, principalmente nas regiões montanhosas.

É o caso, por exemplo, da economia de transumância praticada entre a região Alpina e o Agro Romano (8). É também o da emigração vêneta para regiões da Europa central, bastante acentuada desde o período napoleônico, e ainda o da emigração sazonal do Abruzzi e Campania em direção a Maremma e ao próprio



Agro Romano, para as obras de drenagem da região, no século XVIII (9).

O fenômeno emigratório não era, portanto, desconhecido no país. As difíceis condições naturais já obrigavam há muito, principalmente na áreas de montanha, sempre as mais atingidas, que se buscasse o sustento familiar em outras regiões da própria Itália ou nos países vizinhos, principalmente França e Alemanha. No entanto, a emigração de massa, como se convencionou chamar o fenômeno que caracterizou o século XIX, tem contornos bastante diferentes.

Durante muito tempo, a historiografia italiana, principalmente a contemporânea à emigração de massa, procurou sua causa ora no fator "expulsivo", ora no "atrativo". Além disso, há polêmica quanto a hipótese de ter sido o crescimento demográfico da Itália, no século passado, responsável pela situação de miséria, levando à emigração aqueles que não conseguiam trabalho no próprio país.

Mais recentemente, contudo, os autores italianos, chegaram a um acordo, estabelecendo que a emigração de massa só pode ser analisada dentro de um quadro mais amplo - o do crescimento do capitalismo mundial (10), que envolveu não só um país ou uma região, mas toda a economia mundial.

As condições particulares em que a Itália se insere nesse mecanismo a transformaram em uma das maiores fornecedoras de mão-de-obra barata no século XIX. Chega-se, assim, à plena compreensão do que foi o fenômeno emigratório italiano: decorreu da expansão do capitalismo, que induziu a Itália a se

desfazer, entre emigrantes temporários e permanentes, de nada menos de "vinte milhões de indivíduos, entre 1861 e 1940, dos quais dezessete milhões, ou seja 85%, saíram entre 1861 e 1920" (11).

Ainda que esses números não correspondam a uma saída definitiva (12), uma vez que nele estão incluídos os que saíram temporariamente, esquecendo-se, portanto, os que voltaram da emigração, impressiona nessas cifras o peso que a emigração representou para a Itália.

"Em linhas gerais, pode-se afirmar que, nos países que cumpriram a decolagem industrial nos últimos anos do século XVIII, o forte incremento demográfico e a emigração foram fenômenos típicos da fase de passagem de uma estrutura predominantemente agrícola para uma predominantemente industrial ... e que a emigração praticamente termina quando a industrialização alcança um nível determinado que lhe permite absorver o excesso de mão-de-obra... Ao contrário, nos países que tiveram um desenvolvimento industrial tardio ou insuficiente, o forte incremento demográfico continuou por muito tempo, bem como a emigração" (13).

A Itália, sem dúvida, pertence a esse segundo grupo. Mais do que isso "a emigração torna-se um fenômeno essencial de equilíbrio sócio-econômico ... no período em que se verificou a decolagem industrial da Itália norte-occidental, e continuou depois disso como condição necessária para o desenvolvimento econômico, devido ao desequilíbrio que se estabeleceu entre o Norte e o Sul do país, até hoje não superado" (14).

A expulsão maciça era uma realidade, permitindo que

um autor da época afirmasse: "A emigração, para a Itália, é uma necessidade. Precisamos que partam de 200 a 300 mil indivíduos por ano, para que possam encontrar trabalho os que ficam" (15).

País de território limitado, a Itália teve, até o início do século XIX, sua economia calcada na agricultura, mas num quadro bastante delicado.

"Dos 288.538 km<sup>2</sup> de sua superfície total, quase 2/3 são cobertos pelas cadeias dos Alpes e dos Apeninos. Destes, 56.000 km<sup>2</sup>, no mínimo, por serem rochosos ou saibrosos, apresentam-se como que refratários a qualquer produção vegetal e nem mesmo os 2/3 restantes são muito produtivos" (16).

Nessas condições naturais, a economia agrícola demonstrou a apresentar os sinais do desenvolvimento capitalista. Ainda no período da Unificação (1870), várias regiões italianas tinham características feudais e semi-feudais bastante acentuadas - era o caso de todo o Sul do país e parte de Itália setentrional.

Numa aproximação superficial da história da Unificação italiana, na segunda metade do século passado, a tendência era considerar o Norte do país como uma mancha industrializada, onde se praticava uma agricultura de moldes capitalistas, portadora da bandeira progressista e realizadora da Unificação - enquanto o Sul era retrógrado, com uma economia agrícola que ainda guardava aspectos de servidão.

Na realidade, "não é só o pequeno proprietário ou pequeno arrendatário da Basilicata ou da Calabria, que têm, na

época da Unificação, uma ligação ainda bastante débil com a economia de mercado, mesmo que só local, mas também o meeiro de regiões desenvolvidas, como a Toscana e a Lombardia, enfrentavam o mesmo problema: consumiam a maior parte dos produtos do trabalho que não eram obrigados a entregar ao proprietário da terra. Isso explica a extrema variedade e interposição de culturas numa mesma propriedade, o que constitui a característica agronômica de grande parte da Itália, e que é um sério obstáculo ao aperfeiçoamento da exploração, porque cada camponês devia produzir o seu trigo, as suas verduras, o seu cânhamo, a sua fruta" (17).

G. Candeloro, analisando as particularidades do caso italiano, fez uma observação interessante: "Em todos os países que se tornaram capitalistas, houve, ainda que de formas diferentes e muitas vezes até de modo incompleto, uma acumulação originária, no sentido marxista da expressão ... que nada mais é do que o processo histórico de separação do produtor dos meios de produção ..." (18). Na Itália, no entanto, esta acumulação não seguiu pari-passu o roteiro clássico, no qual o capitalismo "tanto na Inglaterra quanto nos principais países europeus que se industrializaram no século XIX, firmou-se primeiro na agricultura e depois na indústria ... Na Itália (quando da passagem para a industrialização), a transformação capitalista da agricultura tinha se dado completamente numa área relativamente reduzida, a planície padana ... enquanto em outras regiões ela se realizara ou estava se realizando de modo bastante incompleto, dando origem a formas híbridas de relações de produção e não tinha sequer ocorrido em vastas regiões da Itá-

lia meridional e nas Ilhas" (19).

A Unificação pouco contribuiu para corrigir essas diferenças tendo, ao contrário, acentuado-as em alguns casos. O processo de industrialização apresentou características bastante particulares, não podendo absorver a população expulsa da agricultura.

Esse panorama, no entanto, só pode ser compreendido dentro do quadro dos acordos políticos que impulsionaram a Unificação do país e o seu desenvolvimento. É através da composição de classes, que serviu de fundo a esses episódios, que se pode entender a particularidade do caso italiano e a razão pela qual a expulsão dita "permanente" deu-se particularmente em algumas regiões, em detrimento de outras.

É bom lembrar que a burguesia que "executou o processo de Unificação nacional, levou-o avante através, não de uma revolução agrária - que sozinha teria destruído as relações semi-feudais no campo, liberando-o para o desenvolvimento capitalista - mas sim através da conquista régia e de compromissos com a velha classe dominante dos grandes proprietários fundiários, semi-feudais, cujo poder econômico restou praticamente intacto no campo ... Após a Unificação, a burguesia industrial e comercial constitui ainda uma parte bastante limitada de classe política italiana. A grande maioria desta é composta por grandes e médios proprietários de terra" (20).

Foram necessários muitos anos até que o grupo burguês alcançasse o controle político e econômico do país, isto é, conseguisse dar o salto da fase de acumulação para uma fase predo

minantemente industrial, obrigando os estratos apegados à uma economia de caráter essencialmente agrícola a ceder às leis de um mercado cada vez mais internacional.

Nesse período as classes subalternas foram envolvidas numa cadeia irreversível de eventos. Nas regiões em que a indústria se desenvolveu ocorreu a proletarização da mão-de-obra expulsa do campo. Onde o embrião industrial não vingou, se deu a imigração temporária, obrigando pequenos e médios proprietários, para se manterem, a enviar um ou mais membros da família para trabalhar como operário ou mesmo camponês em outros países, normalmente europeus; e, finalmente, a emigração definitiva, ou de "grande duração", manifestou-se nas regiões onde os resíduos feudais acentuados impediam qualquer mudança estrutural. Neste caso, a única saída para o excedente populacional foi a diáspora.

Diante dessas opções, uma reação organizada e homogênea era praticamente inviável. É assim que a resposta política das classes subalternas italianas têm um caráter aparentemente desconexo. Isso nada mais é do que a resistência imediata a situações particulares que tinham de ser enfrentadas: no Sul, no primeiro momento, o "obrigantaggio" foi a resposta individual e localizada, rapidamente sufocada (21); greves de massa em regiões onde as relações capitalistas já tinham se firmado no campo - é o caso, por exemplo, dos movimentos grevistas do Vale Padana, alguns movimentos da Lombardia e Emilia Romagna (22); e, finalmente, como última resposta, a emigração, que mesmo sendo uma fuga da miséria cruel que assolava determinadas regiões da Itália, não deixou de ter um caráter político. Esse

aspecto aparece claramente nas canções e poesias populares que acompanhavam os que viajavam para não mais voltar - onde se vê claramente que a emigração não era só a busca do Eldorado, mas uma negação ao fato de continuar explorado (23):

### 3- O pequeno proprietário vêneto.

É útil, a esta altura, observarmos atentamente as características de uma das regiões que produziram o maior contingente de emigrantes: o Veneto (24).

Na prática, esta região se divide em áreas de colinas e montanhas, como Vicenza, Treviso, Bélluno e Udine e áreas de planícies, como Verona, Rovigo, Padova e Veneza (25).

Aí a divisão da propriedade obedecia o seguinte critério: pequenas e médias propriedades nas regiões de montanha e colinas; grandes propriedades, já com caráter capitalista, nas regiões de planície. Os eixos da produção eram os cereais e os vinhedos.

A produção se apoiava no trabalho de toda a família, codificadô numa vasta gama de contratos de trabalho que ofereciam, salvo raras exceções, uma separação mais aparente do que efetiva entre as diversas categorias de trabalhadores; ou, como preferem alguns, constituía uma arma eficiente de poder dos patrões, permitindo a esses toda a espécie de abusos" (26).

Basicamente, encontramos dois tipos de mão-de-obra: os que trabalhavam por conta própria, isto é, pequenos proprietários, arrendatários ou meeirôs, e aqueles que trabalhavam como

assalariados, junto aos primeiros, ou em grandes propriedades. Essa segunda categoria engloba colonos (que nada têm a ver com o que se passou chamar de colono no Brasil) (27), encarregados das plantações de arroz ou linho, carroceiros, administradores, feitores etc., e, finalmente, os "braccianti" (28) que podiam ser fixos ou temporários.

Na realidade são os pequenos proprietários, pequenos arrendatários ou meeiros que, num primeiro momento, constituem o contingente emigratório e as condições de vida que levavam, nos permitem entender porquê foram os primeiros a abandonar a Itália.

Observando um pouco mais atentamente a paisagem vêneta, conseguiremos nos aproximar melhor do tipo de imigrante que primeiro desembarcou em São Paulo.

Apesar da existência localizada da grande propriedade e de um acentuado processo de concentração da terra, a região vêneta que nos interessa num primeiro momento da fase expulsora pode ser caracterizada conforme a cena descrita por vários autores italianos que se dedicaram ao seu estudo.

"O campo é dividido em pequenos lotes onde às fileiras de árvores, se agarram as videiras, enquanto os espaços intermediários - de 25 a 40 metros de largura - são arados e quase sempre cultivados com cereais. O campo assim reflete fielmente, no seu aspecto externo, o regime de produção imposto pelas condições sociais da região. Ela fornece trigo e vinho aos proprietários, milho aos trabalhadores, lenha aos dois e pouquíssima forragem aos animais que, no entanto, devem arar e adubar



o terreno já tão depauperado" (29).

São essas as características que fazem do camponês vê neto quase um produtor auto-suficiente. É bom lembrar que o trabalho agrícola vinha quase sempre associado ao da indústria do doméstica de tecidos ou palha, e nos seus hábitos milenares, era a pequena propriedade que lhes dava uma ilusão de independência, não mais possível depois de Unificação.

As famílias vênetas contavam "com doze ou até quinze elementos ao todo. Normalmente com dois ou três homens e suas respectivas mulheres e filhos aptos ao trabalho" (30).

Todos viviam do pequeno núcleo de terra que lhes pertencia. O pai era a autoridade máxima e o grupo se mantinha unido enquanto a propriedade dava os recursos necessários à manutenção. Quando o pai não podia mais manter o controle, era substituído pela filho mais velho. Os homens normalmente casavam-se depois do serviço militar, isto é, entre 24 ou 25 anos e as mulheres entre 19 e 23 anos. Normalmente, os homens assumiam o compromisso de casamento antes de partirem para o exército e cumpriam-no assim que voltavam. Na escolha da mulher, movia-os, antes de tudo, a qualificação física, pois não podiam esperar grande coisa como dote. Aliás, o que esperavam era um braço a mais para o trabalho e esse objetivo, em geral, foi alcançado" (31).

Toda a população, dos mais abastados aos mais pobres, tinha na polenta o alimento básico: o que variava eram os complementos. Os mais abastados usavam ovos, peixes, salames, verduras, mas mesmo esses raramente comiam carne - quando comiam

era de porco, carneiro ou cabrito: s<sup>o</sup> comiam carne de vaca nos dias de festa ou quando adoeciam.

O p<sup>o</sup> de farinha de trigo raramente era consumido, e fresco s<sup>o</sup> na época da colheita do trigo. O macarr<sup>o</sup>, para n<sup>os</sup>, brasileiros, t<sup>o</sup>o ligado à imagem do italiano, era um luxo raramente permitido. O vinho aparecia durante a colheita da uva, quando se consumia alguma bebida, depois desse per<sup>o</sup>do era o "vinhete" (32).

Esta dieta era poss<sup>o</sup>vel para os pequenos propriet<sup>o</sup>rios que tivessem, em m<sup>o</sup>dia, 6 pessoas sob sua responsabilidade. Estes podiam gastar normalmente de 2 a 3 liras di<sup>o</sup>rias com alimentos. Mas, como assinalamos, as fam<sup>o</sup>lias eram constitu<sup>o</sup>idas por um n<sup>o</sup>mero bem maior de elementos, o que proporcionaria por volta de 1 lira di<sup>o</sup>ria para toda a fam<sup>o</sup>lia. A partir destes dados pode-se fazer uma id<sup>o</sup>ia das condi<sup>o</sup>es em que viviam essas pessoas (33).

As casas n<sup>o</sup> ofereciam um espet<sup>o</sup>culo melhor. S<sup>o</sup> v<sup>o</sup>rias, tamb<sup>o</sup>m, as descri<sup>o</sup>es a respeito. Eram "casebres baixos, cheios de frestas, caindo aos peda<sup>o</sup>s, que deixavam transparecer, pelos buracos usados como janelas e pelas fissuras dos muros, a mais triste mis<sup>o</sup>ria; no interior, poucos c<sup>o</sup>modos imundos, aos quais se chega por escadas flacidas e que desmontam sob o peso do corpo, ... as paredes revestidas de p<sup>o</sup> secular, enegrecidas e úmidas das chuvas que descem livremente do teto, infiltrando-se entre as pedras, o ch<sup>o</sup> do t<sup>o</sup>reo é de terra ou de pedras mal ajustadas, aqui e ali arreventadas ou faltando ; o plano superior é formado por tabuleiros bamboleantes, as pe-

quenas janelas onde normalmente faltam os batentes são tapadas por vidros ou folhas de papel, os únicos móveis são um leito ou dois sobre cavaletes, um baú e os utensílios indispensáveis para a cozinha e a agricultura. Alguns santos vermelhos ou azuis, algumas vezes um calendário ... o número de cômodos de uma casa é variável, mas sempre muito inferior às necessidades da família ... cada quarto serve a três ou quatro pessoas, ... daí a coabitação forçada ... Eis, a propósito, como se distribuem as famílias camponesas nos seus quartos ... os filhos, até que não atinjam a idade de casamento, ou se casem realmente, dormem no mesmo quarto que os pais e muitas vezes no próprio leito, por isso os mistérios da geração deixam muito cedo de ser mistérios. As moças dormem com os pais ou com alguma velha da casa, ou mesmo com um irmão menor, donde não são raros os incestos! ... O leito mais comum é uma enxerga ou um catre cheio de cascara de milho, mais raramente de palha. Quem pode, coloca sobre a palha um colchão de lã ou pluma. O chamado 'banheiro' não existe, o hábito é fazer as necessidades corporais no modo que Mantegazza chama 'poético', mas que por mais que contenha a luz do sol - ou do astro prata - e as carícias da livre aragem, não deixa de ser, por isso mesmo, anti-higiênico para a medicina, indecente para a limpeza e ainda lúbrico para a moral ... Assim como descrevemos são quase todas as casas dos trabalhadores da terra" (34).

Evidentemente, as duras condições de vida e a escassa alimentação, somadas à falta de higiene das casas, traziam consequências graves para a saúde. Assim, a pelagra era uma constante, a epidemia permanente como diz um autor (35).

Doenças como a escrófola, o raquitismo, a bronquite, também apresentavam índices elevados (36).

As roupas, tanto dos homens como das mulheres, eram grosseiras, feitas normalmente de algodão ou lã mista. No inverno, os homens usavam capotes pesados de lã, e as mulheres usavam chales, também de lã. A grande maioria, caminhava e trabalhava descalça, só no inverno cobriam os pés com toscos tamancos, feitos com sola de madeira e forrados, nas regiões mais frias com uma lã qualquer.

Toda a roupa era praticamente tecida em casa, desde suas grosseiras meias de lã ou algodão cru, até os véus usados pelas mulheres na Igreja aos domingos. Seus sapatos e tamancos também eram confeccionados em casa (37).

Essas eram as condições de vida dos meeiros e pequenos proprietários, que permitiram a um autor italiano, referindo-se ao Veneto, dizer: "A misérravel condição dos camponeses vênéticos não era apanágio só dos 'braccianti' e assalariados, pelo contrário, constituía a norma para a grande multidão de pequenos proprietários, meeiros e arrendatários" (38)

Estes, apesar de ainda possuírem um pequeno pedaço de terra ou um certo capital para arrendar uma área de cultivo, não estavam automaticamente excluídos da condição de 'braccianti' ou qualquer outra categoria durante parte do ano. Muitos eram obrigados a trabalhar nessas condições em outras propriedades

e rara era a família de pequenos proprietários ou meeiros que não tinha filhos trabalhando como "braccianti" nas grandes propriedades, ou filhas operárias nas minúsculas indústrias artesanais da vizinhança (39).

Entre os pequenos proprietários cultivadores, sobretudo nas montanhas, mas também em outros lugares, o hábito de dividir a terra quando os filhos se casavam começara há tempos (40). Entre os vários problemas que a pequena propriedade enfrentou nesse período, este é um dos principais motivos da sua divisão ou enfraquecimento.

"Belluno, Treviso, Udine e Vicenza, as grandes áreas expulsoras do Veneto, até 1885, constituídas predominantemente de montanhas e colinas, apresentam "um proprietário para cada dois habitantes em Udine; um para cada três em Belluno; um para cada quatro em Vicenza" (41), portanto, propriedades insuficientes para manterem uma família, ainda que menor do que as aqui descritas.

Nem os imigrantes meridionais que se dirigiram para São Paulo até 1885, apresentavam características diferentes: "Nos primeiros anos (1876-1882) a massa emigratória calabresa, constituída quase totalmente de gente de Cosenza, dirige-se em grande parte para o Brasil ... e observando-se os índices oficiais ... salta à vista a prevalência de pequenos proprietários e pequenos arrendatários ..." (42).

Devemos acrescentar, no panorama aqui descrito, a ausência de melhorias técnicas na agricultura, os impostos pesados, a alteração das condições naturais - como devastação de florestas que alteraram o regime pluvial provocando inundações nas regiões de planície e escassez de chuvas nas regiões de colinas e montanhas -, o crescimento demográfico explosivo, impossível de ser reabsorvido pela economia italiana, o lento desenvolvimento da indústria (fatores que R. Foester (43) - autor bastante utilizado por aqueles que se dedicaram à análise da imigração italiana na historiografia brasileira - coloca como causa da Itália ter se tornado uma das maiores fornecedoras de mão-de-obra). Composto esse quadro, entenderemos porque algumas regiões italianas, e o Veneto em particular, se destacaram e porque a pequena propriedade se tornou sinônimo de pobreza.

Completando o cenário, no plano internacional, cabe citar a chamada crise agrária ou a "grande depressão", como preferem chamá-la alguns autores, que durou de "1873 a 1895 e representou a passagem do capitalismo individualista da idade da livre concorrência ao capitalismo monopolista da idade do imperialismo" (44). Foi um período de lutas acirradas, pela disputa dos mercados consumidores: atingindo a Itália num momento dramático e caótico da sua Unificação política, não poderia ter impacto diferente. Foi exatamente a agricultura que sofreu os golpes mais duros, devido à concorrência de produtos similares. A oferta do trigo americano e russo a preços muito inferiores ao custo da produção na própria Itália, fez com que a

produção dessa cereal entrasse em decadência, arrastando consigo outros produtos básicos da agricultura local: milho, arroz, óleo etc., cujos preços também não se mantiveram. Em consequência, o pequeno produtor agrícola perdeu a sua fatia no mercado interno e começou a deixar o campo, batido pelos competidores mais poderosos. Nas regiões economicamente mais firmes, ou seja, naquelas onde as relações capitalistas já tinham penetrado no campo e onde a indústria já se implantara - parte da Lombardia, Liguria e Piemonte - esse processo de proletarização deu lugar a uma expulsão temporária. No Veneto e na Itália meridional, a proletarização, tornou-se sinônimo de expulsão.

"Em 1882 - notava um articulista italiano - foram eliminados dos cadastros da Itália mais de 20 mil pequenos proprietários, cujo contingente maior, para não dizer o único, é aquele dos emigrantes para a América" (45).

Os vênéticos, "não saem com a esperança de voltar, como os do Sul. Saem se desfazendo de tudo, de seus animais e dos poucos utensílios domésticos; partem depois da colheita do trigo, no outono, entre setembro e novembro" (46). Adicionam assim ao escasso pecúlio obtido com a venda de seus bens, o produto da venda dos gêneros agrícolas.

#### 4- Os "braccianti" setentrionais.

São esses imigrantes que compõe o primeiro contingente de trabalhadores para São Paulo. No entanto, na insistência de que o regime de colonato no Brasil reduziu todos os imigrantes a um mesmo padrão - o que só é verdadeiro quando analisado

como contrato de trabalho e não considerando as aspirações daqueles que estabeleciam esses contratos - as características peculiares desses primeiros imigrantes foram esquecidas. Enquanto contrato de trabalho, o regime de colonato realmente diluiu as diferenças exteriormente existentes entre arrendatários, meeiros, etc., mas não destruiu, de imediato, a organização interna da família, seus hábitos culturais, enfim, seus valores de gente da terra e que para alguns garantiu a diferenciação face aqueles que entraram após 1886.

A partir desta data, as características dos imigrantes mudam significativamente. Os imigrantes setentrionais ainda predominaram até 1902, mas eram bem diferentes, do que descrevemos até aqui, as famílias que apartaram no Brasil nesta fase.

A crise européia dos preços agrícolas teve seu auge, na Itália, entre 1880 e 1887 o que, traduzido em termos humanos, determinou uma proletarização acelerada das camadas camponesas. As regiões que mais contribuíram com a emigração para o Brasil não contavam com indústrias suficientes para absorver trabalhadores. A consequência natural foi a transformação destes em proletários rurais, os 'braccianti'.

Aqui, mais uma vez faltam números absolutos, pois "a classificação social adotada nos censos italianos apresenta incongruências absurdas ... basta dizer, por exemplo, que em regiões como a Emilia Romagna e a Lombardia, entre 1881 e 1900, cresce notoriamente um proletariado agrícola de massa, enquanto os censos mostram uma forte diminuição do mesmo ... O pro -



blema é que os censos classificavam categorias como 'braccianti', pequenos proprietários, pequenos arrendatários e outros trabalhadores agrícolas indistintamente" (47).

No entanto, diz A. Lazzarini, no censo de 1881, os 'braccianti' começaram a ser contados separadamente. Analisando uma das províncias vênetas que mais contribuiu para a emigração ao Brasil, Polesine (Rovigo), vê-se que em 1881, do total de 217.700 habitantes, 35,44% da população estava classificada como diarista e que no censo de 1901, de 221.904 habitantes, 53% tinham passado a essa categoria (48).

Na Lombardia, nas regiões de Mantova e Cremona, que maior peso tiveram na emigração, a situação não era diversa. Em Mantova, por exemplo, dos 193.084 habitantes recenseados em 1881, 61.000 estavam na categoria de contratados por um ano, pequenos proprietários e arrendatários, isto é, indivíduos que trabalhavam a terra por conta própria e 114.000, ou seja, quase o dobro eram considerados "diaristas" (49).

Apesar dessas distorções apresentadas pelos censos italianos na classificação dos grupos ligados à terra, os exemplos particulares não deixam dúvida quanto ao crescimento acelerado do proletariado agrícola, que nada mais desejava senão "pão e trabalho", uma vez que a propriedade da terra, apesar de almejada, principalmente no Veneto, deixara há tempos de ser uma possibilidade.

O processo de concentração da propriedade nessas áreas obedece a critérios muito próximos. Nas regiões de planície, sujeitas à inundações e endemias, havia uma enorme carên-

cia de saneamento, canalizações etc. "É exatamente esse processo de saneamento que levou grandes contingentes populacionais à miséria, pois a população de centros vizinhos aos vales, com a formação das grandes fazendas, após o trabalho de saneamento, perdeu seus direitos coletivos como pescar, recolher material para fabricar cestos etc. Além disso, com o fim da demanda da mão-de-obra para o próprio saneamento, os trabalhadores ali ocupados perderam sua função" (50), indo engrossar as fileiras dos diaristas ou autônomos.

Comparando as duas categorias de 'braccianti', os contratados anualmente e os diaristas, verifica-se que as condições eram melhores para os primeiros: seus contratos, na mesma fazenda, eram anuais, dedicavam-se ao trabalho no campo ou trato dos animais. "Tinham trabalho assegurado durante o ano, alojamento na fazenda, uma minúscula horta gratuita e a possibilidade de criar galinhas e porcos; suas mulheres ainda podiam trabalhar como diaristas na mesma fazenda e recebiam uma retribuição à parte, o mesmo acontecendo com os jovens ... Estes 'privilegios' implicavam, por outro lado, em uma relação de tipo feudal com a fazenda: ligados com sua família à terra, não tinham sequer um dia de repouso, não podiam deixar a propriedade sem permissão do patrão e eram constrictos a obedecer a qualquer ordem" (51).

Os diaristas estavam pior: sem contratos, "viviam sem nenhuma segurança, à mercê do mercado de trabalho ou da estação, constrictos a venderem por dia sua força de trabalho" (52). Trabalhavam somente nos períodos de grande demanda de mão-de-obra; assim, na maior parte do ano não tinham rendimentos. E.

Sori fornece a média anual de dias de trabalho dos diaristas em algumas localidades da Itália setentrional, revelando cifras assustadoras: "135 dias em Argenta e 145 em Bondeno, na Emilia Romagna; 163 em Capparó e 160 em Portomaggiore, no Valle Padana" (53). Além disso, aos diaristas cabiam, em muitos casos, tarefas quase inumanas, por exemplo, a colheita do linho, que começava em fins de junho e na qual eram empregados homens, mulheres e jovens.

"É uma operação na qual os camponeses começam a falar já 10 ou 15 dias antes com grandes calafrios e parece que já lhes doem todos os membros. Quando chega o infeliz dia, em grupos de 50, 100 ou 150 pessoas ... se dirigem para os campos a eles designados. Ali chegando deitam-se ao longo das margens dos terrenos pantanosos, lamentando-se em voz alta ou baixa, segundo o humor de cada um, contra o cultivo de uma planta que lhes dá tanto trabalho, em troca de tão pouco dinheiro e doenças infindas".

"Recebida a ordem precipitam-se sobre a espécie de grande tanque onde o linho é plantado e começam a operação. O sol já está alto no horizonte e lhes queima as cabeças ... mal protegidas por um chapéu da palha, a terra quente queima seus pés descalços e as inocentes plantas, sacudidas com raiva, soltam um pó fino que cobre e infecta tudo e todos. Enquanto isso, os feitores, naturalmente à sombra, assistem a importante colheita. Logo muitas mulheres e jovens são obrigados a se ajoelhar para prosseguir e os mais fracos são obrigados a se retirar do campo. Os mais robustos, retomando fôlego, fincam os pés no solo, curvam o tronco, ... e alargando as mãos para po-

der segurar a maior quantidade de hastes possível ... continuam arrancando ... do terreno o usadíssimo linho ... O camponês, nesse trabalho, é quase que tomado de uma espécie de delírio, explicado pela posição em que é obrigado a ficar: horas a fio com a cabeça baixa, num sol quentíssimo e submetendo a um esforço pesado todos os músculos" (54).

Existiam, portanto, razões para que odiassem esse produto: além dessa colheita executada em condições infames, restavam ainda os trabalhos posteriores, dos quais o mais fatigante era a maceração. Esta tarefa cabia às mulheres, "obrigadas a permanecer horas e horas dentro d'água com essa quase lhes tocando o ventre, a mergulhar nela o linho" (55) para extrair os fios.

Tomamos o linho como exemplo, mas a colheita do arroz, trigo ou qualquer outro produto, não era muito diferente. Na realidade, o período de colheita no campo era um verdadeiro martírio. Dada a sobrecarga de trabalhos, os camponeses dormiam, em média, cinco horas por noite, trabalhando todo o resto do período. E não havia como fugir a tal carga, pois para muitos diaristas, as colheitas eram o único trabalho disponível.

As famílias de 'braccianti' eram menores do que as dos meeiros e pequenos proprietários. "Chegam no máximo, a cinco pessoas, normalmente um só casal com filhos e algumas vezes o pai ou a mãe, porém, com no máximo, dois indivíduos aptos ao trabalho" (56). Esta é uma diferença fundamental, pois os poucos salários recebidos tornaram quase impossível manter o núcleo familiar alimentado.

A alimentação, já escassa para os pequenos proprietários, como vimos, era quase inexistente para os 'braccianti'. O cardápio diário, segundo a "Inchiesta Agraria" (57) era de polenta pela manhã, uma sopa de verdura, "a minestra", ou feijão ao meio dia; polenta com verdura crua ou cozida à noite. Em regiões com plantações de arroz, este substituíria a polenta. Utilizava-se gordura de porco. Muitas famílias só faziam uma refeição por dia com polenta, e no resto da dia comiam batatas, conseguindo gastar 50 centavos de lira por dia" (58).

Nas famílias menores, a autoridade do pai é menor, uma vez que "os filhos, normalmente, dada a exiguidade de recursos e a ausência de propriedade, abandonavam a casa ao se casar, levando tudo o que era possível para montar sua nova moradia: móveis, louças, além de ferramentas para o trabalho" (59).

Onde não havia mais nada para dividir a família era obrigada a se separar, tomando um caminho natural, como passo seguinte, a emigração para a América.

A preponderância dos 'braccianti' na corrente imigratória paulista do século passado foi documentada por um articulista italiano, Arrigo Zettiry, que em 1891, a convite do "Jornal do Comércio", fez uma viagem de 65 dias pelo interior de São Paulo (60). Ele constata a transformação ocorrida na composição familiar: "Não são grandes famílias que emigram. Essas são exceções ... predominam as famílias compostas por um casal com um, dois, três e até sete filhos pequenos formando 50% do total. Seus membros vivem nas costas do pai, que é o único a trabalhar e podem se declarar contentes quando conseguem comer ..." (61).

##### 5- A estratégia de arregimentação.

Retomando o curso de nossas considerações, avaliado, mesmo que sucintamente, o momento histórico vivido pela população camponesa italiana, constatamos que a imigração dos 'braccianti' para o Brasil, tornou-se uma possibilidade a partir de 1885, quando o grupo de cafeicultores do Oeste paulista conquistou espaço junto aos núcleos no poder, criando finalmente uma política de imigração, abolindo o caráter circunstancial até então vigente. Daí em diante a imigração tornou-se uma alternativa para os 'braccianti', que não possuíam o dinheiro necessário para partir, pois passaram a ser arregimentados pelas Companhias de Navegação, que recebiam o valor da passagem diretamente da Sociedade Promotora de Imigração (S.P.I.). Realizava-se, assim, o sonho dos cafeicultores, que passavam a dispor, em São Paulo, de mão-de-obra farta e barata.

Dessa maneira, os 'braccianti' compuseram o segundo contingente imigratório paulista. Pode parecer paradoxal o fato de terem sido exatamente as famílias em pior situação econômica, as últimas a abandonar a Itália setentrional. A explicação para isso está do lado receptor.

A estratégia de arregimentação de trabalhadores teve que obedecer às particularidades políticas da luta pela implantação da mão-de-obra livre em São Paulo. Assim, a diversidade dos tipos de famílias de imigrantes que São Paulo recebeu, nos diferentes períodos apontados, bem como a predominância de setentrionais italianos num primeiro momento, em detrimento de

meridionais, são consequências da luta travada entre as facções que detinham o poder em São Paulo.

Até 1885, os fazendeiros do Oeste não puderam contar com a mão-de-obra desejada, isto é, farta e barata, porque enfrentavam a resistência dos proprietários que usavam o trabalho escravo.

Cabe, portanto, explorar esse conflito, ressaltando porém, que o nosso objetivo é o imigrante italiano, particularmente as formas com que foram arregimentados, razão pela qual não analisamos as tentativas precedentes para a introdução de mão-de-obra livre.

Procurando vencer a resistência dos proprietários-escravocratas e demonstrar o quanto a mão-de-obra livre era mais barata do que a escrava, um dos incansáveis defensores do trabalho livre, José Vergueiro, apresentava em 1870 - bem depois da falência de seu projeto de parceria - "no Correio Paulistano, um cálculo visando demonstrar que o trabalho do colono era mais rentável que o do escravo, provando que com o capital necessário para a aquisição de 100 escravos ... era possível obter 1.660 trabalhadores livres" (62), contrariando a opinião dos fazendeiros do Vale do Paraíba, abarrotados de escravos.

Naquela época qualquer projeto de lei propondo ao Estado arcar com as despesas de passagens de imigrantes, solução considerada como ideal pelos cafeicultores do Oeste, após o fracasso dos ensaios precedentes para a introdução do elemento livre na lavoura cafeeira, não era visto com bons olhos. Este grupo, contudo, não esmoreceu em seus esforços e logo surge u-

ma primeira conquista.

"Em 1871 era baixada lei autorizando o governo a emitir apólices até 600 contos para auxiliar o pagamento de passagens de imigrantes ..., em 1874, a Associação Auxiliadora de Colonização e Imigração, criada em 1871, recebia 100 contos para colaborar no financiamento de passagens de imigrantes" (63).

Os fazendeiros do Vale do Paraíba, entretanto, não estavam interessados nessa alocação do dinheiro público e "acusavam seus colegas do Oeste de pretenderem obrigar toda a Província a arcar com despesas que eram do interesse particular de certos fazendeiros" (64).

Os críticos da subvenção tinham razão no plano financeiro e conseguiram barrar a "socialização das despesas" em função de interesses de uma facção econômica até 1885, mantendo o pagamento de passagens relativamente limitado.

Nessa primeira vaga de subsídios, o italiano não era ainda o elemento escolhido pelo fazendeiro brasileiro, que qualificava como limitada sua capacidade de trabalho (65). A lei de 1871, por exemplo, dava auxílio, mas especificava a "preferência pelos originários do norte da Europa" (66).

Essa inclinação pelos homens "do Norte da Europa", entretanto, foi um sonho logo abandonado, principalmente em razão do sucesso obtido pelo contrato que o Governo Imperial estabeleceu com Gaetano Pinto por volta de 1877, para atrair italianos. Logo, esses passaram a merecer a preferência dos fazendeiros do Oeste paulista, que, após a desarticulação da mão-de-obra escrava, buscavam trabalhadores Livres. A atuação de



Gaetano Pinto, com seus serviços prestados ao governo paulista, garantiu-lhe a honra de ter uma das ruas da capital paulista com seu nome - não por acaso no Brás, que por muitos anos foi considerado o bairro italiano da cidade. Merecido, talvez, porque, era um agente eficaz, que começou a atuar no momento certo. De fato, quando o referido contrato entrou em vigor, a Itália começava a sentir os efeitos da recessão européia. Além disso, Gaetano Pinto foi contemplado com todos os instrumentos para realizar o trabalho. "Em virtude desse contrato, esse conhecido arrolador estava autorizado a prometer, nos seus folhetos de propaganda, que assim que desembarcassem no Brasil, os imigrantes teriam, além da passagem gratuita do porto de desembarque à sede da residência escolhida, terra, sementes, alimentos por mais de 6 meses e poderiam tornar-se proprietários assim que tivessem dado provas de estabelecimento fixo" (67).

A importância desse homem para São Paulo era tão grande que Martinho Prado Jr., na Assembléia Legislativa Provincial, em 1884, tentando convencer os deputados a votarem a favor da lei de reembolso total das despesas efetuadas pelos imigrantes para chegarem até o Brasil, bem como, conseguir verbas para o programa de "colonização", não hesita em citar o referido senhor como exemplo.

"Basta ponderar que entre nós desenvolveu-se a imigração só posteriormente ao contrato com Gaetano Pinto ... Por aquele contrato vieram as primeiras famílias italianas para a Província ... Por esse meio, o Dr. Antonio Prado teve em sua fazenda os primeiros colonos daquela nacionalidade e posteriormente o orador, sendo isso objeto de motejo, pois a ignorância

levava os nossos lavradores a julgar o italiano inapto para a lavoura" (68).

O enaltecimento a Gaetano Pinto tinha bases sólidas, pois, durante o período de indefinição da política imigratória, o trabalho de arregimentação de imigrantes foi essencial, para abastecer as lavouras carentes de braços dos cafeicultores do Oeste paulista.

Entre as primeiras áreas italianas a sofrerem esse tipo de assédio estavam a Lombardia e o Piemonte. Os resultados surgiram rapidamente: durante 1872, 73 e 74, inúmeros camponeses das áreas montanhosas, da Lombardia, em face da miséria em que se encontravam, e pressionados por "ávidos e desumanos especuladores de emigrantes que ali chegaram, com promessas de enriquecimento rápido, deixaram essa região e foram padecer no Brasil" (69).

Essa não era uma tarefa que requeria muita especialização, como dizia o mesmo relator. "Basta dizer aos camponeses que dentro de alguns meses terão dinheiro aos montes, que num par de anos serão proprietários de latifúndios, que, de trabalhadores braçais tornar-se-ão patrões, e conseguir persuadir uma meia dúzia dos mais importantes, o apostolado está completo ... E assim, aos gritos de 'viva a América' ... morram os patrões', levadas de emigrantes deixaram a região dirigindo-se para o Brasil" (70).

Os frutos desse trabalho de arregimentação eram com - pensadores. Na relação de Trabalhos Estatísticos apresentada ao Ministério do Império em 1875, dizia-se que, em 1873, de

16.567 estrangeiros na Província de São Paulo, estimava-se a população italiana em 1.132 indivíduos. Porém, um trabalho semelhante feito pelo Conselheiro do Vice Consulado de Portugal para a Câmara da Província, no mesmo período, conta existirem 15.000 italianos na Província de São Paulo, estabelecidos somente em São Paulo e Campinas, de onde, diz o Cônsul que está relatando esses fatos: "Podia-se calcular, sem medo de exagerar, que existiam em 1875, 25.000 italianos na Província inteira" (71) devido à forte imigração clandestina na época.

Emílio Franzina nos dá um relato impressionante dessa máquina montada no Veneto, que conseguiu fazer com que milhares de camponeses, que até 1875 jamais tinham sequer ouvido falar em Brasil e Argentina, passassem a dar "preferência" por essas regiões. (72).

Antes da criação da S.P.I. essa preferência pelo Brasil pode ser creditada à miséria que expulsava milhares de indivíduos da Itália - evidentemente causa primeira da emigração -, mas também ao trabalho desses agentes arregimentadores "Calculava-se, no fim do século, que esse exército de agentes (7.000) e subagentes ... chegavam a 20.000 pessoas" (73).

Mas a rede de agentes clandestinos que se espalhou pela Itália setentrional não podia agir em todos os segmentos do campesinato italiano. A ausência de definição de uma política imigratória por parte do governo brasileiro impedia-os de agirem junto ao camponês desprovido de qualquer recurso, como era o caso dos 'braccianti'.

Isso porque aqueles que partiram da Itália até 1885,

precisavam ter entre 350 a 500 lira para comprarem suas passagens. Isto é, até essa data para partir era preciso dinheiro ... e aí está, apesar de banal, uma das razões fundamentais pela qual as primeiras correntes migratórias eram compostas, na sua maioria, de camponeses (ou seja pequenos proprietários, arrendatários ou meeiros), enquanto os 'braccianti', salvo raras exceções, permaneciam" (74). O dinheiro de passagem era reembolsado, mas no Brasil.

Com os primeiros êxitos na transferência de italianos para São Paulo, a idéia de que essa nacionalidade era inapta para a lavoura deixou de existir. Faltava, entretanto, atingir o objetivo principal: arregimentar imigrantes destituídos de qualquer propriedade, que não tivessem condições de juntar dinheiro em poucos anos, que poderia ser frustrado no caso das famílias grandes, com maiores condições para abandonar as fazendas num prazo mais curto.

Apesar do sucesso que agentes como Gaetano Pinto obtinham com suas falsas promessas de terra farta, registrava-se algumas reclamações de fazendeiros, pois entre os agricultores vinham também indivíduos que nada entendiam da lavoura e que, chegando a São Paulo, se negavam a trabalhar no campo. Além disso, mesmo as famílias de pequenos agricultores, que com a crise na lavoura italiana foram obrigados a procurar sustento em atividades extra-agricultura, contavam com um ou dois elementos aptos a outro gênero de trabalho.

Em 1901, por exemplo, Adolfo Rossi, enviado pelo Ministero degli Affari Esteri (M.A.E.) a São Paulo para estudar as

condições dos colonos italianos nesse Estado, em vista da série de reclamações que chegavam à Itália, faz uma longa viagem incluindo as principais regiões produtoras de café: Araraquense, Paulista, Mogiana e parte da Central.

Na viagem entre Rio Claro a Ribeirão Preto, fez escala em Bragança, onde era esperado por um compatriota, chamado Michelle Castelan (75), que lhe relata uma história interessante: "Como o Sr. sabe, eu e meus dois filhos, um dos quais já está casado agora, chegamos em São Paulo há 15 anos atrás (1886). Na Hospedaria dos Imigrantes tivemos a felicidade de encontrar um fazendeiro honesto, o qual vendo-nos, os três, todos fortes e adultos, nos contratou para sua fazenda, que se encontra a uma hora daqui, e nos encarregou de escolher um grupo de boas famílias. Nós lhe indicamos algumas, de excelentes camponeses nossos compatriotas e todos juntos, viemos para Baguaçu. O patrão era honesto e nós éramos bons trabalhadores, os tempos foram propícios e assim em quatro anos, tínhamos economizado alguns contos de réis. Pedimos ao Sr. Floriano permissão para comprar este pedaço de terra e montar uma oficina mecânica e uma carpintaria, profissões estas exercidas por nós na Itália, como também para fabricar tijolos ... Hoje temos aqui bois, vacas, mulas, cavalos, galinhas em quantidade. Por pior que vão os negócios, o arroz, o feijão, o milho e os ovos não faltam nunca" (76).

Isso era, do ponto de vista do fazendeiro, um perigo a ser evitado, pois o Estado não podia correr o risco de financiar passagens para famílias de trabalhadores que, após al-

guns anos, conseguiam recursos para abandonar as plantações de café.

Nesse sentido, o grupo a ser atingido deveria ser o de 'braccianti', completamente destituídos de recursos e que, segundo a opinião dos fazendeiros, teriam maior dificuldade para abandonar a lavoura, hipótese essa só em parte verdadeira, como veremos em outro capítulo. / É assim que as medidas posteriores a 1880 estiveram concentradas em atingir os camponeses menos aptos a abandonar facilmente as fazendas.

Em 1884, foi aprovada uma lei provincial autorizando o "Presidente da Província ... a despender 200 contos com a criação de núcleos coloniais e 400 contos, anualmente, com auxílios à imigração, destinados tanto à grande lavoura como aos núcleos" (77). No entanto, por essa lei, só se pagariam passagens a famílias imigrantes aptas para a lavoura.

A estratégia para a arregimentação destes lavradores não podia apenas acenar com a aquisição de pequenas propriedades, a curto prazo ou de imediato, através dos núcleos coloniais, como ocorrera até então. Doravante seria preciso enaltecer valores que falassem de perto aos 'braccianti', já na Itália completamente destituídos de qualquer propriedade sobre a terra.

A saída foi a de sugerir a possibilidade de reconstrução dos núcleos familiares, já esfacelados na Itália. O trabalho da família, para as sociedades pré-industriais, era um valor a ser preservado a qualquer custo; os cafeicultores paulistas souberam muito bem como aproveitá-lo.

A situação do campo italiano era bastante clara para estes. Em 1878, por exemplo, um dos batalhadores pela introdução da mão-de-obra livre em São Paulo, Queiroz Telles, primo de Martinho Prado Junior, o maior defensor do trabalho livre nesse estado, "visitou oito países da Europa Ocidental, voltando entusiasmadíssimo com sua potencialidade como fonte de mão-de-obra, principalmente a Itália" (78) que, evidentemente, diante da miséria já descrita era propícia à exploração. A realização deste projeto deu-se, efetivamente, em julho de 1886, com a criação da Sociedade Promotora de Imigração.

Não foi por acaso que a proposta de que esse organismo "se tornasse o único agente contratante de imigração junto ao governo provincial" (79) partiu do próprio Queiroz Telles.

Já no ano seguinte à sua fundação (1887) a S.P.I. "celebrava um contrato com o governo provincial através do qual se obrigava a promover, por todos os meios convenientes, a imigração estrangeira. Para tanto, deveria contratar, com as Companhias de Navegação, o transporte de imigrantes" (80).

O discurso montado pela S.P.I. deixa claro o quanto seus membros conheciam o campo italiano e como sabiam agir diante da situação de penúria dos camponeses. Sua intenção era fazer com que famílias já instaladas no Brasil atraíssem seus parentes ainda na Itália: para isso "mandou publicar anúncios, em todos os jornais, convidando os estrangeiros que quisessem utilizar as passagens gratuitas para suas famílias a se dirigirem à Diretoria, solicitando-as" (81). Assim, a política de ascenso à reconstrução dos núcleos familiares se consolidava, res

palçada, também, nos contratos familiares, instituídos nas fazendas paulistas.

Com essa estratégia, um outro membro da S.P.I., nada menos que seu presidente, Martinho Prado Júnior, foi pessoalmente à Itália em 1886 (82) para "inspecionar e estudar os meios práticos de levar a efeito a imigração em maior escala ... tomando a resolução de evitar a partida de um número tão crescente de artistas e negociantes para São Paulo, preferindo dar passagens às famílias de agricultores" (83).

O local escolhido para a arregimentação parece ter sido determinado de comum acordo com o governo italiano, o que, por outro lado, atesta como a classe dominante italiana, ao ser ameaçada por revoltas esporádicas, devidas à crescente miséria que assolava o país, não hesita mesmo em determinar os lugares onde agentes brasileiros poderiam agir.

Diz Martinho Prado Jr., em um dos seus discursos: "A S.P.I., por intermédio de seus agentes na Itália, havia obtido permissão para trazer imigrantes a São Paulo, sob certas garantias, entre as quais destacava-se a certeza do emprego imediato ... e pela primeira vez, com assentimento expresso do governo, por meio de circulares às autoridades, abriram-se as portas da Itália a São Paulo, determinando-se até os lugares de onde podiam nossos agentes retirar gente" (84).

Em outro discurso, do mesmo personagem, fica claro que os lugares onde seus agentes podiam agir abrangiam o Norte da Itália.

"Se a S.P.I., até hoje, tem introduzido somente ita -



lianos, e do Norte, não o fez por sistema, procurando afastar os de outra procedência. O motivo principal foi a já apontada preferência para os que são chamados, além da grande procura e predileção pelos trabalhadores dessa nacionalidade, perfeitamente adaptados, pela moralidade e inexcedível amor ao trabalho, aos nossos desejo ... (85).

Dessa forma, não foi difícil à S.P.I. garantir o enorme fluxo migratório da Itália para São Paulo, a partir de 1886. Durante a existência da S.P.I. (1886-1895) entraram em São Paulo 480.896 imigrantes, 353.139 dos quais eram italianos. Desse total, "220.000 foram introduzidos pela S.P.I.", de acordo com seus relatórios oficiais (86).

A S.P.I. deveria durar até 1892. Chegado, porém, este momento, seus membros não consideraram o Governo Central em condições de assumir totalmente os encargos da imigração necessária a São Paulo e assim a S.P.I. continuou a funcionar oficialmente até 1895; mesmo tendo o "Governo Central, firmado um contrato com a Companhia Metropolitana para a introdução de um milhão de indivíduos em 10 anos, reagrupando assim em um só contrato, todas as concessões feitas anteriormente a particulares e Companhias da Navegação" (87).

O advento da República, embora representando a vitória do grupo imigracionista no plano político, trouxe um ônus a imigração: a nova administração não pode, de imediato, assumir todos os compromissos financeiros com a transferência da mão-de-obra. A conjuntura interna brasileira pós-1889, impediu o Governo Central de dispensar toda a atenção à imigração. Che

gou-se mesmo a suspender seus subsídios, entre setembro de 1893 a maio de 1894 (88), em razão dos conflitos que ocorreram no Rio Grande do Sul (89).

Em contrapartida, se o encargo da introdução de imigrantes não foi de início cumprido a contento, a Constituição liberal promulgada em 1891, além de representar a consagração de um dos pilares ideológicos republicanos, através do federalismo, deu aos Estados autonomia de ação segundo seus interesses, livrando-os assim de qualquer impecilho à introdução da mão-de-obra necessária às suas lavouras. E os Estados não perderam tempo: "São Paulo, Estado líder da economia, desembarcou-se logo das peias centrais para contrair empréstimos (no exterior) e assegurar a mão-de-obra indispensável à cafeicultura" (90).

Em 1894, as oligarquias cafeeiras lançam a candidatura de Prudente de Moraes para a presidência da República. Eleito, ele garantiu o triunfo da política defendida pelos paulistas. No seu governo, a lavoura mereceu grande atenção. Teve início a nova "inundação humana em direção a São Paulo", permitindo que a "S.P.I. se dissolvesse em 1895" (91), pois nesse momento o modelo criado por São Paulo passa, efetivamente, a ser seguido por toda a nação. Surgiram, entretanto, novos problemas para o abastecimento da mão-de-obra.

O preço do café no mercado mundial, que se mantivera alto até 1893/94, começa a cair, a partir de então iniciando uma trajetória que durou quinze anos e trouxe graves consequências para a lavoura e para o abastecimento da mão-de-obra, pois

várias fazendas, não podendo saldar seus compromissos, começaram a resolver seus problemas às custas da parte mais fraca da relação de trabalho, isto é, o colono, diminuindo seus salários e aumentando as multas visando prendê-los por dívidas.

Esta conjuntura, no entanto, pouco alterou o panorama da lavoura cafeeira, pois o plantio de novas áreas, apesar da crise dos preços que se delineava, não parava.

"Entre 1895 e 1902, a exportação de café cresceu de 6,7 milhões de sacas para 13,2 milhões" (92), o que significou, em números de pés de café, as seguintes cifras "Em 1890/91 havia em São Paulo 200.000.000 cafeeiros produtivos; em 1904/5, essa cifra era de 688.845.410 pés" (93), isto é, o triplo das plantações.

O agravamento da crise, porém, e os novos rebaixamentos de salários levaram um número crescente de colonos a recorrer à fuga como alternativa às tristes condições encontradas em São Paulo. As proporções desse fenômeno assustaram o governo paulista tornando mais urgente a tarefa de repor a mão-de-obra.

Em 1895, problemas ocorridos em São Paulo envolvendo italianos levaram o governo da Itália a proibir a emigração para o Brasil àqueles que não tivessem condições de se manterem aqui às próprias custas (94). Essa intervenção, contudo, pouco serviu para conter o movimento, pois era praticamente impossível controlar os arrolamentos clandestinos ou de sub-agentes dispostos a burlar as regras legais. "A própria Cia. Navigazione Generale Italiana, lança uma circular, em 1898, alertando o governo italiano de que esses agentes, numa conjuntura desfavorecida

rável à atividade das companhias oficiais, saíam abertamente, em massa, arregimentando o maior número possível de emigrantes" (95).

Além desses incidentes os emigrantes em potencial foram alertados pelas denúncias sobre as condições enfrentadas no Brasil, pela contra-propaganda feita por aqueles que voltavam, pelas cartas enviadas por parentes e amigos, embora isso tudo não tenha servido para estancar significativamente o fluxo migratório.

Nessas cartas eram comuns frases como estas: "de todas as promessas que nos fazem na Hospedaria dos Imigrantes, nem a décima parte é verdade" (96), ou, "Aqueles que estão bem na Itália, como vocês, meus filhos, não devem deixá-la, digo - lhes isto como pai ... não acreditem naqueles que falam bem da América, porque são todos embrulhões que arruinaram muitas famílias" (97), ou ainda, "é preferível estar numa prisão na Itália do que numa fazenda aqui" (98).

Ainda que a repercussão de conselhos como estes fosse pequena, a predominância exagerada de imigrantes vênnetos começou a dar sinais de queda a partir de 1895/6. De fato, desta data até 1902, entre os 408.643 italianos que chegaram a São Paulo, vênnetos e lombardos somavam 126.413, isto é, 30,9% do total do período, enquanto o número de meridionais começa a crescer.

A cifra de participação de regiões como Abruzzi, Molise, Campania, Calabria e Basilicata sobe para 193.885, passando a constituir 47,4% do total, ou seja, mais do dobro dos me-

ridionais entrados no período em que a S.P.I. estava em pleno funcionamento, que foi de 74.782.

Finalmente, em 1901, após inúmeras denúncias recebidas pelo Governo italiano sobre as condições enfrentadas pelos camponeses italianos nas fazendas paulistas, foi enviado a São Paulo um inspetor do Ministero degli Affari Esteri, Sr. Adolfo Rossi. Essa visita resultou num relatório, cujas denúncias levaram o Governo italiano a tentar impedir a Emigração desordenada de seus súditos. Assim, em 1902, surgiu o "Decreto Prinetti", que não foi decreto, não foi de Prinetti e nem proibiu definitivamente a emigração para o Brasil (99), mas, apesar de todas essas deficiências, surtiu algum efeito, beneficiando parcialmente o já exaurido Veneto, sem, porém, atingir de fato o Sul da Itália. A necessidade de continuar suprindo a lavoura paulista de mão-de-obra barata fez com que, mais uma vez, a estratégia de arregimentação dos cafeicultores se adequasse às novas condições italianas.

Em São Paulo, todo discurso montado em cima dos requisitados imigrantes do "Norte da Itália" cai por terra, e até a exigência de só pagar passagens para as famílias começa a desmoronar. Assim, no "Relatório apresentado ao Dr. Francisco de Paula Rodrigues Alves no ano de 1900, o Dr. Antonio Candido Rodrigues, Secretário da Agricultura, depois de comunicar ter sido pouco satisfatório o movimento de imigrantes no ano anterior, informa haver o governo pago também as passagens de imigrantes solteiros e dos que já tivessem estado no Brasil, reduzindo mesmo a fiscalização na Hospedaria". As regiões escolhi-

das passam a ser "Calábria, Basilicata, Campania, Abruzzi e a Sicília, que fornecem contingentes mais elevados de emigrantes" (100).

#### 6- A evasão meridional.

É preciso mais uma vez, recorrer às particularidades da penetração do capitalismo no Sul da Itália para entendermos porque, apesar de todos os acontecimentos que, na essência, retratavam as condições desabonadoras que os imigrantes enfrentavam nas lavouras paulistas, a Itália continuasse como a maior fornecedora de mão-de-obra para São Paulo.

Apesar de não encontrarmos um número tão compacto de emigrantes de uma só região, como no caso vênето, a soma das três regiões meridionais que mais contribuíram para o contingente imigratório brasileiro está longe de ser desprezível : 405.913 indivíduos saíram da Calabria, Campania, Abruzzi e Molise. A explicação dessa grande expulsão está, mais uma vez, nas relações sociais aí dominantes, antes da Unificação e mantidas intactas após este movimento.

Conforme E. Sereni: "devemos abolir os persistentes preconceitos de uma absoluta incapacidade da Itália em dar trabalho a todos os seus filhos e de uma superpopulação absoluta ... não é a terra que falta, principalmente nas regiões onde a imponente do fluxo emigratório foi maior. não é a terra e não são as condições naturais que empurram para a emigração milhões de trabalhadores agrícolas, especialmente da Itália meridional.

É ainda, mais uma vez, nas condições e nas relações sociais, na forma particular que o desenvolvimento capitalista assume na agricultura e, em geral na economia italiana, que devem ser procuradas as forças motrizes do fenômeno emigratório. Somente essas condições e essas relações podem explicar a formação dessa superpopulação artificial na agricultura ... e explicar o fato de que regiões inteiras como a Basilicata, que em outros tempos sustentava um certo número de indivíduos, não conseguem hoje sustentar uma população consideravelmente menor" (101). Em essência, o que caracterizava o Sul da Itália, mais do que suas outras regiões, eram os resíduos feudais. A agricultura era pobre, baseada numa técnica rudimentar, sem qualquer inovação ou mecanização. Os grandes proprietários ou grandes arrendatários dividiam suas enormes extensões de terra em minúsculos pedaços, insuficientes para sustentar uma pessoa e não tinham interesse algum em mudar essa situação.

Em troca do uso da terra, os camponeses deviam entregar parte da sua produção e, dependendo do tipo de contrato, também uma parte em dinheiro. A baixa produção impedia o agricultor pobre de saldar suas dívidas, empurrando-o às mãos dos agiotas, função geralmente desempenhada por grandes arrendatários do Sul, aumentando assim sua capacidade de exploração sobre o camponês.

Após a Unificação política, com a melhoria dos meios de transporte, abriram-se novos mercados para a economia do Sul, mas para conquistá-los era preciso suplantarmos a produtividade das outras regiões (102). Nesse processo, a indústria de

laticínios, antes florescente no Sul e a pequena indústria artesanal, complemento essencial da economia agrícola, foram quase totalmente abandonadas, cedendo lugar à produção de grãos, principalmente trigo, para concorrer com a produção do Norte. No entanto, logo se descobriu que tais produtos eram pouco adaptáveis às regiões meridionais, sobretudo nas montanhas.

"Uma acumulação capitalista precária, a própria exigência de uma superpopulação artificial na agricultura, que permite aos proprietários impor contratos ainda mais opressores aos camponeses, impede o desenvolvimento da grande propriedade capitalista moderna ... onde, pelo menos, os camponeses expropriados teriam o recurso de se ocuparem como assalariados ... a permanência de resíduos feudais no campo cria obstáculos ao desenvolvimento da grande indústria ao retardar o processo de formação de um mercado interno, e portanto impede a reabsorção da mão-de-obra liberada pelo campo" (103).

No Sul, as características das propriedades se assemelhavam às da Itália setentrional. Pequenas e médias nas regiões de montanhas e colinas, médias e grandes nas planícies. Mas quanto aos cultivos, ao invés do trigo, milho e da vinha, típicos no Norte preponderava a tríade: oliveiras, amêndoas e fruticultura com predomínio dos cítricos. A vinha e o cultivo de cereais, especialmente o trigo, como já dissemos, não davam bons resultados (104).

As relações de trabalho tinham características tão alarmantes que os autores são unânimes em afirmar que as condições de exploração dos camponeses eram indignas e os contratos agrários injustos e aviltantes. "Para o trabalhador receber o



dia de trabalho, era preciso quase suplicar, como um favor do patrão, em vez de exigi-lo como um direito" (105). Os contratos de trabalho no Sul, principalmente nas áreas mais pobres, eram tão intrincados, que tornavam quase impossível diferenciar um pequeno arrendatário, ou meeiro, de um assalariado.

Os salários eram dos mais aviltantes e pode-se dizer que a média oscilava entre 0,85 a 1,50 lira ao dia, na maior parte do ano, chegando a um máximo de 1,80 a 2,50 liras na épocas das colheitas, ceifa etc. Os salários femininos, sempre inferiores, gíravam em torno de 0,50 a 0,60 centavos de lira, chegando ao máximo de 1,50 lira nos períodos citados (106).

A alimentação não diferia, na essência, da do campo - nês do norte, pois a polenta e a "minestra" continuavam a ser os alimentos consumidos em maior escala, entrando com mais frequência na dieta, o pimentão e a cebola. A exemplo do Veneto, era um grande luxo poder comer pão de trigo e carne de vaca, o vinho era inexistente e o leite só acessível ao consumo nas regiões de pastoreio.

Nas áreas montanhosas comia-se normalmente o pão de centeio, mas alguns autores italianos, chamam a atenção para o hábito de consumir "pão de farinha de lentilha selvagem, o qual, ao ser assado, assumia uma coloração negra e um aspecto desagradável e que quando faltava trabalho, punham para cozinhar ervas selvagens e as comiam sem condimento ou pão" (107).

Quando pensamos nas casas descritas para o Veneto, julgamos quase impossível pensar que pudessem existir piores, mas existiam.

Durante séculos, o Sul esteve submetido a ataques e invasões de populações estrangeiras, razão pela qual não havia o costume de morarem esparramados pelo campo. Com o aumento do "brigantaggio", a multiplicação da malária e o crescimento da população, cada vez mais camponeses amontoavam-se nas cidadezinhas. Essas "eram compostas por miseráveis e sórdidas vielas, às vezes suficiente só para a passagem de um homem ... com mil casebres, normalmente de um só andar, grudados uns aos outros, unidos por corredores escuros de onde se desprendia um cheiro pútrido e nauseante. Ali viviam famílias inteiras em promiscuidade deplorável com os animais; normalmente o único cômodo era dividido em duas partes: na primeira viviam as pessoas amontoadas sem distinção de idade ou sexo, na segunda, os animais: bois, burricos e muitas vezes os porcos e, com os animais, seus excrementos. Seus únicos móveis eram um catre cheio de palha, um banco, algumas cadeiras e caixas. Cozinhavam normalmente sobre três pedras colocadas em forma de triângulo, que lhes servia também de lareira. A saída da fumaça era pela janela, quando tinham, caso contrário, pela porta" (108).

Nessas vielas cresciam as crianças, passeavam os animais, que ali também eram mortos quando utilizados como alimento; era o depósito da sujeira das casas.

Além da miséria e da imundície, seus habitantes tinham que fazer, todos os dias, longos percursos a pé para chegarem às plantações.

Esse é o contexto do Sul da Itália e permite entender porque, constituiu um núcleo de migração para o Brasil, quando

o fluxo estancou mais ao Norte; na verdade, embora o papel atrativo tenha sido importante na arregimentação dessa mão-de-obra, os fatores expulsivos, não podem ser esquecidos.

Esses camponeses sem nada mais a perder, não hesitavam em fugir desse estado perene de miséria. Por isso, nestas regiões de predomínio dos resíduos feudais houve uma emigração familiar semelhante à dos 'braccianti' do Norte, acompanhada de emigração de homens sós, para os quais também não havia perspectivas.

Referindo-se à Calabria de 1906, portanto já no último período da emigração, diz um autor: os calabreses partem de preferência nos meses de inverno ... quando os trabalhos no campo já terminaram e podem ser deixados aos cuidados das mulheres e crianças. Aqueles emigrantes que se dirigem ao Brasil e aos países do Prata, são de preferência atraídos pelos trabalhos de colheitas, que naquelas regiões, exigem grande quantidade de mão-de-obra" (109).

Como dissemos, o decreto Prinetti, por sua débil concepção deixava vários pontos em aberto e jamais conseguiu sustar a arregimentação praticada no Brasil, porém acentua-se após essa data, a propaganda oficial a favor do Brasil, como atestam os famosos "guias" para emigrantes. Um deles, publicado pelo Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas do Estado de São Paulo (110) é taxativo nesse aspecto. Ao lado de belas fotografias de igrejas, casas em colônias, sociedades beneficentes, etc., expunha as condições para burlar a lei. Na parte dedicada aos emigrantes, a primeira frase diz: "Esta par

te do livro é especialmente dedicada à leitura daqueles que se dispõem a emigrar em busca de melhores condições ... Ninguém pode impedir a emigração, ninguém pode eximir-se de emigrar quando se manifestam causas naturais que obrigam a fazê-lo. Nos países que têm população muito grande em relação ao seu território ... aparece a concorrência dos trabalhadores ... o trabalho é pouco para o grande número de braços que procuram viver ...". Continuam, dizendo claramente que ... "o emigrante não precisa gastar absolutamente nada em passagem para si e para a família, pois é o governo do Estado que paga" (111). Além disso, aqueles que pagassem a própria passagem teriam o "direito a serem indenizados pelo Tesouro do Estado" (112).

Após uma lista enorme de tudo o que se poderia trazer, aparece um elenco dos portos alternativos de embarque para o Brasil, burlando assim a proibição: Hamburgo, Bremen, Marselha, Lisboa, Vigo, Barcelona e Malaga, fora da Itália; finalmente, de Genova e Napoli saíam quatro linhas de vapores para Santos (113), que ainda continuavam autorizadas a transportar os emigrantes.

Essa burla do Decreto Prinetti continuou tão inescrupulosamente que "em 1905 o Commissariato dell'Emigrazione determinou que os passaportes só podiam ser concedidos se as viagens fossem pagas pelos imigrantes, com dinheiro próprio, ou combilhetes já pagos e enviados pelas famílias. Em 1906 ainda, além dessas exigências, era preciso que o cônsul local desse um atestado de que efetivamente havia um chamado da família ... o que não impediu que muitas pessoas fossem do Brasil para a Itália com dinheiro para pagar as viagens dos que quisessem emi -

grar ... e que na Hospedaria, aqueles que chegassem, tendo pago sua viagem, fossem reembolsados sem a necessidade de intermediários" (114).

Apesar de todo esse esforço, o Brasil deixou de ser o país escolhido pelos que desejavam emigrar após 1902. A média anual de italianos que se dirigiram ao Brasil, entre 1870 e 1902, fora de 43.116 pessoas; de 1902 a 1920, a média cai para 14.328. A partir daí surge um novo polo de atração interferindo no harmonioso contexto histórico, caracterizado, por um lado, pela necessidade de expulsão de trabalhadores desempregados da Itália, e por outro, pela carência de mão-de-obra para a lavoura no Brasil. A perspectiva de emigrar para os Estados Unidos passa a fascinar o trabalhador meridional. Cabe lembrar aqui que entre 1902 a 1920 dirigiram-se para o Brasil 290.027 italianos, enquanto para os Estados Unidos dirigiram-se 3.920.330 pessoas, ou seja, 13.5 vezes mais (115).

No começo do século, a par da atração pelos Estados Unidos, começam a surtir efeito os relatos daqueles migrantes que voltaram do Brasil ou desistiram deste, partindo para a Argentina; pior ainda era o espetáculo proporcionado por aqueles que desembarcavam de volta para a Itália depois de 1902.

"Entre 1903 e 1910, para cada 100 italianos que foram para os Estados Unidos, voltaram 58; para a Argentina e Uruguai, de 100 que partiram 44 voltaram; para o Brasil, de 100 que partiram, voltaram 166 ... Voltam sô os naufragados, os perdidos, enquanto muitos, mesmo que estejam mal, continuam presos ao solo ... E como voltam! No porto de Genova ... distin-

gue-se à primeira vista os que voltam do Brasil ... pela fisionomia, pelo porte, pelas roupas. Basta dizer que o Comissariato subsidia um patronato em Genova para socorrer os repatriados, principalmente do Brasil, aos quais deve fornecer roupas e sapatos" (116).

Esse trecho acima foi escrito em 1913 e o objetivo do autor ao relatar todos esses episódios era impedir que uma linha direta da navegação entre o Brásil e a Itália fosse estabelecida, visando sobretudo transportar imigrantes para São Paulo (117).

Verifica-se assim que, usando métodos adaptados aos diferentes momentos da penetração capitalista no campo italiano, o grupo cafeicultor paulista conseguiu solucionar o problema da mão-de-obra nas suas fazendas. Seguindo o traçado dessa expansão capitalista e o roteiro das várias fases da luta pelo poder entre as facções políticas paulistas, podemos entender porque as grandes famílias de meeiros, arrendatários e pequenos proprietários escolheram o Brasil como opção diante da crise que assolava o campo italiano e porque, posteriormente, as fazendas paulistas foram inundadas pelos antigos 'braccianti' italianos.

O uso de fórmulas para atrair imigrantes não foi privilégio brasileiro. Os Estados Unidos, por exemplo, usaram salários um pouco mais altos do que os pagos na Itália.

No entanto, quando trabalhamos com a história, o problema que se coloca é: da perspectiva de quem estamos narrando os fatos? Do ponto de vista da classe dominante, as únicas saí

das eram as já apontadas. No entanto, para o historiador que pretende dar a palavra ao outro pólo, isto é, às classes subalternas, cabe ao menos o dever de expor o quê, representou tal epopéia humana para esse grupo social.

#### 7- A escolha ocupacional em São Paulo: raízes históricas.

É impossível entendermos o cotidiano do imigrante italiano no novo mundo, seus anseios e formas de resistência à proletarização, se negligenciarmos suas raízes históricas. Nessa linha, não só os valores próprios da sociedade pré-industrial merecem atenção; não podem ser esquecidas as próprias diferenças regionais, que os faziam identificar-se como vênéticos, calabreses, lombardos etc., muito mais do que como italianos, pois isso influíra na integração na sociedade paulista.

De fato, desde o primeiro momento de integração na nova sociedade, a escolha de atividades a serem desenvolvidas nas fazendas de café, ou a dispersão do grupo entre o campo e a cidade (em São Paulo), obedecem, em grande parte, às normas sócio-culturais de vida de que os imigrantes eram portadores.

Para identificar essa primeira forma de aproximação com a nova sociedade é preciso, inicialmente, caracterizar, numericamente, o peso que cada uma das regiões italianas teve no contingente imigratório que se dirigiu para o Brasil, uma vez que o comportamento apresentado na nova sociedade entre meridionais e setentrionais traz as marcas da sociedade de origem.

Durante muito tempo foi idéia corrente que a emigra -

ção italiana para o Brasil era na maioria de meridionais, noção hoje já desfeita. Na realidade, o maior contingente que se dirigiu para o Brasil era, de longe, composto de vênéticos.

No entanto, se a emigração de meridionais não foi predominante, não se pode dizer que esteve ausente ou que tenha sido inexpressiva. Um razoável número de italianos dessa região deslocou-se para o Brasil, onde teve um papel bastante diferente dos setentrionais.

A tabela seguinte permite acompanhar o quadro mais objetivamente.

EMIGRAÇÃO ITALIANA PARA O BRASIL POR REGIÕES (1876-1920)

Veneto	365.710	
Campania	166.080	
Calabria	113.155	
Lombardia	105.973	
Abruzzi/Molise	93.020	
Toscana	81.056	
Emilia Romagna	59.877	
Basilicata	52.888	
Sicilia	44.390	
Piemonte	40.336	
Puglia	34.833	
Marche	25.074	
Lazio	15.982	
Umbria	11.818	
Liguria	9.328	
Sardenha	6.113	
<hr/>		
TOTAL	1.243.633	(118)



No caso vênето, as cifras são realmente impressionantes. A região fornece 30% do total de emigrados para o Brasil entre 1870/1920. Se isso tem um peso, para nós, brasileiros ele não é menor para a região de origem. O "Merica Merica", que aparece em poemas e canções populares do período, dando mesmo título recentemente a um livro de cartas de emigrantes (119), deveria no Veneto ser traduzido por "Brasile Brasile". "Três quartos da emigração transoceânica do Veneto dirigiu-se para o Brasil durante os últimos 25 anos do século passado" (120). Isso nos permite afirmar que, o Brasil foi praticamente o único a receber vênетos, entre os países da América, no referido período.

Em segundo lugar, nesse quadro, vem a Campania, que fornece 13,3% do total; seguida da Calabria, com 10,5%; e, finalmente, a Lombardia, com 8,5% do total.

O peso desses grupos também varia no período estudado. De 1870 até 1902, os vênетos mantêm a primazia entre os emigrados para o Brasil. Depois, a liderança passa à Calabria, seguida pela Campania, voltando os vênетos ao primeiro posto somente após 1918.

Totais até 1901 e após essa data:

até 1901	Veneto	Lombardia	Campania	Calabria
	326.793	86.585	108.301	67.944
Após 1902	38.917	19.388	57.779	63.211 (121)

As variações no movimento imigratório, segundo a região de origem, devem-se mais às condições expulsoras da Itá-

lia, do que a uma preferência deliberada por parte dos fazendeiros paulistas.

Considerando o grande período imigratório no Brasil, 1870 a 1920, e guardando a devida proporção, uma vez que não estamos diante de um fenômeno de laboratório, perfeitamente controlável, é possível verificar de que maneira o fenômeno da transição capitalista italiana se espelhou por sucessivas regiões e como a emigração foi caminhando paralelamente a essa transformação.

O fenômeno expulsor começa em algumas áreas da Lombardia e do Piemonte, seguidas pelo Veneto e termina no Sul. Porém, se o Sul, numericamente, aparece, após 1902, como a região que maior contribuição deu à emigração brasileira, isto não quer dizer que até então não houvera expulsão dessa região; muito pelo contrário: O caso calabrês é um bom exemplo: essa região começou expulsando indivíduos para o Brasil desde 1870, em percentuais equivalente à Lombardia, lentamente ultrapassa-a a partir de 1893/94. Ganha a primazia no movimento geral após 1902, quando decaiu a emigração vêneta (122).

Por isso torna-se difícil estabelecer uma cronologia clara do movimento dos italianos. No entanto, de acordo com os dados da Inchiesta Agraria, já em 1881 a Lombardia registrara traços de migrantes que haviam retornado do Brasil (123).

Analisando as difíceis condições do campo lombardo, o relator da província de Mantova chamava a atenção para o fato de que inúmeros camponeses da região tinham procurado saída na emigração para o Brasil, incentivados por um grande número de

agenciadores. Diz ele: "agora, depois do primeiro desafogo, a doença (ele afirmava que a emigração para o Brasil tinha assumido um caráter de alucinação) parece decrescer, porque foi aplacada com as notícias chegadas do Brasil e pelo regresso de alguns repatriados, mais miseráveis do que antes" (124).

Os reflexos, ainda que tênues, da concentração de imigrantes dessas diferentes áreas em São Paulo, não deixaram de ser assinalados por observadores da época.

Um grande número de mantovanos aparecem concentrados em Ribeirãozinho (125). Em Mococa, entre os 10.000 italianos ali assinalados em 1902, nada menos de 4.000 pertenciam à cidade de Potenza, na Basilicata (126). De 1876 a 1882, a massa emigratória calabresa que se dirigiu para o Brasil era constituída totalmente por habitantes de Cosenza (127).

Os vênetsos se espalharam por todo o Estado de São Paulo. Mesmo assim, São José do Rio Pardo era considerada particularmente uma cidade vêneta, em 1902, identificando a origem da maioria dos italianos ali residentes nessa data (128).

Isto denota uma tentativa de aglutinação segundo regiões de origem, fenômeno nunca estudado no Brasil. Foi portanto, percorrendo o traçado da penetração capitalista no campo italiano, que pudemos acompanhar como a expulsão foi se dando, nas diferentes regiões italianas, e avaliar, quantitativamente, suas contribuições no contingente imigratório durante todo o periodo estudado.

Quanto ao regresso, não foi possível descobrir o percentual das diferentes regiões sobretudo porque as únicas fon-

tes que dispomos para isso são as italianas e estas são registradas dados de repatriados a partir de 1905. Após esta data, até 1920, voltam para a Itália 164.195 nacionais que tinham morado no Brasil. Os vênnetos correspondem a 14,3% desse número, exatamente o mesmo percentual da Campania, vindo em seguida a Calabria, com 12,5% e, finalmente, a Lombardia, com 7,4%.

O retorno dos vênnetos é muito significativo em relação aos emigrantes dessa região que partiram para o Brasil após 1902, num total de 38.917. Voltaram, no referido período, 23.702, o que equivaleria a 69% das saídas; como, porém, essa região predominou em larga medida antes de 1902, muitos desses retornados haviam chegado há muito tempo no Brasil e não podemos, assim, considerar a volta dos vênnetos maior do que as das outras regiões.

O que nos interessa enfatizar é que, dos 57.779 da Campania que entraram após 1902, 23.641 voltaram, o que significa 40,9%; e dos 63.211 da Calabria, voltaram 20.670, isto é, 42,7%.

Isso pode significar que o movimento de volta de meridionais em relação aos vênnetos e outros setentrionais foi mais intenso, confirmando a tese de que na emigração do Sul - mesmo para o Brasil, com sua preferência por famílias - houve um forte contingente de trabalhadores temporários.

Nesse movimento de regresso, as mulheres representavam 44,2% dos originários da Campania; e nesse caso a diferença sexual não é muito grande. Mas para a Calábria, as mulheres correspondiam a somente 25,5% dos que voltavam; para Basilicata, esse percentual feminino foi de 30,6% (129).

O caráter masculino dessa imigração temporária aparece também nas tabelas extraídas do Anuario Statístico, que analisam o movimento de volta cruzando - indivíduo X família -, onde o percentual de indivíduos sozinhos, sobre o total, é de 26,2%. Como o Brasil exercia um controle muito grande sobre mulheres desacompanhadas, "podendo mesmo as autoridades da imigração se negarem a recebê-las" (130), esse contingente de solteiros só podia ser de imigrantes masculinos.

Muito antes de 1905, época em que começa haver um controle estatístico da volta, por sexo, informações como esta aparecem: "Muitos camponeses já observaram que a época mais profícua para eles, em São Paulo, é o momento da colheita do cafê. Assim, há três ou quatro anos (o autor está escrevendo em 1892) muitos vêm para São Paulo e, terminada a colheita, vol-tam para a Itália, pagando as despesas de viagem e levando consigo algumas economias" (131). Eram "colonos sem famílias, que vinham para o Brasil por conta própria, oriundos mais do Sul do que do Norte da Itália" (132).

Dados como esse permitem afirmar que houve uma certa imigração temporária, só de elementos masculinos, bem de acordo com a prática dos meridionais italianos, que partiam, deixando a família ligada ao seu minúsculo pedaço de terra, para tentar ganhar algum dinheiro fora e depois retornar ou mandar chamar a família para o país de adoção. Esse tipo de imigração, predominante no caso dos Estados Unidos, também se esboçou no Brasil.

O destino dessas pessoas, sem dúvida, era a lavoura

feeira, sobretudo no caso daqueles que vieram subvencionados pelo Estado. Mas, as diferenças comportamentais, que caracterizavam cada uma das regiões expulsoras italianas, tiveram um peso na escolha das atividades a serem desenvolvidas e possibilitaram aos imigrantes uma certa margem de opção entre o campo e a cidade.

Os observadores italianos da época são unânimes na descrição da escolha ocupacional de seus conterrâneos. "Vênnetos e lombardos são na quase totalidade agricultores" (133), isto é, os que escolhiam os contratos de empreiteiros e colonos. Na verdade, entre as duas opções, os contratos de colonos propriamente ditos eram na maioria preenchidos por vênnetos, sobretudo a partir de 1886, quando passaram a dominar o fluxo que veio para São Paulo. A grande maioria de vênnetos não possuía qualquer economia que lhes permitisse aguentar o contrato de empreiteiros.

Quanto aos meridionais, concentravam-se nos contratos de camaradas, ou trabalhadores por turma. "Os meridionais ... não amam a terra como os camponeses do Norte ... De natureza versátil, engenhosos e irriquietos, se adaptam a todos os trabalhos e profissões, mesmo as mais humildes e algumas vezes abjetas, desde que consigam um lucro imediato. Estes constituem a espinha dorsal dos diaristas (camaradas e trabalhadores por turma) ... vão para as fazendas, mas não se dobram à prepotência e geralmente ficam ali só durante a colheita, depois passam para outras ocupações e quando essas terminam se repatriam para participar da colheita na cidade de origem" (134).

Quando os italianos começaram a participar da abertura de fazendas, trabalho que, por longo período, foi praticado quase exclusivamente por brasileiros, a iniciativa coube aos meridionais. "Trabalhos de desmatamento, plantações de café, preparação de pastos, estradas, encanamento d'água ... são na maioria feitos por trabalhadores diaristas ... são feitos por estrangeiros, entre os quais, muitos italianos meridionais ... " (135). Fora da agricultura, porém, algumas atividades, ainda ligadas ao campo, merecem ser mencionadas: vendedores ambulantes, pequenos negociantes e artesãos.

"Outros italianos vivem espalhados nas pequenas cidades: os mais favorecidos têm um pequeno negócio artesanal ou uma venda; a maioria, no entanto, exercita a profissão de vendedor ambulante - mascates - e viajam com sua mercadoria nas costas por montes e vales, nas diferentes cidades e fazendas " (136).

"Entre os setentrionais não encontramos menção sobre vendedores nesse tipo de negócio. Em compensação, ao se tratar de meridionais, a incidência de napolitanos é alta nessa atividade" (137).

Normalmente, o ponto de partida para esses mascates italianos não era um brasileiro, mas um comerciante seu compatriota já instalado como atacadista no Brasil, ou porque conseguira algum capital, ou porque trouxera recursos da Itália.

"Dois ou três comerciantes atacadistas, possuidores de um certo capital e crédito ... fornecem trabalho, e normalmente meios a um número considerável de vendedores ambulantes. Es-

tes, tendo crédito de um atacadista italiano, uma certa quantidade de mercadorias e gêneros dos mais variados, passam da cidade ao campo, de colônia em colônia ... vendendo as mercadorias nos lugares mais distantes, não retornando enquanto não tenham terminado todo o estoque, para pagar o comerciante e reabastecer-se para uma nova viagem ... A maior parte dos nossos comerciantes começaram assim a fazer fortuna" (138).

Se pensarmos nas dimensões geográficas a que esses homens estavam habituados na Itália e no que consistia esse tipo de trabalho naquela época em São Paulo, concluimos que não usufruíam de uma vida fácil. "Um pequeno sortimento de miudezas, pentes, grampos, alfinetes, anéis, sabonetes, meias, lenços de seda, cortes de fazendas ou de chita, eram sabiamente dispostos num sólido baú de folhas de flandres, carregado no lombo de um burro, ou mesmo às costas do vendedor. E assim eram percorridas léguas, sob o sol cálido, num trabalho que requeria a resistência de um mular e a sobriedade de um camelo" (139).

Após esse primeiro ensaio, os italianos empregados nessa atividade, dividiam-se em duas categorias: "alguns, especialmente os meridionais, reunindo um certo capital ..., voltam para a pátria com dinheiro trabalhosamente recolhido. Os outros, principalmente genoveses, toscanos e lombardos, deixam o árduo trabalho nômade e se transformam em pequenos negociantes em um ponto importante da cidade, onde mais facilmente podem vender seus produtos" (140). Isso indica que o embrião de comerciante trazido da Itália pelos lombardos e toscanos se reproduziu em São Paulo. Na Lombardia, tanto nas áreas de monta-



nha - áreas caracteristicamente conhecidas como pastoris, com seus pequenos proprietários ajudados pelos "garzoncelli" (141)-, como também as médias e grandes propriedades das planícies, a produção estava apoiada, ao lado dos cereais, na criação de animais e toda a indústria de laticínios a ela correlata. Isso dava à Lombardia, mesmo nas regiões mais atrasadas, um caráter menos estático que o Veneto, pois comportava um certo movimento da população em busca de pastos, no inverno, e também um intercâmbio de produtos- "a montanha oferecia madeira e animais para as regiões de colina e planície e consumia seus produtos: trigo, milho etc." (142).

Isto talvez ajude a entender porque tantos lombardos e toscanos, em São Paulo, "se dedicavam em grande número nos centros populosos, onde a vida era mais fácil e segura, ao pequeno comércio de - vinhos, óleos e comestíveis - ou ao artesanato" (143).

Esses antecedentes comportamentais permearam ainda a distribuição do imigrante italiano entre a cidade e o campo em São Paulo.

"Trabalhar para vir a ser proprietário foi a fórmula definida para integrar o imigrante na produção do café" (144) diz um autor brasileiro. Talvez a frase mais correta fosse: trabalhar para vir a ser proprietário foi a fórmula definida para integrar o vêneto na produção do café.

A receita não era nova e a própria classe dominante vêneta contribuiu para transmitir aos senhores do café a fórmula de manipular esse anseio.

"Almejada ardentemente pelos trabalhadores como prêmio para os trabalhos incessantes, reputado pela classe média como o meio mais seguro de conseguir uma maior consideração social, preferida pelos ricos por tradição, ou por desejo de garantir contra a incerteza a própria condição econômica, pode-se dizer que a propriedade da terra é no Veneto o porto para o qual se voltam todas as esperanças; talvez mesmo, seja a maior das ambições" ... (145).

Este trecho da Inchiesta Agraria foi escrito em 1883. Vários autores contemporâneos italianos transcreveram-no para mostrar como esse desejo fortemente arraigado no camponês vêneto foi manipulado durante anos, na tentativa de evitar problemas de sublevações na região (146). Em São Paulo, poucos anos depois, a fórmula foi usada para obrigar o camponês vêneto a trabalhar nas duras condições contratuais de colono.

A cidade não era o objetivo dos vênetos e os que nela terminaram não o fizeram por opção. A proletarização foi o que lhes restou.

Para a maioria dos meridionais, e mesmo setentrionais de outras regiões, a posse da terra não constituía ambição maior. Muitos meridionais tinham bastante claro que o trabalho no campo era a última coisa a se desejar. "As províncias mais pobres da Campania, Benevento e Avellino ... oferecem uma emigração misericórdia, de trabalhadores debilitados por uma vida inumana, cujo único desejo é abandonar para sempre o trabalho agrícola e dedicar-se a qualquer outra atividade" (147).

Essa preferência dos meridionais pelas cidade não se

manifestou apenas após a chegada em São Paulo, mas tinha raízes na própria Itália. S. Romano, chama a atenção para o fato, tratando do fenômeno emigratório no Sul da Itália: "Os meridionais preferem a cidade porque essa lhes permite reconstruir uma rede de amizades e relações pessoais, porque ela se adequa aos hábitos de um proletariado que sempre viveu, antes de emigrar, nos burgos populosos do Sul e porque, a terra enfim, tornou-se aos seus olhos sinônimos de miséria e desespero" (148).

Mesmo quando os meridionais passaram a dominar na componente imigratória, isto é, após 1902/3, suas preferências não se voltaram para o campo. Em 1909, anota um observador italiano: "os nossos emigrantes nos estados brasileiros são quase todos agricultores, provenientes, na sua maioria, das províncias meridionais ... muitas cidadezinhas da Calabria e Basilicata se tornaram quase que despovoadas pela desenfreada emigração para o Brasil ... Do norte saem os vênetsos ... dirigem-se de preferência para o Estado de São Paulo e de lá se formam duas correntes distintas: uma se enterra campo adentro dedicando-se especialmente à agricultura, a outra fica nas cidades e subúrbios, para exercer qualquer espécie de atividade. A primeira corrente é constituída de pessoas provenientes na sua maioria das cidades vênetsas, a outra da Itália central e meridional " (149).

Essa opção pela cidade talvez tenha trazido só uma vantagem - a de subtrair os meridionais à prepotência dos fazendeiros, o que não é pouco se lembrarmos quanto os imigrantes italianos padeceram nas fazendas.

Alguns relatos da época atestam uma certa diferença de tratamento nas fazendas. "Os meridionais ... são pagos pontualmente, porque são os mais temidos" (150).

Uma das grandes fazendas de São Paulo, a Dumont, por exemplo, apresentou durante algum tempo cenas de revolta porque os colonos eram maltratados. A situação só melhorou quando lá chegou um grupo de calabreses. "Não creia o leitor que as causas (os maus tratos) terminaram com a visita do cônsul. Só terminaram porque a fazenda que dista quase um dia de ferrovia e que abriga 6.000 vênetsos, recebeu nesses últimos tempos mais de 1.500 colonos da Emília Romagna e da Calabria, os quais normalmente fazem uso de armas (facões) ... Os patrões ... como os empregados entenderam o perigo e melhoraram o tratamento ..." (151).

Apesar do tom um pouco exagerado do artigo em relação aos imigrantes calabreses, pois a Dumont melhorou o tratamento quando percebeu que a única forma de manter a mão-de-obra era oferecer condições de vida mais dignas ao trabalhador, parece que os meridionais eram mesmo mais temidos que os vênetsos e afirmativas desse gênero não são escassas. (152).

Assim, desde seu primeiro contato com a nova realidade - ainda que o destino do imigrante italiano estivesse quase que irremediavelmente ligado às fazendas de café paulistas -, os hábitos e a prática de vida precedentes à emigração, muito influenciaram nas suas escolhas ocupacionais, bem como, na sua distribuição geográfica em São Paulo.

Talvez o melhor exemplo dessa divisão - confirmando a

preferência de meridionais pela vida urbana - seja observar os traços, deixados por essas comunidades na cidade de São Paulo, até hoje existentes: Igreja de San Gennaro, da comunidade napolitana; Igreja S. Vito Martir, da comunidade baresa; Igreja N. S. Casaluce também da comunidade napolitana e, finalmente N.S. Aquiropita da comunidade calabresa.

Por outro lado, a preferência vêneta pelo campo fica evidente ao verificarmos o grande número de sobrenomes vênets entre pequenos proprietários que a "Relação dos Proprietários dos Estabelecimentos Rurais Recenseados" (153), apresenta, em 1920.

O que podemos concluir é que, apesar do caráter violento que a expulsão assumiu no campo italiano, desarticulando relações sócio-econômicas apoiadas em séculos de tradição, e, de todas as artimanhas utilizadas pelos fazendeiros do Oeste paulista, para resolver o problema da carência de mão-de-obra nas fazendas de café, desde o primeiro momento de aproximação com a nova sociedade, o imigrante italiano conseguiu manter uma certa autonomia no que se refere à sua escolha ocupacional, bem como, na sua opção de vida entre o campo e a cidade, apoiado em valores próprios do mundo camponês de onde saía e que a expansão capitalista não conseguira ainda destruir totalmente.

CAPÍTULO I - NOTAS

- 1) "Italia bella, mostrati gentile". In: Le canzoni degli emigranti. Milano, Editoriale Sciascia, 1971, p. 1.
  
- 2) HOBBSAWM, E.J. Rebeldes Primitivos, estudo sobre formas arcaicas de movimentos sociais nos séculos XIX e XX. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1970;  
 Idem. Bandidos. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1975;  
 CARIA, Renzo Del. Proletari senza rivoluzione. Storia delle classi subalterne italiane dal 1860 al 1950. Milano, 1966;  
 SATRIANI, L.M. Lombardi. Il fólklore come cultura di contestazione. Messina, 1966; THOMPSON, E.P. Tradición, revuelta y consciencia de classe. Estudio sobre la crisis de la sociedad preindustrial. Barcelona, Editorial Crítica, 1979.
  
- 3) FRANZINA, E. La grande emigrazione. Venezia, Marsilio Editori, 1976, p. 188.
  
- 4) COSTA, E Viotti. "Colonias de parceria na lavoura de café: Primeiras experiências". In: Da Monarquia à República. São Paulo, Ed. Grijalbo, 1977, pp. 149 a 177; HALL, Michael M., The origins of Mass Immigration in Brazil, 1871-1914, Ph.D. Thesis, Faculty of Political Science, Columbia University, 1969, ex. mimeografado, pp. 8-24; HALL, Michael M. e STOLCKE, Verena. The Introduction of free labour into São Paulo coffee plantations, labour costs and family structure. 1980, ex: mimeografado, pp. 5-15; PETRONE, Maria Teresa Schorer. "Imigração Assalariada". In: HOLANDA, Sergio Buarque de (org.). História Geral da Civilização Brasileira. O Brasil Monárquico. T.II vol. 3, São Paulo, DIFEL, 1976; DEAN, Warren. Rio Claro; um sistema brasileiro de grande

- lavoura, 1820-1920. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977; BASSETTO, Sylvia. Política de mão-de-obra na economia cafeeira do Oeste Paulista. Tese de Doutorado apresentada à F.F. L.C.H. da U.S.P., São Paulo, 1982. Ex: mimeografado.
- 5) DAVATZ, Thomas. Memórias de um colono no Brasil (1850). Prefácio e notas de Sergio Buarque de Holanda. São Paulo, Livraria Martins, 1941.
  - 6) COSTA, Emília Viotti. Da senzala à colônia. São Paulo, DIFEL, 1966.
  - 7) PRADO JUNIOR, Caio. História econômica do Brasil. São Paulo, Ed. Brasiliense, 1965.
  - 8) Consultar mapa da Italia -
  - 9) SORI, E. L'Emigrazione italiana dall'Unità alla Seconda Guerra Mondiale. Bologna, Il Mulino, 1979, pp. 12-20.
  - 10) FRANZINA, E. La grande emigrazione. op. cit., p. 16; SORI, E. op. cit., p. 24; CANDELORO, G. Storia dell'Italia moderna. Lo sviluppo del capitalismo e del movimento operaio 1871-1896, Vol VI, Milano, Feltrinelli Economica, 1977, p. 188; SERENI, Emilio. Il Capitalismo nelle campagne (1860-1900). Torino, Piccola Biblioteca Einaudi, 1980, pp. 351-369.
  - 11) SORI, E. op. cit., pp. 19-20.
  - 12) A perda real da população para o período considerado (1861-1940) foi de 7.7 milhões de indivíduos. SORI, E. op. cit., p. 19.

- 13) CANDELORO, G. op. cit., pp. 189.
- 14) Idem, ibidem p. 191.
- 15) LONGHITANO, Paolo. Relazioni commerciali tra Italia e Brasile. Proposta di tutela del colono italiano al Brasile. Genova, Tip. Marzana, 1903, p. 11.
- 16) UBALDI, Pietro. L'Espansione coloniale e commerciale dell'Italia e Brasile. Roma, Tip. Loescher, 1911, p.
- 17) SERENI, E. op. cit., p. 14.
- 18) CANDELORO, G. op. cit., p. 235.
- 19) Idem, ibidem p. 237.
- 20) SERENI, E. op. cit., p. 48 e 133.
- 21) Convencionou-se denominar brigantaggio" a várias insurreições de bandos armados, no sul da Itália, entre 1861 a 1865 e logo após a Unificação. Essas não possuíam uma ideologia clara de oposição quanto aos grupos dominantes. Muitas vezes, participavam das insurreições camponesas contra os senhores feudais, mas também insurgiam-se para servir a fins políticos dos grupos detentores do poder, como os Bourbon na época do domínio napoleônico, na Italia meridional. Vários pesquisadores contemporâneos têm-se esforçado para dar o merecido caráter histórico que esses movimentos merecem, dada a sua importância no período que ocorreram. Ver para o assunto: MOLFESE, F. Storia del brigantaggio dopo l'Unità. Milano, Feltrinelli Editore, 1974.



- 22) GIACOBBI, Secondo. "Agricoltura e contadini nel Cremonese dall'Unità alla fine del secolo". In: Braccianti e contadini nella vale Padana. Roma, Editori Riuniti, 1975.
- 23) FRANZINA, E. La grande emigrazione. op. cit., pp. 192-206.
- 24) Escolhemos o Veneto, dada a importância numérica do contingente emigratório fornecido por esta região à imigração paulista. Mas considerando a área setentrional como um todo, devemos sempre levar em conta a semelhança das características socio-econômicas entre as suas regiões constitutivas.
- 25) FRANZINA, E. La grande emigrazione. op. cit., p. 77.
- 26) GIACOBBI, Secondo. Op. cit., p. 8.
- 27) Colono, ou sistema de Colonia, na Itália Setentrional era uma forma de contrato que utilizava normalmente famílias inteiras. Estes se empregavam com pequenos proprietários, pagavam aluguel da casa em que moravam e tinham uma participação na produção da uva ou do trigo - produtos estes que normalmente comportavam tal contrato. Não tinham direito a plantar qualquer coisa que não fosse estipulada em contrato.
- 28) Preferimos deixar o termo em italiano do que traduzí-lo por "trabalhador braçal", uma vez que mesmo essa categoria, - a mais explorada de todos os trabalhadores rurais, apresentava uma diferença sutil entre "braccianti" obrigados ou fixos, os quais estavam ligados à propriedade mediante um contrato anual e "braccianti" temporários que só trabalhavam nos momentos de grande necessidade de mão-de-obra, recebendo por dia ou por cota

- 29) BERENGO, M. "L'Agricoltura veneta dalla caduta della Repubblica all'Unità". cit in: CANDELORO, G. op. cit., p. 196.
- 30) Atti della giunta per la Inchiesta Agraria e sulle condizioni della classe agricola. (A.G.I.A.) - Vol. V, t. II, p. 635; Vol. VI, p. 311, Roma, 1882; A. Lazzarini traz também uma discussão a respeito da composição das famílias na região veneta, e diz que: apesar de não contarem mais com 30 ou 40 membros, como no começo do século, nas áreas de montanha e colina a população cresce mais do que na planície. LAZZARINI, A. Campagne Venete ed Emigrazione di massa (1866-1900). Vicenza, Istituto per le ricerche di Storia sociale e di Storia religiosa, 1981, pp. 177-185.
- 31) A.G.I.A. op. cit., Vol. V, pp. 286, 635-639; Vol. VI p.311.
- 32) No processo de fabricação do vinho, as uvas eram prensadas e o primeiro sumo obtido era o vinho. Em seguida, ao bagaço restante, juntava-se água uma ou duas vezes para extrair o que ainda sobrava, obtendo-se por esse processo o "vinhete".
- 33) Os dados sobre alimentos foram extraídos da A.G.I.A., op. cit., Vol. IV, pp. 150-160; Vol. V, pp. 278-279, 283-285, 651-655; Vol. VI pp. 308-309. BODIO, Luigi. "Dell'emigrazione italiana e della legge 31 gennaio 1901 per la tutela degli emigrate". In: Nuova Antologia. Roma, 37(731):599-40, giug. 1902.
- 34) A.G.I.A., op. cit., pp. 206-207; Cit. in: FRANZINA, E. op. cit., p. 190; ver: BODIO, Luigi. op. cit. p. 162; CARPI, Leone. Delle coloni e dell'emigrazione d'italiani all'estero sotto l'aspetto dell'industria, commercio, agricoltura e contrattazione d'importanti questioni sociale. Milano, Tip. Editrice Lombarda, 1874, p. 50.

- 35) FRANZINA, E. La grande emigrazione, op. cit., p. 191.
- 36) A. G.I.A. op. cit., Vol. V., p. 293-296.
- 37) A.G.I.A. op. cit., Vol. V., p. 287.
- 38) FRANZINA, E. La grande emigrazione. op. cit., p. 135.
- 39) A.G.I.A. op. cit., Vol. VI, T. I, pp. 54-58.
- 40) LAZZARINI, A. Campagne venete ed emigrazione di massa (1866-1900). op. cit., p. 179.
- 41) FRANZINA, E. La grande emigrazione. op. cit., p. 135.
- 42) TARUFFI, Dino; DE NOBILI, Leonello; LORI, Cesare. La questione agraria e l'emigrazione in Calabria. Note statistiche ed economiche. Firenze, Tip. Barbera, 1908, pp. 731-734.
- 43) FOERSTER, Robert F. The italian emigration of our times. Nova York, Russell & Russell, 1968.
- 44) CANDELORO, G. op. cit., p. 9.
- 45) "S.P. L'Emigrazione", In: L'Amico del popolo, 21/5/1882, Cit. FRANZINA, E. op. cit., p. 136.
- 46) NITTI, Francesco S. L'Emigrazione italiana e i suoi avversari. Torino, Tip. Roux, 1888; BELLI, E. Note sull'emigrazione in America dei contadini della provincia di Treviso. Oderzo, Tip. Bianchi, 1888, pp. 4-5.

- 47) SERENI, Emilio. op. cit., p. 322; LAZZARINI, A. op. cit., p. 118, nota 108.
- 48) LAZZARINI, A. Campagne venete ed Emigrazione di massa (1866-1900). op. cit., pp. 292, 343; idem "La grande emigrazione dal Polesine a fine Ottocento". Separata do Instituto de storia contemporanea del movimento operaio e contadino. Ferrara, 1977, p. 415.
- 49) FORTI, Camilla. "Le leghe contadine mantovane dal 1898 al lo sciopero del 1904". In: Braccianti e contadini nella Valle Padana. Roma, Editore Riuniti, 1975, p. 393.
- 50) LAZZARINI, A. Campagne venete ed emigrazione di massa (1866-1900). op. cit., p. 198.
- 51) FORTI, Camilla. op. cit., p. 392.
- 52) Idem, ibidem. p. 393.
- 53) SORI, E. op. cit., p. 102.
- 54) A.G.I.A. op. cit., Vol. VI, t. II, p. 566.
- 55) A.G.I.A. op. cit., Vol. V, p. 293.
- 56) A.G.I.A. op. cit., Vol. V, p. 635.
- 57) A Inchiesta Agraria, foi um enorme levantamento feito em toda a Itália, entre 1877 a 1880, cujo objetivo era mostrar ao Parlamento a situação em que se encontrava o campo italiano, exatamente no momento de sua maior crise econômica. Na preparação e desenvolvimento da mesma, duas

tendências se opuseram: uma, de A. Bertani, que propunha um levantamento sobre as condições naturais e morais dos camponeses; a outra, sustentada por S. Jacini, que pretendia um estudo sobre a situação estrutural da agricultura, que terminou prevalecendo. Devido a esse embate, surgiram desequilíbrios e desigualdades, acentuadas pelas opiniões e valores desiguais, adotados pelos diversos autores das relações monográficas. Todavia, os 15 volumes dos "Atti della Giunta per la Inchiesta Agraria e sulle condizioni della classe agricola", mesmo com os defeitos e limites apontados, oferecem um quadro, ainda hoje, útil da agricultura italiana, no princípio dos anos 80. Ver: CANDOLORO, G. op. cit., vol. VI, pp. 213/214.

- 58) A.G.I.A. op. cit., Vol. IV, pp. 150-160; Vol. V, pp. 278-279; 283-285; 651-655; Vol. VI pp. 308-309; FRANZINA, E. La grande emigrazione. op. cit., p. 191.
- 59) LAZZARINI, A. Campagne venete ed emigrazione di massa (1866-1900), op. cit., p. 179.
- 60) Essa viagem de A. Zettiry, sem dúvida faz parte da série de medidas que o Governo brasileiro tomou, no sentido de amenizar os controles impostos pelo Governo italiano, após 1889, quando o Ministério Crispi, proibiu a emigração para o Brasil, após a epidemia de febre amarela que se alastrou na hospedaria em 1888.
- A este respeito, algumas providências foram tomadas em São Paulo, tais como: repatriamento em 1889 de alguns indivíduos que não conseguiram encontrar emprego, assim como para as vítimas da febre amarela, mesmo antes da lei oficial de repatriamento que só será aprovada em 1892; ida de Martinho Prado Jr. à Itália em 1890, explicada em seus discursos posteriores, como uma missão para resolver com o governo italiano o problema da nacionalização em

massa, decretada após a República, em 1889, medida esta que criou muitos problemas na Itália, principalmente dentro do clero, que via, a separação entre Igreja e Estado, decorrente da República no Brasil, como prova da existência do Estado ateu; intervenção do Governo Federal em 1890, através da Inspeção de Terras e Colonização, prometendo melhor proteção aos emigrantes.

A. Zettiry, havia sido correspondente do jornal "La Prensa" em Buenos Aires, e posteriormente a 1891, passou a ser correspondente na Itália, do Jornal do Comércio do Rio de Janeiro. Seus artigos jamais deixaram de elogiar o governo brasileiro. Ver: DE ZETTIRY, A. Il Brasile e il secondo congresso geografico italiano. Roma, Tip. Naz. G. Bertero, 1891.

- 61) Idem. "I coloni italiani dello stato di Sao Paulo". In: Rassegna Nazionale. Firenze, LXX (272): 65, Marzo/Aprile, 1893.
- 62) Cit. COSTA, E. Viotti. Da senzala à colônia, op. cit. p. 188; BEIGUELMAN, P. A formação do povo no complexo cafeeiro: aspectos políticos. São Paulo, Livraria Pioneira Editora, 1968, p. 88.
- 63) COSTA, E. Viotti. Da senzala à colônia. op. cit., p. 189; BEIGUELMAN, P. op. cit., p. 39, 87; HUTTER, Lucy Maffei. Imigração italiana em São Paulo: 1880-1889. São Paulo, Instituto de Estudos Brasileiros, 1972, p. 25.
- 64) COSTA, E. Viotti. Da senzala à colônia. op. cit., p. 191.
- 65) BEIGUELMAN, P. op. cit. p. 91.
- 66) COSTA, E. Viotti. Da senzala à colônia. op. cit., p. 189; BEIGUELMAN, P. op. cit., p. 39.

- 67) PERROD, Enrico. "Emigrazione e colonizzazione nella provincia brasiliana di San Paolo". In: Bollettino Consolare. Roma, XX (II parte): 39, 1884. Grifo nosso.
- 68) Discurso de Martinho Prado Jr. In: Anais da Assembléia Legislativa Provincial de São Paulo, Sessão de 11/2/1884, Cit. BEIGUELMAN, P., op. cit., p. 91.
- 69) A.G.I.A. op. cit., Vol. VI, t. I, p. 45.
- 70) A.G.I.A. Vol. VI, t. II, p. 522.
- 71) PERROD, Enrico. op. cit., p. 615.
- 72) FRANZINA, E. "La Società rurale veneta e l'emigrazione negli anni della sinistra al potere". In: Separata do: Atti del III Convegno di studi risorgimentali sul tema: Opinione Publica, problemi politiche e sociale sul veneto intorno al 1876. Vicenza, Comitato Provinciale dell' Instituto per la storia del Risorgimento, 1978.
- 73) SORI, E. op. cit. p. 309.
- 74) LAZZARINI, A. Campagne venete ed Emigrazione di massa (1866-1900) op. cit., p. 182.
- 75) Castelan., nome tipicamente veneto, pois uma das características dos sobrenomes desta região é a sílaba truncada. Ver: DE FELICE, Emidio. I cognomi italiani. Bologna, Il Mulino, 1980, p. 73.
- 76) Rossi, Adolfo. "Condizioni dei coloni italiani nello Stato di San Paolo". In: Bollettino dell'Emigrazione. Roma, (7): 29-30, 1902.

- 77) BEIGUELMAN, P., op. cit., p. 54; HUTTER, L.M. op. cit., p. 26.
- 78) MORSE, Richard. Formação histórica de São Paulo. São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1970, p. 223.
- 79) DARRELL, E. Levi. A Família Prado. São Paulo, Cultura 70-Livraria e Editora S.A., 1977, p. 172.
- 80) HUTTER, L.M. op. cit., p. 29.
- 81) Relatório apresentado por Martinho Prado Jr. à direção da Sociedade Promotora de Imigração em 18/11/1887. Cit. BEIGUELMAN, P. op. cit. p. 98.
- 82) DARRELL, E. Levi. op. cit., p. 89.
- 83) Relatório apresentado por Martinho Prado Jr. à direção da Sociedade Promotora de Imigração em 18/11/1887. Cit. BEIGUELMAN, P. op. cit. p. 98.
- 84) Discurso de Martinho Prado Jr. apresentado na Assembléia Legislativa da Província de São Paulo em 17/11/1888. Cit. BEIGUELMAN, P. op. cit., p. 103. Grifo nosso.
- 85) Relatório de Martinho Prado Jr. à diretoria da S.P.I. em 18/11/1887. Cit. BEIGUELMAN, P. op. cit. p. 102.
- 86) Relatório de Martinho Prado Jr. à diretoria da S.P.I. em 31/12/1895. Cit. HALL, Michael M. op. cit. p.95.
- 87) FRANCESCHINI, Antonio. L'Emigrazione italiana nell'America del Sud. Studi sulla espansione coloniale transatlantica. Roma, Tip. Farzani, 1908, p. 466.



- 88) Idem, ibidem, p. 468.
- 89) No Rio Grande do Sul, logo após a proclamação da República, tem início a Revolta Federalista contra o Governo Central que durou de 1893-1895. Na realidade, tratava-se de uma disputa entre os partidários do presidencialismo autoritário versus parlamentarismo. Uma das oligarquias locais, partidária do presidencialismo forte, apoiava Deodoro da Fonseca cuja derrota para Floriano Peixoto, em 1891, criou descontentamento. Esse fato aliado às disputas das oligarquias locais desencadeou a Revolta de 1893. Ver: LOVE, Joseph. "O Rio Grande do Sul como fator de instabilidade na República Velha". In: FAUSTO, Boris (org). História Geral da Civilização Brasileira. O Brasil Republicano, T.III, vol. 1 São Paulo, Difel, pp. 99-122.
- 90) CARDOSO, Fernando J. Dos governos militares a Prudente-Campos Sales. In: FAUSTO, Boris (Org.). História Geral da Civilização Brasileira. O Brasil Republicano. T. III, Vol. 1, São Paulo, Difel, 1977, p. 38.
- 91) HUTTER; L.M. op. cit., p. 29.
- 92) DELFIN NETO, Antonio. O problema do café no Brasil. São Paulo, Instituto de Pesquisas Econômicas, 1981, p. 36.
- 93) PETRONE, Maria T.S. op. cit. p. 115.
- 94) Na realidade, estes problemas de 1895, nada mais eram do que a continuação de atritos envolvendo italianos e brasileiros, que tiveram início em 1892.  
Neste ano, o capitão do navio "Pietro T", o senhor Mario Anatra foi acusado de contravenção às leis marítimas, sendo por isso preso pela guarda aduaneira, vindo a

falecer na prisão, de febre amarela.

Na mesma noite, um outro navio italiano, o "Mentana", foi invadido também pela guarda aduaneira e a tripulação maltratada.

Essas notícias suscitaram grandes clamores em São Paulo e em 04/07/1892, houve um comício de protesto no Largo Paissandu, seguido por conflitos entre italianos e brasileiros, sendo mesmo invadida a tipografia do Jornal Messagero, com sede em São Paulo.

Era consul neste tempo no Brasil, o Conde Rozwadowski, pessoa não grata ao governo do Estado, pelas suas posições políticas. Monarquista convicto, não hesitava em ostentar seu desprezo pelas novas "instituições repúblicas". Ele foi substituído em 1893, pelo ex-consul de Porto Alegre, o conde Edoardo Compans De Brichanteau, o que não serviu para amenizar a crescente onda xenófoba que se instalara em São Paulo, onde o elemento italiano era um dos alvos preferidos.

A solução oficial para o incidente entre os dois governos se arrastará por alguns anos e em 1895, quando novas manifestações, envolvendo italianos, ocorrem em São Paulo, a causa primeira ainda estava nos conflitos de 1892. Ver: LATINI, Ausonio. La questione italiana al Basile. Rio de Janeiro, s.e; 1898, pp. 14-26.

- 95) FRANZINA, E. "La societã rurale veneta e l'emigrazione negli anni della sinistra al potere". Op. cit., p. 330.
- 96) FRANZINA, E. Merica! Merica! Emigrazione e colonizzazione nelle lettere dei contadini veneti in America Latina 1876-1902. Milano, G. Feltrinelli Editori, 1979, p. 197.
- 97) Idem, ibidem, p. 204.
- 98) Idem, ibidem, p. 137.

- 99) "Tratava-se de uma coisa muito simples, mas talvez por isso mesmo pouco compreendida. O senador Luigi Bodio, Comissário Geral da Emigração, em 1902, quando era ministro do exterior, o deputado Prinetti, suspendeu a concessão de licenças de alguns navios para o transporte gratuito de emigrantes. E foi tudo." Ver: ROSSI, Luigi. Relazione sui servizzi dell'emigrazione per l'anno 1909/1910, presentata al Ministero degli Affari Esteri. Roma, Tip. Bertero, 1910, p. 14.
- 100) Relatório apresentado ao Dr. Francisco de Paula Rodrigues Alves, presidente do Estado pelo Dr. Antonio Candido Rodrigues, Secretário da Agricultura, 1900. São Paulo, 1901. Cit. in: BEIGUELMAN, P. op. cit., pp. 110-112.
- 101) SERENI, E. op. cit., p. 359.
- 102) ARIAS, Gino. La Questione Meridionale. Bologna, Nicola Zanichelli Editore, 1921, Vol. I, p. 160.
- 103) SERENI, E. op. cit., pp. 363-365.
- 104) ARIAS, Gino. op. cit., Vol. I, p. 163.
- 105) Idem, ibidem, pp.260-262; OTTOLENGHI, Constantino. Emigrazione agricola italiana dal 1884 al 1892. Torino, Clausen, 1894, p. 189.
- 106) Dados extraídos da: A.G.I.A. op. cit., Vol. VII, t.I pp. 160-166; 169-173; ARIAS, Gino op.cit., Vol. I, pp. 289-292; NITTI, Francesco S. op. cit. p. 63; OTTOLENGHI, Constantino, op. cit. pp. 44-45.
- 107) TARUFFI, Dino et al. op. cit., p. 773.

108) ARIAS, Gino. op. cit., Vol. I. p. 154; CANDELORO, Giorgio op. cit., Vol. VI, p.200.

109) TARUFFI, Dino, et al. op. cit., p. 730.

110) STATO (LO) di San Paolo (Brasile) agli emigranti. São Paulo, Tip. Salesiana, 1902, pp. 131-155.

Após 1902, é interessante notar que este gênero de publicação, cresce bastante na Itália, possivelmente em função do grande número de emigrantes, que saem após esta data. O objetivo de tais guias era o de orientar aqueles que partiam, a respeito dos países aos quais se destinavam. Apesar de não ser o Brasil, o principal destino dos italianos, não deixou de receber atenção especial, uma vez que dos onze guias escritos para aqueles que pretendiam embarcar para o Brasil, oito foram escritos após essa data. Ver: LUPI, Cecília. "Qualche consiglio per chi parte. Le guide degli Emigranti (1855-1927)". In: Movimento Operaio Socialista. Genova, ano VI (1-2): 77-89, gen/feb. 1981.

111) STATO (LO) di San Paolo (Brasile) agli emigranti. op.cit., p. 142.

112) Idem, ibdem.

113) Idem, ibdem.

114) ROSSI, Luigi. op. cit., p. 15.

115) COMMISSARIATO GENERALE DELL'EMIGRAZIONE. Annuario statistico dell'emigrazione italiana dall 1876 al 1925. Roma, Ed. Com. Gen. dell'Emigrazione, 1926, p. 152.

- 116) ROSSI, Luigi, op. cit., pg.20.
- 117) MALNATE, Natale. L'emigrazione clandestina. In: Rassegna Nazionale. Firenze, CLXXVIII (IV): 427-428, 16 apr., 1911; EMIGRAZIONE (L') al Brasile e la nuova linea italiana di navigazione. In: Rivista della Società Commerciale. Roma, (8): 262-7, 15 apr., 1913.
- 118) C.G.E. Annuario statistico dell'emigrazione italiana dal 1876 al 1925, op. cit., p. 151.
- 119) FRANZINA, E. Merica! Merica! Emigrazione e colonizzazione nelle lettere dei contadini veneti in America Latina-1876-1902, op. cit.
- 120) LAZZARINI, A. Campagne Venete ed Emigrazione di Massa (1866-1900), op. cit., p. 48.
- 121) C.G.E. Annuario statistico dell'emigrazione italiana dal 1876 al 1925, op. cit., p. 151.
- 122) Idem, ibdem.
- 123) A.G.I.A. op. cit., Vol. VI t.II, p. 877.
- 124) A.G.I.A. op. cit., Vol. VI, t. II, p. 877.
- 125) MACOLA, Ferruccio. L'Europa alla conquista dell'America Latina. Venezia. Tip. Ongania, 1894. p. 285; FRESCURA, Bernardino. Guida dello stato di San Paolo nel Brasile. Piacenza, Tip. Faveri, 1904, p. 62.  
Ribeirãozinho, posteriormente passou a chamar-se Taquaritinga. Ver: "Divisão Territorial do Brasil". Fundação IBGE - Rio de Janeiro-1980, p. 433.

- 126) Idem, ibdem p. 286, p. 63.
- 127) TARUFFI, Dino et al. op. cit., p. 734.
- 128) MONACO, Attilio. L'Immigrazione italiana nello stato di San Paolo del Brasile. In: Bollettino dell'Emigrazione, Roma, (8): 32, 1902.
- 129) Todos os dados referentes à volta de italianos para o país de origem, foram extraídos do:  
C.G.E. Annuario statistico dell'emigrazione italiana dal 1876 al 1925, op. cit., pp. 704-740.
- 130) BRENA, Paulo G. L'Emigrazione italiana nel periodo antebellico. Firenze, Tip. Bemporad, 1918, p. 258.
- 131) ROSWADOWSKI, A.L. San Paolo. In: Emigrazione e Colonie. Raccolta di raporte dei agenti diplomatici e consolari. Roma, Tip. G. Bertero, 1893. p. 151; MACOLA, Ferruccio. op. cit., p. 388.
- 132) BELLI, B. Memoria sulla condizione dei coloni italiani nella provincia di San Paolo. São Paulo, 1888, p. 12
- 133) FRESCURA, Bernardino. op. cit., p. 67; ROSWADOWSKI, A.L., op. cit., p. 151; LOMONACO, Alfonso. Al Brasile. Milano, Tip. Vallardi, 1900. p. 425; ZETTIRY, Arrigo, op. cit., p. 62; MACOLA, Ferruccio. op. cit., pp. 52-66.
- 134) GHINASSI, Pompeo. Per le nostre colonie. In: Italia Coloniale. Roma, (2): 45. feb, 1901.

- 135) BELLI, B. Il caffè: il suo paese e la sua importanza - S. Paolo del Brasile. Milano, Tip. U. Hoelpi, 1910. p. 114.
- 136) LOMONACO, Alfonso. op. cit., p. 427.
- 137) ZETTIRY, Arrigo. op. cit., p. 62.
- 138) FRANCESCHINI, Antonio, op. cit., Vol. II, p. 227.
- 139) CENNI, Franco. Italianos no Brasil. S. Paulo, Livraria Martins Editora/USP, 1975, p. 221.
- 140) Idem, ibidem p. 288.
- 141) A.G.I.A. op. cit., Vol. VI, t. I, p. 22  
"Garzoncelli" - a tradução correta seria 'rapazinhos', mas na realidade o termo era empregado para a profissão de "pequeno pastor", ou seja, crianças de 10 a 12 anos para as quais as famílias entregavam seus carneiros, cabras ou vacas, para que estes os levassem aos bosques ou prados comuns. Um documento vivo da profissão exercida pelos "garzancelli" é o filme de Paolo e Vittorio Taviani, intitulado "Padre Padrone".
- 142) A.G.I.A., op. cit., pp. 38-39.
- 143) FRESCURA, Bernardino. op. cit., p. 88; ROSWADOWSKI, A.L. op. cit., p. 51; MACOLA, Ferruccio. op. cit., p. 53.
- 144) MARTINS, José de Souza. O cativoiro da Terra, São Paulo. Livraria Editora Ciências Humanas, 1979. p.60.

- 145) MORPUGO, E. "Le condizione della propriet  rurale e della economia agraria nel Veneto". Cit. FRANZINA, E. La Grande emigrazione. op. cit., p. 81.
- 146) FRANZINA, E. La grande emigrazione, op. cit., pp. 83-87; LANARO, Silvio. Societ  e ideologia nel Veneto rurale. Roma ; Edizione di Storia e Letteratura, 1976, p. 32.
- 147) ARIAS, Gino. op. cit., Vol. I, p. 262.
- 148) ROMANO, Sergio. Storia D'Italia dal Risorgimento ai nostri giorni. Milano, Arnoldo Mondadori Editore, 1978, p. 94.
- 149) DE LUCA, Paolo E. Della emigrazione europea ed in particolare di quella italiana. Torino, Tip. Bocca, 1909/1910, p. 168.
- 150) ROSSI, Adolfo. op. cit., p. 61.
- 151) MOSCONI, Ferruccio. Rivelazione brasiliana - Note di un reporter. Milano. Tip. Aliprandi, 1897, p. 34.
- 152) ROSSI, Adolfo. op. cit., p. 62.
- 153) Esta "Rela o dos Proprietários dos Estabelecimentos Rurais Recenseados"   um anexo do Recenseamento do Brasil, realizado em 1  de setembro de 1920. Diretoria Geral de Estatística. Rio de Janeiro.



## CAPÍTULO II

### TRABALHO E FAMÍLIA



"La grande emigrazione transoceanica dei primi anni del secolo costituisce un tentativo di salvaguardare quello 'spirito di indipendenza' e quella forma di autonomia e di autosufficienza che caratterizzano la vita economica e sociale nonché la weltanschauung contadina".

Pino Arlacchi

## CAPÍTULO II

### - TRABALHO E FAMÍLIA

#### 1- O cotidiano do trabalho.

Um trabalho de duas autoras americanas traz uma contribuição significativa para a análise dos padrões de comportamento de grupos submetidos a grandes e bruscas mudanças.

Preocupadas em demonstrar que não existe uma correlação direta e mecânica entre as mudanças de vida materiais e sociais em um grupo e a conseqüente transformação de seus valores ideológicos e comportamentais, como argumentam os funcionalistas, dizem as autoras:

"Velhos valores coexistem e são usados pelo povo para adaptar-se a mudanças externas. Isso pressupõe que o povo percebe e age, nas mudanças que ele experimenta, apoiado em idéias e atitudes que já tinha ... o comportamento é mais o efeito de velhas idéias operando num contexto novo, ou em mudança, do que o produto de novas idéias ..."(1).

No caso do imigrante italiano em São Paulo, suas raízes culturais mereceram pouca atenção dos analistas preocupados com as relações de trabalho estabelecidas nas fazendas de café, compondo o "sistema de colonato".

Os contratos de trabalho estabelecidos na lavoura cafeeira, bem como o caráter familiar que lhes foi peculiar, nas

ceram de uma imposição da facção do Oeste paulista e representavam, praticamente, a única opção para o imigrante, no momento de chegada a São Paulo.

No entanto, aos imigrantes também convinha este tipo de contrato, pois era uma forma de trabalho mais próxima àquela desenvolvida no país de origem e, ainda, o trabalho de todos, a única possibilidade de sobrevivência que o grupo possuía.

Para as grandes ou pequenas unidades familiares cujo destino foi São Paulo, o trabalho de todos era um valor a ser preservado. Para o grupo de arrendatários, meeiros e pequenos proprietários italianos que entraram até 1886 - e também para toda a Europa do século XVIII e XIX - "a unidade fundamental da organização do trabalho é a família ... O trabalho da família é geralmente dirigido para a propriedade familiar, propriedade considerada como pertencente mais ao grupo do que ao indivíduo ... O chefe da família aparece mais como gerente do que como proprietário da terra" (2).

Nesse sentido, não é estranho que esses primeiros grupos, ao emigrarem, desfazendo-se de todos os seus bens, gravados por impostos sobre terras e pela impossibilidade de concorrer no mercado, tenham tomado a decisão enquanto famílias e não na qualidade de indivíduos. Nada a estranhar, terem esses grupos, já em São Paulo, continuado a lutar pelo trabalho de toda a família, com uma vantagem, porém, em relação àqueles que entraram posteriormente: eram grandes famílias já constituídas.

Quanto aos 'braccianti', vindos após 1886, apesar de não mais pertencerem ao universo das grandes famílias, o trabau

lho familiar continuava ainda como um valor a ser preservado . Não foi, portanto, difícil aos fazendeiros paulistas estabelecer um excedente de mão-de-obra, acenando para o imigrante com a possibilidade de reconstrução do seu mundo perdido.

Ao estudar as relações peculiares de trabalho estabelecidas nas fazendas de café deve-se levar em conta que a imigração italiana, e não só ela, ocorreu de uma sociedade agrária para outra sociedade agrária. A diferença básica devia-se a inexistência no Brasil de um mercado de trabalho pré-industrial, formado por homens livres, uma vez que a exploração da mão-de-obra ainda se apoiava na escravatura, cuja tônica era a violência e a opressão, situação desconhecida para os imigrantes, atraídos para criar um mercado até então inexistente. Tais homens e mulheres vinham de um mundo com regras e valores muito precisos, que guiavam seu comportamento na sociedade de adoção.

Nesse sentido, para compreensão das relações de trabalho estabelecidas nas fazendas de café, não basta a análise dos contratos de trabalho ou das formas de pagamento que obedeciam, mas é preciso buscar a unicidade existente entre trabalho e trabalhadores, neste caso, as famílias imigrantes italianas.

E. Pleck, numa interessante análise sobre a história do trabalho e da família, mostra como a tentativa de especialização na área de história da sociedade levou muitos pesquisadores a optarem pela história do trabalho ou pela da família, sem conectá-las entre si, agindo "como se as famílias existissem sem trabalhadores e esses independentes das famílias" (3). Buscar essa unicidade dentro da lavoura cafeeira é o objetivo desse

capítulo. Para tanto, nossa proposta é examinar sucintamente os contratos de trabalho estabelecidos nas fazendas de café para, em seguida, analisar a importância que o trabalho do conjunto da família representava para o imigrante, e como esses valores foram utilizados pelos fazendeiros para a implantação do sistema de colonato em São Paulo.

O plantio do café obedecia a várias etapas, com contratos diferenciados, especiais para cada uma delas. A primeira delas era a derrubada, quando a fazenda deveria primeiro ser "formada" ou ampliada: esses trabalhos eram executados pelos "trabalhadores por turma" (4). A tarefa específica começava pela "derrubada" e "queimada" da floresta, função considerada perigosa e que nos primeiros anos da imigração continuava a ser feita por elementos nacionais, "os homens de Minas" como dizia Pierre Denis (5). Mais tarde, os italianos, particularmente os meridionais, também entraram nessa fase de formação de fazendas (6).

Apesar de encontrarmos, já em 1897, exemplos de empreitadas feitas por italianos, onde não só a formação do cafezal estava incluída, mas também o desmatamento (7), parece que esse gênero de contrato, onde a derrubada e a empreitada propriamente eram englobadas, só começou a ser feito mais tarde. Pelo menos as referências a esse gênero de trabalho só aparecem no fim dos anos 1910 (8).

"Esse trabalho de desmatamento é feito normalmente no mês de abril, após terminada a época das chuvas ... e são necessários homens práticos e hábeis ... Enquanto alguns, com

instrumentos apropriados (foices e facões), cortem os pequenos arbustos e ... todo tipo de plantas que se entrelaçam nas árvores ... outros, armados de machados, abatem as grandes árvores seculares. Depois de abatidas, estas são cortadas para facilitar a queimada ... e deixadas a secar até aproximadamente a estação das chuvas, quase sempre em agosto, e aí se põe fogo ... O que resta dessa queimada são troncos carbonizados, ou se a madeira ainda está verde, troncos que servem para a construção ou lenha e as cinzas são usadas como adubo" (9).

Paralelamente a esse trabalho iam sendo formados os "viveiros" de café, isto é, a formação de mudas (10).

Nesse gênero de trabalho era ocupados alguns meses do ano:

MARÇO	derrubada
ABRIL	
MAIO	deixava-se secar as <u>árvores</u>
JUNHO	abatidas formavam-se os
PARTE JULHO	"viveiros"
PARTE JULHO	queimada (antes de começar a
AGOSTO	estação das chuvas)

Normalmente, após essa etapa os "trabalhadores por turma" eram utilizados em outras tarefas nas fazendas: abertura de estradas, construção de pontes, abertura de pastos, enfim; tarefas que não estavam a cargo dos colonos.

Esses trabalhos eram totalmente executados por homense,

quando executados por italianos, "eram sempre indivíduos que deixavam a família na Itália e que se reuniam em grupos de 10 a 30 pessoas que circulavam de um lugar para outro oferecendo o seu braço ... recebendo - quando recebiam - no fim do mês ou por trimestre ... Seu salário era limpo porque recebiam casa e comida" (11).

Após a derrubada da floresta vinha a formação do cafezal que aqui se convencionou chamar de empreitada. Dois tipos de famílias italianas se dirigiam para esse tipo de contrato: recém-chegados com algum capital ou aqueles que já viviam em São Paulo há algum tempo e tinham conseguido juntar algum dinheiro para aguentar os primeiros tempos na floresta. Eram, portanto, elementos que já haviam vivido a experiência de outros tipos de contratos de trabalho oferecidos aos imigrantes.

No primeiro caso, do imigrante italiano inexperiente, esse tipo de contrato era bastante enganador, pois o induzia a pensar que ao cabo de cinco anos - tempo de duração do contrato - conseguira comprar seu pedaço de terra com o dinheiro obtido. No entanto, a distância que o separava de qualquer centro, as dificuldades de adaptação e o grande terror, a doença, que acompanhou o italiano como uma sombra durante sua adaptação no Brasil, faziam com que muitas vezes as economias fossem perdidas nas mãos de médicos, farmacêuticos e mesmo na compra de terras inexistentes.

No segundo caso, as chances eram maiores porque conheciam a região e o tipo de trabalho que o aguardava; assim, o imigrante podia esperar um certo lucro, desde que não ficasse

doente.

Nesta etapa de formação, o trabalho consistia em fazer covas em pontos já previamente marcados, plantar o café, manter o terrenos limpo por quatro anos. Durante esse período, era permitido cultivar milho e feijão entre as fileiras do cafezal. Enquanto a lavoura crescia, o empreiteiro era obrigado, segundo o contrato, a erguer uma cobertura de madeira ou folhas de milho secas (casinha) nos meses de abril e maio de cada ano para proteger todas as plantas com menos de dois anos, desfazendo tais coberturas nos meses de setembro e outubro (12). Depois de dois anos, o milho ou feijão plantado entre as fileiras do café ajudavam a protegê-lo, dispensando tal trabalho.

Além do café, o grosso do trabalho de empreiteiro, estava concentrado na plantação de cereais por sua própria conta e em obras exigidas pela fazenda: manter as "ruas" do café livres do mato, arrumar as cercas, cuidar do pasto e construir sua própria moradia. Os primeiros três anos do contrato ficam assim divididos, segundo foi possível concluir das descrições sobre o trabalho durante o ano agrícola: (13).

SETEMBRO	semeava-se café, milho e feijão e efetuava-se
OUTUBRO	os reparos nas fazendas
NOVEMBRO	tratos do café e dos cereais (14)
DEZEMBRO	tratos do café e milho, colheita da primeira planta de feijão
JANEIRO	tratos do café e do milho, limpeza e preparo da terra para receber a segunda planta de feijão



FEVEREIRO	tratos do café e do milho, semear o segundo feijão,
MARÇO	tratos do café e cereais,
ABRIL	construção da "casas" para o café,
MAIO	colheita do milho e do segundo feijão,
JUNHO	tratos do café,
JULHO	preparo do terreno para receber o milho e
AGOSTO	feijão.

A partir do quarto ano começava a colheita do café e os meses reservados para isso eram maio, junho, julho e agosto.

O pagamento, neste tipo de contrato, obedecia a dois critérios: quando o empreiteiro tinha um certo capital, todas as despesas de empreitada corriam por sua conta, incluindo contratos de outros trabalhadores, derrubada da floresta etc. Neste caso, recebia uma soma em dinheiro correspondente ao número de pés de café entregue no fim do contrato, ficava com todo o lucro obtido na venda do excedente de cereais e o lucro da primeira safra do café (15).

No segundo caso, quando o empreiteiro não possuía capital suficiente para arcar com todas as despesas da tarefa, situação esta mais comum, ao invés de todo o lucro da primeira colheita do café, recebia só uma parte desta.

Formada a fazenda, os trabalhos requeridos resumiam-se à manutenção das plantações e à colheita do produto. Para isso, os trabalhadores podiam optar pelo que se convencionou chamar de contrato colônico ou por trabalhar como camaradas. Estes dois

tipos de relação de trabalho atraíam a grande maioria dos 'braciantes' italianos com famílias pouco numerosas, que chegaram em São Paulo após 1886.

Pelo contrato colônico, o imigrante era obrigado a fazer quatro ou cinco carpas anuais no café, encarregava-se da colheita e era ainda obrigado a prestar serviços gratuitos nas fazendas, quando requeridos: reparar cercas, construir estradas, cuidar do pasto etc.

Tinha direito de semear feijão e milho por conta própria entre as fileiras do café, na proporção de uma fileira de milho e duas de feijão, se o cafezal fosse novo. Caso contrário, recebia para isso um pedaço de terra separado, onde podia plantar seus cereais. O ano agrícola do colono dividia-se assim: (16).

SETEMBRO	limpeza do cafezal (chamava-se "esparramar o cisco", adubação, quando as plantas exigiam,
OUTUBRO	semeadura do milho e do feijão, trabalhos extras requeridos pela fazenda,
NOVEMBRO	primeira carpa do cafezal, trato dos cereais,
DEZEMBRO	segunda carpa do cafezal, tratos do milho, colheita do primeiro feijão,
JANEIRO	terceira carpa do cafezal, tratos do milho
FEVEREIRO	semeadura do segundo feijão
MARÇO	quarta carpa do cafezal, trato dos cereais
ABRIL	quinta carpa do cafezal, colheita do milho e do segundo feijão.

MAIO  
 JUNHO colheita do café,  
 preparo do terreno para receber o milho e o  
 JULHO feijão  
 AGOSTO

Seus salários também estavam divididos em três partes: soma em dinheiro para as carpas, cuja unidade básica era 1.000 pés de cafês; uma soma em dinheiro pela colheita, cuja unidade básica era um volume de grãos com 50 litros e o lucro obtido com a venda do excedente de cereais plantados.

As demais tarefas nas fazendas eram executadas pelos camaradas. Por este contrato, os imigrantes podiam trabalhar no beneficiamento do café, na colheita e em várias outras atividades não especializadas: cuidar dos animais, auxílio de carroceiros, carregar sacos, reparar os pastos, estradas, etc. (17).

A divisão do ano agrícola, para esta categoria, não era muito clara, pois tais tarefas se entrelaçavam, à medida em que se faziam necessários, com as tarefas básicas da fazenda, já descritas; muitas vezes, velhos ou crianças de famílias de colonos, podiam trabalhar nestas atividades, complementando com suas remunerações, os poucos recursos obtidos com a lavoura do café propriamente dita.

Os salários dessa categoria de trabalhadores eram calculados por dia de trabalho ou pela tarefa executada. Quem recebia alimentos como parte do pagamento, tinha o salário diário descontado entre 15 a 20%. Não tinham direito a fazer culturas de subsistência, mas, quando fixos nas fazendas, recebiam

casas grátis para morar.

Basicamente, foram entre essas quatro formas de contratos que os imigrantes puderam optar.

## 2- A importância da família para a sobrevivência do grupo.

Resta-nos analisar a importância que o trabalho conjunto da família representava para as famílias trabalhadoras ; para isso, porém, é preciso retroceder na história de vida do imigrante, pois ela servirá de apoio à sua aproximação com a nova realidade.

Analisar cada uma das áreas expulsoras italianas, com suas particularidades, em termos de contrato de trabalho, bem como a divisão de tarefas entre os componentes da família, seria praticamente impossível, dada a enorme variedade de nuances que caracteriza cada uma dessas regiões. Optamos, portanto, como exemplo, pela região vêneta, devido à sua importância no componente imigratório paulista.

Observando as duas áreas agrícolas do Veneto em conjunto, a planície, onde predominavam as plantações de arroz, linho ou cânhamo alternadamente e as regiões de colina, nas quais o linho e o arroz perdem importância para as vinhas e o trigo, podemos estabelecer, da seguinte forma, a grosso modo, o roteiro anual do trabalho e da divisão sexual implícita:

MARÇO

Homens

- preparam o campo para o li-  
nho; preparam o campo para  
o arroz, irrigação de canais,  
preparação das valas para es-  
coamento das águas, limpeza  
e revisão dos diques.

Mulheres

- ainda fiam, terminando o tra-  
balho executado durante o in-  
verno: fiação do linho, cânha  
mo e lã; ocupam-se das hortas  
e animais pequenos.

ABRIL

- começam a arar a terra para  
o milho; semeiam o milho.
- começam a tirar ervas daninhas  
do linho; ajudam nos trabalhos  
do milho; fim do mês: trabalho  
nos arrozais - semeadura.
- Todos trabalham com o bicho-da-  
seda: preparam as folhas de amo-  
ra, colocam-nas em estufas.

MAIO

- cortam o primeiro feno; re-  
volvem a terra em volta do  
milho; podam a vinha, repa-  
ram as estacas para amarrar  
ramos novos da vinha.
- ocupadas na extração das para-  
sitas e ervas daninhas do ar-  
roz; ajudam nos trabalhos de  
limpeza do milho.

JUNHO

- continuam os trabalhos com  
o milho; amarram os novos ra-
- continuam os tratos do arroz e  
milho; preparam a maior quan-

Homens

mos da vinha; preparam en-  
gradados para transportar o  
bicho-da-seda aos bosques;  
cortam e colocam nos silos o  
último feno de maio.

Mulheres

- tidade possível de folhas de  
amoras para o bicho-da-seda;  
ajudam no trabalho do feno, nor-  
malmente amarram os grandes  
feixes.

- fim do mês, todos empenhados  
na terrível tarefa que é ar-  
rancar o linho.

JULHO

- todos são chamados para ceifar  
o trigo.

- ceifam, transportam o trigo  
aos celeiros e batem-no; ex-  
tração das sementes do lí-  
nho com as quais se faz ó-  
leo; preparam os campos li-  
berados pelo trigo para plan-  
tar milho ou plantas forra-  
geiras.

- ceifam o trigo, ajudam a fa-  
zer feixes para o transporte;  
maceram o linho, estendem os  
seus caules sobre os campos pa-  
ra secá-los; extraem as ervas  
daninhas e limpam o milho e o  
arroz.

- grande ceifa do segundo feno on-  
de todos trabalham.

AGOSTO

HomensMulheres

- colhem o milho - todos participam.

- |  |   |
|--|---|
| <p>- trabalhos posteriores com o trigo: abaná-lo para limpar, armazená-lo; amontoar nos silos o feno ceifado; transportar o milho para as eiras para secá-lo, limpá-lo e preparar os montes a serem divididos.</p> | <p>- respiga do milho - pela tradição era um trabalho só feminino (18); derrubar os pés de milho para posterior limpeza dos campos; ajudam na limpeza dos campos e nos trabalhos posteriores com o milho e o trigo.</p> |
|--|---|

SETEMBRO

- |   |  |
|---|--|
| <p>- transportam, batem e polemo arroz; preparação dos campos para receber o novo trigo em fins de outubro; ultimar os trabalhos com o feno que porventura ainda reste; cuidados com as plantas forrageiras para enfrentar o inverno que se aproxima.</p> | <p>- praticamente ocupadas todo o mês com a ceifa do arroz, trabalho este executado só por mulheres; respiga do arroz; cuidados finais com o linho</p> |
|---|--|

OUTUBRO

- finalmente começava-se a colheita da vinha, onde todos eram empregados; em seguida faziam o vinho (19).

No inverno, as atividades diminuam muito. Era o período utilizado para reparos na propriedade, debulho do milho, matança de porcos e preparo da charcuteria. Era também o período utilizado para as pequenas indústrias domésticas como a fiação rústica de tecidos e os trabalhos em palha. O trabalho feminino ganhava novamente primazia e isto "significava a diferença entre a subsistência e a miséria próxima" (20). Eram as mulheres, com a fiação do cânhamo, linho e lã, que praticamente mantinham a família nesse período, porque o trabalho masculino, além de raramente requisitado, era mal remunerado.

No caso daqueles que se ocupavam de uma propriedade como meeiros ou pequenos proprietários, "todos os membros da família recebiam tarefas. A uns cabia cuidar das vacas; aos outros, dos cavalos; à grande maioria dos campos ... igual distinção reinava entre as mulheres; uma era encarregada da cozinha, outra da lavagem da roupa e todas dependiam daquela que comandava a família, normalmente a mais velha, mas nem sempre ... Era a 'patroa', a chefe" (21).

Os velhos, quando não assalariados, não estavam excluídos do trabalho. "Se não podiam mais arar ou ocupar-se de outras tarefas pesadas, ficavam em casa, mas cuidavam de animais pequenos, da limpeza dos estábulos etc. E as crianças ainda muito pequenas para trabalharem nas colheitas ou em qualquer outra atividade, levavam as galinhas, gansos, perus etc. para caçarem e vigiavam para que não estragassem as plantações" (22).

Essa divisão de tarefas implicava, necessariamente, no trabalho de todos e a "motivação de seus membros: ao contrário



dos padrões capitalistas, não tinha o lucro como meta, mas buscava garantir as necessidades da família" (23).

Todos trabalhavam e o problema básico da família para a distribuição das tarefas entre seus membros, de acordo com a idade, sexo, ou posição dentro do núcleo, para que sua sobrevivência fosse garantida.

Essa forma de trabalho era quase um pré-requisito das sociedades pré-industriais e não foi um fenômeno particular à Itália, como bem ilustra a obra de Peter Laslet, para a Inglaterra (24).

Os 'braccianti', mais do que agricultores estabelecidos, compunham grupos itinerantes, cujo tempo máximo de contrato assegurado era o ano agrícola, quando se tratava de 'braccianti' fixos. Nesse caso, efetivamente, os salários eram pagos individualmente. Mas ainda assim o caráter familiar do trabalho não tinha sido absolutamente abolido.

Para esta categoria, a posse da terra já deixara, há muito tempo, de ser uma realidade: a opção existente era o trabalho nas grandes fazendas, já calcadas no modelo capitalista de exploração da terra. Assim era em toda a região do Vale do Pó, com suas extensas plantações de arroz, de onde tantos imigrantes partiram para o Brasil.

Nessas plantações, as diferenças contratuais pautavam-se na especialização do trabalho e não no tipo de exploração da terra. Assim, por exemplo, um vaqueiro recebia uma parte do seu pagamento em dinheiro, mais casa grátis, cereais, parte da produção do bicho-da-seda, lenha; sua família era livre pa-

ra ocupar-se em outros trabalhos, podendo empregar-se em outras atividades menos especializadas dentro das fazendas, ou ainda dedicar-se à pequena indústria doméstica, como a tecelagem.

Outro exemplo é o do fabricante de queijos, que recebia um salário e parte do pagamento em gêneros, incluindo além dos cereais e da lenha, uma parte da produção de queijos (25). O mesmo acontecia com os trabalhadores encarregados das plantações de arroz, do trigo etc.

Trabalhadores menos especializados, empregavam-se como ceifadores, carpidores, tosadores, carroceiros etc., e, normalmente, recebiam em dinheiro ou por tarefa realizada, como os camaradas em São Paulo.

Além dos pagamentos serem em dinheiro e gêneros, os contratos eram normalmente anuais e os patrões não tinham para com os camponeses, qualquer obrigação. O trabalho de todos os membros da família, porém, era indispensável para assegurar a sobrevivência do grupo.

A segurança de um contrato duradouro implicava no trabalho do grupo familiar. Por exemplo, nas plantações de arroz, "mães, mulheres, filhas e irmãs de todos os homens estabelecidos na propriedade como vaqueiros, carroceiros ou 'braccianti' fixos, eram obrigadas a trabalhar nos arrozais" (26), porém recebendo salários individuais.

A realidade era diferente para os 'braccianti' diaristas: a unidade familiar no trabalho já não existia; homens e, em muitos casos, também mulheres circulavam de um lado para outro à procura de serviços; o que os obrigavam a passar longos

períodos distantes do lar, passando privações para economizar seus salários, que eram levados para casa para a manutenção do grupo.

No caso dos 'braccianti' diaristas, a importância do trabalho feminino, das crianças e velhos duplicava-se. Como os homens eram obrigados a circular de um lado para o outro em procura de trabalho, a tarefa de dirigir a família e mantê-la alimentada e vestida cabia à mulher.

"Temporários ou permanentes que fossem os vazios ou desequilíbrios demográficos provocados pela emigração, parecem ter incidido sensivelmente sobre a posição da cota 'marginal' da força de trabalho rural: mulheres, crianças e velhos. Números são os testemunhos do maior emprego desses elementos, seja na pequena propriedade familiar, no restrito mercado do trabalho temporário, ou no setor dos 'braccianti' propriamente ditos ..." (27).

Nessas condições, muitas mulheres tornaram-se "assalariadas em pequenas indústrias domésticas, como por exemplo, na fabricação de queijos" (28) ou ainda em trabalhos inumanos. Diz um autor, referindo-se a província de Udine: "nas cidadezinhas da montanha ... a mulher é constrangida a fazer o papel do animal de carga, percorrendo muitos quilômetros carregando nos ombros cargas de 60 quilos, ganhando em média 0,5 centavos de lira por quilômetro" (29).

Dessa forma, fosse o trabalho executado na pequena propriedade familiar, ou fora dela, esperava-se que todos os membros da família trabalhassem, pois a parca remuneração com que

as mulheres, crianças e velhos contribuíam não significava uma complementação do trabalho masculino, mas a simples possibilidade de sobrevivência.

Estes homens e mulheres constituíram o maior contingente de imigrantes, que acabaram aportando nas lavouras cafeeiras paulistas. Portanto, partir para qualquer análise sobre as relações de trabalho que se estabeleceram nas fazendas de café, sem levar em conta a importância do trabalho familiar para a sobrevivência do grupo imigrante, pouco ajudará na compreensão do comportamento do imigrante italiano em São Paulo.

No aspecto econômico o trabalho familiar representa, para o fazendeiro o limite da exploração e para o camponês o limite da sua sobrevivência; mas, tem também um valor para a sociedade camponesa. Na Itália foi preciso quase um século para que desaparecesse (30); nos países de imigração, não continuou simplesmente como um valor transplantado para uma sociedade nova, mas foi uma arma vital na luta ferrenha contra o processo de proletarização, já iniciado na Itália, e que a maioria desses homens e mulheres enfrentou no Brasil, Argentina e Estados Unidos.

É preciso notar que o trabalho familiar, mais do que um estigma a ser rejeitado - posição essa que faz parte de uma ideologia que surge "com o crescimento e difusão de valores da classe média no século XIX" (31) - era um valor desejado pelo homem pré-industrial.

Um outro dado a sublinhar é que a divisão da família não foi um processo ocorrido com a industrialização, mas já e-

ra um dado patente muito antes dela se tornar realidade. Como diz E. Pleck, "os trabalhadores assalariados sem terra estavam tão separados de seus lares como os modernos proletários" (32).

Na Itália, como para o resto da Europa, a responsabilidade por essa separação, coube a subdivisão da terra, lá ocorrida entre fins do século XVIII e início do XIX e não à produção industrial.

Nesse sentido, o trabalho nas lavouras cafeeiras, reconstituindo o núcleo familiar devido às suas próprias características, representava uma atração bastante tentadora. Não significava apenas a possibilidade de independência econômica, para famílias reduzidas a um virtual nomadismo - como ocorreu com a maioria dos emigrados para o Brasil, após 1886 - mas também a possibilidade de reconstituir o núcleo familiar, onde o trabalho de todos contaria para o bem comum; isso independentemente de irem para o campo ou para a cidade, pois a opção pela cidade não significaria o abandono do trabalho familiar, onde seriam artesãos ou pequenos negociantes, com todos os membros da família participando dos negócios.

Não por acaso todo o programa de atração de imigrantes acenava com valores que lhes eram peculiares. É o caso da propaganda dos núcleos coloniais feita a princípio e que ressaltava a possibilidade de reconstituição da pequena propriedade perdida. É bom lembrar que 11 núcleos coloniais foram fundados, em São Paulo, no período de 1886 a 1890. Foi a tática mais condizente para o grupo de pequenos agricultores, arrendatários e meeiros, com suas grandes famílias, que caracterizaram a pri-

meira fase imigrat6ria.

Quando os fazendeiros conseguiram, com seu sistema de financiamentos de passagens, atingir os 'braccianti' j6 destituídos de terra, a promessa da pequena propriedade perdeu temporariamente sua import6ncia, substituindo por uma propaganda cuja t6nica estava centrada no trabalho familiar, no esforço conjunto que permitira compor alguma poupança. Antonio Prado, num seu discurso, 6 claro a respeito: "a colocaç6o dos imigrantes nas fazendas 6 o melhor sistema, porque, ao cabo de tr6s ou quatro anos, a fam6lia, se for morigerada, s6bria e laboriosa, poder6 ter acumulado pec6lio suficiente 6 aquisiç6o de terras ..." (33).

Para o fazendeiro, evidentemente, a utilizaç6o de valores caros aos imigrantes n6o se limitou 6s t6ticas de propaganda. Na ess6ncia, o trabalho familiar, possibilitava um excedente de m6o-de-obra, com o trabalho das mulheres e crianças, e, conseqüentemente, custava menos aos fazendeiros do que os trabalhadores individuais (34).

Por6m, com toda a viol6ncia que caracterizou as relaç6es de trabalho no per6odo do colonato, o car6ter familiar do trabalho persistiu at6 1950 e a explicaç6o n6o est6 s6 nas vantagens que os fazendeiros podiam auferir, pois o grupo trabalhador era tamb6m um agente nesse processo.

Um recente trabalho de uma brasilianista, preocupada em demonstrar como foi poss6vel a perman6ncia do trabalho familiar durante o colonato, em detrimento dos trabalhadores individuais, argumenta que, al6m do excedente econ6mico que o fa-

zendeiro podia auferir com o trabalho de todos, é preciso ainda considerar a "influência da ideologia dominante como determinante na persistência da família trabalhadora", pois, segundo a autora, a burguesia, como "parte de sua dominação e legitimação, tende a 'naturalizar' e assim universalizar aquelas instituições que asseguram sua própria perpetuação entre elas, o casamento, a família e a divisão sexual do trabalho" (35).

Entretanto, mesmo reconhecendo que essa persistência do trabalho familiar só foi possível porque estava apoiada nas "tradições dos trabalhadores" (36); a autora negligencia o quanto, do ponto de vista da classe trabalhadora, essas tradições eram importantes e como a sobrevivência do trabalhador dependia desse sistema de trabalho.

A família, enquanto unidade trabalhadora, permaneceu porque também interessava à classe subalterna. Em São Paulo, como na pátria expulsora, o trabalho do grupo era a única forma de sobrevivência possível.

Tomando como exemplo o trabalho do colono propriamente dito verificamos que: anunciado como trabalho assalariado, o sistema de colonato na realidade combinava diferentes formas de pagamento - uma soma em dinheiro pelo trato do cafezal; uma soma em dinheiro pela quantidade de café colhido, e, finalmente, a permissão para o colono plantar gêneros de subsistência entre as fileiras de café. Essa colheita secundária era usada para a própria alimentação do colono e o excedente podia ser vendido por ele, possibilitando assim um lucro extra.

As discussões quanto a essa forma de pagamento origi-

naram duas correntes na historiografia brasileira: a primeira representada pelos que vêm nesse tipo de contrato uma forma de baratear o custo da mão-de-obra, uma vez que o salário não é pago aos trabalhadores individualmente mas conforme a quantidade de tarefas executadas e pelo total da produção entregue por toda a família (37), posição com a qual concordamos em linhas gerais. A segunda é a corrente que vê nesse mesmo tipo de contrato e no seu caráter familiar a alavanca de poupança que possibilitou ao imigrante italiano se tornar pequeno proprietário (38).

A bipolarização metodológica não resolve, contudo, todas as diferenças entre os historiadores, pois apoiando suas análises na forma de pagamento não explicam, do ponto de vista do imigrante, a importância que o trabalho de todo o núcleo representava para sua sobrevivência.

A análise do quanto recebiam pelas diferentes tarefas executadas, e de como essas tarefas eram distribuídas dentro da família, nas lavouras cafeeiras, e de quanto cada um de seus elementos proporcionava à caixa comum, nos permite uma importante aproximação da nossa afirmativa.

Imediatamente após sua chegada a São Paulo, quatro em cada cinco italianos, estavam ligados a um núcleo familiar e trabalharam, pelo menos durante sua fase de adaptação, na lavoura. Considerando apenas a economia cafeeira, os exemplos de contabilidade familiar são escassos. Uma parte da documentação nos apresenta estimativas, já para o século XX (39). Assim, um núcleo típico: marido, mulher, um filho e um empregado, ou um



casal com dois filhos, obtinha receitas anuais de 890\$000 réis em 1905 (40). Desse total, 560\$000 réis, isto é, 63%, era produto do cultivo e da colheita de 4.000 pés de café conforme seu contrato; outros 330\$000 réis, os restantes 37% vinham da venda de milho, feijão, arroz e alguns animais, ou seja, um terço das receitas (38). Essa mesma família gastava cerca de 547\$000 réis (62%) para manter-se durante um ano, poupando assim 343\$000 réis (38%). Como se vê, o que seria considerado poupança vinha dos produtos alternativos. O trabalho no cafezal garantia apenas a subsistência.

Outro exemplo, é de uma família numerosa, de sete pessoas, que recebeu 1.120\$000 réis pelo conjunto de seu trabalho em 1895, no interior de São Paulo. Dessa importância, 850\$000 réis (76%) vinham do trato e colheita de 9.000 pés de café, os restantes 270\$000 réis (24%) foram obtidos com a venda de cereais e animais e trabalhos extraordinários. Essa família poupou 500\$000 réis, isto é, o equivalente a 45% da receita de um ano, quantia apenas marginalmente superior à anterior. Mais da metade das suas economias veio das culturas intercaladas (41).

Esses são dados brutos. Nesses balanços não estão computados quaisquer despesas extras, principalmente com médicos e remédios, causa de perda de anos de poupança para muitos. Mesmo em casos que não chegam ao extremo, isto é, perda total das economias, o percentual gasto com médicos e remédios girava em torno de 7% ao ano, o que pode ser atestado por exemplos mais concretos.

Duas cadernetas examinadas por uma autora italiana,

quando da sua visita a São Paulo, em 1907 (42), nos dão o seguinte quadro: numa família não acometida por doenças crônicas, as despesas com médicos e remédios restringiam-se a cerca de 3% do total ganho no ano, mas em casos de famílias acometidas por doenças crônicas, como conjuntivite, tracoma etc., doenças que em certas fazendas atingiam até 75% das pessoas (43), as despesas com médicos e remédios subiam para 7% (44), (ver Apêndice nº I)

Para darmos uma idéia do que significam as contas com médico, integralmente retiradas dos lucros dos camponeses, basta lembrar que em 1905/7, época em que a autora faz seus relatos, o preço de um hectare de terra variava de 40\$000 réis a 60\$000 réis, exatamente o que custava a visita de um médico e os remédios (45).

Os percentuais de distribuição de renda para a empreitada variam muito pouco em relação ao caso colônico. Numa estimativa feita (46) para cinco anos de trabalho de um grupo formado por três adultos, dois homens e uma mulher, o total ganho pela família empreiteira foi de 4.610\$000 réis. Suas despesas para o mesmo período foram de 2.737\$000 réis, isto é, 60% do total, enquanto suas economias atingiram a cifra de 1.872\$500 réis, ou seja, 40% da sua receita. Nesse balanço também não estão computadas as despesas com médicos e remédios. De qualquer forma, uma vez que o empreiteiro já devia ter algum capital para iniciar o trabalho (ao menos a quantia suficiente para se manter por um ano) essa cifra pode variar um pouco e alguma poupança podia aparecer, como aconteceu com um certo número de emprei -

teiros, sobretudo até a primeira proibição oficial de se plantar café, que data de 1902.

Diz um observador da época: "os salários do empreiteiro caem mais tarde ... por planta formada ... chegando mesmo em muitos casos a não se pagar os empreiteiros. Com a lei que proibia novas plantações, em 1902, o empreiteiro teve o seu enterro oficial" (47), (ver apêndice nº II).

Não encontramos em relação à empreitada, relatos sobre a divisão sexual do trabalho. No entanto, dada as condições semelhantes do trabalho colônico, que analisaremos em seguida, nada indica que os percentuais referentes à participação masculina ou feminina variassem. Se pensarmos no que era a formação de um cafezal, diríamos mesmo que a carga de trabalho aumentava para todos.

"Alguns proprietários dão ao empreiteiro uma cabana com a floresta já abatida ... outros lhe dão a floresta virgem que deve ser transformada em plantações ... Chegando à floresta com a família, seu pensamento é a construção de uma cabana e nesse meio tempo, por algumas noites, a família dorme em céu aberto. Depois em torno da cabana plantam-se cereais e ... terminada essa operação, tem início o abate da floresta a golpes de machado ... Com os troncos que sobram (depois da queimada) o empreiteiro constrói uma segunda cabana que deverá lhe servir de moradia por cinco anos ... Normalmente 30 quilômetros o separa do núcleo vizinho habitado ..." (48).

Neste cenário não cabia às famílias empreiteiras apenas o trabalho nas plantações, mas também a construção de ca-

sas, os reparos de estradas, etc., sendo o acréscimo de tarefas distribuído equitativamente dentro o grupo familiar.

Nos contratos colônicos, as plantações e cuidados com o café ocupavam homens e mulheres indistintamente. A proporção de café que um homem podia cuidar era em média de 2.500 pés, e de 1.000 pés, em média, para uma mulher adulta ou um rapaz de 15 anos (49). A participação nos salários recebidos pode então ser calculada em  $\frac{2}{3}$  para o homem e  $\frac{1}{3}$  para as mulheres e jovens.

Para os cereais, os cálculos são mais complicados. A quantia efetivamente recebida por um colono dificilmente será determinada com precisão, pois "nas cadernetas de trabalho era anotada somente a quantidade de cereais e animais vendidos aos fazendeiros, mas não o lucro obtido com o produto da venda a particulares" (50) que se encontrassem fora da fazenda. No entanto, se a venda incluísse colonos da mesma fazenda o negócio era registrado na caderneta. É assim que numa das cadernetas de trabalho de 1907, transcritas pela autora italiana G. Lombroso, se lê: Piero Lofarce deve receber de Geronimo Gatardo a quantia de 20\$000 réis por uma carroça de milho" (51), (ver apêndice nº I).

Se a cultura dos cereais era feita entre as fileiras do café, homens e mulheres cuidavam dela ao mesmo tempo que cuidavam do café. Entretanto, feita em terrenos separados, o colono só tinha livres as tardes dos sábados e domingos para cuidar dessas plantações (52). Nesse caso, mulheres e crianças não ligadas diretamente à cultura do café é que deviam dar mais a-

tenção aos cereais, norma aliás proposta como ideal por um dos observadores da época, que dizia: aconselhadíssima é a emigração de famílias inteiras, podendo as mulheres e crianças, ainda não adaptadas aos grandes trabalhos se dedicarem às culturas subsidiárias, que se bem cuidadas representam uma fonte de renda nada indiferente" (53).

Ao lado do café e cereais, outra fonte de renda dos colonos eram seus animais, cujos cuidados cabiam essencialmente às mulheres.

A atividade da mulher era quase sempre qualificada como "trabalhos da casa" e assim, nas estimativas do quanto um colono poderia ganhar sempre aparece: "uma família composta de 2 pessoas adultas e uma mulher que permaneça nos trabalhos da casa pode ganhar ..." (54).

As casas entregues aos colonos possuíam um terreno onde se podia fazer uma horta e criar animais. "Como nas cidadezinhas italianas, cada casinha é rodeada por uma pequena horta na qual normalmente os colonos também constroem abrigos para os animais" (55). Esses abrigos podiam ser: um "galinheiro, um chiqueiro e em alguns casos até um pequeno estábulo" (56).

O excedente não consumido de produtos da horta e, os animais, eram vendidos; nesse caso a importância do trabalho feminino fica muito clara.

Em duas cadernetas por nós citadas (ver apêndice nº 1), uma das famílias composta por um viúvo com três filhas meninas, o total da receita foi de 635\$724 réis por um ano de trabalho. No caso, exatamente pela falta do elemento feminino, 80%

desse total correspondia a carpa e colheita e mesmo os 20% restantes não vinham de produtos de subsistência, mas de trabalhos extras realizados na fazenda como diaristas. Só 3,1% vinha de gêneros de subsistência e em suas despesas apareciam ainda gastos com carnes, verduras, leite etc., enquanto para a outra família, composta de três trabalhadores - uma mulher e dois homens - as despesas com esses gêneros são inexistentes e pelo contrário, anota algumas receitas (57).

Narrativas sobre casas consideradas bem sortidas, mencionam "toucinhos e linguiças que pendiam do teto da cozinha, legumes, milho e frutas secas que estavam amontoadas num pequeno depósito situado no fundo da casa" (58). Muitas vezes, esses produtos eram preparados pelas mulheres mais velhas da casa pois as moças estavam ocupadas nas plantações. "Uma velhinha me levou a uma espécie de quintal para mostrar como aprendeu a fabricar sabão, fundindo água com gordura e a preparar a carne defumando-a e salgando-a" (59).

A figura da mulher mais velha é tão importante que num balanço de uma família grande e capaz de economizar anota-se: a família é composta por "uma mulher velha, um homem adulto, uma mulher adulta, uma mocinha de 16 anos, um rapaz de 14 e duas crianças de 9 e 5 anos ... que cuidam de 9.000 pés de café" (60). Conclui-se, portanto, que a parte da receita capaz de transformar-se em poupança, provinha em 2/3 do trabalho feminino e em 1/3 do trabalho masculino.

Resta-nos fazer um balanço do que ganhava um camarada cujo salário pode ser estimado em torno de 1\$700 réis por dia,

mais a comida fornecida pela fazenda (61). Efetivamente, os salários, por volta de 1902/4, época dessa estimativa, oscilavam em torno de 2\$000 a 2\$500 réis por dia quando os alimentos não eram computados ou em regiões que pagavam melhor (62), (ver apêndice nº III).

A receita mensal de um camarada variava, portanto, em torno de 50\$000 réis mensais, o que daria 600\$000 réis anuais, se conseguisse trabalhar continuamente. Suas despesas com roupas e outras necessidades estavam em torno de 150\$000 réis anuais, restando 450\$000 réis por ano. Ou seja, poupara 75% da receita sempre sem contar com gastos de médicos e remédios.

No entanto, essas cifras poderiam variar, no caso de indivíduos casados e com filhos; para essa categoria de camaradas algumas observações merecem ser feitas.

Sua presença não era grande nas fazendas. No caso da Santa Gertrudes, os camaradas constituíam 20% do pessoal ocupado (63). Muitas vezes, membros das famílias colônicas trabalhavam nessa categoria. As famílias que possuíam muitas crianças e velhos, podiam desviá-los para trabalhar no beneficiamento do café. O trabalho consistia em esparramar o café em grandes terreiros para secá-lo ao sol, tarefa essa que normalmente cabia aos velhos e às crianças; havia ainda a seleção manual dos grãos, isto é, eliminar os defeituosos e retirar pequenas pedras que escapavam às máquinas. Mocinhas e crianças eram os preferidos para esse gênero de trabalho e para isso recebiam um salário diário (64).

Muitas crianças eram empregadas em condições de cama-

radas, como condutores de animais, "candieiro ou puxador" (65), ou auxiliares no carregamento de carroças, recebendo salário e quivalente a 1/3 dos normalmente pagos à categoria.

As mulheres desta categoria de trabalhadores, ou mesmo mulheres solteiras recrutadas nessa condição, podiam trabalhar como criadas nas fazendas ou costureiras. Anúncios frequentes no "Fanfulla" (66) pediam empregadas domésticas, costureiras, babás para as fazendas, discriminando mesmo, algumas vezes, de que região da Itália preferiam, "alta Lombardia ou Veneto". Seus salários acompanhavam os dos camaradas, em se tratando de adultas, e caíam à metade para mocinhas e meninas (67).

De qualquer forma, os camaradas que conseguiam trabalhar o ano inteiro podiam poupar mais do que os colonos, pois recebiam salários individuais maiores, por tarefas mais especializadas ou em momentos de demanda concentrada por mão-de-obra, como as colheitas. Sendo seu custo maior, não interessava aos fazendeiros manter um grande contingente de camaradas em suas propriedades.

A fazenda, como unidade produtiva, também ocupava trabalhadores especializados - carpinteiros, maquinistas, administradores -, mas não cabe aqui nos alongarmos sobre isso, uma vez que não representavam um percentual significativo.

Em síntese, para uma família típica de colonos e empreiteiros italianos, podemos concluir que a mulher ajudada pelas crianças com menos de 12 anos, contribuía praticamente com a metade do dinheiro recebido durante o ano. Isso porque garantia 1/3 do trabalho no café e 2/3 nas culturas auxiliares: co-



mo o café representava, segundo os testemunhos da época, cerca de 2/3 das receitas, a mulher respondia por 4/9 do ingresso bruto o homem, por 5/9.

Sabemos ainda que, além desses trabalhos incluídos diretamente na atividade econômica do imigrante, a mulher cuidava da casa, costurava, cozinhava. Assim, sua importância para a sobrevivência da família é ressaltada na afirmativa de uma autora da época: "Dadas as condições de trabalho, a emigração para as fazendas pode convir só quando o camponês tenha uma família numerosa, isto é, quando possa dispor de muitos braços e 3 ou 4 crianças que possam ajudá-lo na colheita, mas sobretudo, quando tenha uma mulher ativa e inteligente que saiba usufruir das vantagens que a fazenda lhe oferece: a horta, a lenha dos bosques, o pasto, que saiba fazer o sabão, a charcuteria, criar porcos e galinhas; que saiba ainda, sozinha educar, vestir e lavar a pequena família ..." (68).

A conjugação do esforço de todos os membros da família era a chance de juntarem algumas poupanças, sustentando os sonhos de montar um pequeno negócio, comprar um lote de terra, ou mesmo, voltar à pátria abandonada. Era a única maneira que possuíam para manter sua autonomia enquanto camponeses e afastar o fantasma da proletarização. Isso, porém, exigia um esforço hercúleo de toda a família.

Entre quatro e meia e cinco horas da manhã começavam a trabalhar; às nove e trinta, a mulher do colono ou alguma criança levava o almoço, no qual era gasto meia hora, pois às 10 horas retornava-se ao trabalho. Ao meio-dia novamente um dos

elementos da família levava um pouco de café com pão e parava-se por mais quinze minutos. Em seguida, trabalhava-se até as dezessete e trinta (69) sem qualquer descanso, para recomeçar tudo novamente no dia seguinte.

Nada além do trabalho era permitido, porque qualquer centavo dispendido a mais significava menos economias. A descrição de uma casa nos dá o limite do quanto poupavam. "A mobília era modesta, mas limpa; na cozinha panelas, caçarolas e louças, que eram na maioria de barro cozido, algumas vezes esmaltadas; mesas e algumas cadeiras ou bancos, raramente armários. Essa era a escassa mobília ...; no quarto, um leito normalmente alto ... com lençóis de pano grosso, mas limpos; um baú no canto continha as roupas ...; das paredes pendiam imagens de santos, crucifixos, retratos de parentes distantes, quadros da família real, de Garibaldi ou Mazzini" (70).

O clima, por sua vez, "permitia ao colono vestir-se durante todo o ano com algodão riscado e a indumentária consistia em calças e camisas, para os homens; saia, uma blusa e um longo avental, para as mulheres. As cabeças estavam sempre cobertas com um lenço ou um chapéu. A "toalete domingueira consistia unicamente em roupas limpas" (71).

Se acrescentarmos a ausência de escolas para as crianças, bem como qualquer forma de vida societária ou lazer, entenderemos porque vários observadores da época diziam que imigrante italiano, em São Paulo, em vez de melhorar política, social e culturalmente, sofrera um processo de aumento de selvageria (72).

De fato, a esses homens e mulheres, não por opção, mas por imposição do mercado de trabalho, nada restava senão o trabalho: "o elemento indispensável e insubstituível na agricultura brasileira e portanto de todo o país; que da agricultura extrai o alimento principal, é o homem, o colono, o trabalhador italiano - a máquina mais perfeita e robusta, que mais produz e menos consome, que não se estraga jamais e nem se cansa, que faz cem trabalhos diferentes e de forma inteligente ... De fato, nas plantações do Brasil, o homem é o instrumento agrícola fundamental, ou melhor, o homem e a enxada ..." (73).

O espectro de ser transformado em uma simples máquina produtora era aterrador, para homens acostumados à auto-suficiência da pequena propriedade, à multiplicidade de tarefas, a uma produção diversificada e à expectativa de poder reconquistar sua autonomia perdida. No entanto, o esforço conjunto da família era a única possibilidade de reconquista de um mundo de trabalho - da pequena propriedade -, tão árduo quanto o das fazendas, porém livre das relações de produção opressoras.

Para isso, não hesitaram em enfrentar a onipotência dos senhores, quando o trabalho da unidade familiar for ameaçado usando armas peculiares: paralização do trabalho, boicote da produção, mobilidade geográfica.

### 3- A luta pelo trabalho de todos.

Apesar dos diferentes tipos de contratos e de uma certa autonomia na escolha de atividades a executar, algumas condições de vida no Brasil eram comuns a todos os grupos de ita-

lianos.

M. Hall, descreve com perícia o cotidiano a que esses homens e mulheres tiveram que se adaptar, começando pelo ambiente nas fazendas e todos os estigmas que o marcavam: casas pobres, sujas e pequenas, o isolamento a que estavam confinados, as doenças - grande pesadelo que acompanhou os italianos como uma sombra durante os quarenta anos da grande imigração-, o perfil escravocrata da maioria absoluta dos fazendeiros que, como árbitros incontestes, determinavam sobre a vida e liberdade de seus empregados como se estas lhes pertencessem. É bom lembrar que o colono, não obedecia só aos horários de trabalho, mas todo o resto do seu tempo era também determinado pelo poder da fazenda; suas horas de repouso, suas escassas horas de lazer, sua liberdade de entrar e sair, bem como de receber visitas.

Nada, porém, foi pior para os colonos do que as violências físicas, morais e econômicas a que estavam submetidos. Casos de espancamentos, assassinatos, estupros e perseguições eram comuns. Eram abusos corriqueiros, do ponto de vista econômico, a falta de pagamentos, o pagamento por vales, roubos nas medidas de café e a obrigatoriedade, para muitos, de só comprar nas vendas das fazendas a preços muito maiores do que nos arredores (74).

Poderíamos aqui insistir nesse filão de denúncias com as quais concordamos inteiramente e onde sempre se pode juntar particularidades assustadoras. Mas, optamos por investigar de que maneira, apesar de todas essas dificuldades, o colono italiano orientou seu comportamento para fazer frente ao meio hos

til, uma vez que 60% dos que chegaram a São Paulo aqui ficaram.

Nesse sentido, interessa-nos, além das manifestações próprias do operariado organizado, as outras formas de resistência que os colonos italianos apresentaram. Estes tinham por meta a reconstituição do mundo perdido no país de origem. Para isso era essencial assegurar a unidade de trabalho familiar, o respeito pelo trabalhador, a reconquista da pequena propriedade. Tratava-se de uma batalha para manter o que um autor italiano chama, com pertinência, "a autonomia camponesa" (75), que nada mais significava do que a luta contra a proletarização, já iniciada no país de origem muito antes do próprio ato de emigrar, e que marcará fortemente a ação do grupo italiano em São Paulo.

Não foram raras as incompreensões devido à ausência de uma participação política mais intensa ou à carência de maior organização dos colonos italianos frente a todo tipo de arbítrio a que tiveram submetidos.

J. S. Martins, justifica a ausência de um comportamento semelhante ao do "proletariado urbano", dizendo que os diferentes tipos de contratos em São Paulo, "apoiados na produção direta dos meios de vida com base familiar", além de não poderem ser definidos como relações capitalistas de produção - exatamente por suas características-, teriam também impedido o colono de manifestar-se, ideologicamente, enquanto assalariado, uma vez que as relações de trabalho aí estabelecidas impunham-lhes uma imagem falsa da situação: salários combinando dinheiro e gêneros, e ainda o trabalho familiar, criando uma aparên-

cia semelhante à dos meeiros ou arrendatários italianos, "impedia a esses trabalhadores rurais de se exprimirem como operários urbanos" (76).

M. Hall e V. Stolck - autores com os quais nos identificamos, pois suas análises estão calcadas em fatos concretos e não no que deveria acontecer e não aconteceu - apesar de não invalidarem ações que consideram individuais, como atentados aos fazendeiros e administradores, e aceitarem a grande mobilidade apresentada pelo grupo em direção a outras fazendas e cidades ou mesmo a volta para o país de origem, como "reação às condições opressivas das fazendas de café", julgam que ações desse tipo atrapalharam o "sentimento de solidariedade entre os colonos e só raramente levaram à ação coletiva" (77).

No entanto, não é essa a imagem que possuímos de tais manifestações, pois antes de pensar em qualquer tipo de ação coletiva, com caráter já definido de consciência de classe, a realidade em que os imigrantes foram jogados obrigou-os a lutar por formas bem mais elementares de solidariedade, ou seja, pela preservação de valores do mundo agrário de onde saíram e que lhes eram peculiares.

O fato de ações desse tipo não conduzirem a uma contestação do Estado ou das relações de produção vigentes, bem como de terem sido avaliadas posteriormente como uma tentativa de recriar a "comunidade perdida" (78), não invalida a luta dos colonos que pouca ou nenhuma atenção mereceu, a única possível dentro das atrozidades condições de vida que os imigrantes enfrentaram nas fazendas de café.

E. P. Thompson, referindo-se às hostilidades dos empregados das manufaturas frente à industrialização nascente, diz algo que bem se adapta ao momento por nós analisado, sobre o comportamento do imigrante em São Paulo: "É possível que suas hostilidades (a dos pequenos artesãos) frente à nova industrialização fosse uma atitude atrasada e retrógrada, seus ideais humanitários puras fantasias e suas conspirações revolucionárias pretensões infantis. Mas eles viveram aqueles tempos de aguda transformação social, e nós não. Suas aspirações foram válidas à luz da sua própria experiência. Realmente, caíram vítimas da história, mas já condenados em vida, ainda permanecem como vítimas.

Não deveríamos ter como único critério de juízo que as ações de um homem se justificam ou não à luz do que ocorreu depois. Afinal de contas, tampouco nós estamos no final da evolução social. Em algumas causas dos homens da Revolução Industrial podemos descobrir uma profunda compreensão de males sociais que ainda estão por serem curados" (79).

Nesse sentido, na resistência oferecida pelos imigrantes à onipotência dos fazendeiros merece maior atenção: a busca pelo respeito à pessoa do trabalhador - no caso, as famílias trabalhadoras - e a luta pelo trabalho para todos, conceitos ignorados pelo grupo dominante.

Para a mentalidade escravocrata que ainda reinava em São Paulo e em toda a Federação, a família era um valor que tinha sentido para a classe dominante, mas que não se estendia aos trabalhadores. Ampliá-los à classe subalterna não foi tare

fa fácil. Talvez um dos melhores exemplos para analisar a violência desse embate, é observar como a solidariedade do grupo se concretizava, quando um dos componentes da família, especialmente as mulheres, eram atingidas em sua dignidade.

Durante todo o período escravocrata, a família, para os fazendeiros, senhores absolutos em seus domínios, era formada por "um núcleo central legalizado, composto pelo casal branco e seus filhos e um núcleo periférico, mal definido, constituído do senhor, escravos e agregados" (80).

A mulher negra era um objeto de que fazendeiros, seus filhos e capatazes dispunham como bem entendiam. É exatamente nessa promiscuidade à qual a escrava, por sua própria condição, pouca resistência podia oferecer, que a mulher imigrante é atirada, sofrendo seus resquíços ainda por muito tempo.

Inúmeras queixas chegavam aos consulados ou vice-consulados, nas quais, à violência moral, misturava-se a violência física. Normalmente, quando as mulheres resistiam às propostas desonestas de patrões, seus filhos ou capatazes, represálias recaíam sobre toda a família.

"Ontem, em torno de 13 horas, apresentou-se nesse escritório o Sr. Vincenzo Pietrocola, colono da fazenda "X" e me comunicou que no dia precedente, entre 15 e 16 horas, foi agredido, junto com alguns companheiros de trabalho, por indivíduos ligados ao setor administrativo da fazenda, comandados pelo capataz ... Ficaram feridos ele, reclamante, e mais três colonos, entre os quais uma mulher ..."

Dirigindo-se à fazenda para saber as causas da agres-



são, continua o vice-cônsul: "Procedi ao interrogatório dos prrios feridos ... do qual resulta que o capataz vendo recusada uma sua proposta desonesta feita a Teresa Manso (a mulher ferida) e às mulheres dos outros atingidos ... jurou vingar-se aplicando multas sobre seus maridos ... Tendo o fato chegado ao conhecimento dos maridos, esses reclamaram ao patrão" (81), provocando por sua vez a ira do capataz, que não hesitou em espancar tudo mundo sem que qualquer atitude fosse tomada pelo cônsul ou pela polícia.

Casos de estupro de meninas também eram frequentes, não suscitando qualquer punição: "No dia ... a filha de L. C. de 4 anos, brincava perto da casa paterna enquanto seus pais estavam trabalhando. Aproximou-se o neto do patrão, João de Souza, de 17 anos, e com agrados e promessas de doces conduziu a pequena até os fundos de sua casa ... jogando-a no chão e obedecendo aos seus monstruosos instintos, deflorou-a ... O pai (ao voltar do trabalho e compreendendo tudo o que se passara), correu ao patrão pedindo justiça, mas foi posto fora de casa aos tapas ... Com a pobre criatura arrebatada nos braços, o pai percorre 14 quilômetros que o separava da cidade para dar queixa ao delegado de polícia ... até perceber que não tinha a menor chance de ver seu protesto levado avante, porque o delegado era parente e amigo do estuprador ... Retornando à casa ... fugiu uma noite com a mulher e a filha, recolhendo-se ao consulado em São Paulo ... (82).

A solidariedade aflorava em muitos casos de agressões às mulheres e o único meio que possuíam para demonstrar a re-

pulsa, em casos do gênero, era a paralização do trabalho.

Quando da agressão à família de Vincenzo Pietrocola, por nós relatada, "toda a colônia, em solidariedade aos agredidos e também porque estavam cansados de sofrimento recusou - se a ir para o trabalho, exigindo do fazendeiro o pagamento a que tinham direito" (83). No entanto, a ausência de proteção policial e mesmo de qualquer atitude mais drástica do consulado, fazia com que manifestações desse gênero caíssem no vazio.

Apesar das divisões regionais existentes na Itália, entre setentrionais e meridionais, terem persistido em São Paulo, uma das maiores provas de solidariedade entre os imigrantes italianos foi provocada exatamente por um escândalo judiciário envolvendo a dignidade da mulher - o famoso caso Lungaretti - já tantas vezes citado.

A recusa das irmãs de Lungaretti ao assédio de Raul Salles resultou na perseguição e agressão de toda a família. Os colonos da fazenda solidarizaram-se e paralizaram o trabalho. Raul Salles tenta então despedir a família, que se recusa a sair, exigindo receber o que tinha direito. O pai de Raul, Diogo Salles, intervém na discussão e agride o velho Lungaretti; Angelo, vendo o pai ferido, mata Diogo Salles (84).

O caso não teria se transformado em escândalo - como tantos outros, semelhantes e sem nenhuma repercussão - se o agredido não fosse o irmão do presidente da República.

"A classe média dos italianos contratou um dos advogados brasileiros mais renomados para defendê-lo" (85). Mas não foi só a classe média que se envolveu no caso - o que raramen-

te acontecia -, mas toda a colônia italiana. Os anarquistas recolheram fundos para ajudar na conta dos advogados e no sustento da família, envolvendo assim também uma parte do operariado de São Paulo (86).

A ausência de qualquer respeito pelo núcleo da família trabalhadora aparece nos próprios contratos de trabalho. Entre os motivos válidos para o colono romper o contrato e abandonar a fazenda estava o "atentado à honra da mulher, filhas e outras pessoas da família por parte do proprietário da fazenda ou pessoas ligadas à direção e administração da mesma" (87). O que demonstra que se contava com isso. Não por acaso, A. Rossi escreve em seu famoso diário: "mais desgraçados são os chefes de família que têm uma bela mulher ou uma bela filha ..." (88).

Esta cláusula, incluída nos diferentes contratos de trabalho, estabelecidos de acordo com a vontade de cada fazendeiro, aparece também em 1904, quando foi aprovado o projeto de lei para tutelar o salário colônico e se tentou homogeneizar os diferentes tipos de contratos existentes. Em 1910, quando foi criado pelo governo paulista o Patronato Agrícola, e houve a primeira tentativa de estabelecer um modelo de contrato de trabalho, obrigatório para todas as fazendas (89), a mesma cláusula permanece.

No entanto, a preocupação do Patronato, organismo criado para proteger os imigrantes, não ia muito longe. No capítulo referente às suas atribuições lê-se, no artigo VI: "deviam levar ao conhecimento das autoridades competentes as querelas dos trabalhadores agrícolas, referentes aos atentados contra

suas pessoas, suas famílias e seus bens" (90); isso porém, não passava de mera atribuição, pois a realidade era bem diferente.

Como diz um observador, já quase no fim do período imigratório italiano (1915): "as preocupações do Patronato limitam-se à poucas cláusulas que dizem respeito somente ao cuidado com as plantas de café e os salários: todas as outras condições de vida e de trabalho dos colonos nas fazendas ... eram reguladas pelos costumes" (91) e estes continuavam, nessa data, idênticos aos que regeram todo o período imigratório, ou seja, eram os costumes do grupo dominante, das famílias da classe detentora do poder, mas não das famílias trabalhadoras. Nesse período, entretanto, quando ocorriam atentados às famílias ou às mulheres, o método mais fácil era expulsar a família ou a mulher atingida pela violência irrestrita dos patrões, para evitar a solidariedade de outros companheiros.

Referindo-se a uma viagem por várias fazendas em São Paulo diz o comentarista da Revista Italica Gens, em 1915: "soube que (o fazendeiro) era o terror dos colonos, não só dos que trabalhavam em suas propriedades mas também os da redondeza; me foi dito ainda que havia desonrado uma desgraçada jovem colocando-a depois fora de casa e inculcando-a" (92).

Cabe lembrar que 40 anos de imigração em larga escala já se tinham passado e manter a família livre de atentados e violências era ainda uma batalha a ser vencida.

Um outro fator importante na reconquista da autonomia que lhes era peculiar foi a luta pela manutenção do trabalho de todos os membros da família, vital para os imigrantes italia -

nos, como fica evidente na paralização do trabalho de um grupo - entre 10 mil e 15 mil - de colonos da região de Ribeirão Preto, em 1913 (93), movimento considerado o ápice de reação camponesa às relações sociais de produção existentes (que relatamos mais adiante).

Vários movimentos grevistas tiveram lugar entre 1880 e 1920 (94), mas a imensa maioria restringiu-se a uma só fazenda como lembram dois autores que se preocuparam com o tema; as justificativas das greves eram, quase sempre, o não pagamento de salários, tentativas de redução nos mesmos e ainda muitas pesadas ou arbitrariedades (95).

Só no primeiro semestre de 1895, por exemplo, um jornalista socialista em visita a São Paulo assinalou entre as 36 reclamações feitas ao Consulado Italiano a ocorrência de três greves em diferentes fazendas: uma em Ribeirão Preto, por falta de pagamento; uma em Cravinhos, por maus tratos dispensados aos colonos; e uma em Piracicaba, também por não pagamento de salários; sem contar com mais de 10 ações assinaladas, que apresentavam um certo caráter coletivo, como fugas de várias famílias de uma mesma fazenda ou reclamações de todos os colonos em outras localidades, como mostram alguns exemplos.

"A Cia. Ancona e C., de São Paulo, contratou para o Sr. Joaquim de Andrade 16 trabalhadores na Hospedaria prometendo uma quantidade de belas coisas: bom pagamento, casas, alimentos etc. Os colonos assim arregimentados partiram, mas chegando à fazenda ficaram desiludidos devido às condições encontradas: cabanas imundas e úmidas, ausência de alimentos e água.

Fugiram em massa à noite, fazendo várias horas de estrada a pé com crianças, mulheres e bagagens" (96).

Outro relato nos traz o seguinte: "Os colonos da fazenda São Pedro, em Ribeiro Preto, eram normalmente maltratados e espancados, além de serem tidos como escravos, não podendo sair das fazendas. Recorreram ao cônsul, o qual protestou junto à administração ... o que não adiantou nada, porque depois dos protestos os maltratos foram ainda piores que antes" (97).

A resistência dos colonos, mesmo não envolvendo atos de paralização ou maior solidariedade por parte de fazendas vizinhas, não poupavam as famílias trabalhadoras de represália. Assim, no caso, acima citado, dos contratados por Joaquim Andrade a fuga resultou na prisão de todos, inclusive crianças. "Enquanto (as famílias) esperavam, na Estação de Ribeirão Preto, o trem para voltarem ... a São Paulo, foram circundados por uma companhia de soldados ... e presos" (98). Destino semelhante tiveram 14 outras famílias que fugiram de uma fazenda de Batatais, 6 que saíram de Guataparã. Exemplos como esses que se repetiram incessantemente até bem depois de 1920.

Apesar dessa violência contra colonos, greves envolvendo toda uma região só ocorreram após 1910, embora algumas fazendas pudessem ser consideradas cidades independentes, devido à sua extensão e número de empregados: a Dumont, por exemplo, abrigava, em 1895, seis mil italianos, aos quais juntaram-se, no referido ano, mais de mil e quinhentos conacionais.

Em 1890, o pagamento anual pelo tratamento (carpa) de mil pés de café era de em média, 50\$000 réis, enquanto a co-

lheita valia \$500 réis por 50 litros, unidade de medida da época (99), (ver apêndice nº IV). Nesse ano chegaram a São Paulo, cerca de 38 mil italianos, número modesto em relação à grande explosão que começou no ano seguinte e marcou a época de extraordinário crescimento do plantio, que desembocou na crise de superprodução de 1906/1907 (100). Passadas duas décadas, em 1912, o tratamento dos mil pés de café passou a custar 100\$000 réis anuais (carpa), enquanto a colheita subiu para \$600 réis por 50 litros (101). Ou seja, registrou-se um aumento de salários pela carpa de 66% no período. Vale registrar que o número de imigrantes chegados a São Paulo nesse ano foi de 102 mil, pois começava uma nova expansão da área plantada em consequência da recuperação dos preços que acompanhou a primeira intervenção do governo no mercado internacional.

Portanto, em situações relativamente semelhantes, isto é, no começo de um dos ciclos de expansão que classicamente descreveu o mercado do café (102), o custo do imigrante foi multiplicado por 1,6 num período de 22 anos.

Esse aumento não foi, contudo, suficiente para acompanhar a evolução do custo de vida. Segundo relatos de funcionários consulares italianos, "nos anos entre 1889 e 1912, o preço médio do arroz nacional, do bacalhau, do açúcar e do trigo se elevou a mais do dobro; o preço da carne seca mais que triplicou e o arroz estrangeiro aumentou para mais do quádruplo" (103). Considerando os artigos de vestuário e os remédios, "pode-se dizer que o custo de vida mais que triplicou nas grandes capitais, São Paulo e Rio de Janeiro, nesse período" (104).

Baseado nesses mesmos relatórios e nos salários dos colonos de 1884 a 1914, M. Hall efetuou cálculos que lhe permitiram afirmar: "em termos monetários, os salários, entre 1902 e 1910, haviam aumentado imperceptivelmente, mas por volta de 1914 haviam retornado apenas ao nível de 1884" (105).

Se essa era a situação dos colonos, a dos camaradas não apresentava melhores perspectivas: seus salários não escapavam a essa flutuação (ver apêndice nº ). Apesar dessas condições, os proprietários tentaram alterar a forma de pagamento, com a intenção de impedir que os produtos de subsistência continuassem a ser plantados. Essa mudança representaria, além da redução do já parco salário, a anulação de uma das últimas formas de autonomia frente às relações de trabalho existentes, ou talvez, aniquilar a última ilusão sobre a possibilidade de escapar à proletarização.

O que ocorreu na lavoura, posteriormente, é um bom exemplo do temor que os imigrantes tinham acerca da divisão da única força que possuíam - o trabalho conjunto.

Não sem razão, afirma um velho colono entrevistado por V. Stolck: "como colono, a família trabalhava junta, homens e mulheres faziam todos o mesmo trabalho. Onde um ia, a família inteira ia ... a colheita era feita por todos juntos, não como hoje, que sô as mulheres colhem o café ... o número de pés de café contratados dependia do tamanho da família e tinha que ser cuidado todo o ano ... a família trabalhava junta, não em turma, como agora, a turma espalha todo mundo ... nós (os homens) também trabalhávamos como diaristas, quando não havia nada pa-



ra fazer com o café, mas nossas mulheres não trabalhariam por dia ... elas iriam limpar o arroz, feijão na roça da família " (106), ou seja, ainda podiam sonhar com uma certa poupança advinda dos produtos de subsistência.

Descontado uma certa dose de idealização do passado - uma harmonia que não correspondia à realidade ; implícita neste relato, dele ressalta a visão que o colono possuía do seu próprio trabalho. Para homens que já haviam experimentado, no próprio país de origem, o eterno vagar à procura de empregos sazonais - como no caso da grande maioria que entrou após 1886 -, aquilo que modernamente, no Brasil, convencionou-se chamar de "bóias frias", não era uma experiência desconhecida.

Ausência de contratos anuais, agenciamento por donos de caminhões, intermediários entre patrões e trabalhadores, en fim, a constituição do que J. Scott e L. Tilly, apropriadamente, denominam "unidade assalariada ao invés do trabalho conjunto" (107) eram situações a ser evitadas e enquanto foi possível - vel, os imigrantes lutaram para que isso não ocorresse.

Por isso, a situação tornou-se explosiva a partir de 1910/11, quando os fazendeiros da região de Ribeirão Preto começaram a implantar as alterações, ou seja, a impedir que se continuasse o plantio dos produtos de subsistência entre as fileiras do café. Esta era uma questão ainda mais crucial do que a dos salários e levou à eclosão da greve de maio de 1913, como atestam os jornais e comentários da época: "Em diversas e importantes fazendas ao redor de Ribeirão Preto ... os colonos

italianos se recusaram nesses dias a começar a colheita do café com os salários vigentes. Justificaram sua atitude dizendo que as dificuldades econômicas cresceram muitíssimo nesses tempos, especialmente por causa do enorme aumento dos preços dos gêneros de primeira necessidade e da proibição, por parte dos fazendeiros, de cultivarem cereais entre as fileiras do café " (108).

Esses produtos intercalares, como vimos, significavam em média 1/3 dos salários recebidos pelos colonos, exatamente a fatia que lhes permitiria, de acordo com o tamanho da família e a maior ou menor quantidade de trabalho desta, conseguir formar algumas poupanças e no fim de alguns anos montar um pequeno negócio nas cidades ou comprar um pequeno lote de terra.

Analisada por vários autores, a greve de 1913 é vista como um marco dentro da historiografia do movimento trabalhador em São Paulo (109). Pela primeira vez foi possível uma manifestação organizada envolvendo a paralização de uma região importante dentro do panorama cafeeiro. O sucesso, ainda que pequeno - se considerado como um embrião para futuras lutas de colonos ou para a organização do trabalhador do campo - foi muito grande se considerarmos o número de pessoas envolvidas, o abalo que sofre pela primeira vez a onipotência dos fazendeiros de café, e o triunfo representado pela manutenção por mais alguns anos do trabalho da unidade familiar.

Escreveu o vice-consul italiano da região de Ribeirão Preto, em 1915: "o sistema de plantar feijão, impedido ha um certo tempo pelos fazendeiros, sempre ciumentos do café, por me

do de que o colono desse mais atenção às próprias culturas de subsistência ... está sendo retomado lentamente" (110).

Sem dúvida, o trabalho familiar garantia maior exploração do fazendeiro sobre o grupo, mas a ele se opunha o trabalho itinerante, sem qualquer vínculo empregatício - já experimentado na Itália por um grande número de colonos - ao qual seriam jogados os colonos com a modificação na forma de pagamento, levando ao esfacelamento do grupo familiar. Assim, perderiam os colonos a unidade familiar, única arma para escapar à proletarização eminente. Por isso, lutaram enquanto foi possível por manter as culturas de subsistência e a unidade familiar pautando seu comportamento, pelos valores da sociedade de origem, mas simultaneamente lutando para que fossem reconhecidos num país em que o trabalho e o grupo trabalhador eram meros objetos, dos quais os fazendeiros dispunham como bem lhes aprouvesse.

CAPÍTULO II - NOTAS

- 1) SCOTT, Joan W. and TILLY, Louise, A. "Wommen's work and the family in Nineteenth-Century Europe". In: Comparative studies in society and history. New York 17(1): 35, january, 1975.
- 2) SHAMIN, Teodor. "The peananty as a political factor". Cit. in: SCOTT, Joan W. at al. op. cit., p. 43.
- 3) PLECK, Elizabeth H. "Two worlds in one: work and family". In: Journal of Social History. 10(2): 128, Winter, 1976.
- 4) Optamos pelo termo "trabalhadores por turma" em vez de "camaradas" porque existia uma diferença entre as duas atividades. O "trabalhador por turma" era um indivíduo normalmente, arregimentado por um empreiteiro não ligado à fazenda. O seu contrato era com este e durava o tempo da tarefa a ser realizada. O "camarada", por sua vez, era um indivíduo, ligado à fazenda, ou por em contrato anual para executar tarefas que não competiam ao colono, ou pelo período de uma tarefa específica a ser realizada.
- 5) DENIS, Pierre. O Brasil no século XX. Lisboa, José Bastos : Editora, (s.d.) p. 166.
- 6) ROSWADOWSKI, A.L. op. cit., p. 425.
- 7) Ver: "Contrato de empreitada para plantio de 200 mil pés de café, feito entre Veridiana Prado e herdeiros e Irmãos Silvelli". Cit. in: DARREL, E. Levy, op. cit., pp. 332/336.

- 8) FELICI, Os. Il Brasile com'è? Milano, Anonima Livraria Italiana, 1923, p. 193; MAGRINI, Luciano. In Brasile. Torino, Ed. P. Gobetti, 1926, p. 45.
- 9) BELLI, B. Il caffè: il suo paese e la sua importanza. op. cit., pp. 58-59.
- 10) Idem. Ibidem, p. 55.
- 11) GHINASSI, Pompeo. op. cit., p. 26.
- 12) DI SAVOIA, Gherardo Pio. "Lo stato di San Paolo e l'emigrazione italiana". In: Bollettino dell'Emigrazione. Roma, (3): 12, 1905.
- 13) As tabelas para o ano agrícola do empreiteiro foram por nós elaboradas a partir dos seguintes autores: FRESCURA, B.: op. cit. pp. 100-104; ROSSI, A. op. cit., pp. 18-22, 60; MONACO, Attilio. op. cit., pp. 42-45; DI SAVOIA, Gherardo Pio. op. cit. pp. 32-35; COLETTI, Silvio. "Lo stato di San Paolo e l'emigrazione italiana". In: Bollettino dell'Emigrazione. Roma, (14): 4-6; (15): 68-69, 1908; GHINASSI, P. op. cit., pp. 24-26; BELLI, B. Il caffè: il suo paese e la sua importanza. op. cit., pp. 55-60.
- 14) Tratos do café nessa etapa consistiam em: extrair ervas das plantas, substituir as plantas que morriam, revolver a terra periodicamente, carpir o mato que crescesse em torno das plantações.
- 15) GHINASSI, P. op.cit., p. 25.
- 16) Cf. nota 13.

- 17) FRESCURA, B. op. cit., pp. 67, 121.
- 18) A "respiga", como o próprio nome indica, consistia em recolher as espigas abandonadas no solo depois da ceifa. No caso do milho era um trabalho que cabia às mulheres e que, pela tradição em alguns lugares, e por obrigação em outros, era depois dividido com a dona da propriedade ou com a mu-lher mais importante da família do proprietário. A.G.I.A. op. cit., Vol. V p. 98-99.
- 19) Os dados sobre o roteiro anual do trabalho e a divisão se-xual a que este obedecia, foram extraídos dos: A.G.I.A. op. cit., Vol. V pp. 94-140; Vol. VI, t. II, pp. 505-507.
- 20) SCOTT, Joan W. and TILLY Louise A. op. cit., p. 46.
- 21) A.G.I.A. op. cit., Vol. V p. 634.
- 22) Idem. ibidem. p. 642.
- 23) SCOTT, Joan W. and TILLY Louise A. op. cit.
- 24) LASLETT, Peter. O mundo que perdemos. Lisboa, Edições Cos-mos, 1975, pp. 21-46.
- 25) A.G.I.A. op. cit., Vol. V, p. 293; Vol. VI, p. 491.
- 26) Idem, ibidem.
- 27) SORI, E. op. cit., pp. 192-193; FRANZINA, E. La Grande emigrazione. op. cit., p. 229, nota 87.

- 28) PUCCINI, Sandra. "Condizione della donna e questione femminile (1892-1922)". In: Questione femminile in Italia dal '900 ad oggi. Milano, Franco Angeli Editore, 1979, p. 22.
- 29) CARPI, Leone. Op. cit., p. 220.
- 30) SCOTT, Joan W. and TILLY Louise A. op. cit.
- 31) Idem, ibidem. As autoras discutem essa posição rebatendo a teoria de W. Goode, segundo a qual à mulher cabia um papel específico, que dependia da sua condição feminina. Dizem as autoras que este é um valor próprio da classe média, recentemente aceito e compatível com as noções de "direito e responsabilidade do indivíduo". A decisão hierárquica do trabalho dentro da família que atribui ao marido o papel de ganhador do pão e à mulher o papel de guardiã moral, surgiu claramente no século XIX.
- 32) PLECK, Elizabeth H. op. cit.,
- 33) PRADO, Nazareth. Antonio Prado no Império e na República. Rio de Janeiro, F. Briguiet & Cia. Editores, 1929, p. 58.
- 34) BASSANEZI, Maria S.C. Beozzo. Fazenda Santa Gertrudes. Tese de Doutorado, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Rio Claro. Depto. de Ciências Sociais, 1973. Exemplo mimeografado. p. 130.
- 35) STOLCKE, Verena. "A Família que não é sagrada". In: Colcha de Retalhos: Estudos sobre a família no Brasil. São Paulo, Editora Brasiliense, 1982, pp. 41-42.
- 36) Idem, ibidem p. 61.

- 37) STOLCKE, V. e HALL, Michael M. The introduction of free labour into São Paulo coffee plantations, labour Costs and family structure. S. Paulo, 1980, pp. 19-20. Exemplar mimeografado. MARTINS, José de Souza. O cativo da Terra. op. cit., p. 85-87.
- 38) Nessa linha ver os trabalhos de HOLLOWAY, Thomas H. Migrations and mobility: immigrants as laborers and landowners in the coffee zone of São Paulo, Brazil, 1886-1934". Tese de Doutorado, Universidade de Wisconsin, Madison, 1974; Idem. "Condições do mercado de trabalho e organização do trabalho nas plantações na economia cafeeira de São Paulo. 1885-1915 - uma análise preliminar". In: Estudos Econômicos, São Paulo, 2(6): 145-180, dez. 1972; DURHAM, Eunice Ribeiro. Assimilação e Mobilidade. São Paulo, Instituto de Estudos Brasileiros - USP, 1966.
- 39) As dificuldades ao se utilizar a "caderneta de trabalho" para esses cálculos são enormes, porque as fazendas, ao contabilizar seus contratados, preocupavam-se exclusivamente com o número de trabalhadores e não especificavam se eram homens ou mulheres. Muitas vezes, a família colônica recebia um número, isto é, na sua caderneta vinha assinalado simplesmente o número da casa que morava. Ver BASSANEZI, Maria C. Beozzo. op. cit., p. 180; COLBACHINI, P. "L' emigrazione italiana negli stati uniti del Brasile". In: Rassegna Nazionale. Firenze, LXXXII (320): 126, mar., 1895.
- 40) DI SAVOIA, Gherardo Pio. op. cit., p. 36; FESCURA, Bernardino. op. cit., p. 122.
- 41) ZETTIRY, Arrigo de. op. cit., p. 86.
- 42) LOMBROSO, Gina. Nell'America Meridionale. Milano, Fratelli Treves Edit., 1908, pp. 50-55.



- 43) Os. Felici, no seu trabalho, cita o relatório apresentado pela Associação Rockefeller, o qual afirma que: nas fazendas paulistas 75% dos seus moradores apresentavam tracoma ou outros tipos de doenças: "bicho-do-pé", verminose, problemas hepáticos, chegando mesmo, algumas delas, apresentarem índices de 94 a 95% de pessoas atingidas. Ver FELICI, Os. op. cit., p. 165.
- 44) A. de Zettiry diz que: em média os imigrantes gastavam com médicos e remédios 7% do que ganhavam anualmente. Ver: ZETTIRY, Arrigo de . op. cit., p. 84.
- 45) GROSSI, Vincenzo. Storia della colonizzazione europea al Brasile e della emigrazione italiana nello stato di San Paolo. Milano, Tip. Albrighi e Segati, 1914 p. 455.
- 46) FRESCURA, Bernardino. Op. cit., p. 115.
- 47) COLETTI, Silvio. op. cit., (15):5, 1908.
- 48) MAGRINI, Luciano. op. cit., p. 46; FELICI, Os. op. cit., p. 189.
- 49) BELLI, B. Il caffè: il suo paese e la sua importanza. op. cit., p. 111.
- 50) LECLERC, Max. Cartas do Brasil. Rio de Janeiro. Cia. Editora Nacional, 1942, p. 84.
- 51) LOMBROSO, Gina. op.cit., p. 50.
- 52) ROSSI, Adolfo. op. cit., p.20; COLETTI, Silvio. op. cit., (15): 5, 1908.

- 53) PEVIANI, Filippo. Due milioni d'italiani in Brasile. Roma Tip. Soc. Editrice Romana, 1922, p. 108.
- 54) DI SAVOIA, Gherardo Pio. op. cit., p. 36; FRESCURA, B. op. cit., p. 115.
- 55) LOMBROSO, Gina. op. cit., p. 42.
- 56) GROSSI, Vincenzo. "Gli italiani a San Paolo". In: Nuova Antologia. Roma LXV, (XVIII): 247, set. 1896.
- 57) LOMBROSO, Gina. op. cit., pp. 51-55.
- 58) GROSSI, Vincenzo. "Gli italiani a San Paolo". op. cit., p. 247.
- 59) LOMBROSO, Gina. op. cit., p. 47.
- 60) ZETTIRY, Arrigo de. op. cit., p. 86.
- 61) FRESCURA, B. op. cit., p. 124.
- 62) Idem, ibidem, p. 124.
- 63) BASSANEZI, Maria C. Beozzo. op. cit., p. 150.
- 64) BELLI, B. Il caffè: il suo paese e la sua importanza. op. cit., p. 102.
- 65) BASSANEZI, Maria C. Beozzo. op. cit., pp. 143, 199.

- 66) O "FANFULLA" foi o jornal italiano de maior circulação em São Paulo. Fundado e dirigido por Vitaliano Rotellini, seu primeiro número apareceu em 2/7/1893. Era um semanário domingueiro e foi depois transformado em diário. Durou até os anos 50. Ver: CENNI, Franco. op. cit., pp. 279-286.
- 67) FANFULLA 3/8/1903.
- 68) LOMBROSO, Gina. op. cit., pp. 56-57.
- 69) ZANOTTI, Mario B. "Il distreto del R. Vice Consolato di Italia in Ribeirão Preto". In: Bollettino del Ministero degli Affari Esteri. Roma, (8): 47, agosto 1915.
- 70) GROSSI, Vincenzo. "Gli italiani a San Paolo". op. cit., p. 247.
- 71) COLETTI, Silvio. op. cit. p. 46; LOMONACO, Attilio. op.cit. - p. 312.
- 72) ROSSI, Adolfo. op. cit., p. 31; DI SAVOIA, Gherardo Pio. op. cit., COLETTI, Silvio. op. cit., p. 56.
- 73) FERRI, Vincenzo. L'Italia nel Brasile di domani. Milano. s.e. 1924, p. 24.
- 74) HALL, Michael M. op. cit., pp. 114-138; TANNI, Constantino. Homens sem paz. São Paulo, Difusão Europeia do Livro, 1963.
- 75) FRANZINA, E. La grande emigrazione, op. cit., pp.191-200; Idem. "Società ed emigrazione nel Veneto contemporaneo (secoli XIX-XX)". Apresentado no: Congresso nazionale di Studi Storici. Treviso, out. 1981. Ex. mimeografado p. 39.

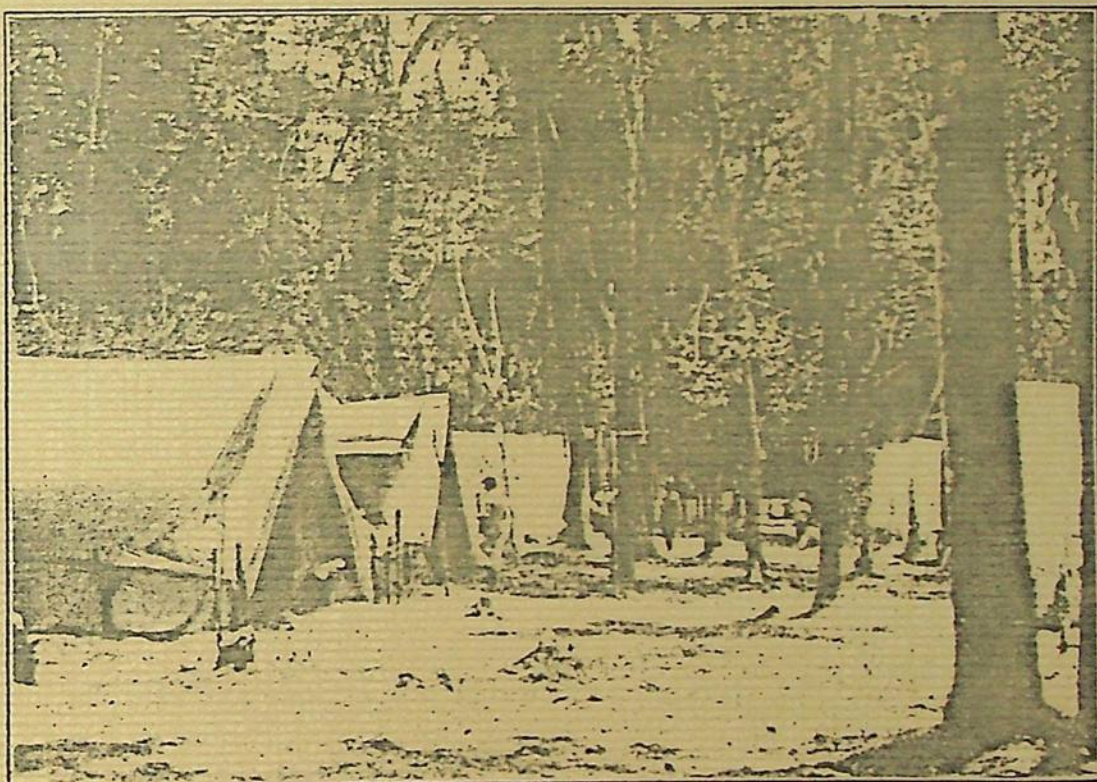
- 76) MARTINS, José de S. O cativo da terra. op. cit., p. 87.
- 77) STOLCKE, V. e HALL, Michael M. The Introduction of free labour into São Paulo coffee plantation. op.cit., p. 2.
- 78) MARTINS, José de S. A Imigração e a crise do Brasil agrário. São Paulo, Pioneira, 1973, pp. 13-28.
- 79) Thompson, Edward P. La Formacion historia de la classe obrera-Inglaterra: 1780-1832. Barcelona, Editorial Laia, 1977, p. 12-13.
- 80) CANDIDO, Antonio. "The brazilian family". In T. Lynn Smith e A. A. Marchant (eds) 1972, pp. 291-312.
- 81) ROSSI, Adolfo. op. cit., pp. 83-84.
- 82) MOSCONI, Ferruccio. Rivelazione brasiliana - Note di un reporter. Milano, Tip. Aliprandi, 1897, pp. 31-32.
- 83) ROSSI, Adolfo. op. cit., p. 83.
- 84) "AVANTI". 25/5/1901; 26/5/1901.
- 85) DEAN, Warren. op. cit., pp. 173-174.
- 86) "AVANTI". 25/5/1901; 26/5/1901.
- 87) Ver parágrafo 4 do Artigo 13. Contrato Colônico. Cit in: GROSSI, Vincenzo. Storia della colonizzazione europea al Brasile e della emigrazione italiana nello stato di San Paulo. op. cit., p. 471.

- 88) ROSSI, Adolfo. op. cit., p. 21.
- 89) BONARDELLI, Eugenio. "La protezione dei coloni italiani nel lo stato di San Paolo". In: Italica Gens. Torino, (1-2):8, gen/feb. 1915.
- 90) ITALIA E BRASILE. São Paulo, (4-5): 92, aprile/mag. 1912.
- 91) BONARDELLI, Eugenio. "La protezione dei coloni italiani nel lo stato di San Paolo". op. cit., p. 8.
- 92) G.C. "Tra i coloni italiani nello stato di San Paolo". In: Italica Gens. Torino, (3-6): 110, mar/maig. 1915.
- 93) Idem, ibidem.
- 94) Stolcke e Hall, apoiados em dados do "Fanfulha" para 1896/1913 dizem que nesse período, as greves tornaram-se frequentes, chegando mesmo a assinalar algumas dezenas até 1913 e que após essa data, os dados fornecidos pelos Relatórios do Patronato Agrícola registram mais de 100 greves até 1930. Ver: STOLCKE, V. e HALL, Michael M. op. cit., p. 4.
- 95) Idem, ibidem.
- 96) MOSCONI, Ferruccio. op. cit., p. 33.
- 97) Idem, ibidem. p. 36.
- 98) Idem. ibidem, p. 33.

- 99) HALL, Michael M. The origins of mass immigration in Brazil: 1871-1914. op. cit., p. 184.
- 100) Relatório anual da Secretaria da Agricultura de São Paulo: 1912-1913, São Paulo, 1914, p. 195.
- 101) HALL, Michael M. The origins of mass immigration in Brazil: op. cit., p. 184.
- 102) DELFIN NETTO, Antonio. op. cit.
- 103) "Il rincaro dei generi di prima necessità al Brasile". In: Bollettino dell'Emigrazione, Roma, (10): 77, ott., 1913.
- 104) Ibidem, p. 82.
- 105) HALL, Michael M. The origins of mass immigration in Brazil: 1871-1914. op. cit., p. 142.
- 106) STOLCKE, Verena. "A família que não é sagrada". op. cit., p. 66.
- 107) SCOTT, Joan W. and TILLY, Louise A. op. cit.
- 108) BONARDELLI, Eugenio. op. cit., p. 24.
- 109) PINHEIRO, Paulo S. e HALL, Michael M. A classe operária no Brasil: 1889-1930 - documentos Vol. I. São Paulo, Edit. Alfa Omega, 1979, p. 118; PICCAROLO, Antonio. "La fisiologia d'uno sciopero". In: Revista Coloniale. Roma, (8):1-30, ago., 1913.
- 110) ZANOTTI, Mario B. op. cit., p. 48.

CAPÍTULO III

A RESISTÊNCIA DO DIA-A-DIA



Accampamento nella foresta.

Di Genaiò nel Brezile  
Icavalieri mangia la turia  
Nei campi tanto grassi  
Che le foglie dii morari  
Xe grandi come capellassi  
Ma alla festa i genitori  
Mangia verze con fagioli  
E le figlie alla festa  
Le sãn da mile odori

Canto contadino -  
Villaganzerla

### CAPÍTULO III

#### - A RESISTÊNCIA DO DIA-A-DIA

##### 1- O Repatriamento.

Uma outra forma de resistência, pouco registrada, oferecida pelos imigrantes italianos foi sua grande mobilidade geográfica. Englobava o retorno ao país de origem, e também a mudança para centros urbanos no Brasil, que raras menções recebeu na historiografia brasileira. Aliás, esse deslocamento do campo para as cidades desmistifica mais um estereótipo em relação aos imigrantes italianos: o campo não era o objetivo da maioria daqueles que desembarcaram em São Paulo.

Um dos primeiros trabalhos a assinalar esse tipo de luta silenciosa - o grande número de imigrantes a abandonar São Paulo -, foi o de M. Hall (1). Embora preocupado em analisar a formação do mercado de trabalho em São Paulo e em demonstrar que a falta da mão-de-obra para a lavoura não passou de hábil artimanha utilizada pelos fazendeiros do Oeste Paulista para atrair levadas crescentes de trabalhadores, podendo assim manter os salários baixos, o autor não deixa de caracterizar o alto índice de abandono do campo como um brado de revolta contra as condições de vida que o imigrante teve que enfrentar nas fazendas paulistas.

Um segundo trabalho, cujo objetivo principal era demonstrar o grau de inadaptação do imigrante em São Paulo - dado o alto



índice de retorno -, foi o de L. Mertzig que, no entanto, nada acrescentou ao que já fora dito, anteriormente, por M.Hall(2).

As tabelas utilizadas por ambos, para os cálculos efetuados, são as da Secretaria da Agricultura, que não discriminam as saídas por nacionalidades. As análises baseiam-se, portanto, no número total de imigrantes que abandonaram São Paulo: os italianos, porém, representavam 46% desse total (781.000).

Resta-nos comprovar como esse deslocamento geográfico foi utilizado pelo grupo italiano como forma de resistência. Embora desorganizado e sem qualquer articulação política, o retorno ao país de origem e o abandono do campo pela cidade, representavam a continuidade de uma luta já iniciada, na própria Itália, para manter sua autonomia.

Julgamos importante, para isso, precisar alguns dados sobre o número de italianos em São Paulo. Ao trabalhar com fontes italianas, tínhamos esperança de consolidar as diversas e contraditórias estimativas sobre o número de emigrantes que se dirigiram ao Brasil. País mais adiantado quando esse movimento ganhou corpo, na segunda metade do século passado, a Itália esforçou-se para registrar a saída de seus nacionais, especialmente depois da Unificação. Como diz um analista da grande quantidade de relatórios e pesquisas de cunho estatístico que apareceram após 1870, a Itália vivia, na época, "uma cultura impregnada de positivismo e uma confiança cega nas ciências estatísticas e na possibilidade de analisar a fundo a realidade econômico-social" (3).

No entanto, a fonte italiana hoje considerada a mais próxima da realidade (4) registra 1.243.633 indivíduos saídos para o Brasil no período que se estende de 1870 a 1920, número consideravelmente menor do que as referências brasileiras. Os historiadores italianos que tratam dessa questão determinaram duas possíveis razões para a subestimação na contagem realizada em seu país. A primeira, é a tendência, dominante por muitos anos no final do século passado, de não considerar como emigrantes aqueles que partiram temporariamente, subterfúgio que uma enorme massa de trabalhadores se via obrigada a adotar para fugir da miséria inevitável durante a fase mais aguda das crises cíclicas do capitalismo europeu. A segunda, foi o fenômeno da emigração clandestina, que somente podia ser detectado no porto de desembarque (5). Resta lembrar também que lá não se contavam os adolescentes com menos de 14 anos (6) e cujo número estava longe de ser desprezível.

A contagem brasileira aponta o ingresso de 1.383.756 italianos durante aquele período de meio século (7), que concentrou praticamente toda a transferência de indivíduos para a nova pátria. O historiador que trabalha com estatísticas é obrigado a redobrar a atenção para o possível impacto de interesses de classe ou de suas facções sobre tais números. Nossa investigação leva-nos, porém, a tomar a referência brasileira como a mais acurada.

Para o caso de São Paulo, que nos interessa diretamente, as cifras também não primam pela precisão. Elas se encontram nos relatórios da Secretaria da Agricultura, Indústria, Comércio e Obras Públicas do Estado de São Paulo (S.A.I.C.O.P.),

que englobam dados do Serviço de Imigração e Colonização e da Hospedaria dos Imigrantes: estes informam que o ingresso de imigrante italianos no Estado entre 1870 a 1920, alcançou 965.000 indivíduos, ou seja, 70% dos italianos que vieram para o Brasil acabaram em São Paulo (8).

Para chegar a este número foi preciso contornar algumas deficiências da estatística oficial. Os dados da S.A.I.C.O.P. estão apresentados segundo dois critérios, que devem ser obrigatoriamente complementados. O número de italianos desembarcados por decênio assim se apresenta:

1870 / 79	3.411
1880 / 89	144.654
1890 / 99	430.243
1900 / 09	174.634
1910 / 19	105.834
	<hr/>
Total	858.766

As tabelas da S.A.I.C.O.P. anotam, porém, que durante o período de 1894/1901 computaram-se, na estatística por nacionalidade, apenas os imigrantes que vieram com passagens pagas pelo governo. Reproduzimos essa parte relevante na tabela seguinte.

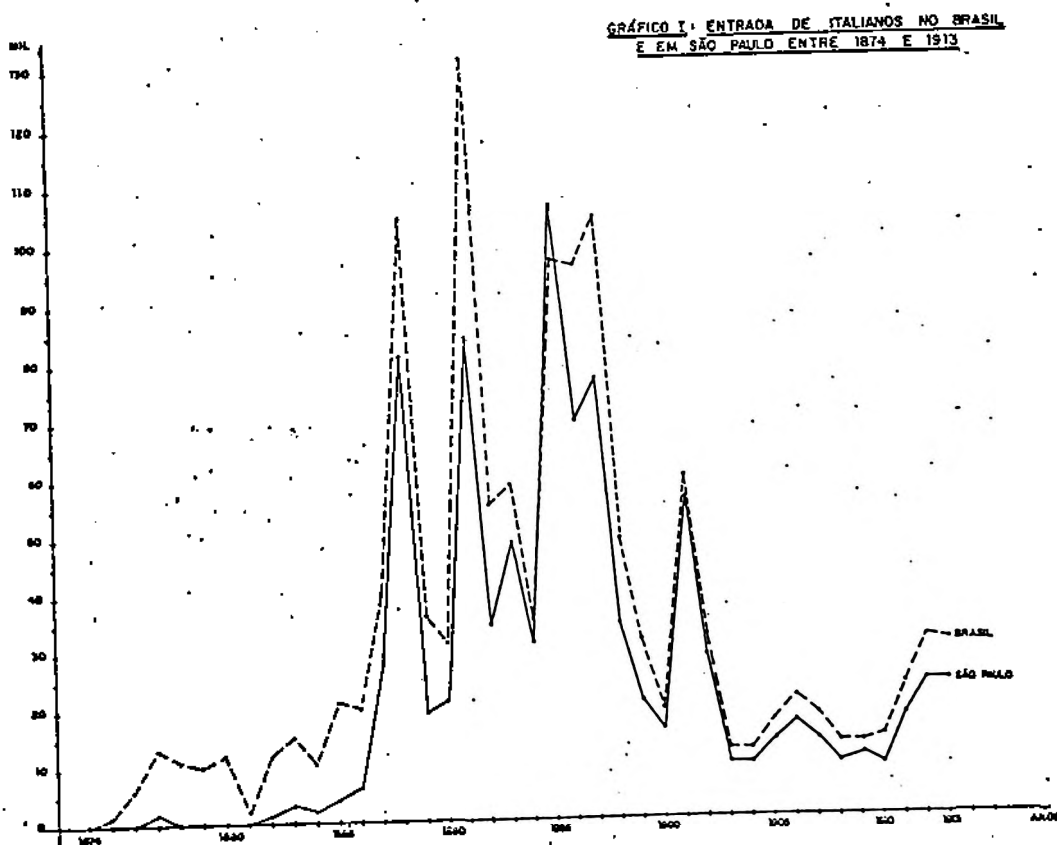
Ano	Imigrantes Italianos . . . . .	Total Espontâneos . . . . .	Total Subsidiados
1894	22.420	14.855	34.092
1895	84.722	25.229	114.769
1896	49.846	24.092	74.918
1897	52.880	28.081	70.053
1898	20.389	19.725	27.214
1899	11.496	14.551	16.664
1900	7.460	11.693	11.109
1901	55.704	22.183	49.599
	<u>304.917</u>	<u>160.409</u>	<u>398.418</u> (9)

Verifica-se que o ingresso de todos os imigrantes espontâneos, para os 8 anos em que a contagem seguiu o critério restritivo adotado pela S.A.I.C.O.P., atinge a cifra importante de 160.409 indivíduos. Resta-nos encontrar o número de italianos aí compreendido, para o quê lançamos mão dos dados onde tal critério não foi adotado, como os compilados pelo cônsul alemão no Rio de Janeiro (10), cuja tabela igualmente reproduzimos:

Ano	Imigrantes Italianos	Total Imigrantes
1894	31.458	54.637
1895	106.525	149.745
1896	69.548	105.624
1897	76.451	105.087
1898	34.391	54.484
1899	20.704	36.012
1900	15.804	27.639
1901	56.325	75.845
	<u>411.206</u>	<u>609.073</u>

Essa segunda tabela é útil porque contabiliza o total de italianos que entraram em São Paulo durante esse período de 1894/1901, sem discriminar se haviam ou não pago os seus bilhetes de navio. Basta, portanto, subtrair o número dos que viajaram subsidiados pelo governo paulista, para encontrarmos quantos italianos espontâneos chegaram ao Estado durante esses oito anos: 106.289 imigrantes. Essa é a parcela que deve ser adicionada às estatísticas da Secretaria da Agricultura para chegarmos, enfim, à população de imigrantes italianos em São Paulo (Tabela I).

### GRÁFICO I



FONTE: Artur H. Neiva-O problema imigratório brasileiro. Rio de Janeiro, 1945.  
 Antonio Francechini-I'Emigrazione italiana nell'America del Sul, Roma, 1908.  
 Oscar Marcondes de Souza-O Estado de São Paulo physico, político, econômico e administrativo. São Paulo (II).

A discussão acima aparece de forma elucidativa no gráfico anterior de entrada de imigrantes italianos para o Brasil e para São Paulo, sobretudo entre os anos 1895/1897, quando o número de italianos com destino a São Paulo foi superior àqueles assinalados para o Brasil, o que é uma incongruência.

Para avaliar o impacto do movimento inverso, ou seja, do regresso dos imigrantes italianos, na maioria desiludidos, as referências brasileiras são insuficientes. Pela mesma razão que o governo italiano não se preocupava em contar meticulosamente os que saíam, as autoridades brasileiras praticamente não compilaram estatísticas do retorno de estrangeiros. Os relatórios da Secretaria da Agricultura de São Paulo quase não especificam a nacionalidade dos passageiros que partiam definitivamente do porto de Santos, em terceira classe - o modo clássico de viajar dos imigrantes.

Quanto às estatísticas italianas, pode-se dizer que são incompletas. Mas uma composição entre as duas séries oficiais autoriza uma boa estimativa do peso do regresso. Uma das relações, cobrindo o período de 1884/1902, é o registro dos italianos que voltaram em definitivo do Brasil, pelo porto de Gênova, num total de 304.843 imigrantes. Como esse porto era um dos principais pontos de partida da emigração que se destinou ao Brasil, pode-se dizer que funcionou também como conduto para quase todos os retornados.

"Genova é o principal porto da emigração italiana para a America Meridional, mas não é o único. De Napoli, Marseille, Bordeaux e Havre também saem imigrantes e ainda de Palermo e Hamburgo, daí a dificuldade em se controlar o número dos que partem ..., melhor compilada é a estatística dos repatriados... porque afluem todos, ou quase, no Porto de Genova e daí não fogem ao cômputo" (12).

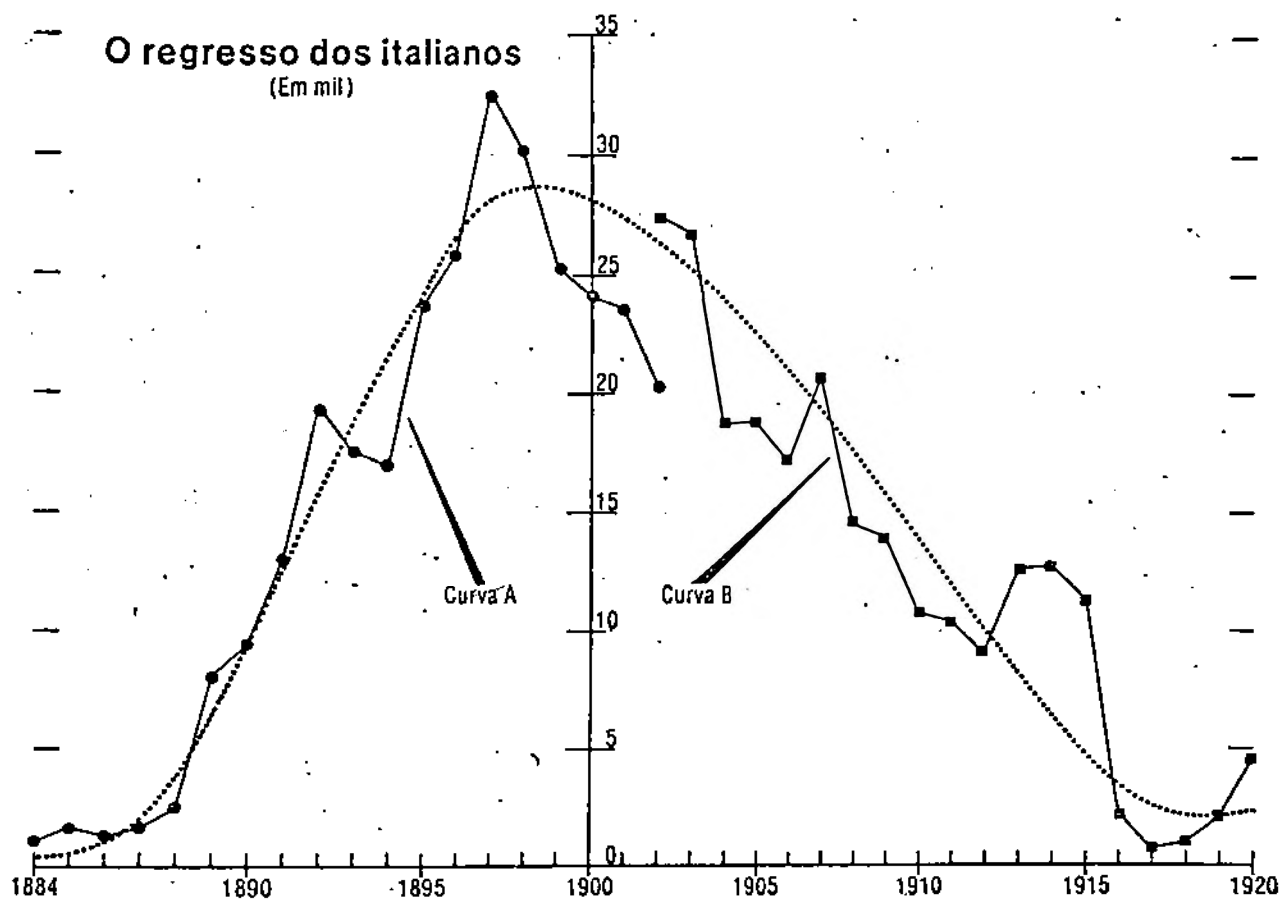
A segunda referência é o Annuario Statistico dell'emigrazione italiana, que anota o total de repatriados provenientes do Brasil, a partir de 1902 até 1920 e que alcançou o total de 237.480 repatriados (13). (Tabela II).

Essas duas fontes mostram, como, no gráfico a seguir, a saída dos italianos esteve no ápice durante o quinquênio 1896/1901.

A sequência das duas séries estatísticas de que dispomos permite estimar em 510.000 o número de italianos que voltaram ao país natal até 1920 (14). Esse total corresponde a 37% dos migrantes desse país que foram ao Brasil até esta data (1.385.756).

O saldo líquido da imigração italiana para o Brasil no período 1870/1920 atingiu, portanto, a cifra de 870.000 pessoas. Sabendo que a proporção desses imigrantes que se dirigiram para o Estado de São Paulo foi da ordem de 70% na média do período, concluímos que o número de italianos que se fixou nesse Estado, durante o meio século em foco foi de 610.000.

## GRÁFICO II



Obs.: A estimativa é feita com base na linha pontilhada, que mostra estatisticamente a tendência das saídas.

FONTES: CURVA A- Regresso de italianos pelo porto de Genova no período: 1884-1902. Paulo Longhitano-Proposta di tutela del colono italiano al Brasile. Genova, 1903

CURVA B- Regresso de italianos entre 1902 e 1920. Annuario Statistico dell'emigrazione italiana dal 1876 al 1925. Roma, 1926.



Quanto a cifra líquida dos italianos que se encontravam no Brasil em 1920, apesar das controvérsias à respeito, pensamos que os números apontados pelo Censo do referido ano, que foi de 558.405 italianos para o Brasil e 398.797 para S. Paulo, podem ser tomados como reais, na falta de trabalhos definitivos em relação a este argumento (15).

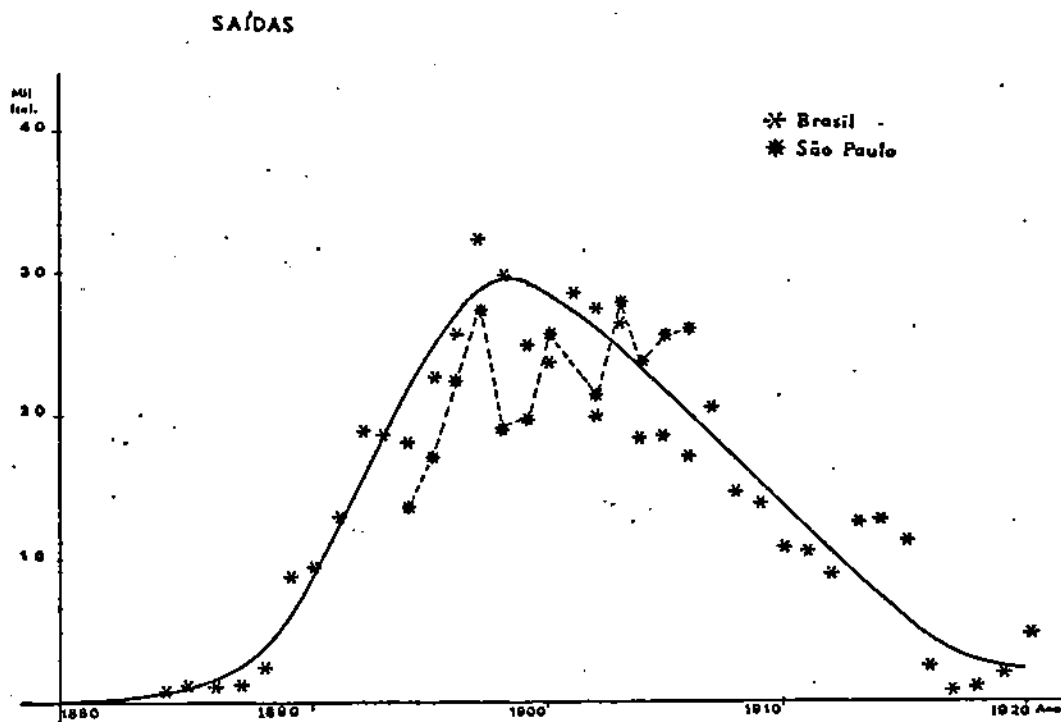
É bom ressaltar que, as cifras italianas indicam, para a mesma época, cifras bem maiores, oscilando em torno de 1.500.000 imigrantes para todo o Brasil e cerca de 850.000 para o Estado de São Paulo. O critério lá utilizado, porém, é diverso. Inclui os filhos de imigrantes nascidos na nova pátria, como aliás prevê o Direito europeu "jus sanguinis". No Brasil, bem como nos demais países de imigração, o critério de atribuição da nacionalidade é bem mais largo: é brasileiro quem nasce em território brasileiro "jus loci". Essa diferença torna obviamente impossível qualquer comparação entre as fontes dos dois países. (Tabela III).

A ausência de registros sistemáticos para as saídas de São Paulo, nos obrigou, mais uma vez, a recorrer às aproximações estatísticas para concluirmos que a taxa de retorno apresentada para o Brasil (aproximadamente 37%) pode ser aplicada para São Paulo, conforme gráfico a seguir.

Nesse sentido, dos 965.000 italianos que entraram em São Paulo de 1870 a 1920, aproximadamente 357.000 deixaram o Estado, retornando para o país de origem, ou indo para outro país imigratório: Argentina normalmente. Explica-se assim, que as saídas de São Paulo superaram, em alguns anos, as saídas do Brasil, nas quais só foram computados os dados de retorno para a Itália.

## GRÁFICO III

COMPARAÇÃO ENTRE AS SAÍDAS DE ITALIANOS DE SÃO. PAULO E DO BRASIL  
1880 - 1920.



FONTE: Antonio Franceschini-L'Emigrazione italiana nele'America del Sul. Roma, 1908. (16)

Se lembrarmos que de 1887 a 1920 saíram do Estado de São Paulo 781.000 imigrantes (17) de diferentes nacionalidades ali residentes, veremos que os italianos participaram com aproximadamente 46% desse total, dado que configura um movimento de resistência, através de deslocamento, bastante representativo.

Para analisarmos o que significou essa forma de resistência, é preciso, novamente, recorrer aos antecedentes históricos do grupo imigrante, pois a mobilidade apresentada em São

Paulo, nada mais foi do que uma retomada da luta já praticada no país de origem. Nessa linha, é importante lembrar que a grande maioria daqueles que entraram após 1886, mesmo oriundos do Veneto, não tinham mais qualquer ilusão quanto à posse da terra: esses homens e mulheres tinham já a idéia clara de serem os "excluídos da terra" (18).

A situação de miséria no campo italiano obrigava o camponês, sobretudo os 'braccianti', a vagarem de um lado para outro atrás de trabalho, muito antes da emigração se constituir numa alternativa ao seu estado de penúria.

Um verdadeiro exército humano de diaristas, a cada dia, assistia à chegada de novos concorrentes "para trabalharem nas obras de diques, canalização, limpeza de fossas, colheita do trigo, milho, arroz etc." (19). Seus vínculos, em muitos casos, não eram sequer com os patrões, mas com os encarregados das plantações de arroz. É assim, por exemplo, que muitos carroceiros ou simples pastores, entravam em contato direto com os vaqueiros e não com os patrões (20).

As mulheres não escapavam a esses constantes deslocamentos e à medida que a crise se agravava, a situação feminina também piorava. As atividades consideradas "normais" para o sexo, como, empregadas, amas de leite nas residências urbanas de Padova, Vicenza, Venezia e Udine - trabalho este que as obriga-va deixarem seus filhos recém-nascidos com alguns parentes ou conhecidos - ou ainda, os trabalhos nas colheitas, juntaram - se em 1880, a emigração sazonal. Diz um autor: "por volta de 1880, em companhia das mulheres que já se encontravam nas províncias

de Padova, Vicenza e Verona, a trabalharem como 'braccianti' na colheita do trigo e no desfolhar da amora (21), começaram a juntar-se numerosas comitivas de mulheres e mocinhas ... que partiam das redondezas de Belluno em direção a Trento e ao Tirol para trabalharem em qualquer tipo de atividade agrícola ... Na praça da catedral de Trento, por exemplo, se desenvolvia um verdadeiro mercado dessa mão-de-obra, com contratos verbais entre os proprietários que desciam os vales da região de Trento e as emigrantes de Belluno, as quais eram pagas a 70/80 centavos de lira por dia e ficavam fora de casa do fim de março aos primeiros dias de novembro" (22).

O cenário não era diverso na Itália meridional. De fato, crescem substancialmente as migrações interregionais a partir de 80, agravadas, no Sul, pelos fortes resíduos feudais ... que vedavam a essa massa expulsa do processo de produção agrícola a transformação em assalariados nas obras de saneamento ou em grandes fazendas capitalistas dentro das fronteiras regionais, uma vez que o desenvolvimento desses trabalhos era praticamente inexistente.

"Nas províncias tipicamente camponesas como Benevento e Avellino (na Campania de onde saíram tantos emigrantes para São Paulo) ... ainda de madrugada, uma multidão de camponeses miseráveis se dirigia para a praça da cidade à espera de um emprego, mas ... logo voltava para casa sem ter conseguido se engajar em qualquer trabalho. São esses indivíduos que fornecem os contingentes das migrações internas e sazonais e que terminam por tomar o rumo da emigração transoceânica" (23).

Eram milhares de trabalhadores que saíam do Abruzzi, Molise e da Umbria em direção ao Lazio, ou melhor, ao Agro Romano, região com grandes fazendas, ou da Campania e sul da Puglia na rota para Foggia, região ao norte da Puglia, repleta de grandes fazendas já organizadas em moldes capitalistas, de frutas cítricas, olivais, vinhedos e cereais: nessas novas paragens, conseguiam emprego nas épocas de grande demanda de mão-de-obra.

"Eram indivíduos com algumas especializações, como to-sadores, semeadores, limpadores de fossa, ou trabalhadores das áreas dos bosques, que sequer eram arregimentados pelos donos das terras ou grandes arrendatários meridionais, mas sim por um simples agenciador de mão-de-obra barata" (24), figura similar ao nosso hoje conhecido dono de caminhão, agenciador de "bóias frias".

Esse panorama, sem dúvida, retratava a fome e a miséria que assolavam algumas regiões italianas, obrigando homens e mulheres a partirem em busca de trabalho, mas fazendo-os perder o temor diante da necessidade de se deslocarem constantemente em busca de uma chance de vida melhor. A aldeia natal deixava de ser o único horizonte conhecido. Quando a chance de ter um bilhete pago para emigrar surgiu, os 'braccianti' foram os que menos hesitaram em abandonar o próprio país, pois nada tinham a perder. Como diz um autor italiano: "eram os mais predispostos a partir, mas lhes faltavam as poucas liras necessárias para o custeio do bilhete" (25).

Se, para alguns autores italianos contemporâneos à emigração, o ato de partir foi registrado como um brado de revolta,

a historiografia atual não reluta em resgatar, neste movimento, uma manifestação de luta de classe (26). Foi a fuga a uma situação de incrível miséria, sem dúvida, que impeliu esses homens a deixarem sua pátria, em busca de um destino melhor; não foi porém uma luta sem consciência do que lhes sucedia.

Um poema intitulado: "I va in Merica" de um socialista italiano, Buto Barbarini, citado por inúmeros autores que trabalham com a emigração (27), talvez seja a expressão mais clara de como a revolta não estava ausente e como existia uma consciência de que o mundo, para eles era o dos perdedores.

"Fulminados pela tempestade,  
 a erva dos prados já seca pela metade,  
 as videiras queimadas por doença  
 os camponeses jamais encontram paz.  
 Hipotecado tudo aquilo que resta  
 com o trigo a sofrer a alta de preços;  
 cada cidade sofre a sua agonia  
 e cada família tem um pelagrosso a seu encargo.  
 Morta a vaca que dava o queijo,  
 morta a mulher ao parir uma filha,  
 protestada a promissória pelo tabelião.  
 Num domingo, fechado na taberna  
 com um grande soco na mesa, blasfema:  
 "Porca Itália, vamos embora".

Conta-se todos. Quantos somos?  
 -Apenas dez, podemos trabalhar,

o resto são mulheres com bebês nos braços,  
 velhos e crianças,  
 mas ficando aqui não comemos, por Deus.  
 É preciso assim mesmo dar esse grande passo  
 Se no inverno tivermos um grande frio,  
 pobre de nós, será um desastre!  
 -Em outubro, carregados de fardos,  
 depois de terem falado mal de todos os ricos,  
 depois de terem bebido três ou quatro copos,  
 com as cabeças confusas, embriagadas,  
 abraçam-se entre si  
 e, resmungando, vão pela estrada.

O poema revela que a emigração não era impelida apenas pela busca a fortuna ou pela vontade de possuir um pedaço de terra que lhes era negado no próprio país. O emigrante que parte após 1836, é um homem bem diferente do "manso vêneto", desejado pelos novos senhores do café. Ainda que politicamente desorganizado, esse homem trazia dentro de si a certeza de que, para sobreviver, era preciso lutar e a emigração era a única forma de resistência possível.

Concordamos com E. Sori, quando afirma que a "luta na região de Mantova e em seguida no Polesine, de onde saem inúmeros camponeses para São Paulo, obedeceu a três fases: primeiro a resistência aplacada pelos processos judiciários"(está se referindo às lutas ainda desorganizadas e facilmente reprimidas, cujos líderes foram punidos em julgamentos totalmente controlados pelos patrões) ,"depois a trincheira mais atrasada do coope

rativismo, que não produziu resultados satisfatórios, e, enfim, como última saída, a emigração" (28).

De fato, acompanhando esse perene deslocamento para outras regiões em busca de emprego, podemos observar como, paulatinamente, o camponês italiano transformou esse ato em protesto.

Diz um autor italiano, referindo-se à Itália centrional, em torno de 1880, que a situação "não se tornou impossível enquanto o diarista pôde encontrar ocupação, mesmo tendo que se deslocar de uma região para outra, onde havia necessidade de mão-de-obra: no inverno em direção aos rios, principalmente para as construções de diques etc., e no verão em direção às planícies de Verona, Ferrara e Mantova, para os grandes trabalhos nos arrozais, e para as vastas extensões cultivadas com trigo" (29).

No entanto, em pouco tempo, essa alternativa deixou de existir: a oferta de trabalho diminuiu drasticamente, especialmente no inverno, quase nada tinham para fazer. Terminaram trabalhando "sô 6 meses no ano" (30) e foi "exatamente nas províncias de Mantova, Cremona, Pavia e Lodi ... que, após 1875, começaram as primeiras greves de assalariados agrícolas" (31).

Esse processo foi se alastrando, atingindo a planície vêneta entre 1884/1885, "quando no Polesine a massa camponesa entra em greve para obter 30% da colheita, em vez dos 15% habituais" (32). Foi o movimento conhecido como "La Boje" (33).

A repressão foi duríssima em toda região. Bastava gritar "La Boje", ser encontrado com um panfleto ou um jornal considerado subversivo, para ser denunciado e preso (34). A violên



cia que abateu-se sobre os camponeses pouco organizados, permitiu conter os primeiros protestos da massa agrária setentrional.

Nas regiões da Lombardia, contudo, a partir desses primeiros atos de resistência, tomou forma uma organização paulatina do proletariado rural. Um dos primeiros ensaios foi o agrupamento das diferentes sociedades de mútuo socorro, dos círculos políticos e das cooperativas, tarefa que deu poucos resultados até 1892, quando, com a "constituição oficial do Partido Socialista, foi possível conter a divisão entre as várias organizações e dar unidade à massa camponesa para uma ação mais coerente" (35).

O Veneto, no entanto, não teve o mesmo destino, sobretudo porque, o chamado "Veneto vermelho" (36) estava restrito à faixa da planície. "As greves agrícolas ou industriais lá não se sucederam com a frequência que, em outros lugares da Itália, marcaram a etapa do crescimento político e civil da classe subalterna, entre o século XVIII e o XIX, nem dão lugar a episódios que possam ser comparados aos grandes choques de classe mais ou menos articulados, ocorridos em outras regiões setentrionais - como, de certa forma, no Sul" (37). A exceção foi a região do Polesine (Rovigo), pois, entre 1884 e 1891, das 58 greves agrícolas registradas no Veneto, nesse período, 25 realizaram-se nessa área" (38).

O Sul da Itália, porém, não alcançou o mesmo nível de organização, mas os protestos não eram desconhecidos. Os ensinamentos adquiridos com o "brigantaggio", conduziram aos protestos individuais. Além de furtos de lenha, alimentos e pequenos

animais para matar a fome e o frio, o que também ocorria na Itália setentrional (39), no Sul "o número de atentados contra a propriedade ... é altíssimo. Assim, quem não consegue vingar-se de outra maneira, vinga-se devastando os bens inimigos" (40). Na verdade, no Sul, mais do que no Norte, talvez devido às próprias condições históricas, o regionalismo aparece de forma acentuada, impedindo uma organização política unitária. Isso fica patente quando verificamos o número de greves realizadas entre 1902/1904 em toda a Itália: 148 greves na Lombardia, 40 no "manso Veneto", enquanto o número de protestos coletivos no Sul é insignificante: uma greve na Campania, uma na Calabria, uma na Basilicata e nenhuma no Abruzzi (41). A forma de resistência nessas regiões foi o deslocamento constante, do qual a emigração é uma faceta.

Nesse sentido, podemos dizer que esse tipo de resistência, mesmo desorganizada, perdurou no país de adoção, através do abandono das lavouras paulistas em direção às cidades ou do retorno à própria Itália.

Aqui, mais uma vez, lembramos que o fato de terem agido de uma certa maneira no país de origem, não implica obrigatoriamente na reprodução desses fenômenos no país de adoção, justificando a tese de assimilação. A postura é exatamente a inversa, ou seja, as experiências anteriores não levaram à assimilação, mas à ação e à luta diante das adversidades encontradas.

Diz G. Duby com pertinência: "É esse sistema de valores (o comum a um determinado grupo social) que o faz tolerar as regras do direito e os decretos do poder, ou que os torna intolleráveis. É nele mesmo, enfim, que residem os princípios de uma

ação que pretende animar o futuro do corpo social, no qual se enraíza o sentido que toda a sociedade atribui à sua história e no qual se acumulam suas reservas e esperanças" (42).

Assim, a resistência surgiu ainda no país de origem, no próprio ato de emigrarem; ironicamente, porém, é a ação indireta e desorganizada de resistência desse grupo, em São Paulo - os "paupérrimos" como dizia Antonio Prado (43) - que proporcionou-lhes raras melhorias no Brasil.

A acentuada mobilidade do grupo, não foi privilégio do Brasil. Todos os países com altos índices imigratórios apresentam características semelhantes (44). Interessa-nos, porém, o que esse deslocamento constante representou para o imigrante e a repercussão que isso teve na formação do mercado de trabalho em São Paulo.

Os fazendeiros paulistas, ao optarem por uma imigração de núcleos familiares e não por trabalhadores individuais, buscaram garantir o excedente de mão-de-obra barata que a família oferecia, mas contavam com um modesto deslocamento dentro da lavoura cafeeira, assegurando assim os empregados necessários às plantações. Quando contratavam a unidade familiar, asseguravam a mão-de-obra, mas arriscavam-se os fazendeiros a enfrentar uma certa oposição às duras condições de vida encontradas. Em São Paulo, a forma de resistência conhecida na Itália não tinha porque desaparecer, e mulheres e crianças continuaram dela participando, em atos isolados ou de todo o grupo, como mos

tra a carta abaixo de um colono, ao Cônsul de Itália, publicada no "La Battaglia".

"À Sua Excia

Cônsul da Itália em São Paulo

Há três anos trabalho na fazenda ... na qual o administrador tem o vício infame ... de maltratar os pobres filhos do trabalhador em especial o italiano.

Ora, é preciso que sua Excia. saiba que o abaixo assinado é um pobre pai de família com quatro filhos menores e a mulher, o que quer dizer, unicamente dois braços à disposição do serviço da fazenda. Caí doente há 3 meses e não pude trabalhar por 30 dias ... sendo, desde então, objeto de escárnio e maus tratos por parte dos empregadores da fazenda ... Resisti pacientemente, até que, não podendo mais suportar as humilhações ... resolvi abandonar a fazenda há 15 dias e não receber o que tinha direito. Parti deixando meus familiares, com a esperança de que o fazendeiro em pouco tempo os deixassem livres para partir ... mas até hoje não os vi, o que me fez acreditar que estão proibidos de sair da fazenda ..., por isso dirijo-me a V.Excia. para que ..." (45).

Esse tipo de ato foi constante durante todo o período imigratório. Contavam sempre com o apoio da família, sobretudo porque, com o abandono do trabalho pelo chefe familiar, a violência recaía sobre todos os outros componentes. A fuga, porém, teve pouco resultado prático, em termos de melhoria das condições de vida e trabalho dos imigrantes italianos, enquanto o

número dos que desembarcavam superou as necessidades do mercado. "Na década de 1890, por exemplo, os fazendeiros preocupavam-se tão pouco com a substituição dos trabalhadores, que até proporcionavam transportes para as famílias que pretendessem se mudar" (46). Mas essa benevolência logo terminou. Vários fatores internos obrigaram a uma mudança de atitude para com o abandono do trabalho.

A produção de café em São Paulo aumenta eceleradamente no final da década de 90, por efeito da longa temporada de preços altos (1886/95). A burguesia paulista controlava três quartos da produção mundial do produto, mas perdeu o controle dos preços quando a oferta passou da média de 6 milhões de sacas por ano (1890/95) para o dobro (1900/05). A crise mundial de 1893 também contribuiu para derrubar as cotações a partir de 1896. A primeira reação dos produtores foi pressionar o governo central para que o câmbio baixasse. Isto é: como a receita em divisas caiu, os fazendeiros paulistas queriam desvalorizar a moeda nacional, de forma a receberem a mesma quantia em dinheiro. A consequência de tais desvalorizações, particularmente frequentes no governo de Prudente de Moraes, foi a elevação do preço dos artigos importados e, consecutivamente, da inflação. A queda da receita, em libras esterlinas, produziu ainda um deficit consistente no balanço de pagamentos, de maneira que por volta de 1897 o Brasil já não podia pagar os empréstimos na praça de Londres.

O novo presidente, Campos Salles, e seu ministro Joaquim Murinho lançaram-se na direção oposta, diminuindo os gastos públicos, liberando as importações e recompondo a dívida. Em contrapartida, o câmbio reagiu, a inflação baixou, mas a crise

finalmente chegou ao setor cafeeiro. Já em 1902 os produtores paulistas começavam a discutir a melhor forma de aproveitar a condição de virtual monopólio para melhorar os preços externos. A idéia de retirar parte da produção do mercado, contraindo a oferta, foi materializada em 1906, com o chamado Convênio de Taubaté, pelo qual os produtores levantaram crédito na Casa Rothschild e retiraram 8 milhões de sacas de café de circulação. Os preços reagiram ligeiramente, mas somente com a guerra, em 1915, a cotação internacional voltou aos níveis de 1891/92.

As repercussões da crise, iniciada em 1896 e que se acentuou na década seguinte, não tardaram a atingir a classe trabalhadora e os observadores da época são unânimes em suas afirmações: "muitos fazendeiros, que antes cumpriam com seus compromissos, estão hoje reduzidos a tal estado que não podem pagar seus trabalhadores. Para diminuir ainda mais seu débito, para com estes, aplicam multas por qualquer motivo fútil ou maltratam os trabalhadores, obrigando-os a fugir" (47).

Além das multas e não pagamento dos salários, as tentativas de impedir o plantio das culturas intermediárias começaram a se acentuar.

Referindo-se a Ribeirão Preto, diz A. Rossi em seu famoso diário: "aqui, os colonos estão mal porque com os cafezais formados há bastante tempo, só se permite o cultivo do milho em pequenas proporções" (48).

A violência cresce assustadoramente e os imigrantes não tinham como fazer frente, organizadamente, ao estado de arbítrio em que viviam.

As fugas começam a crescer e também a repressão sobre tal ato, como demonstra um texto bastante significativo de 1901: "Os homens saem durante a noite das fazendas e os patrões sequestram suas mulheres e crianças devido aos alimentos antecipados" (49).

Mais uma vez, os métodos de luta conhecidos são utilizados. Assim como sair da Itália significara um ato de rebeldia à miséria local, a viagem de regresso era uma forma de não se submeter às vicissitudes no novo país. Porém, até a viagem de regresso significava um privilégio.

O espetáculo ao qual se assistiu em São Paulo, imediatamente após 1902, talvez seja uma prova de como, até para voltar, foi preciso lutar.

Além do Decreto Prinetti, o "governo italiano, preocupado com as condições de vida enfrentadas em São Paulo por seus compatriotas, oferece a possibilidade de partida para aqueles que quisessem repatriar e encontra-se diante de um fenômeno de difícil solução ... pois nos dias que precediam a partida de algum navio, a multidão que queria voltar, proveniente de todas as partes do Estado, era tão grande que os locais de que o consulado dispunha para recebê-las era insuficiente. Era preciso distribuí-los nas imediações do escritório ... e o número dos que queriam partir era tão grande que era impossível repatriá-los, pois as vagas de que dispunha o consulado era de 45 por mês ... Só em 1902 as famílias que pediram repatriamento eram mais de 1.500. Só 391 delas, com um total de 986 pessoas, obtiveram tal favor ...; em 1903, 2.000 famílias pediram repa-

triamento, mas apenas 301, com 947 pessoas conseguiram embarcar" (50).

As saídas não significavam só a volta para a Itália. Muitos tentavam ainda a alternativa da Argentina, e quem tomava este rumo também estava em péssimas condições. Mazzuconi, outro inspetor enviado pelo Ministero degli Affari Esteri, numa viagem que fazia de Milano e Buenos Aires, em 1904, não deixa dúvidas quanto a isso. "No dia 9/10/1904, no porto de Santos, embarcaram 424 passageiros de 3ª classe, todos italianos que abandonavam o Brasil e dirigiam-se para a Argentina ... Do rápido levantamento feito a bordo ... pude formar uma idéia bastante exata das condições daqueles compatriotas do Citã de Milano ... Eram indivíduos em cujo rosto se via claramente a debilidade física, o abatimento de ânimo. Pálidos, anêmicos, com o aspecto da caquexia malárica e outras doenças crônicas, como conjuntivite, doenças da pele etc.; na maior parte estavam rasgados, sem bagagem e sem dinheiro. Pouquíssimos eram os afortunados que tinham alguma roupa para trocar. Quase todos faziam parte de famílias numerosas, que haviam vivido de oito a quatorze anos nas fazendas. Poucos eram da Basilicata ou da Calabria, sendo a maioria do Veneto; bons, respeitosos, da maior simplicidade do mundo" (51).

É interessante notar que a passagem de Santos até a Argentina custava nesse período 65 liras (52). A pergunta que nos ocorre é a seguinte: emigrariam efetivamente para a Argentina com o fito de lá tentar a sorte, ou, devido às condições em que se encontravam, essa era a única opção possível, visto



que a volta à Itália lhes custaria três vezes mais?

Esses dados ajudam ainda a desmistificar a imagem do "dócil e manso vêneta", tão louvada e desejada pelos fazendeiros. É preciso abrir um parêntese a esse respeito, dado o grande contingente de vêneta que São Paulo recebeu.

A grande quantidade de colonos vêneta levou os observadores da época a acreditarem que esses eram os "preferidos pelos fazendeiros, por seu caráter dócil e manso" (53).

O "Fanfulla", jornal italiano de maior circulação em São Paulo, traz sistematicamente, após 1893 - ano de sua fundação -, anúncios pedindo trabalhadores para as fazendas, onde explicita: "trabalhadores da Alta Lombardia, do norte da Itália e do Veneto" (54).

Há, efetivamente, uma preferência pelos trabalhadores do norte da Itália e sobretudo por vêneta. Porém, não era o caráter "dócil e manso dos vêneta" que impressionava os fazendeiros na época, mesmo porque esse não era tão dócil assim.

A região vêneta foi eleita como fornecedora predileta de mão-de-obra imigrante para São Paulo, não pela eventual docilidade do seu povo, mas pela profundidade da crise econômica na região, que agravava a miséria ali reinante.

Isso se vê na satisfação com que o Conselheiro Antonio Prado notava que os "imigrantes com passagens para São Paulo, eram tão pobres que sequer podiam comprar sua própria terra, nem abrirem pequenos negócios, mas tão somente trabalharem nas fazendas" (55).

Se tivessem dinheiro, nada os impediria de voltar ao seu país, de se tornarem pequenos proprietários ou de montarem qualquer pequeno negócio nas cidades.

Enquanto foram obrigados a suportar as tristes condições de vida nas lavouras de café, dada a falta do dinheiro necessário ao repatriamento, ou para instalarem-se nas cidades, os fazendeiros puderam contar com o decantado caráter "dócil e manso" dos venetos; mas, apenas amealhada a quantia suficiente, o repatriamento foi assustador e as famílias pouco serviram para prender o imigrante à terra.

"É depois do fim da colheita, de agosto a novembro, que ocorrem as saídas. Os que partem nunca são paulistas de raça, pertencem à população de origem estrangeira e são na maioria italianos. A maior parte deles dirige-se para a Itália; na Argentina foi estabelecer-se um notável contingente" (56).

Entre 1894 a 1906, quando foi assinado o Convênio de Taubaté - paliativo para os problemas de superprodução cafeeira - dos 489.011 imigrantes italianos que tiveram São Paulo como destino, 306.000 (57) abandonaram o Estado, invertendo, por 12 anos consecutivos, o percentual de 60% de permanência no Estado para 40% de saídas. Os fazendeiros se alarmaram.

## 2- A urbanização do grupo italiano.

Além desse êxodo maciço de São Paulo, um fator pouco considerado, tratando-se de italianos, foi sua urbanização, derubando mais um estereótipo criado em relação ao grupo. Um considerável número de italianos, sobretudo meridionais, como já

dissemos, não tinham como anseio a pequena propriedade e, conseqüentemente, a vida no campo como sonho. Sua meta eram as ci  
dades e muitos lutaram por isso.

Um arguto observador da época chama a atenção para o fato: "considere-se, enfim, que para bem conhecer a situação ma  
terial e moral dos colonos, é preciso não olhar somente as ques  
tões puramente agrícolas. Os colonos, com efeito, não se consi  
deram enfeudados durante a vida inteira à cultura do café; mui  
tos deles, assim que a ocasião se apresenta, deixam a lavoura para se estabelecerem nas cidades" (58).

Sem dúvida, muitos trabalhos têm chamado a atenção pa  
ra a proletarização que o italiano sofreu (59), contrariamente às teses que pretendiam provar sua ascensão econômica, sobretu  
do através da aquisição da pequena propriedade (60).

Nesse sentido os analistas são unânimes quanto à impor  
tância do italiano para a industrialização e, conseqüentemente, para a formação das cidades. Mas, se a passagem desses imigran  
tes pelas fábricas e movimentos de resistência proletária do i  
nício do século deixou um traçado possível de ser quantificado, o mesmo não ocorre com ocupações no setor terciário, que, não apresentando grande importância política dentro dos moldes con  
vencionais, pouca atenção mereceu da historiografia.

Dada a ausência de controle possibilitada por determinadas  
tarefas, é impossível estabelecer o número de trabalhadores  
de origem italiana que atuavam como lavadeiras, empregadas domésticas, amas de leite, costureiras domiciliares, floristas, tratando-se do sexo feminino, bem como de carroceiros, verdurei

ros, amoladores de facas, jornaleiros, engraxates, vendedores de bilhetes de loteria, sapateiros; enorme contingente que andava de porta em porta oferecendo seu trabalho ou produto, e que viviam concentrados nas cidades. (61)

Não é nosso objetivo analisar aqui o comportamento do imigrante italiano nas cidades, amplamente documentado por observadores da época (62) e retratado pela literatura (63), mas simplesmente assinalar como essa mobilidade para os centros urbanos (64) conectada ao retorno para o país de origem, ajudou a obtenção de algumas melhorias para o campo.

Enquanto o censo das propriedades agrárias nos permite uma aproximação bastante significativa da população italiana concentrada na atividade de pequenos sítiantes, o mesmo caminho, para inferências da proporção do elemento italiano nas cidades, apresenta alguns obstáculos.

As fontes existentes no Brasil deixam muito a desejar nesse sentido. O imigrante italiano era requisitado para o trabalho nas fazendas; assim, o grupo dominante teve o cuidado de sempre enaltecê-los como agricultores, posição compartilhada por muitos analistas. Pouco esforço foi dedicado a estudar a atuação do grupo nas funções de pequeno negociante ou artesão, uma vez que a intenção não era atrair imigrantes para essas atividades.

Nesse sentido, a concentração dos italianos nas cidades foi praticamente esquecida pelas fontes oficiais, pois chamar a atenção para isso significava também demonstrar o número espantoso daqueles que abandonavam o campo em busca de um des-

tino melhor.

No entanto, alguns números foram obtidos no decorrer do nosso trabalho e julgamos importante analisá-los. Um dos raros levantamentos sobre propriedades urbanas nas mãos de estrangeiros foi realizado pela Secretaria da Agricultura de Obras Públicas do Estado de São Paulo em 1910, catalogando 111 dos seus 175 municípios, de acordo com o número de proprietários estrangeiros (65). Se esse trabalho nos dá, já em 1910, elevadas cifras de italianos concentrados nas cidades, pouco serve para estudos comparativos, uma vez que o Censo de 1920, que teve o cuidado de citar nominalmente os proprietários rurais, nada traz sobre a propriedade urbana dos estrangeiros.

Em 1902, porém, um autor italiano, argumentando contra o "pessimismo do Relatório do Sr. Rossi" (66), recolheu alguns dados junto ao Ministério dos Trabalhos Públicos em São Paulo e nos dá um levantamento parcial da propriedade urbana dos italianos. A referência é útil pois grande parte das cidades que, em 1910, lideraram a concentração dessa propriedade, estão citadas no Relatório apresentado em 1902. (Apêndice nº IV).

Ainda que a comparação entre essas datas (1902/1910) tenha que se restringir aos 57 municípios citados no levantamento de 1902, o grau de urbanização que o grupo italiano apresentou para um período de 8 anos é espantoso.

Na cidade de São Paulo, praticamente dobra o número de propriedade urbanas pertencentes a italianos. Passa de 4.993, em 1902, para 7.462 em 1910, o que significa um crescimento de 49,4% de imóveis nas mãos de italianos.

Esse índice não é muito menor para as cidades do interior passíveis de serem comparadas (56). O total de propriedades urbanas, pertencentes a italianos, nesses 56 municípios restantes, em 1902, é de 6.059, aumentando para 8.501 em 1910, com um crescimento de 40,3%.

No entanto, se examinarmos simplesmente o número total de propriedades urbanas nas mãos de italianos, em 1910, nos 111 municípios registrados, temos efetivamente um número significativo: 23.520 imóveis nas cidades pertenciam a estes imigrantes.

Ainda que o nosso objetivo principal não seja o de demonstrar o processo de proletarização sofrida pelo grupo, mas o tipo de resistência oferecida à proletarização nas cidades, é bom lembrar que a análise dos índices de propriedades nas mãos de italianos nos centros urbanos merece atenção.

Entre os estrangeiros, o italiano ocupa o 1º lugar como proprietários de imóveis urbanos, posição essa, que comprova a tese do deslocamento cidade-campo. Se, porém, analisarmos o valor desses imóveis, a posição dos italianos cai para 8º lugar, numa lista de 11 nacionalidades identificadas (67). Lembremos ainda que a grande maioria das propriedades italianas estava concentrada nos bairros pobres de São Paulo, Brás, Bom Retiro, Barra Funda, Belenzinho e Bela Vista, habitados quase que exclusivamente por italianos; eram bairros industriais e a pobreza ali reinante é atestada não só pela crônica da época, como por vários autores que se preocuparam em retratar os bairros paulistas (68).

Esses dados nos dão a certeza de que a posse de uma propriedade urbana em São Paulo ou qualquer outra cidade do interior, estava longe de garantir qualquer tipo de ascensão para o imigrante.

Que surpresas teríamos se pudéssemos comparar esses dados com o Recenseamento de 1920? Talvez pesquisas futuras possam chegar a esse índice, mas de qualquer forma, concluimos, com os dados a que tivemos acesso, que a concentração do grupo italiano nas cidades se deu muito mais depressa do que o suposto, o que atesta uma forma de luta silenciosa contra as condições enfrentadas nas fazendas, tão importante quanto a volta para o país de origem.

Se pudéssemos estabelecer a mesma média de 6 indivíduos por família para cada propriedade urbana, como no caso da propriedade rural (69) poderíamos estimar que, já em 1910, dos quase 500.000 italianos que se encontravam em São Paulo, 141.000 aproximadamente viviam nas cidades, ou seja, quase 30% dos italianos que viviam no Estado. Essa cifra certamente cresceria muito considerando que, além dos proprietários, muitos moravam em casas alugadas.

A opção pelas cidades, mesmo significando para muitos o fim do sonho de um enriquecimento fácil, trazia, por seu lado, algumas vantagens, que durante anos foram objeto de reivindicações dos colonos no campo: um maior número de médicos, igrejas, escolas. Significava, sobretudo, o fim dos maus tratos físicos e morais, do roubo de parte dos salários através das pesadas multas, do isolamento, da ausência de qualquer tipo de

vida societária. Punha fim, portanto, às "Delícias da Fazenda" como ironicamente era denominada uma das colunas do Jornal "La Battaglia", em que apareciam denúncias sobre a vida nas fazendas.

Sem dúvida, essa forma de contestação, mesmo não visando a derrubada das relações de produção vigentes, ou do Estado, garantiu parte das raras melhorias concedidas aos trabalhadores do campo.

Quando os métodos de violência conhecidos e amplamente praticados pelos fazendeiros já não serviam para prender o trabalhador à terra, eles foram obrigados a mudar seu comportamento em relação ao trabalhador. É certo, porém, que todo o contexto da época pesou para a mudança no tratamento dispensado ao imigrante. Em 1898 foi rescindido o contrato com a Metropolitana, diminuindo assim a entrada permanente de imigrantes em larga escala, ao mesmo tempo em que chegou ao auge o retorno dos frustrados com as condições encontradas nas lavouras cafeeiras. Portanto, a oferta de mão-de-obra diminuiu apesar de ter enfraquecimento o ritmo de formação de novas propriedades, devido a crise internacional de preços no mercado cafeeiro, e surgiu o chamado Decreto Prinetti, em 1902.

O grande alarde feito em torno de tal Decreto, que segundo alguns autores foi a causa de melhorias conseguidas pelos trabalhadores, enaltecendo assim a atuação do governo italiano para com seus súditos, encobriu a pressão exercida pelos próprios trabalhadores nesse sentido.

Mesmo um expoente socialista na época não se furtou a



comentários elogiosos ao Decreto, destituindo de importância toda a ação do imigrante italiano em São Paulo. O texto é de 1907: "depois do Decreto de 1902, que diminuiu em muito a emigração italiana para o Brasil ... as fazendas encontram-se em grande penúria de braços; por isso o trabalhador italiano, que é o mais procurado entre os estrangeiros, é disputado. Isto fez com que os que têm colonos dessa nacionalidade façam o possível para não perdê-los e daí a melhoria do tratamento a eles dispensado (70).

Já chamamos a atenção para todo tipo de burla que o citado Decreto permitiu, porém, mais do que isso, é preciso lembrar, como diz um autor italiano, que mais de 600.000 italianos viviam em São Paulo por volta de 1902 e para esses, tal decreto não trazia qualquer benefício (71).

Um inspetor do governo italiano, mais perspicaz do que A. Piccarolo, na observação do que ocorria em São Paulo, não deixou de registrar a pressão exercida por seus conacionais. Escreveu em 1908: "a aplicação de multas diminuiu bastante, sem que por isso tenha desaparecido seu uso ... A multa, para o fazendeiro, é um direito de proprietário, sem que sua consciência o reprove ... Se essas são mais raras do que no passado, isso deve-se principalmente à escassez de mão-de-obra e à facilidade com que os colonos conseguem emprego em outros lugares " (72).

Não só as multas diminuíram a partir de 1900, mas várias outras medidas foram tentadas para aplacar as contradições nas relações de trabalho vigentes, com o intuito de conti

nuar atraindo grande número de imigrantes.

Entre 1835 e 1907, foram promulgados 17 decretos e leis referentes à regulamentação das terras devolutas; desse total, 12 surgiram entre 1900 a 1902, criando novos núcleos coloniais, justamente no auge do deslocamento dos imigrantes (73). Carlos Botelho, Secretários da Agricultura na época, retomou a política de núcleos coloniais em 1905, criando a Agência de Colonização e Trabalho em 1906, "cujo objetivo era favorecer a colonização ... proteger o trabalho e impedir que o colono fosse objeto de engano por parte dos agentes especuladores e de fazendeiros pouco honestos" (74).

Estranha preocupação para um homem que dez anos antes, em 1896, teve seu nome envolvido na morte de um colono dentro da sua fazenda, morte essa que ficou impune como tantas outras, conforme relato feito na época junto ao agente consular de Dourado. "Há 3 ou 4 dias desapareceu da fazenda do Sr. Carlos Botelho ... um colono italiano, sem deixar qualquer traço. Sua família, numerosa, estava desoladíssima e todos na fazenda preocupados com o estranho desaparecimento".

"Qual, porém, não foi a surpresa, ou melhor, o espanto, de alguns cidadãos ao encontrarem, na manhã do dia 20 (abril de 1896), num bosque da fazenda, pendurado numa árvore, o cadáver do fugitivo ... Tratava-se de suicídio ou de um caso de enforcamento? Mistério. O delegado Luiz da Vinha, avisado do fato e solicitado a dirigir-se ao local ... recusou-se peremptoriamente, assim, o morto foi retirado da árvore e sepultado sem nenhuma intervenção de qualquer autoridade" (75).

O espírito escravocrata e a onipotência com que os fazendeiros agiam dentro de suas fazendas, considerando o arbítrio em relação ao trabalhador "como um direito de proprietário" como diz S.Coletti não teriam diminuído sem uma oposição que partisse dos próprios trabalhadores e ameaçasse efetivamente a lavoura cafeeira (76) .

Foi essa luta. - que marcou, também, o fim do sonho de uma vida melhor nos países imigratórios -, que permitiu àqueles que ficaram em São Paulo ou entraram depois de 1905, condições de vida um pouco mais humanas, o que já era muito, dada as atrocidades que os imigrantes enfrentaram na maior parte das fazendas paulistas.

No âmbito federal, a lei nº 1.150 de 5/1/1904, que conferiu privilégio para dívidas provenientes de salários dos trabalhadores rurais (77), foi a grande conquista do período, apesar de ter sido o seu cumprimento largamente boicotado, durante muitos anos.

"Pela lei, a liquidação das contas entre fazendeiros e colonos deveria se dar com o término do ano agrícola ... que no Brasil era marcado pela operação de adubar as plantações com as cascas do café passado na máquina de beneficiamento - esparramar o cisco era o nome dado à operação ...- Ora, esta operação podia ser retardada de acordo com a vontade do fazendeiro, com intuito de reter o colono na fazenda, ou de vender o café primeiro e assim adquirir fundos para saldar seus compromissos. No momento do colono exigir o que lhe era devido sobre o café do ano ... este já tinha sofrido todo o processo de

beneficiamento para entrar no mercado e saído da fazenda há mu  
to tempo" (78).

Nesse sentido, qualquer contestação ou descontentamen-  
to em relação ao não cumprimento da lei era obstado : pois nã  
podendo os colonos contar com o apoio judicial, uma vez que es-  
te era manipulado totalmente pelos fazendeiros, o único método  
que possuíam, para receber seus salários, era exigir o equiva -  
lente ao que lhe era devido em café; como, porém, esse ja saíra  
da fazenda há muito tempo, toda e qualquer reação ficava blo -  
queada.

A outra limitação da lei era o seu caráter não retroa-  
tivo. Pela referida lei, todos os compromissos assumidos em con  
tratos anteriores à sua publicação, isto é, 1904, eram respeita  
dos. Assim, as fazendas hipotecadas ou com qualquer outro empe-  
cilho econômico tinham o direito de saldar primeiro esses débi-  
tos, e só depois pagar os salários devidos. "Ora, como pela espe-  
cial organização do crédito agrário ... a maior parte dos fazen  
deiros vinculara há muito tempo rendas e bens com débitos hipot-  
ecários, vários anos ainda serão necessários para que a acena-  
da lei possa efetivamente se concretizar" (79).

Dessa forma, qualquer benefício possível estava longe  
de sua realização porque "de um ponto no branco"(de uma lei es-  
crita num pedaço de papel)" mudar um estado de fato, que tinha  
raízes na tradição e na mentalidade de certos fazendeiros era  
praticamente impossível" (80).

Em 1911, quando o Patronato Agrícola foi criado, seu  
principal objetivo era ainda o de "defender os interesses do o-

perário agrícola" vítima, até essa data, de todo tipo de arbitrariedades, sobretudo falta de pagamento.

Uma coisa, no entanto, é certa: comparada com a Lei de Locação de Serviços de 1879, que regia os contratos de trabalho, um grande passo foi dado com a lei de 1904. Pela antiga lei, o imigrante contratado por um estabelecimento e que, sem razão, dele se ausentasse ou não quisesse trabalhar, incorria em pena de 5 a 20 dias de prisão. Era, portanto, um grande avanço a existência de uma lei que, mesmo em tese, garantisse os salários daqueles que até então eram tratados como criminosos.

Lembra um autor preocupado com a relação entre a agricultura e o capitalismo no Brasil: "é preciso ... tomar cuidado para não estimularmos - mesmo inconscientemente - o reacionarismo ... Existem algumas idéias gerais que são, certamente, insuficientes, mas certamente indispensáveis ao conhecimento. Uma das mais importantes, quando examinamos o velho e o novo numa sociedade, consiste em que os progressos dessa sociedade devem ser atribuídos ao novo e não ao velho, ou ainda melhor: à luta do novo contra o velho" (81).

A pressão dos colonos foi essencial para a concretização de uma série de atos governamentais: regulamentação da cessão de terras; criação da Agência de Colonização e Trabalho; a diminuição das multas e maus tratos, e, a implantação da lei 1.150, promulgada em 1904, medidas consideradas, por alguns analistas, como outorgadas pelo grupo dominante com intuito de modernizar as relações de trabalho vigentes.

É preciso acrescentar ainda que num país onde poucas

formas de resistência eram oferecidas pela classe subalterna, o deslocamento espacial, pautado em valores que o imigrante trazia do seu país de origem e exercida num contexto completamente diverso do italiano, significava uma inovação em termos de reivindicação.

### 3- A continuidade da luta.

Finalmente, uma das discussões mais complexas em relação ao imigrante italiano refere-se à aquisição da pequena propriedade. Considerada como forma de ascensão e também causa da divisão existente entre os colonos, uma vez que a luta pela pequena propriedade teria esvaziado o movimento mais sólido contra as opressões encontradas nas fazendas, este é um tema que merece ser redimensionado.

Nenhum grupo imigrante recebeu tanta atenção dos estudiosos, como o italiano, no que se refere à posse da pequena propriedade; assim quase se estabeleceu, até muito recentemente, uma identificação do pequeno proprietário com o imigrante italiano. Embora não tenham faltado esforços, ultimamente, no sentido de rever tal posição (82). Essas aproximações passam por diferentes tipos de abordagem (83), mas a impressão final é a de que o italiano, ao sair do seu país, não tinha outra intenção senão tornar-se pequeno proprietário.

Ainda que num primeiro momento "a posse da terra formasse nesse imigrante um impulso muito poderoso, com certeza um dos mais fortes, senão o mais forte estímulo que o levou a abandonar sua pátria, onde tal oportunidade não lhe era dada" (84),

resta sempre ao historiador a observação da realidade concreta para uma análise do que efetivamente resultou daquilo que poderíamos designar como mola propulsora da imigração.

Pensamos ter demonstrado, no decorrer do trabalho, que a ambição de possuir uma pequena propriedade não era tão universal dentro do grupo italiano. Tal anseio era marcadamente vêneta, mas possibilitou, uma generalização para o comportamento de todo o contingente italiano em São Paulo, talvez devido à forte presença de imigrantes dessa região. No entanto, uma revisão mais cuidadosa nos textos de observadores da época comprova ser a luta pela pequena propriedade uma forma de buscar uma autonomia, peculiar à cultura vêneta.

Enquanto os traços dos meridionais referem-se amplamente à vida nas cidades, como os de toscanos e lombardos no pequeno comércio, a marca vêneta está na terra e as referências a pequenos proprietários vêm sempre acompanhadas do complemento, "camponeses de Treviso, Padova, Verona, Rovigo ou simplesmente, vênets" (85).

A historiografia italiana, analisando a atuação dos camponeses vênets na tentativa de manterem seus direitos consuetudinários, não hesita em ver nesse movimento o embrião das lutas contra a proletarização.

"O processo de transformação capitalista no campo não se impôs facilmente, mas teve que sufocar uma prolongada resistência. Obstinaos e teimosos, os camponeses defenderam por muito tempo os seus direitos, recorrendo a uma vasta gama de mobilizações e protestos. Mesmo tendo os proprietários se cansado

de tentar explicar-lhes as vantagens de uma agricultura moderna, racional e compatível com a exigência do progresso, os camponeses não queriam saber de inovações. Atrás de tanta conversa, eles sentiam que, privados dos seus meios de subsistência, indiscutivelmente miseráveis, mas que lhes permitiam viver, não teriam outra saída a não ser vender sua única propriedade, seus braços, onde pudessem. Os trabalhadores do campo não experimentavam nenhum orgulho em se tornarem proletários. A história do camponês vêneta nos decênios que precederam a emigração dos anos 80, é a história dos camponeses para preservarem seus direitos tradicionais e seus hábitos consuetudinários" (86).

No entanto, o comportamento semelhante no outro lado do oceano: a luta, em São Paulo, para readquirir a pequena propriedade perdida, é apresentado como um dos fatores que impediram o imigrante de se identificar como um "operário urbano" (87), atrapalhando, assim, uma luta consistente contra as opressões a que estava sujeito.

Trata-se, entretanto, do mesmo homem e a luta pela independência e auto-suficiência, representadas pela pequena propriedade, não pode ser apagada de um momento para outro, como um valor, para o camponês.

Como diz T. Adorno, "a propriedade rural ainda é, com muita frequência, um valor ideologicamente intocável, transforma-se, economicamente, sem cessar, em capital; mas as idéias de independência e auto-suficiência a ela vinculadas ainda estão solidamente arraigadas em grande parte da população rural e levam a conflitos de certa monta. A tendência objetiva para o pro



gresso e racionalização chocava-se aí, mais do que em qualquer outro grupo social, com o temor do desapossamento brusco que perdura na consciência do campo ... Precisamente no setor agrário a sociologia empírica pode confirmar a tese teórica de que a transformação cultural ocorre mais lentamente do que a transformação das condições materiais de produção" (88).

Eis aí, com certeza, um dos motivos das falhas na interpretação do comportamento dos camponeses em países com uma estrutura agrária já calcada em moldes capitalistas, como o caso brasileiro.

No Brasil, o processo de concentração da terra não se deu, para o imigrante, no mesmo espaço físico já era uma realidade quando da formação do mercado de trabalho em São Paulo. O fato da classe dominante utilizar, num primeiro momento, a posse da pequena propriedade como isca para atrair mão-de-obra e, em seguida, como apanágio da ascensão social do imigrante, tirou da luta pela reconquista da terra perdida o caráter de luta política.

A parcela da historiografia que abraça a posição do grupo dominante, ou seja, que aceita a tese de ascensão social através da aquisição da pequena propriedade, deixa de considerar a grande massa de perdedores - aqueles que não atingiram o status de proprietários -, sem dúvida alguma a grande maioria, e cujo destino está ligado à proletarização nas cidades (89). Erro bastante comum quando se pressupõe o particular como extensivo ao todo.

Outros estudiosos concentraram a análise na proletari

zação sofrida pelo grupo italiano, sem dúvida alguma posição mais condizente com a realidade concreta (90). No entanto, alguns, ao concentrarem a pesquisa em forma de lutas que deveriam existir e não existiram, ou seja, no fato do camponês não se comportar como um proletário urbano e não responder organizadamente às duras pressões sofridas, escreveram uma "história de antemão" (91) e esqueceram de dar uma dimensão de luta política às manifestações que não se enquadram em apropriações ideológicas e analíticas previamente estabelecidas, entre as quais deve figurar a luta pela terra.

"É verdade que se trata, em geral, da reivindicação a uma propriedade individual privada, e não pela propriedade coletiva do solo. Mas é um erro confundir essa reivindicação com uma reivindicação puramente burguesa. Em uma sociedade capitalista, toda e qualquer reivindicação dos trabalhadores pela propriedade dos meios de produção é potencialmente subversiva" (92).

Duas datas são fundamentais para acompanhar a luta pela posse da terra por parte do imigrante italiano: 1905, ano em que, por ordem do então Secretário da Agricultura do Estado de São Paulo, Sr. Carlos Botelho, foi realizado um levantamento de todas as propriedades rurais dos 175 municípios que compunham o Estado e que recebeu o nome de Estatística Agrícola Zootécnica (E.A.Z.); e 1920, quando foi efetuado o Recenseamento Nacional (93).

Em 1905, existiam 56.931 propriedades rurais em São Paulo e desse total os italianos possuíam 5.197; ou seja, 9,1% das propriedades do Estado. Pelo recenseamento de 1920, num total de 80.921 propriedades, 11.825 pertenciam aos italianos,

ou seja 14,6% do total, ocupando esse grupo o primeiro lugar entre todas as nacionalidades que compunham a população paulista na época - o que talvez justifique a associação entre elemento italiano e pequeno agricultor.

Antes de qualquer comentário, é preciso apontar que o número de trabalhadores nestes pequenos núcleos era de, em média, 6 pessoas (94). Nesse caso, teríamos cerca de 32.000 italianos ligados à pequena propriedade, em 1905. Relacionado à população italiana estimada para a época, já descontadas as saídas (434.000), este número representava 7% dos italianos então residentes no Estado.

Para 1920, mantida a mesma proporção, 71.000 italianos pertenciam à categoria de pequenos sítiantes, o que, em relação ao número total de italianos apontado pelo Recenseamento como residentes no Estado (398.797), significava 17,8% do total. Quarenta anos de imigração haviam passado!

Porém, um dado pouco considerado por aqueles que se dedicaram ao tema da ascensão social, esconde-se atrás dos números. Aceitam as estimativas oficiais propostas e esquecem de todo tipo de interesse de classe que na maioria das vezes permeia os dados oficiais. É bom lembrar que as estatísticas brasileiras não consideravam italianos os filhos de italianos nascidos no Brasil. No entanto se a preocupação do pesquisador refere-se às condições de vida de um grupo, não nos parece que a geração já nascida em São Paulo tivesse autonomia econômica em relação aos seus pais. Nesse sentido, só a título de ilustração, se considerarmos as estimativas feitas pelo M.A.E. para a população i-

taliana residente em São Paulo, em 1920 (350.000), esse percentual cairia para a metade 8.3%, (Tabela III).

Pelos dois Censos agrícolas citados concluimos que o número de propriedades em São Paulo cresceu 42%, enquanto as propriedades de italianos aumentaram 127%, o que representa uma cifra verdadeiramente espantosa, se nos ativermos aos números. Qualquer tese de ascensão social teria aí um significativo ponto de sustentação de sua veracidade.

No entanto, comentando uma conferência realizada em Roma, em 1926, pelo Dr. Bulhões de Carvalho, diretor geral de Estatística junto ao Ministério da Agricultura Indústria e Comércio, sobre o Recenseamento de 1920, diz o cônsul italiano no Brasil, na época: "É evidente que o cultor brasileiro da estatística, na sua conferência, ilumina da maneira mais favorável os brasileiros ... Ele prova que os italianos formam 9% da população do Estado de São Paulo, mas possuem 15% do número total de propriedade rurais recenseadas ... porém as cifras são menos gritantes quando se examina o valor das propriedades ... De fato, no valor total esse índice desce a 9%, isto é, equilibra-se com a proporção numérica dos italianos. Porém o conferencista não indica o percentual, em área, dessas propriedades, isso porque é de 6,5% (95), em relação à área ocupada em São Paulo.

Esse fato não era uma característica de São Paulo."Em toda a República os italianos estão em primeiro lugar em relação aos proprietários estrangeiros ... mas, na escala de valor, caem do 1º para o 19º lugar ... e quanto à superfície média, as

cifras são ainda piores: os italianos estão quase em último lugar, isto é, caem para o 21º posto, com uma extensão média de 76 hectares para cada propriedade ... Enfim, quase todos os estrangeiros ... estão em melhores condições que os agricultores italianos, coisa que essa conferência realmente tentou omitir' (96).

Outra característica jamais levantada em relação ao problema da pequena propriedade são os dados comparativos com a Itália.

Enquanto em 1901 havia, na Itália, 101 proprietários para 1.000 habitantes (97), em São Paulo, em 1905, para cada 1.000 italianos, 10,7 eram proprietários e em 1920, para a mesma proporção, 26 eram proprietários.

O que nos interessa, porém, é o significado da luta por esse pequeno pedaço de terra. Uma análise um pouco mais detalhada tanto da trajetória dos italianos para chegar a pequenos proprietários, bem como das condições de vida ali registradas, comprova quais eram as aspirações com a aquisição da terra: sem dúvida alguma, melhores condições econômicas, mas, além disso, lutavam por melhores condições sociais e assistenciais, pelo direito à simples liberdade de se locomover ou de se reunir; assim, a ida para as cidades ou a compra de um pedaço de terra significava a fuga do estado de quase barbárie que caracterizava a vida nas fazendas.

Além disso, quando foi possível aos imigrantes italianos se agruparem em números significativos numa cidade qualquer, como pequenos proprietários, artesãos, comerciantes ou o

perários, a luta por reivindicações essencialmente políticas não esteve ausente. É o que demonstra a análise da distribuição física desses pequenos núcleos no Estado de São Paulo, objetivo último do nosso trabalho.

Não foi por meio do árduo trabalho nas fazendas - como colocam alguns autores (98) que o imigrante italiano alcançou o status de pequeno agricultor. Foram diversos os caminhos até esse estágio: alguns passaram por uma situação intermediária nas cidades, como negociantes; outros possuíam uma profissão extra-agricultura que lhes possibilitava juntar algum dinheiro, depois empregado na compra de terras; outros, ainda, foram empreiteiros e, nesse caso, o trabalho inicial nas fazendas permitiu que juntassem dinheiro para agüentar o primeiro ano da empreitada.

E. Perrod, escreveu, em 1885: "Depois de Jundiaí e I-tu, não me consta que entre os nossos proprietários, nas outras cidades examinadas, exista um único que provenha das fazendas, isso sucede mesmo em Belém do Descalvado, onde existem colonos nossos por mais de 6 anos" (99).

Exemplos concretos dessa situação não eram raros. Analisando uma família de vênets, que se tornaram pequenos proprietários em Jaboticabal, diz um autor, em 1923: "Em uma casinha mais retirada, mora o pequeno proprietário ... Ele não está em casa ainda, mas está sua mulher, emigrada há 26 anos de Treviso, enquanto o marido era de Venezia ... emigrado há 36 anos (1887) ... uma ninhada de 12 filhos. Apesar da sua condição atual, continua ainda o mesmo camponês vênets, com fisiono

mia franca e inteligente ... Quando desembarcou no Rio de Janeiro tinha 0,5 centésimos de lira no bolso. Pagaram-lhe a viagem e a comida até Araraquara, onde trabalhou numa fazenda ... Dessa, passou a trabalhar numa fornalha ... foi o início da sorte, porque pôde começar a fazer economias" (100).

O mesmo autor nos relata um outro caso de proprietário, que estava há trinta anos no Brasil: "Ele não era um camponês, mas um mecânico - serralheiro, que praticava a agricultura trabalhando na fazenda" (101).

Ainda que não possamos interpretar essa trajetória para a aquisição da pequena propriedade como uma regra imutável - com o que cairíamos em erros de generalização, tão comuns em trabalhos que tratam da ascensão do imigrante - não descartamos a afirmação feita por E. Bonardelli, em 1911: "só uma exígua minoria de agricultores tornou-se proprietária sem antes passar por condições intermediárias" (102).

A condição de empreiteiro, outra forma apontada para conquistar a pequena propriedade exigia algum capital prévio para agüentar o primeiro ano. Na realidade, isso significa que o indivíduo que chegava a esse estágio, ou nele ingressava logo após desembarcar no Brasil, não era totalmente desprovido de capital. No entanto, se até 1900 esta categoria pode economizar, a partir de então já não foi tão fácil. A tabela de pagamento por empreitada (Apêndice II) revela que os comentários de S. Colletti não eram tão descabidos, ao afirmar que "em 1902, com a lei que proibia novas plantações, o empreiteiro teve seu enterro oficial" (103).

Muitos imigrantes, no entanto, mesmo tendo algumas economias, abandonavam o sonho da terra. Argüidos sobre o fato por Perrod, responderam, em 1895: "Os nossos ganham muito mais colocando suas economias no comércio ou retornando para a pátria a fim de retomar o arado, do que internando-se na floresta" (104).

Evidentemente, se pensarmos que os terrenos disponíveis encontravam-se em regiões como a Araraquarense, muito distante das ferrovias, entenderemos porque o colono preferia ir para a cidade do que enterrar-se na floresta.

Um alqueire de terra em Jabotical, por exemplo, custava 10\$000 réis em 1885, segundo Perrod. No entanto, se olharmos a Carta Postal de 1880, da Província de São Paulo (105), vemos que Jaboticabal era boca do sertão e quem para lá se dirigisse deveria contar com a ausência de ferrovias o que, aliás, não era um problema só para o colono.

S. Milliet, analisando as regiões da Mogiana e Paulista, esta última englobando o município de Jaboticabal, diz: "É preciso não esquecer que nessas regiões, ao contrário do que ocorreu nas mais antigas, o café precedeu os meios de transporte ... Ribeirão Preto tinha mais de 10.000 habitantes quando foi atingida, por seu turno (pela estrada de ferro), em 1886" (106).

Em compensação, em Amparo, na mesma data (1885) já servida por estradas de ferro, o preço do alqueire de terreno custava 300\$000 réis (107), ou seja, 30 vezes mais do que em Jaboticabal.



Muito tempo depois, a opinião quanto à forma de se tornar pequeno proprietário não havia mudado. L. Gioia, em 1899, diz: "Um colono, depois de 7 ou 8 anos, algumas vezes consegue tornar-se pequeno proprietário ... mas geralmente, quando consegue algum dinheiro, prefere dirigir-se às cidades e abrir um pequeno negócio ... Torna-se mais facilmente proprietário urbano ou pequeno comerciante" (108).

Um bom exemplo de núcleo de pequenos agricultores que começaram como empreiteiros foi o de São Lourenço do Turvo, posteriormente absorvido pela cidade de Matão, que na época da sua formação era a fronteira entre o café e a floresta. Antiga sesmaria de 4 mil alqueires, dividido entre 4 herdeiros teve um dos lotes de 1.000 alqueires resultantes divididos em 30 outros, vendidos a colonos italianos. Estes vinham de São Carlos do Pinhal e de Araraquara e tinham sido empreiteiros "com sorte de terem patrão honesto que, no fim de 5 anos, quando o cafezal estava formado, pagou-os pontualmente" (109).

Quando o núcleo começou, em 1901/2, era preciso andar um dia a cavalo para chegar à cidade mais próxima. Ou seja: a produção também levava esse tempo para entrar no comércio. Em 1915, ainda se levava duas horas e meia de charrete para ir de São Lourenço do Turvo até Matão e essa localidade ainda não tinha um ramal ferroviário (110), apesar de já ser nessa época um próspero núcleo de pequenos proprietários.

Um outro dado pouco considerado quanto à pequena propriedade refere-se ao tempo necessário à sua aquisição. Em condições consideradas boas, - quando os patrões pagavam pontualmente, as famílias eram numerosas, moravam nas proximida

des dos centros consumidores e não sofriam com doenças-, estimava-se que um colono precisava de quatro anos para conseguir suas primeiras economias.

"Geralmente uma família sã e robusta, em condições favoráveis, depois de três ou quatro anos numa fazenda consegue algumas economias. No primeiro ano fecha as suas contas com o patrão, no segundo consegue equilibrar-se e no terceiro ou quarto começa poupar algum dinheiro. As economias neste período, chegam no máximo a 1 conto de réis ao ano" (111). Essa cifra é de 1907.

Depois desse período podia-se então pensar em tocar uma empreitada ou abrir qualquer negócio minúsculo numa cidadezinha. Se tomarmos o caso da empreitada como exemplo, eram precisos ainda 5 anos de trabalho para conseguir algum dinheiro, o que comprova as estimativas feitas, de que eram precisos 8 a 10 anos para que o imigrante chegasse a ser pequeno proprietário.

Como poucas famílias conseguiam reunir todos os requisitos apontados, entenderemos porque tão poucos alcançaram o status de pequenos agricultores independentes.

A abertura de uma pequena propriedade é digna de ser retratada, pois, além do tempo necessário para a aquisição desse tão sonhado pedaço de terra, era preciso ainda muita coragem para enfrentar os primeiros tempos em qualquer uma dessas frentes.

Diz um autor italiano, referindo-se a Guaracaia, quase no fim da Sorocabana, em 1923: "Chegamos a Guaracaia noite

alta. Esperavam-nos homens que traziam nas mãos lampiões, silenciosos como se tivessem sido embrutecidos pela solidão".

"Guaracaia, que tem hoje 57 casas não tem uma autoridade administrativa, porque não foi ainda transformada em município. Acompanha-me um de Verona, desembarcado no Brasil há nove anos. Está em Guaracaia com a família só há noventa dias".

"Pergunto: Como vocês estão? Ele me responde com voz baixa, quase para que não o escutassem: -É preciso ser forte..."

"As casas eram de madeira e lá havia um pequeno negócio de alimentos, que muitas vezes quase que antecede a população ... Alguns, antes de se estabelecerem, construíram uma casinha de madeira, normalmente em lotes urbanos. Outros dormiram sob as estrelas antes que uma cabana rudimentar fosse construída com as próprias mãos ... Muitos, usando a pequena estrada aberta pela Cia., infiltraram-se no meio da floresta virgem ainda ...; o que comeram, como dormiram nos primeiros dias, ninguém jamais saberá dizer" (112).

E as marcas deixadas na luta por manter esse pedaço de terra foram cruéis para muitos imigrantes. "Entre Rio Preto e Catanduva existem 3 núcleos de sitiantes italianos ... eles vivem em condições econômicas infinitamente melhores do que os colonos, mas suas condições sociais continuam humilhantes e descorajantes. Em Inácio Uchoa (Araraquarense)... numa família italiana de 9 pessoas, a mãe e uma criança eram cegos, 5 jovens estavam com tracoma, um dos filhos e o pai com ancilostomíase ... todos analfabetos ..." (113).

Se esse era um caso extremo a manutenção desses pe -

quenos lotes de terra, de modo geral, não poupava a família de um trabalho intenso nem de dívidas de longo prazo.

"Várias propriedades de italianos estavam hipotecadas ou com débitos, daí, longe de serem fonte de riqueza, eram, causa de aborrecimentos e preocupações" (114).

Porém, de uma coisa estavam livres: da opressão das fazendas, o que explica o significado da luta por esse pedaço de terra bem como o envolvimento de toda a família nesse contexto reivindicatório.

Analisando um pouco mais detidamente as condições de vida que enfrentavam nas fazendas, entenderemos porque, antes de lutar por menos horas de trabalho, regulamentação do trabalho feminino ou infantil, por salários maiores ou pelo cumprimento de contratos de trabalho, reivindicações próprias de um proletariado já organizado, os imigrantes lutaram por reivindicações mais elementares. Primeiro, pela sobrevivência física - o que explica o elevado número de fugas individuais e coletivas para escapar dos espancamentos e da penúria devida ao não pagamentos dos salários; segundo, pela sobrevivência social, interpretada como assistência médica, religiosa e cultural, que caracterizava os pequenos agrupamentos de italianos nas cidades ou em núcleos de pequenos proprietários.

Efetivamente, os imigrantes vinham de um mundo agrícola, mas não selvagem. Um mínimo de vida societária fazia parte dos hábitos desses imigrantes e a presença de médicos, padres, igrejas e lugares de reuniões já haviam sido conquistadas na pátria de origem, diferentemente do que ocorreu em São Paulo.

O que levaria uma família imigrante a passar todas essas privações e enfrentar condições tão adversas para chegar à condição de pequeno proprietário? Seria somente o bem-estar econômico e a ausência de qualquer espírito de solidariedade para com o grupo - o individualismo do pequeno agricultor como habitualmente se coloca?

E.Hobsbawm diz, com pertinência: "o trabalhador pré-industrial reagia a incentivos materiais na medida em desejava ganhar o suficiente, para gozar aquilo que era tido como conjunto pertinente ao nível social em que a Deus aprouvera situá-lo, mas até mesmo suas idéias acerca do conforto eram determinadas pelo passado e estavam limitadas por aquilo que fosse apropriado à alguém de sua posição ou, no máximo, da posição imediatamente superior" (115).

Os relatos sobre a vida que imigrantes italianos levavam nos seus pequenos pedaços de terra, confirmam plenamente a afirmativa.

"Cinco ou seis casas não alinhadas, distantes umas das outras. Em uma delas cinco crianças descalças, mas com bom aspecto. Uma mulher com uma criança no colo vem ao nosso encontro: Também ela descalça ... é a filha do proprietário..."

"A mulher do proprietário que não trabalhava mais na lavoura também está descalça ... A casinha é modesta, com o pavimento de terra ... Fotografias recobrem as paredes, uma delas com a família real da Itália" (116).

A descrição da vida em São Lourenço do Turvo é também bastante significativa, nesse sentido: "Aqui o proprietário le

va vida comum junto aos empregados, não existem muitas, sons de sino, nem outro tipo de hábito que mantêm os fazendeiros distantes dos colonos ... Não tem igreja, nem escola pública, as condições morais e intelectuais dos filhos dos nossos colonos deixam muito a desejar ..." (117).

Portanto, mais do que o conforto material, prevalecia a luta por uma autonomia camponesa, própria do imigrante italiano e pela qual ainda lutaria por muito tempo.

A ida para as cidades e a busca da pequena propriedade era uma luta que envolvia toda a família, pois adversidades não privilegiavam sexo ou idade, sendo extensivas a todos. Observando as dificuldades específicas que cabiam às mulheres, entenderemos porque a luta por qualquer tipo de melhoria envolvia toda a família.

Tanto médicos como padres eram escassos em São Paulo. Em 1906, vinte anos após o ingresso maciço de imigrantes os médicos, somavam "10 para 52.000 habitantes em Ribeiro Preto ... 6 para 55.000 habitantes em São Carlos do Pinhal ... 4 para 34.000 em Araraquara e 4 para 38.000 em Rio Claro" (118), em 1906, isto é, 20 anos depois da entrada maciça de italianos.

Num Estado onde "95% da população rural sofria de males como a malária, a ancilostomíase - popularmente chamada 'a marelão' -, de feridas permanentes nas pernas provocadas pelo inseto chamado 'bicho-do-pé', e ainda em 1911 registrava 150.000 italianos atacados por tracoma e conjuntivite, o quadro médico era realmente deplorável" (119). Esse fardo era ainda mais pesado para as mulheres.

Ao lado do trabalho extenuante que eram obrigadas a executar, da violência moral e física de que eram vítimas pelo fato de serem mulheres, mais a solidão em que viviam reclusas, não contando com qualquer tipo de assistência. Muitos casos de loucura por parto foram assinalados.

"Aos doentes mentais ... é preciso acrescentar as mulheres parturientes, que normalmente naquelas violentas crises de seu organismo, não sei se pelo clima, falta de assistência médica, ou debilidade do organismo, são atingidas por sintomas de loucura até furiosa" (120).

Não temos nenhuma indicação quanto ao número de mortes por partos, que não devia ser pequeno. Os médicos eram uma raridade e quando existiam seus serviços custavam, dependendo da distância, tudo o que o colono ganhava num ano inteiro para cuidar de 1.000 pés de café (121), as parteiras não ficavam muito atrás - "25\$000 réis era o preço para assistir a um parto em 1902" (122). Isso nos leva a supor que essas mulheres ou se serviam da ajuda de uma vizinha, ou deviam resolver o caso sozinhas, com a ajuda do marido. No entanto, qualquer complicação era fatal, dadas as condições de vida que levavam.

Em 1904, escrevia um dos médicos da "Comissão Italiana", que visitou São Paulo dois anos antes, a convite do governo brasileiro: "Alguns colegas me contavam casos de mulheres mortas por falta de socorro médico por ocasião de partos demorados ou difíceis, ou mesmo em virtude de doenças uterinas, derivadas de partos não assistidos com o devido cuidado" (123).

Para todas as outras doenças o socorro disponível esta

va nos curandeiros, causa de escândalo para diferentes observadores italianos. "No caso de urgência, o colono provavelmente não terá socorro algum, e se quiser será o dos chamados 'curandeiros' empíricos e charlatães da pior espécie que gozam toda via de uma reputação extraordinária, não só entre os colonos, mas também junto aos fazendeiros, não menos ignorantes e supersticiosos ... Os curandeiros se gabam de práticas de bruxarias usadas por feiticeiros ou mágicos africanos e exercitam quase sempre suas tarefas no interior de São Paulo, sem serem perturbados" (124).

De fato, a ausência de médicos ou o alto preço de seus honorários permitia que esses curandeiros exercessem as suas práticas tranquilamente; no entanto, é bom lembrar que a prática de feitiçaria, magia, benzimentos, uso de amuletos etc., não era privilégio só dos negros no Brasil ou dos meridionais na Itália. Os vênetsos que aqui chegaram também estão ligados a esse misticismo, próprio das classes pobres e à prática de cultos agrários da qual nem os padres escapavam.

"No vênetsos, os camponeses, até o final do século XVIII ... ainda acreditavam com firmeza e convicção nas feitiçarias, nos sortilégios, nas poções mágicas ... bem como eram os padres ... que, solicitados ou não, curavam com benzimentos as doenças, afastavam as chuvas de pedra, destruíam as doenças dos vinhedos mais que a cal ou o sulfato de cobre; ajudavam a desenvolver os casulos da seda, exterminar os ratos, às mulheres durante o parto, a nascer dentes nas crianças e a fazer bom tempo ou chover" (125).



O número de padres não era mais promissor: "Em 1899, e xistia um padre para cada 18.000 pessoas no Brasil" (126). Isso sem contar que, em São Paulo, com exceção dos Scalabrinia - nos, que tinham 8 sacerdotes para todo o Estado em 1908 (127) e os salesianos, que por sua vez estavam concentrados em algumas cidades e ocupavam-se mais com escolas (128), as outras or dens não eram vistas com entusiasmo pela maioria absoluta de Inspetores, cônsoles e viajantes da época (129), uma vez que pouco se preocupavam com os pobres.

A S.P.Coffee Co., por exemplo, pagava, em 1907, "50\$000 réis para que o padre de São Simão viesse a cada dois meses re zar uma missa para os colonos, bem como celebrar outras funções inerentes ao rito católico" (130): casamentos, batizados etc. que eram pagos à parte pelos colonos.

Se pensarmos que um colono ganhava nessa época de 65\$000 a 70\$000 réis na companhia, para cada 1.000 pés de ca - fês que tratava anualmente, o preço de uma missa era "muito pou - co cristão" (131) como diz o próprio relator desses fatos.

A importância da assistência religiosa para os colonos era enorme, sobretudo se lembrarmos que grande parte deles pro vinham do Veneto, região italiana onde a igreja católica tinha forte presença.

Ao referir-se à fazenda Santa Veridiana, em 1892, di - zia um autor italiano: "Quando eu a visitei, o número de colo - nos que ali trabalhava girava em torno de 600, entre homens, mu lheres e crianças; todos italianos, provenientes na maior par - te de Belluno e Treviso ... só de uma coisa se lamentava aque -

la brava gente, especialmente as mulheres e os velhos: a fazenda era provida de um farmacêutico que ocupava também o lugar do médico, tinham uma fanfarra com dirigente e tudo, era vizinha à estação e tinha uma espécie de bar, onde se podia beber boa pinga, cervejas razoáveis e vinho horroroso, mas para a saúde da alma, quase nada. Existia uma espécie de barracão com um altar que servia provisoriamente de oratório, mas o padre estava longe e só vinha uma vez por semana e as vezes nem isso. Muito pouco! 'Esclamavam as mulheres e velhos. E se alguém fica doente e morre, quem nos confessará e recomendará nossa alma ao Senhor? Além disso, se alguém morre, deve ser sepultado como cão, como tantos renegados!' (132).

Também no caso da falta de assistência religiosa, cabia às mulheres suprirem as deficiências. Mesmo reconhecendo que "grande parte dos trabalhos no campo eram feitos por mulheres vênetas que sacrificavam a sua beleza sob o peso de um trabalho desconhecido, e nele perdiam o vivo colorido dos habitantes da montanha, oferecendo um espetáculo, nos úmidos vales brasileiros, de criaturas definhadas e amareladas pela malária" (133), os missionários não admitiam que as mulheres deixassem de cumprir os seus deveres quanto aos princípios religiosos.

"É curiosa a forma dos colonos justificarem a falta para com certos deveres. Quando se reprovava às mães que se esqueciam de instruir normalmente os seus filhos nos preceitos religiosos ... elas nos respondiam que se encontravam numa terra de loucos e que os filhos não poderiam apreender nada sobre os ensinamentos religiosos porque, por mais que tentasse lhes explicar qualquer coisa neste sentido ... a ausência de padres e

de igrejas impedia as crianças de terem qualquer noção de religião" (134).

Curioso, diríamos hoje, é a forma como o autor interpretava esse fato, sobretudo se pensarmos na realidade em que essas mulheres viviam.

"Nas fazendas, onde se pode encontrar quase todo o desejado, raramente se tem uma igreja. Esta são nas cidadezinhas ... que muitas vezes estão a 15, 20 ou mais quilômetros de distância ... é para lá que se pretende que os colonos se dirijam nos dias de festa... mas, especialmente às mulheres não é possível submeter-se a essa fadiga, por isso elas não podem participar da igreja, do convívio com os padres e com a religião " (135).

Dessa forma, além de confinada ao mundo da fazenda, isto é, ao mundo do trabalho e afastada de qualquer assistência religiosa, a mulher devia transmitir aos filhos os valores religiosos e garantir a unidade familiar. "Nas fazendas pequenas, aos domingos, por ocasião de alguma solenidade, ao menos os chefes de família e os filhos maiores vão a cavalo à cidade mais próxima, seja para assistir a missa, seja para fazer previsões ou vender seus produtos. As mulheres e crianças, raramente se ausentam" (136). O relato é de 1910, comprovando que os sacrifícios exigidos às famílias trabalhadores ainda eram muito grandes.

O próprio lazer, que na época nada mais era do que poder ir a uma cidade vizinha, assistir uma missa e participar de algumas comemorações religiosas não foi um direito atribuído ao i

migrante, foi conquistado. Os pontos de reunião resumiam-se à Igreja, nas fazendas próximas às cidades, ou às vendas, nas fazendas distantes.

"Aos domingos, e dias de festa o cenário muda um pouco de aspecto. Um pouco de vida e animação penetra, por algumas horas, na monotonia e desolação dos dias de trabalho. Nas festas, todos as pessoas que moram na roça dirigem-se às pequenas cidadezinhas, para assistirem às práticas religiosas e tratarem de seus negócios. Os camponeses, sobretudo, dirigem-se em grande número aos negócios com o intuito de adquirirem gêneros de que têm necessidade e venderem o que trazem do campo ... Não existia idéia de um lugar de encontro, para passar algumas horas de forma agradável; vive-se na mais completa solidão, no mais completo abandono. O único lugar de entretenimento para quem queira, de tempos em tempos, trocar qualquer palavra é a venda" (137).

A venda era mais um foco de exploração dos colonos dentro das fazendas, uma vez que os produtos ali vendidos custavam muito mais do que nos arredores; assegurava, também, o controle social, porque os negociantes, com raras exceções, eram indivíduos ligados aos fazendeiros e tudo que se passava no interior destes pequenos negócios podia depois ser relatado aos patrões. Ironicamente, eram as vendas o único lugar de encontro que os imigrantes possuíam, e no qual podiam medrar eventuais atos de oposição aos fazendeiros. Ali eram transmitidas as informações sobre fazendas que pagavam mais, as fugas de pequenos grupos podiam ser combinadas e ainda chegavam as infor-

mações da pátria longínqua. Inspetores, viajantes etc., sempre escolhiam esse ponto de encontro para conversar com os imigrantes.

A importância das vendas não passou despercebido aos anarquistas. Em 1911, um artigo do "La Battaglia", referindo-se às dificuldades encontradas para qualquer tipo de penetração nas fazendas e indicando um dos meios possíveis para romper essa barreira, coloca: "Sabe-se que a única intimidade possível entre o contingente de colonos residentes nas grandes fazendas e os elementos que habitam as cidades do interior, na maioria pequenos comerciantes, é aquela determinada pela necessidade de um espaço para a troca de produtos; o que não impede que, entre a venda de um paio, de um sapato ou de um 'mata bicho', se possa chamar a atenção do colono sobre os problemas sociais que os atormentam e orientá-los para a solução. Pode-se fazer isso com a palavra, com um opúsculo de propaganda, um jornal..." (138).

Tais narrativas nos dão a dimensão exata das dificuldades que os colonos enfrentaram nas fazendas e marcam um contraste com as regiões de pequenas propriedades. A. Rossi, por exemplo, ao visitar Bariri, uma das regiões de concentração de pequenos proprietários, na Araraquarense, diz: "há 14 ou 15 anos atrás (está escrevendo em 1901), algumas famílias de colonos nossos compatriotas puseram de lado algumas economias trabalhando em Jaú e depois vieram se estabelecer em Bariri ...em breve tempo transformaram um pedaço de floresta em região de pequenos proprietários, que trouxeram atrás de si pequenos negociantes e hoje o comércio nas cidadezinhas está nas mãos dos italianos". Essa sua impressão estendia-se a Rio Claro e Ribeir

rãozinho, também áreas clássicas de pequenos sitiantes italianos. No entanto, mesmo considerando esses núcleos como de vencedores, não deixava de acrescentar: "Esses ardentes negociantes e pequenos proprietários representam os vencedores ... mas para cada um desses, quantos naufrágios e quantas vítimas"(139).

Essa imagem dos benefícios trazidas pela pequena propriedade era extensiva aos padres, que não hesitavam em afirmar: "a vantagem máxima que esses pequenos núcleos oferecem é de facilitar o acesso dos missionários que ali podem exercer sua obra de forma mais conveniente" (140).

O acesso de padres a muitas fazendas não era permitido porque os donos temiam que denunciasses a situação dos colonos, como tantas vezes o fizeram (141). Assim, a pequena propriedade significava para muitos a liberdade de religião, ou melhor, a busca de uma das formas de identidade conhecida.

"A única organização entre aquela gente primitiva era dada pelo sentimento religioso comum; daí porque pensam em construir com os próprios braços e dinheiro uma pequena igreja, assim que conseguem os meios" (142).

A condição de pequenos proprietários incluía para muitos a possibilidade de ler os jornais que bem entendessem, falar com quem quizessem, reunir-se e poder se locomover livremente, sem precisar da anuência do patrão.

A. Piccarolo, referindo-se a São Lourenço do Turvo(143), comenta um domingo que lá passou: "recordo um domingo em São Lourenço do Turvo. Em torno de dez horas, nossos conacionais chegam a cavalo das fazendas em volta, descem no grande pátio da

Cooperativa de consumo ou nas vizinhanças reunindo-se sob o vasto pórtico onde eu devia fazer a conferência" (144).

Efetivamente, a luta por esse mísero pedaço de terra tinha um sentido, em São Paulo, muito maior do que o econômico, o que talvez justificasse as doenças, o analfabetismo e as privações que deviam passar para adquiri-la.

A. Piccarolo, por exemplo, era um expoente do socialismo no Brasil, portanto opositor ao sistema constituído; o fato de poder ouvi-lo, para quem não podia nem mesmo ir à Igreja sem ordem do patrão, talvez enriqueça um pouco a compreensão do significado dessa pequena propriedade. É uma saída individualista - se quisermos - para os padrões de análise da luta proletária em sociedades onde os trabalhadores já se encontram organizados; mas podemos empregar tais critérios para a realidade paulista na época? Quando a própria liberdade de locomoção foi um direito conquistado para muitos, o caráter das lutas sociais não pode ser analisado apenas dentro de premissas econômicas, pois possuiu também uma vertente social, esquecida por muitos.

Um fator pouco considerado, ainda em relação à pequena propriedade, é sua distribuição dentro do Estado de São Paulo: quando conseguiram agrupar-se em número significativos, os pequenos sítios italianos lutaram de forma mais organizada, por melhorias assistenciais e políticas.

No entanto, é uma tarefa árdua relacionar essa concentração de pequenos proprietários com movimentos reivindicatórios devido a carência de estatísticas. A E. A. Z. de 1905, trás a divisão de propriedades por municípios e nacionalidades que a-

grupadas segundo a divisão do Estado feita por S. Milliet (145) - e por nós adotada - nos dá uma visão da distribuição dos diferentes grupos imigrantes por todo o Estado. O problema, porém, é que o Recenseamento de 1920, embora forneça o número total de propriedades segundo as nacionalidades, não revela a divisão em cada um dos 204 municípios de São Paulo, de acordo com as diferentes nacionalidades lá representadas.

O que o Recenseamento de 1920 publicou foi uma "Relação dos Proprietários dos Estabelecimentos Rurais Recenseados" (146), e assim, São Paulo teve suas 80.921 propriedades, distribuídas pelos 204 municípios, relacionadas nominalmente.

Tendo como apoio um recente trabalho de um autor italiano (147) no campo da onomástica, nos lançamos na árdua tarefa de estabelecer, através dos nomes italianos, as propriedades pertencentes a esse grupo.

Sabíamos que tal método poderia nos dar uma visão distorcida da realidade, uma vez que muitos nomes italianos já indicariam filhos de imigrantes nascidos aqui e dessa forma considerados brasileiros. No entanto, esse temor se revelou infundado quando, no final desse controle, obtivemos números muito próximos ao Recenseamento. Enquanto este arrola 11.825 italianos como proprietários, chegamos a identificar 12.102, isto é, 277 propriedades a mais.

Assim, ainda que uma certa margem de erro possa ser encontrada em pesquisas futuras, julgamos úteis os resultados obtidos, sobretudo para determinar a concentração do grupo italiano nos vários municípios de S. Paulo e conseqüentemente o tipo de ação a ser



volvida. Esta em termos assistenciais e políticos se espelha nas inúmeras Sociedades de Mútuo Socorro (S.M.S.) espalhadas por todo o Estado e nas respostas aos apelos feitos pelos grupos anarquistas, para problemas referentes à comunidade italiana. Partindo de cidades com grande concentração de italianos, tais apelos, comprovam uma certa penetração dessa facção política no interior paulista e ainda demonstram que a atividade essencialmente política, bem como atos de solidariedade não eram estranhos àqueles agrupamentos.

As conclusões que podemos inferir dos dados assinalados mudam significativamente a imagem da pequena propriedade relacionada ao italiano. Em primeiro lugar, observações normalmente aceitas como corretas, de que a "pequena propriedade foi extritamente excluída da cultura do café" (148) ou de que "as principais áreas de difusão da pequena propriedade localizam-se em regiões onde a grande lavoura não se desenvolveu ou decaiu" (149) merecem algumas considerações.

Tanto em 1905 como em 1920, o maior número de pequenas propriedades nas mãos de italianos foi constatado na Araraquarense: 1189 propriedades em 1905 e 3.630 em 1920, para toda a região (Apêndice IV).

Em 1905, a Araraquarense era aquilo que os sociólogos, modernamente, chamam "região de fronteira". A implantação do café nessa área deu-se entre 1890/1910 e ainda continuou muito importante depois de 1930 (150). Podemos afirmar, portanto, para o caso italiano, que a grande concentração da pequena propriedade em números absolutos caminhou paralelamente à frontei

ra de avanço do café para Oeste.

Quanto às regiões - Central e Mogiana - podemos dizer que a propriedade italiana se expandiu concomitantemente à decadência do café, (151) uma vez que a concentração de pequenos agricultores nessas áreas, não coincide com a existência de municípios onde a produção do café era ainda predominante. Na paulista, porém, em 1920, para 18 cidades onde a concentração de pequenos sítiantes italianos estava acima de 10% em relação ao total de proprietários, 9 municípios apresentavam alta produção cafeeira (152). Portanto também para essa região não é correta a tese de desenvolvimento da pequena propriedade no rastro da decadência do café.

É interessante notar ainda, nas tabelas elaboradas, que as cidades que apresentam elevados índices de propriedades urbanas nas mãos de italianos, em 1910 (Apêndice IV), coincidem normalmente com aquelas em que a concentração de propriedades rurais nas mãos do grupo também é alta, o que certamente explica a ocorrência de algumas manifestações políticas e o desenvolvimento de atividades assistenciais, mesmo quando dominavam o latifúndio cafeeiro e o espírito escravocrata.

Uma das formas usadas pelo grupo para se defender foram as Sociedades de Mútuo Socorro (S.M.S.). Dado o exíguo número de estatutos dessas sociedades por nós obtidos (153), não podemos analisar os seus propósitos comparativamente. Ainda assim, não podemos aceitar a colocação feita recentemente por um autor italiano, de que as S.M.S. em São Paulo tinham um caráter puramente urbano e de classe média (154).

É preciso um cuidado muito grande quando se trabalha com o período imigratório em São Paulo, porque em apropriações de categorias como "urbano", "classe média", "manifestações políticas" etc., normalmente o quadro referencial é o europeu; essas categorias, contudo, excetuando a cidade de São Paulo e outros raros exemplos, não podem ser extensivas a todo o Estado, na análise desse período.

Se olharmos a Carta Postal da província de São Paulo feita em 1880 (155), vemos que Barretos, Lenções, Brotas - de onde se desdobra Torrinha - eram ainda regiões fronteiriças à inexplorada floresta. No entanto, Barretos tem uma Sociedade fundada em 1895, Lenções em 1892 e Torrinha em 1895 (156). Em Dourado, cuja população só atinge a cifra de 8.000 habitantes em 1920 (157), já havia uma S.M.S. nas mãos de italianos desde 1893.

O número de S.M.S. em São Paulo não foi desprezível, se lembrarmos a realidade desse Estado, embora concordemos que o número de associados era reduzido em relação ao total de italianos residentes. Apesar de encontrarmos registros de S.M.S. paulistas desde 1879, seu desenvolvimento ocorre a partir de 1890. O primeiro levantamento sistemático foi publicado em 1897, pelo B.M.A.E. (158). Segundo essa fonte existiam em todo o Estado, na época, 98 associações com nove mil sócios, o que representava 2% da população italiana. Um decênio depois, 1908, uma nova publicação do mesmo B.M.A.E. (159) traz um outro levantamento revelando ter o número de S.M.S. praticamente duplicado - elevara-se para 170 -, enquanto o número de sócios surpreendentemente diminuía para 8.213, significando ainda 2% do re-

ferido grupo. Finalmente, em 1923, quase voltara para a mesma cifra de 1897: 91 associações com apenas 7.807 sócios, mas que equivalia a 2,0% do grupo.

A característica dessas sociedades, diferentemente do que aconteceu na Itália, foi a atuação restrita praticamente à assistência médica e social, com alguns exemplos de recreação e instrução; nenhuma delas, porém, evoluiu, como no caso italiano, para núcleos de resistência operária ou camponesa, nem foram embriões dos sindicatos que surgiram em São Paulo (160).

O maior obstáculo para uma ação mais relevante das S.M.S., apontado por aqueles que delas participaram, envolvendo o interesse de toda a comunidade italiana ou o interesse dos mais desfavorecidos, foi a grande divisão existente entre seus membros. Mesmo quando atingem a cifra de 170 unidades em 1908, seus próprios nomes indicam a divisão segundo as várias regiões italianas, de origem, de maneira que os representantes da Lombardia, Veneto, Calabria ou Abruzzi, uniam-se mais em função de seus interesses específicos do que em função da coletividade.

Um dos maiores batalhadores pela união dessas sociedades foi Domenico Rangoni e a prova do seu esforço nesse sentido aparece em seu trabalho, "Il Lavoro collettivo degli italiani al Brasile" (161) e na Revista Italia e Brasile, da qual foi diretor até 1913, quando faleceu. Em dois momentos, quando incidentes envolveram a nacionalidade italiana, foi tentada a unificação das S.M.S. e aumentou o interesse da coletividade por aquele tipo de associação. Em 1897, logo depois do desfecho dos acontecimentos de Santos, ocorridos em 1895 (162), nove sociedades foram fundadas em várias cidades de São Paulo e tentou-se pela pri-

meira vez, criar uma Federação das Sociedades Italianas no Estado de São Paulo (163), empenho logo fracassado. Em 1904, dois anos depois do Relatório Rossi - que tanta repercussão teve no Parlamento italiano; o sentimento de que "italianitã" estava a meaçada levou a fundação de oito associações, todas no referido ano, e à tentativa de realização do Primeiro Congresso das Sociedades e Institutos Italianos no Brasil, ao qual aderiram somente quatorze Associações (164). Teve melhor êxito o Congresso realizado em maio de 1904: estavam representados 98 Associações, 29 escolas, 8 jornais e ainda participaram 265 cidadãos independentes (165), apesar disso, nada do que foi proposto e aprovado teve continuidade (166).

No entanto, examinando as proposições desses dois congressos, nota-se um grande amadurecimento na esfera de interesses da coletividade italiana. Enquanto, em 1897, os objetivos propostos não passavam de assistência "hospitolar, médica, educativa e caritativa, além de um grande apelo ao culto da antiga pátria" (167), as recomendações do Congresso de 1904 eram bem mais consistentes e a situação da grande massa de colonos espalhados pelo Estado não foi esquecida.

No item referente à Emigração e Colonização, apareciam reivindicações pelo cumprimento das leis vigentes, referentes ao trabalho e à fixação do imigrante no país; pela aprovação de um contrato de trabalho que substituísse a antiga Lei de Locação de Serviços; outras formas de contrato de trabalho como a meação e o arrendamento; pela liberdade para os colonos comprarem seus alimentos fora das vendas; pela imparcialidade nas multas, ou seja, que também os patrões fossem multados pe-

lo não cumprimento de sua parte nos contratos de trabalho; pela regulamentação do trabalho de crianças e mulheres; pela assistência dos patrões em caso de acidentes do trabalho e criação da previdência social; pela criação, através de leis, de diferentes tipos de cooperativas, de trabalho, de produção, de crédito e de consumo e de crédito rural; pelo fim da figura dos agenciadores; pelo apoio oficial as sociedades de caráter humanitário; pela doação de terra para o incremento da colonização e, finalmente, pela criação de Patronatos, que defendessem o interesse dos trabalhadores e servissem de intermediários entre seus interesses e os dos fazendeiros" (168).

Todos esses itens visavam efetivamente melhorar as condições dos trabalhadores, mas os métodos escolhidos foram errados. Dada a violência que permeava as relações de trabalho, tais reivindicações só poderiam ser conseguidas através da organização dos imigrantes em grupos de pressão, sobretudo aqueles ligados às fazendas, e não através das S.M.S.

Talvez seja essa uma das causas da pequena adesão às tais sociedades. A prática demonstra que as poucas melhorias obtidas só foram possíveis com a fuga para as cidades, através de luta pelo trabalho familiar e com a reconquista da pequena propriedade. No entanto, se considerarmos que o próprio espírito de associação era uma prática a ser conquistada, a assistência médica, educacional e a previdência social um direito negado, a atuação de tais sociedades não podem ser de todo desprezada.

É interessante notar que a existência dessas sociedades só foi possível em cidades onde o contingente italiano era

efetivamente representativo, como demonstra a tabela onde foram cruzados os itens população italiana, número de propriedades e o de sociedades existentes, (ver Apêndice IV), comprovando que, quando unidos, a solidariedade era possível.

A concentração do grupo italiano, em diversas cidades do interior, permitiu ainda que organizações de cunho essencialmente político conquistassem um lugar dentro da comunidade. Em 1908, quando foi publicada a lista das diversas S.M.S. espalhadas pelo Estado de São Paulo, seu relator é textual: "assim como na estatística precedente (refere-se à de 1897), foram excluídas da lista as sociedades políticas e consideradas, unicamente as que têm por finalidade a beneficiência, a previdência, a assistência hospitalar, física e recreativa" (169).

A própria declaração atesta a existência de sociedades de cunho eminentemente político. No entanto, os jornais anarquistas testemunham melhor a existência de ativistas em várias cidades do Estado de São Paulo, sobretudo naquelas em que os italianos tinham forte presença.

Em 1911, por exemplo, numa violenta campanha desencadeada contra um orfanato dirigido por padres, o "La Battaglia" trás a lista de várias sociedades do interior que aderiram ao protesto: Campinas, Piracicaba, Araraquara, Botucatu, Bragança, São José do Rio Pardo, Jaboticabal, Itu, Ribeirão Preto (170), todas com alta concentração urbana de italianos. (Apêndice IV).

Em várias outras campanhas, incluindo as subscrições recebidas cada vez que os jornais entravam em dificuldades financeiras, a presença anarquista em cidades do interior era as

sinalada. Os jornais "Terra Livre" e "La Battaglia" trazem inúmeros relatos de atritos entre patrões e colonos em várias cidades do interior paulista, atestando como os anarquistas contavam com colaboradores nessas cidades. Em uma das seções do "Terra Livre", chamada "Ecos das Fazendas", aparece esse relato: "Há poucos dias atrás, os colonos de uma fazenda de Cravinhos tiveram que fazer greve ... para obterem o pagamento de salários atrasados. Depois de algum tempo, o patrão pagou apenas uma parte e os colonos, em presença dos capangas, tiveram que se contentar" (171).

Interessante também é um texto da cidade de Cândido Rodrigues, em que é relatada uma reunião entre colonos realizada na Escola Moderna, pois denota a preocupação com os colonos da região e sua organização.

"Como anunciava a circular enviada, ontem, às 19 horas, teve lugar uma importante reunião entre colonos. A Escola Moderna foi insuficiente para abrigar os que acolheram o convite, dizia um dos oradores ... Esta noite devemos seriamente discutir sobre a situação atual do trabalho dos colonos e devemos estudar como dar uma sólida direção ao movimento espontâneo de reivindicações. O apelo feito aos colonos não deve cessar com sua simples participação na conferência" (172).

Os fazendeiros, onipotentes, não podiam admitir que esses núcleos funcionassem sem repressão. Referindo-se à violência de um administrador numa fazenda sobre os colonos e sobre sua própria pessoa, diz um relator do "Terra Livre": "Ser-lhe - á engano agradável (do administrador), como mostrou, confiscando-



me e queimando como um inquisitor qualquer 50 exemplares de um opúsculo que me mandara o Terra Livre? É isso a ordem e o progresso? Ou estamos no tempo da inquisição e da escravatura? " (173).

Nesse sentido, a luta pela pequena propriedade, como a ida para os centros urbanos, significava não só a busca de uma autonomia perdida, mas também demonstrava que quando surgiram os pequenos núcleos as atividades de cunho marcadamente políticas se tornaram possíveis.

CAPÍTULO III - NOTAS

- 1) HALL, Michael M. The origins of mass immigration in Brazil: 1871-1914. op. cit.
  
- 2) MERTZIG, Lia R.L. As dificuldades de adaptação do imigrante no Estado de São Paulo. Repatriação e reemigração 1889-1920. Tese de Mestrado, Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Departamento de História, São Paulo, 1977. Exemplar mimeografado.
  
- 3) LAZZARINI, A. Campagne venete ed emigrazione di massa (1886-1900). op. cit., p. 30.
  
- 4) C.G.E. Annuario statistico dell'emigrazione italiana del 1876 al 1925. op. cit., pp. 150-151.
  
- 5) Discussões sobre as deficiências estatísticas nas fontes italianas aparecem em: FRANZINA, E. La grande emigrazione. op. cit., pp. 33-75; Idem. "Il biometro delle nazioni: Primi rilievi sull'emigrazione." In: Separata Quaderni Storici Ancona-Roma, XV(45):98-115, dic. 1980; LAZZARINI, A. Campagne venete ed emigrazione. op. cit., pp: 25-75.
  
- 6) A respeito de emigração clandestina ver: MALESANI, Emilio. Brasile: condizioni naturali ed economiche. Roma, Inst. C. Colombo, 1929, p. 46; PEVIANI, Filippo. op. cit., p. 202.
  
- 7) NEIVA, Artur H. O problema imigratório brasileiro. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1945, p. 120.
  
- 8) Relatórios da Secretaria dos Negócios da Agricultura, Indústria, Comércio e Obras Públicas do Estado de São Paulo - 1827-1900; 1900-1930.

- 9) S.A.I.C.O.P. A imigração e as condições do trabalho em São Paulo. São Paulo, Tipografia Brasil, 1915.
- 10) "Berichte der K.u.K. Oesterr-Ungar. Konsularämter über Jahr, 1901. Cit. FRANCESCHINI, Antonio. op. cit., p. 515; Ver também: SOUZA; T. Oscar M. O Estado de São Paulo - Physico, Político, Econômico e Administrativo. São Paulo (s.d.) pp. 196-197.
- 11) É interessante notar que o ritmo irregular que o movimento imigratório italiano apresentou, nem sempre obedeceu às oscilações do mercado cafeeiro e conseqüente necessidade de mão-de-obra, como se pode observar pela cronologia abaixo discriminada.
- 1888 - A Hospedaria dos Imigrantes, com capacidade para 4.000 pessoas, abrigou, nesse ano, 9.000 porque o governo paulista, através do seu órgão de imigração - a S.P.I, não conseguia distribuir com eficiência os aportados em São Paulo. Um enorme surto de febre amarela ali ocorreu e vários imigrantes morreram. As repercussões na Itália foram imediatas.
- 1889 - O Governo italiano suspende a emigração para o Brasil.
- 1892 - Vários governos europeus impediram a emigração para o Brasil: França, Inglaterra, Belgica e Alemanha. O Ministério da Agricultura do Brasil estabeleceu um contrato com a Companhia Metropolitana, a qual se comprometeu introduzir 1 milhão de imigrantes, no prazo de 10 anos.
- 1893/94- O Governo Federal, no Brasil, suspendeu os subsídios para a imigração devido à Guerra Civil no Sul do país.
- 1895 - Começa o êxodo maciço de italianos que durou até 1905.
- 1898 - O Governo Federal rescindiu o contrato firmado com a Cia. Metropolitana em 1892.

1902 - Foi estabelecido o "Decreto Prinetti", o qual proibia algumas companhias de navegação italianas de continuarem transportando emigrantes italianos para São Paulo.

- 12) LONGHITANO, Paolo. op. cit., p. 24.
- 13) MALNATE, Natale. Gli italiani emigranti nell'America Meridionale. Genova, tip. Pellas, 1895, pp. 8-9.
- 14) As cifras por nós estimadas não diferem muito das apresentadas por G. Mortara, o qual estima em 490.000 o total de repatriados do Brasil para o período de 1881 a 1920. Ver: MORTARA, Giorgio. "A imigração italiana no Brasil e algumas características do grupo italiano em São Paulo". In: Revista Brasileira de Estatística, Rio de Janeiro (41):324-325, março, 1950.
- O índice de retorno de italianos que vieram ao Brasil é inferior ao registrado nos Estados Unidos, onde a taxa de saídas no período 1880-1920 chega a 54%, com 2.174.761 repatriados para um total de 4.016.508 imigrados. Vale observar, no entanto, que além da óbvia diferença de qualidade entre as estatísticas dos dois movimentos, uma comparação seria arriscada porque os italianos que se dirigiram para os Estados Unidos, foram, na imensa maioria, trabalhadores meridionais, não acompanhados pelas famílias, em busca de ocupação temporária.
- 15) Maria José dos Santos, na sua revisão dos censos brasileiros, diz que no Censo de 1920, o número de estrangeiros no Brasil foi subestimado. Dessa forma o número de italianos no Brasil e, em São Paulo, foi efetivamente maior e os nossos cálculos podem aí se apoiar. No entanto quanto ao saldo líquido dos italianos em 1920, restam ainda as divergências quanto a taxa de mortalidade.

Joseph Love, utilizando os dados de John Allen Blount, aceita para a Capital de São Paulo os índices de mortalidade de 23/1.000 entre 1894 e 1900 e de 18/1.000 entre 1901 a 1910. No entanto, discute a validade desses índices para o interior de São Paulo, pois acha que seriam maiores.

Efetivamente, se aplicarmos a taxa de mortalidade de 18/1.000 para todo o Estado de São Paulo, no período de 1874 a 1920, teríamos, para o caso italiano, um saldo aproximado ao do Censo de 1920 - 558.000 italianos no Brasil. Dessa forma, os índices de mortalidade para o interior do Estado deveriam, concretamente, ser menores. Como não possuímos um consenso definitivo quanto a estes índices para São Paulo, aceitaremos os dados do Censo de 1920 como corretos para nossos cálculos.

Ver: SANTOS, Maria José. "Aspectos demográficos" In: VILLELA, A.V. e LUZIGAN, W. Política do governo e crescimento da economia brasileira: 1889-1945. Rio de Janeiro, I.P.E. A., 1975, pp. 235:255; LOVE, Joseph. A Locomotiva: São Paulo na federação brasileira 1889-1937. Rio de Janeiro, Edit. Paz e Terra, 1982 p. 40.

16) Dados utilizados para compilação do Gráfico III

1870	total de imigrantes italianos no Brasil - 1.383.756
a	total de imigrantes italianos em São Paulo - 965.000
1920	voltaram para a Itália 510.000 imigrantes dos aportados em São Paulo no período = 37%
1894	entraram em São Paulo nesse período 489.011 italianos
a	nos
1906	saíram de São Paulo nesse período 305.941 italianos, 62,5%.

Apenas no período de 1894 a 1906 saíram de São Paulo 31,7% dos italianos que chegaram entre 1870 a 1920. Como sabemos que saíram imigrantes nos períodos que poderíamos considerar nulos: 1870-1894 e 1906-1920, temos que o valor

real dos repatriados será superior a 31,7%. Por isso, não estaremos cometendo grandes erros, considerando o índice de saídas para São Paulo, entre 1870 a 1920, próximo às estimativas de saídas para o Brasil, já comprovado em 37%. Além disso, se considerarmos que só as saídas de São Paulo (305.941) equivalem a 60% das saídas do Brasil (510.000), podemos mesmo aceitar que os percentuais de São Paulo foram superiores a 37%.

- 17) Ver Apendice I in: HALL, Michael M. The origins of mass immigration in Brazil, 1871-1914. op. cit., p. 182; MERTZIG, Lia R.L. op. cit.
- 18) LAZZARINI, A. Campagne venete ed emigrazione di massa (1886-1900) op. cit., p. 302.
- 19) GIACOBBI, Secondo. op. cit., p. 19.
- 20) A.G.I.A. Vol. V op. cit., p. 26.
- 21) O bicho-da-seda alimenta-se da folha da amora, portanto era preciso dispô-las em engradados especiais, depois eram transportados para um local predeterminado, criando uma espécie de "viveiro".
- 22) LAZZARINI, A. Campagne venete ed emigrazione di massa (1886-1900). op. cit., p. 258.
- 23) SERENI, Emilio. op. cit., p. 334.
- 24) Idem, ibidem pp. 328 a 330.
- 25) LAZZARINI, A. Campagne venete ed emigrazione di massa (1886-1900). op. cit., p. 183.

- 26) FRANZINA, Emilio. La grande emigrazione. op. cit., pp. 164-175, SORI, E. op. cit., pp. 217-292.
- 27) FRANZINA, Emilio. Ibidem p. 204; SORI, E. Ibidem, p. 218; LAZZARINI, A. Campagne venete ed emigrazione di massa (1886-1900). op. cit., p. 51; SERENI, E. op. cit., p. 246.
- 28) SORI, E. op. cit., p. 220.
- 29) LAZZARINI, A. Campagne venete ed emigrazione di massa (1886-1900). op. cit., p. 200.
- 30) Idem, ibidem. p. 203.
- 31) SERENI, E. op. cit., p. 339.
- 32) Idem, ibidem, p. 344.
- 33) A tradução de "boje" - palavra do dialeto vêneto - é ferver, e efetivamente era o que sussurravam os trabalhadores. "La boje, la boje, e deboto la va de fora" isto é, Ferve, ferve, daí logo transborda. Cit. in: SERENI, E. op. cit., p. 343; LAZZARINI, A. Campagne venete ed emigrazione di massa (1886-1900). op. cit., p. 311.
- 34) GIACOBBI, Secondo. op. cit., p. 51; LAZZARINI, A. Ibidem, p. 311.
- 35) FORTI, Camila. op. cit., p. 344.
- 36) FRANZINA, E. "Società ed emigrazione nel Veneto contemporaneo (Secoli XIX-XX)" Conferência apresentada no Convegno nazionale di Studi Storici. Treviso, out. 1981. Ex. mimeografado.

- 37) FRANZINA, Emilio. La grande emigrazione. op. cit., p. 196.
- 38) OTTOLENGHI, Constantino. op.cit., p. 4.
- 39) FRANZINA, Emilio. La grande emigrazione. op. cit., p. 196.
- 40) NITTI, Francesco. op. cit., p. 77.
- 41) FRANCESCHINI, Antonio. op. cit., p. 28.
- 42) DUBY, G. "Histoire sociale et edéologie des sociétés". In: GOFF, Jacques le et NORA, Pierre. Faire de l'histoire. Paris, Editions Gallimard, 1974, p. 148.
- 43) Discurso de Martinho Prado Jr. na Assemblêia Legislativa Provincial, sessão de 17 de janeiro de 1888. Cit. in: BEI GUELMAN, Paula. Pequenos estudos de ciência política. São Paulo, Livraria Pioneira Editora, 1969. p. 53.
- 44) Para a Argentina de 1.851.474 imigrantes que la aportaram entre 1876 a 1920, voltaram 603.527; entre os anos de 1902 a 1920, para os Estados Unidos de 4.830.084 aportados de 1876 a 1920, voltaram entre 1902 a 1920, 1.879.022. Ver Annuario statistico della emigrazione italiana. op. cit., pp. 149-150; ROSOLI, G. e OSTUMI, Maria R. "Saggio di bibliografia statistica dell'emigrazione italiana". In: Studi Emigrazione. Roma, Centro Studi Emigrazione Roma, (49): 345-383, 1978. Número especial - "Um secolo di emigrazione italiana".
- 45) Carta publicada no "LA BATTAGLIA" 23/7/1911.
- 16) DEAN, Warren. op. cit., p. 164.



- 47) GIOIA, Ludovico. I coloni italiani nello Stato di San Paolo. In: Bollettino del Ministero degli Affari Esteri. Roma, lug. 1898, p. 30.
- 48) ROSSI, A. op. cit., p. 32.
- 49) Idem, ibidem p. 5.
- 50) DI SAVOIA, Gherardo Pio. op. cit., p. 30.
- 51) MAZZUCCONI, Dr. Le condizioni degli italiani nello stato di San Paolo. In: Bollettino dell'Emigrazione. Roma, (8): 45, 1905.
- 52) Idem, ibidem. p. 45.
- 53) ROSSI, A. op. cit., p. 61, MACOLA, Ferruccio. op. cit., p. 52.
- 54) FANFULLA 5/8/1903.
- 55) Cit. in HALL, Michael M. The origins of mass immigration in Brazil, 1871-1914. op. cit., pp. 101-102.
- 56) DENIS, Pierre. op. cit., p. 201.
- 57) FRANCESCHINI, Antonio. op. cit., pp. 512-515.
- 58) DENIS, Pierre. op. cit., p. 99.
- 59) HALL, Michael M. Imigração e classe operária em São Paulo. Universidade Estadual de Campinas, 1976. Exemplar mimeografado; MARTINS, José S. O cativoiro da terra. op. cit.

- 60) HOLLOWAY, Thomas H. op. cit.; DURHAM, Eunice Ribeiro. op. cit.
- 61) Franco Cenni relaciona algumas profissões do setor terciário às regiões de origem dos imigrantes. "Renaioli" eram aqueles que tiravam areia das margens do Tiête. Eram quase todos toscanos de Viareggio; os napolitanos eram aqueles que caminhavam pelas ruas tocando sanfona ou qualquer outro instrumento típico, bem como, os que se ofereciam para "consertar tudo": panelas, móveis ou encanamentos; os bares eram geralmente jornaleiros. Ver CENNI, Franco. op. cit. pp. 221-229.
- 62) Penteado, Jacob. Belenzinho 1910: retrato de uma época. São Paulo, Martins Editora, s.d.; PINTO, Alfredo M. A cidade de São Paulo em 1900: impressões de viagem. São Paulo, Secretaria da Cultura do Estado de São Paulo; PRADO, Antonio de Almeida. Crônica de outrora: o bom filho à casa torna. São Paulo, Ed. Brasiliense, 1963.
- 63) Um recente trabalho para obtenção do Doctorat de Troisième Cycle na Université de La Sorbonne, nos dá uma visão interessante e profunda de como o elemento italiano foi retratado na literatura paulista do início do século, restituindo ao grupo um papel de destaque na formação cultural da cidade. Ver CARELLI, Mario. Les italiens de São Paulo: de la réalité à la fiction (1919-1930), Paris, 1982. Exemplar mimeografado.
- 64) Alguns trabalhos têm colocado que a falta de mão-de-obra para as fazendas de café foi uma decorrência da opção dos italianos pelos centros urbanos. Recentemente, uma historiadora italiana que tem o mérito de resgatar fontes pouco utilizadas pela historiografia brasileira como os arquivos da Agência de Colonização e Trabalho, apaga seu esfor-

ço inicial, ao abraçar semelhante argumento. Ver: VANGELIS TA, Chiara. Le braccia per la fazenda. Milano, Franco Angeli Editore, 1982.

Essa tão decantada falta de mão-de-obra nunca passou de um hábil argumento utilizado pelos fazendeiros da época para manter a oferta de trabalhadores no mercado em número muito maior do que o necessário, podendo assim manter os salários a níveis insignificantes, como demonstra Michael Hall, tese que endossamos amplamente ao cruzar os dados: salários e abandono dos pais para 1894/1906; período de 12 anos em que o número de italianos que saiu superou em larga margem os que entraram. Acompanhando a tabela por nós apresentada no Apêndice III vemos que os salários inclusive baixaram a partir de 1900, o que demonstra o quanto os fazendeiros podiam contar com mão-de-obra excedente.

65) "Proprietà urbane appartenenti a stranieri nello Stato di San Paolo" In: Italia e Brasile. São Paulo, (5):190-195, mag. 1911; P.S. "Le proprietà urbane degli stranieri nello stato di San Paolo". In: Bollettino della Società Geografica. Roma, série IV, XII (9):1167, set. 1911.

66) CANELLA, Francesco. "Le condizioni degli Italiani nello stato di San Paolo". In: Italia Coloniale. Roma, (1-7):36-38, gen./feb. 1903.

67) (Valor de imóveis urbanos nas mãos de estrangeiros em 1910)

nacionalidade	nº de propriedades	valor do imóvel(+)
1º) ingleses	80	59\$000.000
2º) franceses	464	15\$600.000
3º) alemães	3.498	12\$000.000
4º) portugueses	12.834	9\$000.000
5º) espanhóis	1.488	5\$800.000
6º) austro/húngaros	139	5\$500.000
7º) sírios	619	5\$200.000
8º) italianos	23.520	4\$800.000
9º) americanos	43	4\$400.000
10º) suíços	71	3\$800.000
11º) belgas	18	2\$000.000
12º) diversos	1.156	11\$000.000
(+) o valor dos imóveis estavam calculados na base de 10 vezes o seu valor locativo.		

- Ver: "Proprietà urbane appartenenti a stranieri nello Stato do San Paolo" op. cit. pp. 190-195.
- 68) MENDES TORRES, Maria C. O bairro do Brás. São Paulo, Secretaria de Educação e Cultura da Prefeitura Municipal, 1969; pp. 113-120; DERTÔNIO, Hilário. O bairro do Bom Retiro. São Paulo, Secretaria de Educação e Cultura da Prefeitura Municipal, 1971; p. 12; MENDES, Renato S. "Os bairros da Zona Norte e os bairros Orientais". In: A cidade de São Paulo. Vol. III, São Paulo, Cia Ed. Nacional, 1958; pp. 332-333; MARZOLA, Nádia. Bela Vista. São Paulo, Secretaria de Educação e Cultura da Prefeitura Municipal, 1979.
- 69) DEAN, Warren. "A pequena propriedade dentro do complexo cafeeiro: situações no município de Rio Claro". In: Revista de História. São Paulo, LIII(106): 490 abril/jun. 1976. p. 491.
- 70) PICCAROLO, Antonio. Una rivoluzione economica: la proprietà fondiaria degli italiani nello stato di San Paolo. Alessandria, Tip. Cooperativa, 1902. p. 50.
- 71) GROSSI, Vincenzo. Storia della colonizzazione europea al Brasile e della emigrazione italiana nello stato di San Paolo. op. cit., p. 526.
- 72) COLETTI, Silvio. op. cit., p. 41.
- 73) C.G.E. Elenco de leggi, decreti e regolamento circa l'emigrazione degli stati d'Europa e l'immigrazione e colonizzazione in America, Africa ed Oceania fin marzo 1907. Roma, Tip. dell'Unione, 1907. pp. 109-122.
- 74) CECHI, Giovanni B. L'Emigrazione italiana in Brasile. Lucca, Tip. Guidotti, 1910, p. 80.

- 75) MOSCONI, Ferruccio. op. cit., p. 48; "FANFULLA" 21/3/1896.
- 76) COLETTI, Silvio. op. cit., p. 41.
- 77) C.G.E. Elenco de leggi, decreti e regolamento circa l'emigrazione degli stati d'Europa e l'immigrazione e colonizzazione in America, Africa ed Oceanica - fin marzo 1907. op. cit., p. 101; FRESCURA, B. op. cit., p. 88; FRANCESCHINI, Antonio. op. cit., p. 488.
- 78) "EMIGRAZIONE (L') italiana nel Brasile". In: Bollettino dell'Emigrazione. Roma (8):82, 1911.
- 79) Idem, ibidem p. 59.
- 80) ZANOTTI, Mario B. op. cit., p. 49.
- 81) SILVA, Sergio. "Agricultura e Capitalismo no Brasil". In: Contexto. São Paulo, (1):31, nov. 1976.
- 82) DEAN, Warren. "A pequena propriedade dentro do complexo cafeeiro: sitiante no município de Rio Claro". op. cit., MARTINS, José de Souza. A imigração e a crise do Brasil Agrário. São Paulo, Liv. Pioneira Editora, 1973.
- 83) CENNI, Franco. op. cit., p. 182-183, HUTTER, Lucy Maffei. op. cit., p. 100; PRADO JUNIOR, Caio. Evolução política do Brasil e outros estudos. São Paulo, Edit. Brasiliense, 1963, pp. 222-228; Idem. História econômica do Brasil. São Paulo, Ed. Brasiliense, 1965 pp. 254-259; GUIMARÃES, Alberto Passos. Quatro séculos de latifúndio. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1968, pp. 141-150; PETRONE, Maria Teresa Schorer. "Imigração Assalariada". op. cit., pp. 291-292; MERZIG, Lia R.L. op. cit., p. 199; DENIS, Pierre. op. cit., pp. 205-226.

- 84) PRADO JÚNIOR, Caio. História econômica do Brasil. op. cit., p. 254.
- 85) FRESCURA, Bernardino. op. cit., p. 59; ROSSI, Adolfo. op. cit. p. 45, PICCAROLLO, Antonio. op. cit., pp. 10-11; FELICI, Os. op. cit., pp. 124-125, 189.
- 86) BRUNELLO, Pietro. "Bonifiche e protesta sociale in un paese veneto a metà Ottocento." In: Società e storia, Milano, (8):34, 1980; Idem. Ribeli, questuanti e banditi. Proteste contadine in Veneto e in Friuli - 1814-1866. Venezia, Marsilio Editori, 1981, p. 8.
- 87) MARTINS; José de Souza. Cativeiro da terra, op. cit., p. 87.
- 88) HORKHEIMER, Max. e ADORNO, Theodor W. (Org.) Temas básicos da Sociologia. São Paulo, Cultrix, Edit. da Universidade de São Paulo, 1973, p. 161. Ver nesse sentido também J. Hobsbawm. "Os pobres rurais são lentos no abandonar a vida de seus antepassados, a vida ordenada por Deus e pelo Destino; a única que as comunidades tradicionais conhecem ou podem conhecer". HOBBSAWM, E.J. Da Revolução industrial inglesa ao imperialismo. Rio de Janeiro, Edit. Forense-Universitária, 1978, p. 92.
- 89) HOLLOWAY, Thomas H. Migration and mobility. op. cit., DURHAM, Eunice. op. cit.
- 90) HALL, Michael M. Imigração e classe operária em São Paulo. op. cit., Idem. "Emigrazione italiana a São Paulo tra 1880 al 1920". In: Quaderni Storici. Roma (25), gen./apr. 1974; MARTINS, José de Souza. O cativeiro da terra. op. cit.

- 91) SILVA, Sérgio. op. cit., p. 27.
- 92) Idem, ibidem.
- 93) Estatística Agrícola e Zootécnica dos Distritos Agrícolas do Estado de São Paulo (ano agrícola 1904-1905). Secretaria da Agricultura, Comércio e Obras Públicas do Estado de São Paulo. São Paulo, 1908; Recenseamento do Brasil, realizado em 1º de setembro de 1920. Diretoria Geral de Estatística. Rio de Janeiro, diversas datas.
- 94) DEAN, Warren. "A pequena propriedade dentro do complexo cafeeiro: sitiante no município de Rio Claro". op. cit., p. 491.
- 95) ZUCULIN, Bruno. "Le condizioni economiche degli italiani al Brasile". In: Vie d'Italia e dell'America Latina. Milano, (11):1225-26, nov. 1926.
- 96) Idem, ibidem. p. 1226.
- 97) SERENI, Emilio. op.cit., p. 243.
- 98) HOLLOWAY, Thomas H. Migration and mobility. op. cit., DURHAM, Eunice. op. cit.
- 99) PERROD, Enrico. La provincia di San Paolo-Brasile. Roma, tip. Ministero Affari Esteri, 1888, p. 54.
- 100) FELICE, Os. op. cit., p. 125.
- 101) Idem, ibidem. p. 191.

- 102) BONARDELLI, Eugenio. "La piccola proprietã nello Stato di San Paolo". In: Italica Gens. Torino, (7-9): 172, lug./set. 1915.
- 103) COLETTI, Silvio. op. cit., (II parte) p. 5.
- 104) PERROD, Enrico. La provincia di San Paolo - Brasile. op. cit., p. 54.
- 105) Carta Postal da Provincia de São Paulo. Organizada pelo 1º official João Baptista A. Palhares. São Paulo, 1º de julho de 1880.
- 106) MILLIET, Sergio. Roteiro do café e outros ensaios. São Paulo, 1941, p. 52.
- 107) PERROD, Enrico. La provincia di San Paolo - Brasile. op. cit., p. 57.
- 108) GIOIA, Ludovico, op. cit., pp. 23-24.
- 109) PICCAROLO, Antonio. op. cit., p. 9.
- 110) BONARDELLI, Eugenio "La piccola proprietã nello Stato di San Paolo". Op. cit., p. 181.
- 111) GHINASSI, Pompeo. op. cit., p. 25; GIOIA, Ludovico. op. cit., pp. 26-27; PERROD, Enrico. PERROD, Eurico. La provincia di San Paolo - Brasile. op. cit., pp. 622-625.
- 112) FELICE, Os. op. cit., pp. 190-191.



- 113) MAGRINI, Luciano. op. cit.
- 114) DE LUCA, Paolo Emilio. op. cit., p. 248.
- 115) HOBBSBAWM, E.J. Da Revolução industrial inglesa ao imperialismo. op. cit., p. 82.
- 116) FELICI, Os. op. cit., pp. 124-125.
- 117) BONARDELLI, Eugenio. "La piccola proprietà nello Stato di San Paolo". op. cit., pp. 181-182.
- 118) TEDESCHI, Ugo. "Le condizioni sanitarie degli emigranti nello Stato di San Paolo. In: Bollettino dell'Emigrazione. Roma, (2): 47, 1907.
- 119) UBALDI, Pietro. op. cit., p. 130; FELICE, Os. op. cit., p. 165.
- 120) TEDESCHI, Ugo. op. cit., p. 26.
- 121) Attilio Monaco diz que uma visita médica perto da cidade, custava em 1901 de 10\$000 réis a 20\$000 réis e uma visita em lugares distantes, oscilava entre 50\$000 réis a 100\$000 réis, uma vez que, além do preço da consulta era cobrado 20\$000 réis a mais por légua percorrida. É bom ressaltar que o preço da carpa, no mesmo ano, girava em torno de 65\$000 réis. Ver: MONACO, Attilio. op. cit., p. 45, FRESCURA, Bernardino. op. cit., p. 67.
- 122) FRESCURA, Bernardino. op. cit., p. 68.
- 123) PERATTINI, G. In: AVANTI 30/5/1914.

- 124) TEDESCHI, Ugo. op. cit., p. 48; MONACO, Attilio. op. cit., p. 48; FRESCURA, Bernardino. op. cit., p. 66; LOMONACO, A., op. cit., p. 395.
- 125) Cit. in: FRANZINA, Emilio. La grande emigrazione. op.cit., p. 200.
- 126) BONOMELLI, G. "L'Emigrazione" In: Gli italiani all'estero. Emigrazione, Comerci - Missioni. Torino, 1899, p. 44.
- 127) COLETTI, Silvio. op. cit., p. 44 - Os scalbrinianos pertenciam à Ordem Religiosa de São Carlos. O fundador dessa ordem, Mons. Scalabrini, teve papel importantissimo no movimento emigratório italiano. Foi a primeira ordem religiosa italiana a ter como objetivo principal a assistência religiosa aos emigrados.
- 128) FRANCESCHINI, A. op. cit., p. 519.
- 129) ROSSI, Adolfo. op. cit., p. 76; COLETTI, Silvio. op.cit., p. 40; ZETTIRY, Arrigo de op. cit., p. 68.
- 130) COLETTI, Silvio. op. cit., p. 66.
- 131) Idem, ibidem, p. 60; MACOLA, Ferruccio. op. cit., p. 369.
- 132) GROSSI, Vincenzo "Gli italiani a San Paolo". op. cit., pp. 247-248.
- 133) G.C. "Tra i coloni italiani nello Stato di San Paolo". In: Italica Gens. Torino(3-6): 109, mar/ giug 1915.
- 134) Idem, ibidem. p. 67.

- 135) ZETTIRY, Arrigo de. op. cit., p. 67; FELICI, Os. op. cit., p. 127.
- 136) BELLI, B. Il caffè: il suo paese e la sua importanza. op. cit., p. 113.
- 137) LOMONACO, Alfonso. op. cit., pp. 312, 315-316.
- 138) "LA BATTAGLIA" 14/7/1911.
- 139) ROSSI, Adolfo. op. cit., p. 45; PICCAROLO, Antonio. Una rivoluzione economica: la propriet  fondiaria degli italiani nello stato di San Paolo. op. cit., p. 8.
- 140) P.C.S. "Studi Coloniale". In: L'Emigrato Italiano. Roma, pp. 97-99, agosto, 1911.
- 141) COLBACHINI, Pietro. op. cit., p. 114; BONOMELLI, G. op. cit., p. 49.
- 142) GHINASSI, Pompeo. op. cit., p. 50.
- 143) Para a implanta o desse grupo de famílias em São Lourenço do Turvo, foi organizada uma cooperativa, unica forma para enfrentar as condi es adversas e, talvez, um bom exemplo de como quando tinham liberdade de agir, faziam-no segundo os padrões conhecidos.
- 144) PICCAROLO, Antonio. op. cit., p. 33.
- 145) Para a nossa distribui o de pequenas propriedades italianas, incluímos na divisão feita por S. Milliet, a zona da Baixa Sorocabana, que não foi por ele estudada por não

ser importante para o café. Ainda na zona por ele denominada Central, separamos a cidade de São Paulo e o que é hoje considerado sua periferia: São Bernardo, Guarulhos, Itapevicirica e o bairro de Santo Amaro, antigamente município à parte. MILLIET, Sergio. op. cit.

- 146) "Relação dos Proprietários dos Estabelecimentos Rurais Recenseados", apêndice do Recenseamento do Brasil, realizado em 1º de Setembro de 1920. Diretoria Geral de Estatística. Rio de Janeiro, diversas datas.
- 147) DE FELICE, Emidio. op. cit.
- 148) DENIS, Pierre. op. cit., p. 226.
- 149) PRADO JÚNIOR, Caio. Evolução política do Brasil e outros estudos. op. cit., p. 257.
- 150) Sergio Milliet apresenta a Araraquarense como maior produtora de café em 1935, com 14.126.113 arrobas. Ver MILLIET, Sergio op. cit., p. 21.
- 151) Para a Zona Central, um outro fator foi importante para a concentração da pequena propriedade: a paulatina urbanização da região, devido à instalação de pequenas indústrias. É bom lembrar que em 1911, dentre as 49 indústrias têxteis existentes em São Paulo, 25 estavam nessa região. Isto explica também as 4.528 propriedades urbanas pertencentes a italianos, na região, no referido período.
- 152) Araras, Limeira, Rio Claro, Descalvado, Araraquara, Pirassununga, Jaboticabal, Monte Azul e Anápolis (hoje Analândia) eram cidades com alta produção cafeeira ainda, em 1920.

- 153) Statuto e regolamento della Società Italiana di Mutuo Soccorso "Umberto Iº". In Murungaba, Estado de São Paulo. S. Paulo, Tipografia Campineira, 1922. (Murungaba parece ter sido absorvida por Valinhos); Statuto della Società italiana di Mutuo Soccorso "Lega Lombarda". São Paulo, Typ. Ideal, 1910; Statuto della Società italiana di Mutuo Soccorso "Leale Oberdan". São Paulo, Typ. Modernissimo, 1925.
- 154) TRENTO, Angelo. "Emigrazione italiana e movimento operaio in Brasile". Conferência apresentada em: Colloque di Turin, 1979. Ex.: mimeografado.
- 155) CARTA POSTAL da Província de São Paulo. op. cit..
- 156) "ELENCO delle Società italiane all'estero". In: Bollettino del Ministero degli Affari Esteri. Roma, (3): 418-431, dic., 1908.
- 157) MILLIET, Sergio. op. cit.
- 158) "ELENCO delle Società italiane all'estero". op. cit., p. 374.
- 159) Idem, ibidem.
- 160) Na Itália, até o último decênio do século passado, as duas formas de associações - mútuo socorro e sindical -, caminharam praticamente juntas, criando uma certa confusão entre o caráter de luta e reivindicações, próprias dos sindicatos, e o caráter paternalista e assistencial dos S.M.S. A divisão completa entre as duas formas associativas só se deu no fim do século. Ver: SABA, Vincenzo. Le esperienze associative in Italia (1861-1922). Milano, Franco Angeli Editore, 1978. pp. 9-49; BONIFAZI, A. e SALVARINI, G. Dalla parte dei lavoratori. Storia del movimento Sindacale italiano. Milano, Franco Angeli Editore, 1976, pp. 62-87.

161) RANGONI, Domenico. Il lavoro collettivo degli italiani al Brasile. São Paulo. Tip. Duprat & C., 1902.

Domenico Rangoni foi redator da Lega Italiana, diretor do *Messaggero*, em São Paulo, jornal que foi praticamente destruído na onda xenófoba que assolou S. Paulo, após os acontecimentos de 1892, e que envolveu italianos e brasileiros no episódio da morte do capitão Anatra no porto de Santos; fundador e diretor do jornal *Il Lavoro* - cujo objetivo principal era orientar o imigrante na procura de um trabalho e na adaptação em São Paulo; fundador e diretor da *Revista Italia e Brasil*, através da qual faz uma grande defesa das cooperativas, o único método que julgava adequado, para melhorar as condições de vida dos italianos que viviam em São Paulo. Foi organizador do Primeiro Congresso dos italianos no Brasil e, durante anos, um defensor da melhor organização política, econômica e educacional do grupo italiano.

162) Os problemas ocorridos em Santos em 1892-95, já foram relatados na nota 94 do Capítulo I.

163) RANGONI, Domenico. op. cit., p. 102 nota 7; "Primo Congresso delle Società ed Istituti Italiani nel Brasile". In: Italia e Brasile São Paulo, (8): 372-384, ago/set. 1910.

164) Idem, ibidem.

165) "Il 2º Congresso degl'italiani all'estero e gl'italiani del Brasile". In: Italia e Brasile. São Paulo (3): 95, 1911.

166) Idem, ibidem, p. 94.

- 167) "Primo Congresso delle Società ed Istituti italiani nel Brasile". op. cit., p. 367.
- 168) "Il 2° Congresso degl'italiani all'estero e gl'italiani del Brasile". op. cit., pp. 111-117.
- 169) "ELENCO delle Società italiane all'estero". op. cit., p. 373 - Grifo nosso.
- 170) La BATTAGLIA 5/3/1911.
- 171) A TERRA LIVRE 13/1/1906
- 172) La BATTAGLIA, 1/4/1912.
- 173) A TERRA LIVRE 9/4/1908.

## - CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mesmo aceitando que a emigração simplesmente protelou o processo de proletarização do grupo italiano, já iniciado no país de origem, não podemos ignorar a resistência oferecida contra este desfecho.

As análises dos historiadores que se ocuparam do início da industrialização em São Paulo, estão repletas de informações, comprovando que o imigrante italiano era, efetivamente, a mão-de-obra predominante na indústria paulista, até quase 1920. "Os imigrantes italianos, porém, não elegeram conscientemente este destino, que lhes coube quando perderam a luta contra a proletarização. Nas cidades, a participação política do imigrante assumiu as características de luta de um proletariado; greves de massa, organização partidária e sindical, puderam ser observadas; no entanto, um longo caminho de luta contra a proletarização já havia sido percorrido.

Estes movimentos foram, no geral, desorganizado, muitas vezes com o único objetivo da sobrevivência física, outras com um caráter individualista, como o da reaquisição da pequena propriedade; voltava-se, ainda, para garantir liberdade de locomoção ou reuniões etc. Eram estes, na maioria dos casos, as únicas formas de resistência possível, ditada pelas tradições, hábitos e experiências de vida que o imigrante trazia do país de origem. As experiências passadas constituíam único parâmetro de apoio para um grupo que enfrentou a selvageria do espírito escravocrata nas fazendas paulistas, sem contar com qualquer apoio concreto por parte do Governo Italiano.



É bom lembrar que em 1904, após 34 anos de grande imigração, o Governo italiano contava com "um Consulado geral em São Paulo, 4 Vice-consulados para todo o Estado (1 em Campinas, 1 em Ribeirão Preto, 1 em São Carlos e 1 em Santos) e ainda com agentes consulares em Amparo, Batatais, Franca, Jaboticabal, Jaú, Piracicaba, Pirassununga e Taubaté" (1). No entanto, estes agentes consulares "em muitos lugares eram negociantes que tinham por clientes os fazendeiros, portanto, sem nenhum interesse em contrariá-los. Não recebiam do Governo italiano pelo cargo, o que complicava ainda mais a sua posição. Só tomavam alguma providência quando os abusos eram enormes, mas mesmo assim sem esperança de solucioná-los, porque, muitas vezes, os próprios vice-cônsules, para os quais encaminhavam as reclamações, alegavam, como no caso de sequestro de famílias, que este era um problema particular entre o fazendeiro e o colono e que não podiam intervir" (2).

Contudo, o historiador que recorre à tradições, experiências e hábitos de vida passados, como explicações para as formas de resistência que ocorreram na sociedade de adoção, precisa redobrar sua atenção, evitando explicações mecanicistas ou funcionais, para esses fenômenos. Caso contrário recairá em desvios, a exemplo dos pesquisadores que usaram o conceito de assimilção, pressupondo a ausência de choques, no confronto dos imigrantes italianos em seu meio de trabalho rural no Brasil.

Da mesma forma como não se pode trabalhar com elementos da sociedade de origem e procurar determinar o que permaneceu na nova sociedade, uma vez que suas características históricas são diferentes, não se pode supor que a resistência à prole

tarização, para nosso protagonista, teve as mesmas causas na Itália e no Brasil. Tomemos como exemplo a mobilidade geográfica.

Na Itália, a emigração maciça do fim do século passado foi determinada, em essência, pela penetração do capitalismo no campo, ameaçando a autonomia camponesa e abrindo a possibilidade da proletarização deste segmento social. No desdobramento deste processo, já no Brasil, são diferentes as causas da grande mobilidade geográfica dos imigrantes italianos, que levou muitos deles às cidades, isso porque a propriedade rural em São Paulo concentrava-se nas mãos dos senhores do café, no entanto, a formação dessas grandes fazendas cafeeiras não obedeceu, às características clássicas da penetração capitalista no campo, mas sim às particularidades de um país colonial.

Porém, para o imigrante italiano, o abandono do país de origem ou das fazendas paulistas era um movimento na luta por melhores condições de vida e o fio condutor desse processo foi a luta contra a proletarização.

Nessa linha, o historiador que pretende narrar a imigração italiana para o Brasil do ponto de vista das classes subalternas, precisa redimensionar a importância da resistência desse contingente à proletarização no país de origem, à luz das condições específicas aqui encontradas, ainda que não tenham tido sucesso em termos objetivos, já que a maioria dos imigrantes terminaram como operários urbanos. Mas mesmo assim, as melhorias de condição de vida e trabalho nas fazendas de café paulistas decorreram basicamente da pressão desenvolvida pelos trabalhadores rurais imigrantes e não de mudança de mentalidade dos proprietários.

NOTAS CONCLUSÃO

- 1) C.G.E. Avvertenza per chi emigra nel Brasile. Roma, Tip. G. Bertero, 1904.
- 2) ROSSI, Adolfo. op. cit., pp. 69-70; GHINASSI, Pompeo. op.cit.

## APENDICE I

## Modelo de Caderneta de Trabalho

1ª caderneta - família com um homem e três filhas - nome do colono Pedro Lofarce					
ENTRADAS			SAÍDAS		
carpa	280\$224	44%	alimentos comprados(*) na fazenda	21\$600	4,7%
colheita	227\$000	35,7%	dinheiro retirado	358\$396	77,5%
6 dias de trabalho para outro colono	13\$000	2%	dívida com outro colono	30\$000	6,4%
trabalho extra 30 dias e 3/4	77\$500	12,1%	médico	7\$000	3,1%
			remédios	7\$500	
venda produtos subsistência (milho p/ Geronimo Gatarde)	20\$000	3,1%	transporte milho/lenha (cada viagem 2\$000)	16\$000	4,0%
devolução sacos	18\$000	2,8%	multa desobediência	2\$000	0,4%
			despesas para ajustar uma lima	1\$500	0,3%
			subscrição para um colono	\$500	0,1%
			despesas com sacos p/ colheita (12 sacos 1\$500 cada)	18\$000	3,9%
<b>TOTAL</b>	<b>635\$724</b>	<b>100%</b>		<b>462\$000</b>	<b>100%</b>
<b>SALDO</b>				<b>173\$724</b>	

TOTAL GANHO NO ANO	635\$724	(100%)
SAÍDAS DO ANO	462\$000	( 73%)
POUPANÇA DO ANO	173\$724	( 27%)

(\*) nos alimentos comprados na fazenda estão discriminados: despesas com verduras; haxas, leite, carne.

Fonte: LOMBROSO, Gina. Nell'America Meridionale. Milano, Fratelli Treves Editori, 1908, pp. 51-52.

## APENDICE I (cont.)

2ª caderneta - família com 2 homens e 1 mulher (3 adultos)

<u>ENTRADAS</u>			<u>SAÍDAS</u>		
		%			%
carpa	448\$600	44,5%	dinheiro retirado	619\$350	85,2%
colheita	315\$000	31,2%	médico	16\$800	6,6%
trabalho extra			remédios	21\$500	
88 dias e 1/2	201\$750	20,0%	transporte milho/ lenha	24\$000	3,3%
devolução sacos	27\$000	2,7%	despesas diversas	3\$000	0,5%
8 dias e 1/2 de trabalho p/outro colono	16\$500	1,6%	subscrição para um colono	1\$000	0,1%
			sacos e lençois para café	31\$000	4,2%
<b>TOTAL</b>	<b>1.008\$850</b>	<b>100%</b>		<b>726\$650</b>	<b>100%</b>
<b>TOTAL GANHO NO ANO</b>	<b>1.008\$850</b>	<b>(100%)</b>			
<b>SAÍDAS DO ANO</b>	<b>726\$650</b>	<b>( 72%)</b>			
<b>POUPANÇA DO ANO</b>	<b>282\$200</b>	<b>( 28%)</b>			

Fonte: LOMBROSO, Gina. Nell'America Meridionale, Milano, Fratelli Treves Editore, 1908, pp. 53-55.

## APENDICE Nº II

SALÁRIOS DE EMPREITEIROS

- 
- 1885 - \$400/\$500 réis para cada planta de café que brotava depois 4 anos
- 1901 - \$500/1\$000 réis para cada planta de café que brotava depois 4 anos
- 1908 - \$200/\$300 réis para cada planta de café que brotava depois 4 anos
- 

Dados extraídos de: GHINASSI, Pompeo. "Per le nostre colonie". In: Italia coloniale. Roma (2): 26feb. 1901;

COLETTI, Silvio. "Lo stato di San Paolo e l'emigrazione italiana. In: Bollettino dell'Emigrazione. Roma, (15): 5, 1908.

APENDICE III

Tabela de salários de colonos e diaristas

SALÁRIOS COLONOS			SALÁRIOS DIARISTAS
ANO	Carpa (1.000) pés	colheita (50 litros)	
1884	50\$000 réis	\$500 réis	1\$500 réis
1885	50\$000 réis	\$400 réis	1\$400/1\$600 réis
1887	62\$500 réis	\$300 réis	2\$000 réis
1888	50\$000 réis	\$300 réis	
1892	45\$500 réis	\$500 réis	
1895	90\$000 réis	\$600 réis	
1898	90\$000 réis	\$680 réis	2\$000/3\$000 réis
1899	85\$000 réis	\$650 réis	
1901	65\$000 réis	\$500 réis	
1902	65\$000 réis	\$500 réis	2\$500/3\$000 réis
1904	60\$000 réis	\$450 réis	2\$500/3\$000 réis
1906	80\$000 réis	\$500 réis	
1909	70\$000 réis	\$500 réis	2\$500 réis
1910	80\$000 réis	\$400 réis (60 L)	
1912	100\$000 réis	\$600 réis	
1914	80\$000 réis	\$400 réis	2\$000/3\$000 réis
1915	70\$000 réis	\$500 réis (60 L)	2\$500 réis
1918/19	100\$000 réis	\$500 réis (70 L)	1\$500/1\$800 réis

FONTES:

Tabela de salários de colonos até 1914 extraída de HALL, Michael M. The origins of mass immigration in Brazil: 1871-1914. op. cit., p. 184; os dados posteriores a 1914 foram extraídos de ZANOTTI, Mario B. op. cit., p. 61;

Os salários de diaristas foram extraídos de: PERROD, Enrico. op.cit., p. 621; GIOIA, Ludovico. op. cit., p. 24; ROSSI, Adolfo. op. cit., p. 27; FRESCURA, Bernardino. op. cit., p. 123; COLETTI, Silvio. op. cit., p. 368; ZANOTTI, Mario B. op. cit., p. 61; C.G.E. Coloni italiani al Brasile. Discussione al consiglio dell'emigrazione. Roma, Tip. Cartieri Centrali, 1919, p. 3.

APENDICE IV

ZONA NORDE

Distribuição de propriedades, da população e das Sociedades de Mutuo Socorro Italiano nas diferentes regiões do Estado de São Paulo.

Cidades	Propriedades - 1905			Propriedades - 1920			Propriedades Urbanas		População		Sociedades Mútuas Socorro		(1902-1905)
	Total de Propriedades	Propriedades de Italianos	%	Total de Propriedades	Propriedades de Italianos	%	1903	1910	1920	Pop. Total	Alta concentração Italianos		
Arenópolis	73	-		108	2	1,8							
Araraquã	174	8	4,5	144	8	5,5							
Arquanduba	378	10	3,2	129	8	6,2		4					
Arzobispo	291	13	4,3	242	16	6,6	21	110					Círculo Italiano Recreativo
Assis	-	-	-	79	2	2,5							
Castro	189	1	0,5	14	-	-		8					
Cordeiro	6-8	3	0,4	797	15	1,8		10					
Cordeiro	218	2	0,9	157	3	1,9							
Cordeiro	153	1	0,6	901	23	2,5		3					
Cordeiro	1.122	51	4,5	433	39	7,9	47	12	43.101	476			S.M.S. e beneficência
Patrimônio de Sta. Isabel													
Luzerna (ant.)	150	1	0,6	365	4	1,1							
Jacaré	378	3	0,9	344	7	2,0	52	86					
Jacaré	150	2	1,3	173	8	4,6		6					
Jacaré	193	-	-	50	1	2,0							
Luzerna	198	-	-	65	-	-							
Luzerna	363	39	10,7	277	10	4,8							
M. das Cruzes				1555	42	2,6		11					
Matão	332	9	2,3	108	4	3,7							
Matão	98	1	1,0	312	4	1,2							
Matão	143	4	2,6	132	8		26	19					
Matão	63	-	-	52	-	-							
Matão	94	1	1,0	51	3	5,8							
Matão	95	-	-	65	-	-							
Matão	274	8	2,9	173	5	4,6							
Matão	547	11	2,0	650	7	0,8		27					
Matão	165	5	2,7	364	10	2,6		11					
Matão				383	-	-		6					
Matão	169	11	6,5	307	11	3,5							
Matão	1.805	21	1,1	1687	66	3,9	25						
Matão	76	3	3,9	97	3	3,0							
Matão	350	2	0,5	268	3	1,1		1					
Matão	706	1	0,2	7	2	28,5		4					
Matão	575	9	1,5	275	10	3,6							
Matão	323	33	10,2	163	53	32,5		103	45.445	962			S.M.S. - Príncipe di Napoli S.M.S. - Nucleo Quirina
Matão	116	2	1,7	17	2	11,7		8					1902
Matão	216	2	0,9	29	-	-		14					1905
Matão	233	1	0,4	83	1	1,2		3					
TOTALS	10.665	268	2,4	11.260	330	3,4	181	422					



## APENDICE IV

## ZONA CENTRAL

Distribuição de propriedades, da população e das Sociedades de Mutuo Socorro Italianas nas diferentes regiões do Estado de São Paulo

Cidades	Propriedades Rurais			Propriedades Urbanas			População		Sociedades Mútuas Socorro	Ano de fundação	
	1905	1920	%	1905	1920	%	Pop. Total	Alta concentração italiana			
Angatuba	-	-		174	8	4,5					
Anhembi	208	10	4,8	151	11	7,2					
Araraquã	173	4	2,3	358	11	3,0					
Atibaia	605	13	2,1	485	75	15,3	37	24.674	1.377	S.M.S. e beneficência S. Italiana operária diversiva S.M.S. - 1913	
Rio Bonito											
Bofete (anal)	358	19	5,3	214	17	7,9		10.443	324		
Bragança	1.225	68	5,5	395	41	10,3	311	55.719	3.237	Sociedade Democrática Italiana 1891 Centro Filodramático E. Duse - S.M.S. Fratellanza Italiana -	
Ourava	180	23	12,7	119	23	19,3					
Campinas	641	87	10,4	837	214	25,5	585	1.201	115.832	14.528	Círculo Italiano Unido 1861
Campo Largo	223	2	0,8	189	9	4,7					
Conchas				780	91	11,9					
Capivari	453	72	15,5	195	54	27,5	85	141	25.581	2.776	
Cotia	123	2	1,5	817	13	1,5		9			
Quareí	114	-		307	3	0,9					
Indaial	111	18	16,2	240	48	20,0		23	9.994	1.153	Sociedade Italiana di M.S. S.M.S. Unione de La Forza -
Itapetininga	293	13	4,4	612	5	0,9			25.987	380	S.M.S. Cristóvão Colombo 1897 S.M.S. Giuseppe Garibaldi 1892
Itatiba	484	91	18,5	327	102	31,1	248	281	22.982	2.942	S.M.S. Vittorio Emanuele III -
Itu				474	127	26,7		151	30.392	3.037	
S. J. do Quilombo											
Jacupolis (anal)	539	20	3,7	350	27	4,7					
Jardim	425	118	27,7	314	138	44,0	-	278	44.437	6.310	S.M.S. Giuseppe Garibaldi 1900 S.M.S. Fratellanza - S.M.S. Umberto I 1889
Juiz de Fora	320	5	1,5	580	13	2,2					
Laranjal				300	121	40,3			9.777	1.085	
Monte Apr	174	20	11,4	394	80	20,3					
Nazare	891	12	1,3	560	5	0,8					
Paraituba	132	5	3,7	147	5	3,4	5				
Pereira	155	14	8,9	583	63	10,8					
Piedade	129	-		817	22	2,7					
Sto. Ant. da Cocalina											
Piracaita (anal)	129	1		454	35	7,9		31			
Piracicaba	608	154	25,5	1.118	476	42,5	342	445	67.732	7.787	S. Mútuas Socorro 1897 Círculo Italiano XSetembrre - S.M.S. Giuseppe Garibaldi 1900 S.M. Soccorso -
Porangaba											
Porto Feliz	271	34	12,5	310	41	13,2	34	55			
Rio das Pedras	161	75	47,2	167	78	46,7	75	101	110.364	1.711	S.M.S. Operaio Italiano S.M.S. -
Salto Itu	95	41	42,7	147	53	36,0		256	9.934	1.583	S. Filadelfia G. Verdi
Sta. Barbara	75	9	11,8	191	55	28,3		15	9.621	515	
S. Rudo	225	44	19,5	285	97	33,1	85	37	14.257	1.319	S. Italiana Fratellanza e Lavoro 1897
S. Roque	232	8	3,4	475	55	11,5	65		17.294	1.052	S.M.S. e previdência 1904 Sital. Filodramático G. Goldoni 1885 S. Ital Sportiva 1905 S. Ital A. Mirzani 1905 S. Ital Umberto I 1905
S. Simão	137	-		47	1	2,1					
Sorocaba	540	14	2,5	514	22	4,2	245	422	43.323	2.255	S.M.S. e beneficência 1894
Tatuí	355	9		1.530	45	3,0	65	59	28.125	557	S.M.S. Vittorio Emanuele III 1903
Tietê				752	34	4,5		182	25.125	2.513	
Una	71	1	1,4	1.118	5	0,4		13			
V. Americana								59			S.M.S. Unione e Fratellanza
TOTALS	10.853	1.005	9,2	17.850	2.628	14,7	2.408	4.528			

Distribuição de propriedades, da população e das Sociedades de Mutuo Socorro Italiano nas diferentes regiões do Estado de São Paulo

Cidades	Propriedades Rurais			Propriedades urbanas			População		Sociedades Mutuo Socorro		Ano Fundação
	1906	1920	%	1906	1920	%	1906	1910	Rep. Total	Alta concentração Italiana	
Amparo	733	84	11,4	697	138	19,7	361	389	47.713	5.446	S.M.S. Giuseppe Garibaldi 1905 - Circolo Recreativo Italiano - S.M.S. Assistenza fra Italiani 1914
Altinópolis	-	-	-	105	16	15,2					S.M.S. Giuseppe Garibaldi - S.M.S. e beneficenza 1883
Batatais	416	57	13,7	281	50	17,7	161	176	21.816	2.225	
Brasilel	-	-	-	70	12	17,1			9.188	1.021	Società Patria e Lavoro 1906
Caconde	261	8	3,0	337	29	8,6		110	24.791	1.114	S.M.S. Conte di Torino - S. Operaia Italiana di N.S. -
Cajuru	500	26	5,2	396	21	5,3	85		19.294	995	S. Ita. de benef. Principe di Napoli 1887 S.M.S. Lavoro e fratellanza 1887
Casa Branca	206	20	9,7	391	55	14,0	217	157	26.397	2.526	S.M.S. Lavoro e fratellanza 1886 S.M.S. Dante Alighieri 1886
Cravinhos	85	6	7,0	85	5	5,8		186	26.551	3.739	S.R. Vittorio Emanuele III 1901 Banda Musical Ital. Principe di Napoli -
E.S. do Pinhal	250	17	6,8	217	33	15,2		104	30.659	3.555	Società Ital. de Beneficenza - S.M.S. Emilio Zola - S.M.S. Fratelli Italiani Uniti 1882
Franca	384	2	0,5	583	41	7,0		235	44.308	2.689	
Guapir											
Itapira	202	8	3,9	334	44	13,1	116	208	26.594	2.957	S.M.S. XX Settembre 1902 S.M.S. XX Settembre - S. Ital. Fratellanza e Lavoro 1906
Ituverava	262	2	0,7	328	4	1,2		22	23.552	743	S.M.S. Fratellanza Italiana 1900 S. Ital. di Beneficenza -
Jardinópolis	262	57	21,7	179	43	24,0	130	187	18.689	2.008	S. Ital. Principe di Urbino 1906 Banda Mus. Ital. Regina Margherita -
Mogi-Mirim	248	17	6,8	900	155	17,2		115	37.700	3.737	S.M.S. Nuova Italia 1891 S.M.S. XX Settembre -
Mogi-Çunçu	92	4	4,3	309	14	4,5	46	41			
Mococa	179	6	3,3	208	28	13,4		299	26.157	3.557	
Mporanga	520	57	10,9					141	37.930	3.650	
Orlandia				534	55	10,2					
Patroc. do Sapucaí	108	-	-	189	4	2,1					
Pedregulho											
Pedreira	41	12	29,2	43	20	46,5		196	5.472	972	S.M.S. Fratellanza e Lavoro 1884 S.M.S. Patria e Lavoro 1900 Unione Operaia Italiana 1885
Rib. Preto	261	38	14,5	254	54	21,2		309	68.838	10.907	S.M.S. XX Settembre - S.M.S. Principe di Napoli - S.M.S. Conte di Torino 1887 S.M.S. Italiani Uniti 1886
Sertãozinho	276	86	31,1	400	172	43,0		132	30.522	3.933	
S. João B. Visua	314	11	3,5	692	81	11,7		176	51.993	4.470	S.M.S. Patria Italiana 1883
S. José Rio Pardo	400	40	10,0	714	118	16,5	313	397	48.152	5.249	
S. Joaquim	-	-	-	174	32	18,3			8.130	928	
S. Simão	291	22	7,5	149	23	15,4		302	29.455	3.261	
Sto. Ant. de Alegria	228	6	2,6	184	3	1,6					
Sta. Rosa	-	-	-	130	29	22,3			10.620	1.362	S.I.M.S. Regina Margherita S.I. Venezia San Marco Banda Mus. Ital. Regina Margherita
Sta. Cruz das Palmeiras	57	2	3,5				230				
Serra Azul											
Serra Negra	572	115	20,1	666	186	27,9		169	22.960	2.571	S.M. Assistenza fra Italiani S.I. Principe di Piemonte S.I. Giuseppe Garibaldi
Socorro	500	48	9,6	852	142	14,2		83	26.545	1.443	
Tribun	121	33	27,2	248	42	16,9	107	106			
Tapiratiba											
Vargem Grande	-	-	-	-	-	-					
<b>TOTAIS</b>	<b>8.125</b>	<b>817</b>	<b>10,0</b>	<b>10.966</b>	<b>1.684</b>	<b>15,3</b>	<b>1.766</b>	<b>4.330</b>			

PAULISTA

Distribuição de propriedades, da população e das Sociedades de Mutuo Socorro italianas nas diferentes regiões do Estado de São Paulo

Cidades	Propriedades Rurais			Propriedades Urbanas			População		Sociedades Mutuo Socorro	Ano fundação		
	1906	1920		1900	1910	1920	Pop.Total	Alta concentração italiana				
	Total de Propriedades	Propriedades de Italianos	%	Total de Propriedades	Propriedades de Italianos	%						
Anapólia	33	3	9,0	65	28	43,0	112	7.393	1.032	S.M.S. Italiana	-	
Araras	134	44	32,8	296	108	36,4	152	25.613	3.057	S.M.S.Operaia Unitaria	1896	
Araraquara	452	68	15,0	748	204	27,2	224	285	48.119	5.775	{ S.M.S.Meridionali Uniti S.M.S. União e Fraternidade S.M.S. União e Fraternidade	- 1899 1895
Barretos	343	13	3,7	472	39	8,2	110	39.782	2.202			
Bebedouro	374	59	15,7	486	96	19,7	352	28.803	2.844			
Cajobi												
Colina												
Descalvado	244	59	24,1	303	103	33,9	93	22.035	3.295	{ S.M.S. Fraternidade italiana Societa Centro italiano	1895 1904	
Quaira				60	18	30,0		8.801	1.436			
Quariba												
Jaboticabal	532	150	28,1	1.145	259	22,6	187	302	51.941	6.237	{ S.M.S. Patria e Lavoro S.M.S. Pietro Mascagni	1895 1901
Leme	53	6	11,3	74	7	9,4	67	9.153	1.148	S.M.S.Fraternidade italiana	1897	
Limoeiro	734	132	17,9	863	162	18,7	180	151	32.550	2.953	{ S.M.S. Umberto I S.Operaia Ital. M.S. S.M.S. In gli italiani del setentrione	- - 1902
Monte Azul				247	45	18,2			12.910	1.310		
Olimpia				950	101	10,6			45.046	3.696		
Palmeiras				56	2	3,5		182	12.784	2.456		
Pirassununga	315	79	25,0	339	93	27,4		102	19.692	1.845	S.M.Soccorso	1903
Pitangueiras	269	26	9,6	326	72	22,0		121	13.350	1.341		
Porto Ferreira	34	2	5,8	60	7	11,6		53				
Rio Claro	404	67	16,5	803	321	40,0		379	50.416	4.843	S.M.S. e beneficenza	1897
S. Carlos	313	40	12,7	315	93	29,5		372	54.225	8.235	{ S. Ital. Dante Alighieri S.M.S.Vittorio Emanuele III S.M.S. Dante Alighieri	1902 1900 -
S. Cruz Conceição	70	16	22,8	188	48	25,5	25	25			{ S.M.S.Elara Petrovich S.M.S. Doca Dgli Abruzzi S.M.S.Patria e dovere	- - 1889
Sta. Rita Passa Quatro	202	29	14,3	264	61	23,1	313	314	20.207	3.034		
Viradouro				217	38	17,5			10.951	1.514		
<b>TOTALS</b>	<b>4.505</b>	<b>733</b>	<b>17,5</b>	<b>8277</b>	<b>1905</b>	<b>23,0</b>	<b>529</b>	<b>8.172</b>				

APENDICE IV

ARARAQUARENSE

Distribuição de propriedades, da população e das Sociedades de Mútuo Socorro Italiano nas diferentes regiões do Estado de São Paulo

Cidades	Propriedades Rurais			Propriedades Urbanas			População		Sociedades Mútuo Socorro	Outros Municípios	
	1905		%	1920		1902	1910	1920			
	Total de Propriedades	Propriedades de Italianos		Total de Propriedades	Propriedades de Italianos			Pop.Total			Alta concentração Italiana
Araraquã				178	65	36,5		11.083	1.568		
Barra Bonita				124	81	65,3		9.315	1.395		
Bariri	433	120	27,0	608	220	36,2		20.830	2.652	S.M.S.Roma Intangibile -	
Itapui (atual)											
Bica de Pedra				185	47	25,4		12.145	1.640	S.M.S.Croce di Savoia 1899	
Boa Esperança	119	15	12,6	161	44	27,3	65	103	1.284	{ S.M.S. fra. italiani - S.M.S. Onestá e Progresso -	
Bocaina	108	1	0,9				13				
Borborema											
Brotas	289	62	21,4	367	99	27,0	94	148	18.305	2.266	S.M.S. Alta Italia Lavoro e Soccorso -
Catanduva				303	91	30,0		16.009	1.775		
Cedral											
Dourado	62	5	8,0	85	9	10,5	101	187	8.827	1.281	S.M.S. Progresso Italiano 1893
Dois Corregos	310	112	36,1	495	153	30,9	134	159	19.590	2.606	S.M.S. XX Settembre -
Ibira											
Ibitinga	250	42	16,8	808	168	20,9	52	134	23.977	2.208	S.M.S. Duca degli Abruzzi 1902
Em Vista das Pedras											
Itapólis (atual)	1.080	210	19,2	928	346	37,2		29.420	3.391	S. di benef. Principessa Yolanda 1901	
Inacio Uchoa											
Jau	759	149	19,6	554	180	32,4		657	42.586	5.265	{ S.M.S. Stella di Italia 1895 Banda Music.ital. Giuseppe Verdi - S.M.S. Dante e le Muse -
José Bonifácio											
Matao	243	89	36,6	331	164	49,5		22.320	3.601	S.M.S. Fratellanza italiana -	
Minéiros	122	39	31,9	164	81	49,3	121	145	7.923	1.269	S.M.S. XX Settembre -
Mirassol											
Monte Alto	350	82	23,4	873	294	33,6		120	37.524	6.192	
Monte Aprazivel											
Mundo Novo											
Nova Granada											
Novo Horizonte				620	58	9,3				480	
Pedernheiras	512	36	7,0	1.040	194	18,6	40	72	33.070	28.488	1.719
Pindorama											
Potirendaba											
Ribeirão Bonito	92	14	15,2	88	15	7,0	103	107	13.569	1.718	Círculo Recreativo Italiano -
S.J. Rio Preto	455	5	1,0	4.378	633	14,4		42	126.796	8.278	
S.J. da Bocaina	149	37		160	54	33,7		181	14.889	2.347	S.M. Soccorso -
Sta. Adelia				401	134	33,4			17.424	2.042	
Tabapuã				363	44	12,1			14.538	1.173	
Tabatinga											
Tanabi											
Ribeirãozinho											
Tequaritinga (atual)	352	171	48,5	568	306	54,2		326	40.045	6.831	{ Círculo dramatico italiano - S.M.S. Patria e Lavoro - Ital.Lavoro e educação 1896
Torrinha											
Itajobi				583	148	25,3	723	2.471	18.653	1.570	
TOTALS	5.695	1.189	20,8	14.360	3.630	25,2	723	2.471			

APENDICE IV  
(ALTA) SOROCABANA,

Distribuição de propriedades, da população e das Sociedades de Mútuo Socorro italianos nas diferentes regiões do Estado de São Paulo

Cidades	Propriedades Rurais			Propriedades Urbanas			População		Sociedades Mútuo Socorro	Data fundação		
	1905	1920	%	1903	1910	1920	Pop. Total	Alta concentração italiana				
	Total de Propriedades	Propriedades de Italianos	%	Total de Propriedades	Propriedades de Italianos	%						
Agudos	76	14	18,4	312	34	10,8		15.702	976	Società Italiana Regina Elena	1901	
Assis				526	24	4,5						
Avare	387	4	1,0	520	36	6,9	152	23.221	1.202	S.M. Soccorso Círculo Recreativo It. Gabriele D'Annunzio Banda Musicale Ital. Giuseppe Verdi	- 1903 1901	
Bernardino de Campos												
Bocaiuva												
Botucatu	417	86	20,6	231	78	37,7	280	377	33.405	3.295	Società Italiana di beneficenza Círculo Italiano Paulo Ferrari	1902 -
Campos Novos												
Candido Mota												
Cerq. Cesar				154	8	5,1					S.M. Soccorso	-
Chavantes												
Conceição Monte Alegre				523	19	3,6						
E. Sto do Turvo	107	1	0,9	113	4	3,5						
Fartura	253	19	7,5	361	34	9,4	26		13.156	634	S.M.S. Fraternidade Italiana	1903
Ipaussu				124	21	16,9						
Itatinga	68	4	5,8	149	24	16,0						
Lençóis	675	108	16,0	659	178	27,0						
Muracai								87	20.294	1.975	S.M.S. Stella d'Italia	1892
Oleo				120	6	5,0						
Ourinhos				29	7	24,0						
Palmital				332	17	5,1						
Paraguassu												
Piraçu	221	11	4,9	725	99	13,6			29.353	1.160		
Platina				266	10	3,7						
P. Prudente												
P. Venceslau												
Quata												
Salto Grande				363	36	10,0			7.224	224		
S. Barb. Rio Pardo	54	-	-	289	35	12,0		13	8.192	175		
Sta. Cruz R. Pardo	167	9	5,3	262	14	5,3		80	32.456	1.453	S.M.S. e beneficenza	
S. Manoel	345	76	22,0	402	138	34,3	127	257	39.427	5.608	Società di benef. fra italiani	1906
S. Pedro do Turvo	345	-	-	261	4	1,5						
Sto. Anastacio												
<b>TOTALS</b>	<b>3.293</b>	<b>333</b>		<b>7.064</b>	<b>844</b>		<b>585</b>	<b>814</b>				

APENDICE IV  
BAIXA SOROCABANA

Cidades	Propriedades Rurais			1900			Propriedades Urbanas		População		Sociedades Mútuas Socorro	data n.º de criação
	1906	Total de Propriedades	Propriedades de italianos	Total de Propriedades	Propriedades de italianos	%	1908	1910	1930	Alta concentra- ção Italianos		
Apiaí				305	6	1,9						
Bom Sucesso		96	4	34								
Capão Bonito		78	2	300	1	0,3	25	6				
Angatuba(atual)												
E. Sto. Boa Vista		89	4									
Faxina (Itapeva atual)		226	24	284	9	3,1	25		22.025	236	S.M.S.Vittorio Emanuele III	
1ª Lavrinhas da Fozna												
Itatira (atual)		154	3	192	8	4,1						
Iporanga		146	1	66	2	3,0						
Itaporanga		280	5	1.080	7	0,6	11	9				
Itararé		345	3	89	2	2,2			7.820	131		
Pilar		82	2	475	9	1,8						
Ribeira				275	1	0,3						
Ribeirão Branco		264	-	143	-	-						
São Antonio B.Vista(atual Ital)		325	2	447	8	1,7						
S. Miguel Arcanjo		127	1	279	16	5,7						
Eldorado(atual)												
Kiririca		512	7	324	11	3,3						
<b>TOTAIS</b>		<b>2.724</b>	<b>58</b>	<b>4.293</b>	<b>80</b>	<b>1,8</b>	<b>61</b>	<b>21</b>				

APENDICE IV

NORDESTE / ALTA PAULISTA

Distribuição de propriedades, da população e das Sociedades de Mútuo Socorro Italiano nas diferentes regiões do Estado de São Paulo

Cidades	Propriedades Rurais			Propriedades Urbanas			População		Sociedades Mútuo Socorro	Data fundação
	1906		%	1908		%	1920			
	Total de Propriedades	Propriedades de Italianos		Total de Propriedades	Propriedades de Italianos		Pop. Total	Alta concentração italiana		
Araçatuba										
Aval			207	10	4,8					
Avanhandava										
Bauru	341	35	123	21	17,0					
Cafelandia										
Birigui										
Coroados										
Duartina										
Gália										
Garça										
Glicério										
Iacanga										
Lins			220	23						
Marília										
Penápolis			1.814	494	27,2		43.871	3.714		
Pirajui			727	160	22,0	84	29.042	2.361		
Piratininga			260	25	9,6					
Pres. Alves										
Promissão										
<b>TOTAIS</b>	<b>341</b>	<b>35</b>	<b>3.361</b>	<b>733</b>		<b>84</b>				

APENDICE IV

CAPITAL E SUA PERIFERIA

Distribuição de propriedades, da população e das Sociedades de Mútuo Socorro Italiano nas diferentes regiões do Estado de São Paulo

Cidades	Propriedades Rurais			Propriedades Urbanas			População		Sociedades Mútuo Socorro	Data Anúncio	
	1905		%	1930		1909	1910	1920			
	Total de Propriedades	Propriedades de Italianos		Total de Propriedades	Propriedades de Italianos			Pop.Total			Alta concentra- ção Italianos
São Paulo/Capital	1.033	188	18,1	180	33	18,3	4993	7462	579.033	91.544	Società Ital. M.S. Galileo Galilei 1893(*) Camera I.C. ed. Arti 1901 S.I. beneficenza per l'Ospedale Urb.I 1897 S.M.S. e benef. Vittorio Emanuele II 1879 Grupo Fedici Patrie Battaglie 1894 Società Militi Italiani 1905 Unione Meridionali Italiana - S.M.S. Lega Lombarda - S.M.S. Ettore Fieramosca. 1898 S.M.S. Leale Oberdan 1869 Circolo Italiano del arte - Circolo filodrammatico Etrusco - Circolo Recreativo Etrusco 1901 Circolo Recreativo G. Rossini 1905 Centro R. Pietro Mascagni 1907 Centro Recreativo filodrammatico di Tempo 1904 Circolo drammatico Romantico 1907 Circolo Ric. dram.G.D'Arrungio 1903
Guarulhos	309	19	6,1	155	14	9,0		13			
Itapevira	136	1	0,7	354	5	1,4					
Sto. Amaro	504	-	-	100	5	5,0	28	-			
S. Bernardo	98	42	42,4	66	23	34,8	290	-	25.215	3.602	
<b>TOTAIS</b>	<b>1.048</b>	<b>62</b>		<b>675</b>	<b>47</b>		<b>318</b>				
<b>LITORAL</b>											
Carandia	484	1	0,2	299	14	4,6					
Iguape				1.678	36	2,1					
Itanhaém	96	1	1,0	4	-	-					
Santos	135	8	5,9	612	88	14,3	69	253	102.589	3.059	S.M.S. e beneficenza 1897
S. Vicente	43	-	-	19	-	-	28	30			
<b>TOTAIS</b>	<b>758</b>	<b>10</b>		<b>2.612</b>	<b>136</b>		<b>97</b>	<b>283</b>			

\* Todas as S.M.S. pertencem a S. Paulo.



APENDICE IV

TOTAL DE PROPRIEDADES POR REGIÕES

Regiões	Propriedades Rurais						Propriedades Urbanas (Ital)			
	1905			1920			Cresc. Perc. Prop.		1903	1910
	P. Total	P. Ital.	%	Pop. Total	Pop. Ital.	%	P. Total	P. Ital.		
Zona Norte	10.695	258	2,4	11.263	380	3,4	5,3%	47,2%	181	432
Zona Central	10.863	1.006	9,2	17.860	2.628	14,7	64,4%	161%	2.408	4.528
Capital	1.033	188	18,1	180	33	18,3	82,0%	82,4%	4.993	7.462
Periferia	1.048	62	5,9	675	47	6,9	24%	35%	318	
Mogiãna	8.125	817	10,0	10.966	1.684	15,3	35,0%	106%	1.766	4.330
Paulista	4.506	793	17,5	8.277	1.905	23,0	83,6%	140%	929	3.172
Araraquarense	5.695	1.189	20,8	14.360	3.630	25,0	152%	205%	723	2.471
Sorocabana	3.293	333	10,1	7.084	844	12,0	115%	150%	585	814
B. Sorocabana	2.724	58	2,4	4.293	80	1,8	69,8%	35,8%	61	21
Noroeste/A. Paulista	341	35	10,2	3.351	733	22,0	882%	1894%		84
Litoral	758	10	1,3	2.612	138	5,2	244%	1280%	97	283
<b>TOTAIS</b>	<b>48.756</b>	<b>4.747</b>		<b>80.474</b>	<b>12.094</b>				<b>12.061</b>	<b>23.597</b>

FONTES - Apêndice IV

P. RURAIS - ESTATÍSTICA Agrícola e zootécnica, 1904-1905, São Paulo, 1908.

- RELAÇÃO dos Proprietários dos Estabelecimentos Rurais Recenseados. Rio de Janeiro, Tip. da Estatística, 1926, 3 vol.

- CAMARGO, José Francisco. Crescimento da População no Estado de São Paulo e seus aspectos econômicos, São Paulo, 1952.

P. URBANAS- CANELLA, Francesco. "Le condizioni degli Italiani nello stato di San Paolo". In: Italia Coloniale. Roma, (1-7): 4-48, gen./feb. 1903.

- PROPRIETÀ urbane appartement a stranieri nello Stato di San Paolo, São Paulo, 1911.

Tabela I - Imigração para o Brasil e para São Paulo.

ANOS	Imigração italiana para o Brasil	Imigração italiana para S. Paulo		ANOS	Imigração italiana para o Brasil	Imigração italiana para S. Paulo	
			Dados corrigidos(*)				Dados corrigidos(*)
1870	7	-	-	1895	97.344	84.722	106.525
1871	1.626	-	-	1896	96.505	49.846	69.458
1872	1.808	-	-	1897	104.510	52.880	76.451
1873	-	-	-	1898	49.086	20.389	34.391
1874	5	5	-	1899	30.846	11.496	20.704
1875	1.171	126	-	1900	19.671	7.460	15.804
1876	6.820	-	-	1901	59.869	55.704	56.325
1877	13.582	2006	-	1902	32.111	28.895	-
1878	11.836	706	-	1903	12.970	9.444	-
1879	10.245	568	-	1904	12.587	9.476	-
1880	12.936	97	-	1905	17.360	13.596	-
1881	2.705	-	-	1906	20.777	16.394	-
1882	12.428	1866	-	1907	18.238	13.556	-
1883	15.724	3115	-	1908	13.873	9.704	-
1884	10.102	2169	-	1909	13.668	10.345	-
1885	21.765	4176	-	1910	14.163	8.988	-
1886	20.430	6094	-	1911	22.914	17.849	-
1887	40.157	27323	-	1912	31.785	23.749	-
1888	104.353	80749	-	1913	30.886	23.794	-
1889	36.124	10025	-	1914	15.542	-	-
1890	31.275	20991	-	1915	5.779	-	-
1891	132.326	84486	-	1916	5.340	-	-
1892	55.049	34274	-	1917	5.478	-	-
1893	58.552	48739	-	1918	1.050	-	-
1894	34.872	22420	31548	1919	5.231	-	-
				1920	10.005	-	-

\* Dados corrigidos

Fonte:

NEIVA, Artur H. O problema imigratório brasileiro. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1945, p. 120.

FRANCESCHINI, Antonio. L'emigrazione italiana nelle America del Seed. Studi sulla espansione coloniale transatlantica. Roma, Tip. Farzani, 1908 pp. 512-515.

SOUZA, Oscar Marcondes. O Estado de São Paulo: physico, politico, econômico e administrativo. São Paulo, (s.d.) pp. 196-197.

S.A.C.I.O.P. A imigração e as condições de trabalho em S. Paulo. São Paulo, Tipografia Brasil, 1915.

Tabela II - Saída italianos do Brasil e de São Paulo

ANOS	SAÍDA DE ITALIANOS DO BRASIL	SAÍDA DE ITALIANOS DE S.PAULO
1884	1.130	
1885	1.676	
1886	1.363	
1887	1.608	
1888	2.486	
1889	8.815	
1890	9.462	
1891	13.777	
1892	19.551	
1893	17.516	
1894	17.013	13.642
1895	23.769	17.202
1896	25.974	26.453
1897	32.625	27.548
1898	30.138	19.445
1899	25.379	20.406
1900	24.070	26.046
1901	28.692	29.181
1902	27.510(*)	21.687
	20.399(*)	
1903	26.848	27.895
1904	18.866	24.140
1905	18.985	25.702
1906	17.236	26.594
1907	20.721	
1908	14.675	
1909	14.071	
1910	10.808	
1911	10.568	
1912	9.031	
1913	12.742	
1914	12.865	
1915	11.489	
1916	2.305	
1917	897	
1918	1.069	
1919	2.130	
1920	4.664	

Fontes: LONGUITANO, Paolo. In: Proposte di tutela del colono italiano al Brasile. Genova, Tip. Marzano, 1903  
C.G.E. - Annuario Statistico dell'emigrazione italiana dal 1876 al 1925. Roma, Ed. C.G.E., 1926.  
FRANCESCHINI, Antonio. L'emigrazione italiana nell' America del Sud. Studi sulla espansione coloniale transatlantica. Roma, Tip. Farzani, 1908 (p. São Paulo).

\* Há divergências nas duas fontes utilizadas.

TABELA III - ESTIMATIVA DE ITALIANOS NO  
BRASIL E EM SÃO PAULO  
Feita por autores italianos (1870-1920)

NOTA 16

	Total Br.	Est. São Paulo		Cidade S. Paulo	
	Ital.	Total Pop.	Total Ital.	Total	Ital.
1872	:	837.354			
1873	18.000				
1880		1.306.272			
1884		837.354	50.000		
1885	70.000				
1886	150.000	1.221.394	50/60.000		
1888	250.000		150.000		
1890			120.000		
1891	554.000		200.000		
1892			300.000		
1893			325.000	130.775	45.557
1894			350.000	60.000	30.000
1895	750.000		470.000		
1897		2.310.000	650.000	150.000	60.000
1898			500.000		
1900	1.200.000	2.280.000	600/700.000	240.000	
1902	1.100/1.300.000	2.300.000	650.000		
1903			600.000	150.000	120.000
1904	1.300.000		650/700.000		
1905		2.850.000	800.000	260.000	112.000
1906				250.000	100.000
1911	1.500.000	3.000.000	1.400.000	290/300.000	150.000
1913	1.500.000		1.000.000		
1916				150.000	
1920	1.368.460		850.000		

FONTE DA TABELA III

- MALNATE, Natale. Gli italiani al Brasile. In: Rassegna Nazionale. Firenze, CLXXXIX (II): 420-422, feb. 1913; LO MONACO, Alfonso. Al Brasile. Milano, Tip. Vallardi, 1900 o. 424; MERITANI, Giovanni. Um mese nel Brasile. Note e impressioni di viaggio. Verona, Tip. Cinelli, 1888, p. 4; SCALABRINI, Angelo. Delle condizioni attuali dell'emigrazione nell'America Meridionale nei suoi rapporti con la industria. Roma, Tip. Livelli, 1895, pp. 4-13, GHINASSI, Pompeo. op. cit., p. 18; FRANCESCHINI, Antonio. op. cit., pp. 46, 468-530; Di SAVOIA, Gerardo Pio. op. cit., p. 18; M.A. L'Emigrazione italiana al Brasile. In: Italica Gens. Torino, (10): 375, OH. 1911; C. G.E. Censimento degli italiani all'estero nel 1924. Roma, Tip. Cantieri Centrali, 1924.
- GUIDA, Ugo. Emigrazione (L') italiana per Brasile. Realtà e prospettive. Roma, Tip. Cartieri Centrali, 1921, p. 21; STATO (Lo) di San Paolo agli emigranti. op. cit., pp. 18-19; GROSSI, Vincenzo. Della emigrazione italiana in Brasile. Milano, Tip. Reggiani, 1911, pp. 120, 303; GIOIA, Ludovico. op. cit., p. 3; MACOLA, Ferruccio. op. cit., p. 381; UGOLOTII, F. Italia e italiani in Brasile. São Paulo, Tip. Riedel e Lemnei, 1897, p. 27. PEPE, Gaetano. La gaiola italiana in San Paolo del Brasile.

- BIBLIOGRAFIA

- A TERRA LIVRE. 13/1/1906 .
- A TERRA LIVRE. 09/4/1908.
- ATTI DELLA GIUNTA PER LA INCHIESTA AGRARIA E SULLE CONDIZIONI DELLA CLASSE AGRICOLA. (A.G.I.A.)- Roma, 1882, 15 volumes.
- AVANTI. 30/5/1914.
- BASSANEZI, Maria S. C. Beozzo. Fazenda Santa Gertudes. Tese de Doutorado. Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Rio Claro. Depto. de Ciências Sociais, 1973. Exeplar mimeografado.
- BASSETTO, Sylvia. Política de mão-de-obra na economia cafeeira do Oeste Paulista. Tese de Doutorado apresentada à F.F.L.C.H. da U.S.P., São Paulo, 1982, Ex. mimeografado.
- BEILGUELMAN, P. A formação do povo no complexo cafeeiro: aspectos políticos. São Paulo, Livraria Pioneira Editora, 1968.
- \_\_\_\_\_' Pequenos estudos de ciência política. São Paulo, Livraria Pioneira Editora, 1969.
- BELLI, B. Il caffè: il suo paese e la sua importanza-S.Paolo del Brasile. Milano, Tip. U. Hoelpi, 1910.
- \_\_\_\_\_ . Memoria sulla condizione dei coloni italiani nella provincia di San Paolo. São Paulo. 1888.
- \_\_\_\_\_ . Note sull'emigrazione in America dei contadini del-

- la provincia di Treviso. Oderzo, Tip. Bianchi, 1888.
- BODIO, Luigi, "Dell'emigrazione italiana e della legge 31 gennaio 1901 per la tutela degli emigrate". In: Nuova Antologia. Roma, 37(731): 599-640, giug. 1902.
  - BONARDELLI, Eugenio. "La piccola propriet  nello Stato di San Paolo". In: Italica Gens. Torino, (7-9):171-184, lug.set. 1915.
  - \_\_\_\_\_ . "La protezione dei coloni italiani nello stato di San Paolo". In: Italica Gens. Torino, (1-2): 7-23, gen/feb. 1915.
  - BONIFAZI, A. e SALVARINI, G. Dalla parte dei lavoratori. Storia del movimento sindacale italiano. Milano, Franco Editore, 1976.
  - BONOMELLI, G. "L'Emigrazione" In: Gli italiani all'estero Emigrazione, Comerci - Missioni. Torino, 1899.
  - BRENA, Paulo. L'Emigrazione italiana nel periodo antebellico. Firenze, Tip. Bemporad, 1918.
  - BRUNELLO, Pietro. "Bonifiche e protesta sociale in un paese veneto e met  ottocento". In: Societ  e storia, Milano, n  8, 1980.
  - \_\_\_\_\_ . Ribeli, questuanti e banditi. Proteste contadine in Veneto e in Friuli - 1814-1866. Venezia, Marsilio Editori, 1981.
  - CANDELORO, G. Storia dell'Italia moderna. Lo sviluppo del capitalismo e del movimento operaio, 1871-1896. Milano, Feltrinelli Economica, 1977, 8 vol.



- CANDIDO, Antonio. "The brazilian family". In Lynn Smith e A. A. Marchant (eds) 1972.
- CANELLA, Francesco. "Le condizioni degli Italiani nello stato di San Paolo". In: Italia Coloniale. Roma, (1-7): 4-48, gen./feb. 1903.
- CARDOSO, Ferando H. "Dos governos militares a Prudente-Campos Sales". In: FAUSTO, Boris (Org.). História Geral da Civilização Brasileira. O Brasil Republicano. T. III, Vol. 1, São Paulo, Difel, 1977.
- CARELLI, Mario. Les italiens de São Paulo: de la réalité à la fiction (1919-1930). Paris, 1982. Exemplar mimeografado.
- CARIA, Renzo Del. Proletari senza rivoluzione, Storia delle classi subalterne italiane dal 1860 al 1950. Milano, 1966.
- CARPI, Leone. Delle coloni e dell'emigrazione d'italiani all'estero sotto l'aspetto dell'industria, commercio, agricoltura e con trattazione d'importanti questioni sociali. Milano, Tip. Editrice Lombarda, 1874.
- CARTA POSTAL DA PROVINCIA DE SÃO PAULO. Organizada pelo 1º Oficial João Baptista A. Palhares. São Paulo, 1º de julho de 1880.
- CECHI, Giovanni B. L'Emigrazione italiana in Brasile. Lucca, Tip. Guidotti, 1910.
- CENNI, Franco. Italianos no Brasil. S. Paulo, Livraria Martins Editora/USP, 1975.
- COLBACHINI, P. "L'emigrazione italiana negli stati uniti del Brasile". In: Rassegna Nazionale. Firenze, LXXXII (320): 328-392, mar., 1895.

- COLETTI, Silvio. "Lo stato di San Paolo e l'emigrazione italiana". In: Bollettino dell'Emigrazione. Roma, (14): 3-77; (15): 3-101, 1908.
- COMISSARIATO GENERALE DELL'EMIGRAZIONE. Annuario statistico dell'emigrazione italiana dall 1876 al 1925. Roma, Ed. Com. Gen. dell'Emigrazione, 1926.
- COMISSARIATO GENERALE DELL'EMIGRAZIONE. Avvertenza per chi emigra nel Brasile. Roma, Tip. G. Bertero, 1904.
- COMISSARIATO GENERALE DELL'EMIGRAZIONE. Censimento degli italiani all'estero nel 1924. Roma, Tip. Cartieri Centrali, 1924.
- COMISSARIATO GENERALE DELL'EMIGRAZIONE. Coloni italiani al Brasile. Discussione al consiglio dell'emigrazione. Roma, Tip. Cartieri Centrali, 1919.
- COMISSARIATO GENERALE DELL'EMIGRAZIONE. Elenco de leggi, decreti e regolamento circa l'emigrazione degli stati d'Europa e l'immigrazione e colonizzazione in America, Africa ed Oceania fin marzo 1907. Roma, Tip. dell'Unione, 1907.
- COSTA, E. VIOTTI. "Colonias de parceria na lavoura de café: Primeiras experiências". In: Da Monarquia à República. São Paulo, Ed. Grijalbo, 1977.
- \_\_\_\_\_ . Da senzala à colônia. São Paulo, DIFEL, 1966.
- CUSANO, Alfredo. Italia d'oltre mare. Impressioni e ricordi dei miei cinque anni di Brasile. Milano, Tip. Reggiani, 1911.

- DARRELL, E. Levi. A Família Prado. São Paulo, Cultura 70-Livraria e Editora S.A., 1977.
- DAVATZ, Thomas. Memórias de um colono no Brasil (1850). Prefácio e notas de Sergio Buarque de Holanda. São Paulo, Livraria Martins, 1941.
- DE FELICE, Emidio. I cognomi italiani. Bologna, Il Mulino, 1980.
- DE LUCA, Paolo E. Della emigrazione europea ed in particolare di quella italiana. Torino, Tip. Bocca, 1909/1910.
- DE ZETTIRY, A. "I coloni italiani dello stato di San Paolo". In: Rassegna Nazionale. Firenze, LXX (272): 59-96, Marzo/Aprile, 1893.
- ————. Il Brasile e il secondo congresso geografico italiano. Roma, Tip. Naz. G. Bertero, 1891.
- DEAN, Warren. "A pequena propriedade dentro do complexo cafeeiro: sitiantes no município de Rio Claro". In: Revista de História. São Paulo, LIII (106): 490 abril/jun. 1976.
- ————. Rio Claro: um sistema brasileiro de grande lavoura, 1820-1920. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.
- DELFIN NETO; Antonio. O problema do café no Brasil. São Paulo, Instituto de Pesquisas Econômicas, 1981.
- DENIS, Pierre. O Brasil no século XX. Lisboa, José Bastos Editora, (s.d.).
- DERTÔNIO, Hilário. O bairro do Bom Retiro. São Paulo, Secretaria de Educação e Cultura da Prefeitura Municipal, 1971.
- DI SAVOIA, Gherardo Pio. "Lo stato di San Paolo e l'emigra -

- zione italiana". In: Bollettino dell'Emigrazione. Roma, (3): 12, 1905.
- DIVISÃO Territorial do Brasil". Fundação IBGE. Rio de Janeiro, 1980.
  - DUBY, G. "Histoire sociale et idéologie des sociétés". In: GOFF, Jacques le et NORA, Pierre. Faire de l'histoire. Paris, Éditions Gallimard, 1974.
  - DURHAM, Eunice Ribeiro. Assimilação e Mobilidade. São Paulo. Instituto de Estudos Brasileiros-USP, 1966.
  - "ELENCO delle Società italiane all'estero". In: Bollettino del Ministero degli Affari Esteri. Roma, (3): 418-431, dic., 1908.
  - EMIGRAZIONE (L') al Brasile e la nuova linea italiana di navigazione. In: Rivista della Società Commerciale. Roma, (8): 262-267, 15 apr., 1913.
  - EMIGRAZIONE (L') italiana nel Brasile". In: Bollettino dell'Emigrazione. Roma (8): 82, 1911.
  - FANFULLA" 21/3/1896.
  - FELICI, Os. Il Brasile com'è? Milano, Anonima Livraria Italiana, 1923.
  - FERRI, Vincenzo. L'Italia nel Brasile di domani. Milano.s.e. 1924.
  - FOERSTER, Robert F. The italian emigration of our times. Nova York, Russell & Russell, 1968.
  - FORTI, Camilla, "Le leghe contadine mantovane dal 1893 allo sciopero del 1904". In: Braccianti e contadini nella Val-

- le Padana. Roma, Editore Riuniti, 1975.
- FRANZINA, Emilio. "Il biometro delle nazioni: Primi rilevamenti sull'emigrazione". In: Separata Quaderni Storici: Ancona-Roma, XV (45): 98-115, dic. 1980.
  - ————. La grande emigrazione. Venezia, Marsilio Editori, 1976.
  - ————. "La Società rurale veneta e l'emigrazione negli anni della sinistra al potere". In: Separata do: Atti del III Convegno di studi risorgimentali sul tema: Opinione Publica, problemi politiche e sociale sul veneto intorno al 1876. Vicenza, Comitato Provinciale dell'Istituto per la storia del Risorgimento, 1978.
  - ————. Merica! Merica! Emigrazione e colonizzazione nelle lettere dei contadini veneti in America Latina-1876-1902. Milano, G. Feltrinelli Editori, 1979.
  - ————. "Società ed emigrazione nel Veneto contemporaneo (Secoli XIX-XX)" Conferência apresentada no Convegno nazionale di Studi Storici. Treviso, out. 1981. Ex. memeografado.
  - FRESCURA, Bernardino. Guida dello stato di San Paolo nel Brasile. Piacenza, Tip. Favari, 1904.
  - G.C. "Tra i coloni italiani nello Stato di San Paolo". In: Italica Gens. Torino (3-6): 109-119, mar/giug. 1915.
  - CHINASSI, Pompeo. Per le nostre colonie. In: Italia Coloniale. Roma, (2): 16-55. feb, 1901.

- GIACOBRI, Secondo. "Agricoltura e contadini nel Cremonese dall' Unità alla fine del secolo". In: Braccianti e contadini nella valle Padana. Roma, Editori Riuniti, 1975
- GIOIA, Ludovico. I coloni italiani nello Stato di San Paolo. In: Bollettino del Ministero degli Affari Esteri. Roma, lug. 1898. pp 1-30; mar. 1899, p 85-90.
- GROSSI, Vincenzo. Della emigrazione italiana in Brasile. Torino, Tip. Fratelli Bocca, 1894.
- ————. "Gli italiani a San Paolo". In: Nuova Antologia. Roma LXV, (XVIII): 231-260, set. 1896.
- ————. Storia della colonizzazione europea al Brasile e della emigrazione italiana nello stato di San Paolo. Milano, Tip. Albrighi e Segati, 1914.
- GUIDA, Ugo. L'Emigrazione italiana per Brasile. Realtà e prospettive. Roma, Tip. Cartieri Centrali, 1921.
- GUIMARÃES, Alberto Passos. Quatro séculos de latifúndio. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1968.
- HALL, Michael M. "Emigrazione italiana a São Paulo tra 1880 al 1920". In: Quaderni Storici. Roma (25), gen./apr.1974.
- ————. Imigração e classe operária em São Paulo. Universidade Estadual de Campinas, 1976. Exemplar mimeografado.
- ————. The origins of mass immigration in Brazil, 1871-1914, Ph.D. Thesis, Faculty of Political Science, Columbia University, 1969, ex. mimeografado.

- ROBSBAWM, E. J. Da Revolução industrial inglesa ao imperia - lismo. Rio de Janeiro, Edit. Forense-Universitária, 1978.
- ————. "Dalla storia sociale alla storia della so- cietà. In: Quaderni Storici. Ancona, (22): 49-86, gen./ apr., 1973.
- ————. Bandidos. Rio de Janeiro, Forense Universitá ria, 1975.
- ————. Rebeldes Primitivos, estudo sobre formas ar- caicas de movimentos sociais nos séculos XIX e XX. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1970.
- HOLLOWAY, Thomas H. "Condições do mercado de trabalho e orga nização do trabalho nas plantações na economia cafeeira de São Paulo. 1885-1915 - uma análise preliminar". In : Estudos Econômicos, São Paulo, 2(6): 145-180, dez. 1972.
- ————. Migrations and mobility: immigrants as laborers and landowners in the coffe zone of São Paulo, Brazil, 1886-1934". Tese de Doutorado. Universidade de Wisconsin, Madison, 1974.
- HORKHEIMER, Max e ADORNO, Theodor, W. (Org.) Temas básicos da Sociologia. São Paulo. Cultrix, Edit. da Universidade de São Paulo, 1973.
- HUTTER, Lucy Maffei. Imigração italiana em São Paulo: 1880- 1889. São Paulo. Institutos de Estudos Brasileiros - USP, 1972.
- IANNI, Constantino. Homens sem paz. São Paulo, DIFEL, 1963.

- "Il SECONDO degl'italiani all'estero e gl'italiani del Brasile". In: Italia e Brasile. São Paulo (3); 95, 1911.
- "Il RINCARO dei generi di prima necessità al Brasile". In: Bolletino dell'Emigrazione, Roma, (10): 77, ott.1913.
- "ITALIA bella, mostrati gentile". In: Le canzoni degli emigranti. Milano, Editoriale Sciascia, 1971
- LA BATTAGLIA. 5/3/1911.
- LA BATTAGLIA. 23/7/1911.
- LA BATTAGLIA. 14/7/1911.
- LA BATTAGLIA. 01/4/1912.
- LANARO, Silvio. Società e ideologia nel Veneto rurale, Roma, Edizione di Storia e Letteratura, 1976.
- LASLETT, Peter, O mundo que perdemos. Lisboa, Edições Cosmos, 1975.
- LATINI, Ausonio. La questione italiana al Basile. Rio de Janeiro, s.e.; 1898.
- LAZZARINI, A. Campagne Venete ed Emigrazione di massa (1866-1900). Vicenza, Istituto per le ricerche di Storia sociale e di Storia religiosa, 1981.
- \_\_\_\_\_ . "La grande emigrazione dal Polesine a fine Ottocento". Separata do Instituto de Storia contemporanea del movimento operaio e contadino". Ferrara, 1977.
- LECLERC, Max. Cartas do Brasil. Rio de Janeiro. Cia. Editora Nacional, 1942.



- LOMBROSO, Gina. Nell'America Meridionale. Milano, Fratelli Treves Edit. 1908.
- LOMONACO, Alfonso. Al Brasile. Milano, Tip. Vallardi, 1900.
- LONGHITANO, Paolo. Relazioni commerciali tra Italia e Brasile. Proposta di tutela del colono italiano al Brasile. Genova, Tip. Marzana, 1903.
- LOVE, Joseph. A Locomotiva: São Paulo na federação brasileira 1889-1937. Rio de Janeiro, Edit. Paz e Terra, 1982.
- ————. "O Rio Grande do Sul como fator de instabilidade na República Velha". In: FAUSTO, Boris (org.). História Geral da Civilização Brasileira. O Brasil Republicano, T. III, V. 1, São Paulo, DIFEL.
- LUPPI, Cecilia. "Qualche consiglio per chi parte. Le guide degli Emigranti (1885-1927)". In: Movimento Operaio Socialista. Genova, ano VI (1-2): 77-89, gen/feb, 1981.
- M. A. "L'Emigrazione italiana al Brasile". In: Italica Gens. Torino, (10): 369-386, ott. 19-1.
- MACOLA, Ferruccio. L'Europa alla conquista dell'America Latina. Venezia, Tip. Ongania, 1894.
- MAGRINI, Luciano. In Brasile. Torino, Ed. P. Gobetti, 1926.
- MALESANI, Emilio. Brasile: condizioni naturali ed economiche. Roma, Inst.C. Clombo, 1929.
- MALNATE, Natale. Gli italiani al Brasile. In: Rassegna Nazionale. Firenze, CLXXXIX (11): 420-430, feb. 1913.
- ————. Gli italiani emigranti nell'America Meridionale. Genova. Tip. Pellas, 1895.

- MALNATE, Natale. "L'emigrazione clandestina". In: Rassegna Nazionale. Firenze, CLXXVIII (IV): 509-517, 16 apr., 1911.
- MARTINS, José de Souza. A imigração e a crise do Brasil Agrário. São Paulo, Liv. Pioneira Editora, 1973.
- \_\_\_\_\_ . O cativoiro da Terra. São Paulo. Livraria Editora Ciências Humanas, 1979.
- MARZOLA, Nádía. Bela Vista. São Paulo, Secretaria de Educação e Cultura da Prefeitura Municipal, 1979.
- MAZZUCCONI, Dr. "Le condizioni degli italiani nello stato di San Paolo". In: Bollettino dell'Emigrazione. Roma, (8): 45-48.
- MENDES, Renato S. "Os bairros da Zona Norte e os bairros Orientais". In: A cidade de São Paulo. Vol. III, São Paulo, Cia. Ed. Nacional, 1958.
- MENDES TORRES, Maria C. O bairro do Brás. São Paulo, Secretaria de Educação e Cultura da Prefeitura Municipal, 1969.
- MENDONÇA, Mary E. R. Violência social na cidade de São Paulo (1917-1930). Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de História da F.F.L.C.H. da U.S.P., São Paulo, 1981. Ex. mimeografado.
- MERITANI, Giovanni. Un mese nel Brasile. Note e impressioni di viaggio. Verona, Tip. Cinelli, 1888.
- MERTZIG, Lia R. L. As dificuldades de adaptação do imigrante no Estado de São Paulo. Repatriação e reemigração 1889-1920. Tese de Mestrado, Departamento de História da F.F.L.C.H. da U.S.P., São Paulo, 1977, Ex. mimeografado.

- MILLIET, Sergio. Roteiro do café e outros ensaios. São Paulo, 1941.
  - MOLFESE, F. Storia del brigantaggio dopo l'Unitá. Milano, Feltrinelli Editore, 1974.
  - MONACO, Attilio. L'Immigrazione italiana nello stato di San Paulo del Brasile. In: Bollettino dell'Emigrazione. Roma, (8): 31-35, 1902.
  - MORSE, Richard. Formação histórica de São Paulo. São Paulo, DIFEL, 1970.
  - MORTARA, Giorgio. "A imigração italiana no Brasil e algumas características do grupo italiano em São Paulo". In: Revista Brasileira de Estatística, Rio de Janeiro (41):324-325, março, 1950.
  - MOSCONI, Ferruccio. Rivelazione brasiliana - Note di un reporter. Milano, Tip. Aliprandi, 1897.
  - NEIVA, Artur H. O problema imigratório brasileiro. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1945.
  - NITTI, Francesco S. L'Emigrazione italiana e i suoi avversari. Torino, Tip. Roux, 1888.
- OTTOLENGHI, Constantino. Emigrazione agrícola italiana dal 1884 al 1892. Torino. Tip. Clausen, 1894.
- P.C.S. "Studi Coloniale". In: L'Emigrate Italiano. Roma, pp. 97-99, agosto, 1911.
  - P.S. "Le proprietà urbane degli stranieri nello stato di San Paulo". In: Bollettino della Società Geografica. Roma, série IV, XII (9): 1157, set. 1911.

- PENTEADO, Jacob. Belenzinho 1910: retrato de uma época. São Paulo, Martins Editora, s.d.
- PEPE, Gaetano. La scuola italiana in San Paolo del Brasile. São Paulo, Tip. Pocai & C., 1916.
- PERROD, Enrico. "Emigrazione e colonizzazione nella provincia brasiliana di San Paolo". In: Bolletino Consolare. Roma. XX (II parte): 613-627, 1884.
- ————. La provincia di San Paolo. Brasile. Roma, Tip. Ministero Affari Esteri, 1888.
- PETRONE, Maria Teresa Schorer. "Imigração Assalariada". In : HOLANDA, Sergio Buarque de (org.). História Geral da Civilização Brasileira. O Brasil Monárquico. T. II vol. 3, São Paulo, DIFEL, 1976.
- PEVIANI, Filippo. Due milione d'italiani in Brasile. Roma. Tip. Soc. Editrice Romana, 1922.
- PICCAROLO, Antonio. "La fisiologia d'uno sciopero". In: Revista Coloniale. Roma, (8): 1-30, ago., 1913.
- ————. Una rivoluzione economica: la propriet  fondiaria degli italiani nello stato di San Paolo. Alessandria, Tip. Cooperativa, 1902.
- PINHEIRO, Paulo S. e HALL, Michael M. A classe operária no Brasil: 1889-1930 - documentos. Vol. I. São Paulo, Edit. Alfa Omega, 1979.
- PINTO, Alfredo M. A cidade de São Paulo em 1900: impressões de viagem. São Paulo, Secretaria da Cultura do Estado de São Paulo.

- PLECK, Elizabeth H. "Two worlds in one: work and family". In: Journal of Social History. 10(2): 128, Winter, 1976.
- PRADO, Antonio de Almeida. Crônica de outrora: o bom filho à casa torna. São Paulo, Ed. Brasiliense, 1963.
- PRADO JR., Caio. Evolução política do Brasil e outros estudos. São Paulo, Edit. Brasiliense, 1963.
- —————. História econômica do Brasil. São Paulo, Ed. Brasiliense, 1965.
- PRADO, Nazareth. Antonio Prado no Império e na República. Rio de Janeiro, F. Briguiet & Cia. Editores, 1929.
- "PRIMO Congresso delle Società ed Istituti Italiani nel Brasile". In: Italia e Brasile. São Paulo, (8): 372-384, ago/set. 1910.
- "PROPRIETÀ urbane appartenenti a stranieri nello Stato di San Paolo". In: Italia e Brasile. São Paulo, (5): 190-195, mag. 1911.
- PUCCINI, Sandra. "Condizione della donna e questione femminile (1892-1922)". In: Questione femminile in Italia dal '900 ad oggi. Milano. Franco Angeli Editore, 1979.
- RANGONI, Domenico. Il lavoro collettivo degli italiani al Brasile. São Paulo. Tip. Duprat & C., 1902.
- RECENSEAMENTO do Brasil, realizado em 1º de setembro de 1920. Diretoria Geral de Estatística. Rio de Janeiro, diversas datas.
- RELAÇÃO dos proprietários dos estabelecimentos rurais recenseados. Rio de Janeiro, Tip. da Estatística, 1926, 3 vol.

- 422
- RELATÓRIO anual da Secretaria da Agricultura de São Paulo: 1912-1913, São Paulo, 1914.
  - RELATÓRIOS da Secretaria dos Negócios da Agricultura, Indústria, Comércio e Obras Públicas do Estado de São Paulo - 1827-1900; 1900-1930.
  - ROMANO, Sergio. Storia d'Italia dal Risorgimento ai nostri giorni. Milano, Arnoldo Mondadori Editore, 1978.
  - ROSOLI, G. e OSTUMI, Maria R. "Saggio di bibliografia statistica dell'emigrazione italiana". In: Studi Emigrazione. Roma, Centro Studi Emigrazione Roma, (49): 345-383, 1978. Número especial - "Um secolo di emigrazione italiana".
  - ROSSI, Adolfo. "Condizioni dei coloni italiani nello Stato di San Paolo". In: Bollettino dell'Emigrazione. Roma, (7): 3-57. 1902.
  - ROSSI, Luigi. Relazione sui servizi dell'emigrazione per l'anno 1909/1910, presentata al Ministero degli Affari Esteri. Roma, Tip. Bertero, 1910.
  - ROSWADOWSKI, A. L. San Paolo. In: Emigrazione e Colonie. Raccolta di raporte dei agenti diplomatici e consolari. Roma, Tip. G. Bertero, 1893.
  - SABA, Vincenzo. Le esperienze associative in Italia (1861 - 1922). Milano, Franco Angeli Editore, 1978.
  - SANTOS, Maria José. "Aspectos demográficos" IN: VILLELA, A.V. e LUZIGAN, W. Política do governo e crescimento da economia brasileira: 1889-1945. Rio de Janeiro, I.P.E.A. 1975.

- SATRIANI, L. M. Lombardi. Il folklore come cultura di constestazione. Messina, 1966.
- SCALABRINI, Angelo. Delle condizioni attuali dell'emigrazione nell'America Meridionale nei suoi rapporti con la industria. Roma. Tip. Civelli, 1895.
- SCOTT, Joan W. and TILLY, Louise A. "Wommen's work and the family in Nineteenth-Century Europe". In: Comparative studies in society and history. New York 17(1): 35, January, 1975.
- SECRETARIA da Agricultura, Ind. Com. e Obras Públicas. A imigração e as condições do trabalho em São Paulo. São Paulo, Tipografia Brasil, 1915.
- SERENI, Emilio. Il Capitalismo nelle campagne (1860-1900). Torino, Piccola Biblioteca Einaudi, 1980.
- SILVA, Sergio. "Agricultura e Capitalismo no Brasil". In: Contexto. São Paulo, (1): 31, nov. 1976.
- SORI, E. L'Emigrazione italiana dall'Unità alla Seconda Guerra Mondiale. Bologna, Il Mulino, 1979.
- SOUZA, T. Oscar M. O Estado de São Paulo - Physico, Político, Econômico e Administrativo. São Paulo (s.d.).
- STATO (LO) di San Paolo (Brasile) agli emigranti. São Paulo, Tip. Salesiana, 1902.
- STATUTO della Società italiana di Mutua Socorso "Leale Oberdan". São Paulo, Typografia Modernissimo, 1925.
- STATUTO della Società italiana di Mutua Socorso "Lega Lombardia". São Paulo, 74p. Ideal, 1910.

- 207
- STATUTO e regolamento della Società Italiana di Mutuo Socorso  
 "Umberto Iº": Murungaba, Estado de São Paulo. S. Paulo,  
 Tipografia Campineira, 1922.
  - STOLCKE, Verena. "A Família que não é sagrada". In: Colcha de  
 Retalhos: Estudos sobre a família no Brasil. São Paulo, E  
 ditora Brasiliense, 1982.
  - \_\_\_\_\_ e HALL, Michael M. The introduction of free  
 labour into São Paulo coffee plantations, labour costs and  
 family structure. S. Paulo, 1980.
  - TARUFFI, Dino; DE NOBILI, Leonello; LORI, Cesare. La questio-  
 ne agraria e l'emigrazione in Calabria. Note statistiche  
 ed economiche. Firenze, Tip. Barbera, 1908.
  - TEDESCHI, Ugo. "Le condizioni sanitarie degli emigranti nello  
 Stato di San Paolo". In: Bolletino dell'Emigrazione. Roma,  
 (2): 3-58, 1907.
  - THOMPSON, Edward P. La Formación historica de la classe obrera  
 -Inglaterra: 1780-1832. Barcelona, Editorial Laia, 1977
  - \_\_\_\_\_. "Per um dibattito sulla storia sociale  
 del movimento operaio". In: Movimento Operaio Socialista.  
 Genova, I (1-2): 77-100, gen/feb., 1978.
  - \_\_\_\_\_. Tradición, revuelta y consciencia de clas-  
 se, Estudio sobre la crisis de la sociedad preindustrial.  
 Barcelona, Editorial Crítica, 1979.
  - RENTO, Angelo. "Emigrazione italiana e movimento operaio in  
 Brasile". Conferência apresentada em: Colloque di Turin,  
 1979, Ex. mimeografado.



- UBALDI, Pietro. L'Espansione coloniale e commerciale dell'Italia e Brasile. Roma, Tip. Loescher, 1911.
- UGOLOTTI, F. Italia e italiani in Brasile. São Paulo, Tip. Riedel e Lemmi, 1897.
- EVANGELISTA, Chiara. Le braccia per la fazenda. Milano. Franco Angeli Editore, 1982.
- YANS-MCLAUGHLIN, Virginia. "A Flexible tradition: South italian immigrants confront a New York experience". In: Journal of Social History. 7 (4): 429-459, Summer, 1974.
- ZANOTTI, Mario B. "Il distretto del R. Vice Consolato di Italia in Ribeirão Preto". In: Bolletino del Ministero degli Affari Esteri. Roma, (8): 147-227, agosto 1915.
- ZUCULIN, Bruno. "Le condizioni economiche degli italiani al Brasile". In: Vie d'Italia e dell'America Latina. Milano. (11): 1225-1230, nov. 1926.